

FUNDAMENTOS DA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Prof^ª. Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Prof^ª. Christiane Fabíola Momm

Prof^ª. Shyrlei K. Jagielski Benkendorf



2018



Copyright © UNIASSELVI 2018

Elaboração:

Prof^ª. Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Prof^ª. Christiane Fabíola Momm

Prof^ª. Shyrlei K. Jagielski Benkendorf

Revisão, Diagramação e Produção:

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri

UNIASSELVI – Indaial.

B468f

Benkendorf, Shyrlei Karyna Jagielski

Fundamentos da biblioteconomia e ciência da informação. / Shyrlei Karyna Jagielski Benkendorf; Christiane Fabíola Momm; Franciéle Carneiro Garcês da Silva– Indaial: UNIASSELVI, 2018.

246 p.; il.

ISBN 978-85-515-0224-2

1.Biblioteconomia. – Brasil. 2.Ciência da informação. – Brasil. I. Momm, Christiane Fabíola. II. Centro Universitário Leonardo Da Vinci.

CDD 020

APRESENTAÇÃO



Olá acadêmico! Seja bem-vindo ao Livro de Estudos Fundamentos da Biblioteconomia e Ciência da Informação, que aborda aspectos sobre as funções e responsabilidades do bibliotecário no universo da informação. Aspectos sociais e políticos que envolvem suas atividades, o seu papel de disseminador da informação, para os mais variados públicos, nos diversos campos de atuação. O bibliotecário, enquanto profissional da informação, precisa conhecer o contexto social do seu ambiente de trabalho, as necessidades informacionais do seu usuário, e as ferramentas disponíveis para esse fim.

Para uma melhor compreensão do conteúdo que envolve a biblioteconomia e a ciência da informação, distribuimos nosso estudo em três unidades. Na primeira unidade abordaremos aspectos históricos da escrita e do registro do conhecimento, que culminaram no surgimento das bibliotecas e da biblioteconomia. Passando por questões filosóficas, éticas e de legislação que orientam a atuação do bibliotecário e do profissional da informação. Contemplaremos também, na mesma unidade, como se processa o ensino e a pesquisa na área da biblioteconomia, além de conhecer quais são as instituições biblioteconômicas e seus objetivos.

Na Unidade 2 trabalharemos a relação entre Biblioteca e Biblioteconomia, como também enfatizaremos os marcos que influenciaram a área da documentação. As definições de Arquivologia e Museologia serão abordadas com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca das regras neste campo. O código da classificação de coleções também terá enfoque para que haja consciência das orientações em torno da prática em questão.

Na Unidade 3, estudaremos a contextualização da Ciência da Informação, desvendaremos suas origens e aprenderemos sobre as suas definições. Também veremos que há, no campo de estudo, uma discussão acerca de dados, informação e conhecimento e, por isso, vamos ver as diferenças entre cada um deles, suas formas e suportes. Além disso, aprenderemos sobre as unidades de informação, suas definições e tipos existentes, seus objetivos, funções e atividades desenvolvidas.

Esperamos que os conteúdos abordados, juntamente às leituras e às atividades extras sugeridas, estimulem sua leitura e que o livro de estudos seja relevante em sua aprendizagem e formação profissional, incentivando a sua constante atualização nesse universo da informação.

Boa leitura e bons estudos!

Prof^ª. Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Prof^ª. Dra. Christiane Fabíola Momm
Prof^ª. Shyrlei K. Jagielski Benkendorf



Você já me conhece das outras disciplinas? Não? É calouro? Enfim, tanto para você que está chegando agora à UNIASSELVI quanto para você que já é veterano, há novidades em nosso material.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material base da disciplina. A partir de 2017, nossos livros estão de visual novo, com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura.

O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página, o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Assim, a UNIASSELVI, preocupando-se com o impacto de nossas ações sobre o ambiente, apresenta também este livro no formato digital. Assim, você, acadêmico, tem a possibilidade de estudá-lo com versatilidade nas telas do celular, *tablet* ou computador.

Eu mesmo, UNI, ganhei um novo *layout*, você me verá frequentemente e surgirei para apresentar dicas de vídeos e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto em questão.

Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar seus estudos com um material de qualidade.

Aproveite o momento para convidá-lo para um bate-papo sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Bons estudos!



Olá acadêmico! Para melhorar a qualidade dos materiais ofertados a você e dinamizar ainda mais os seus estudos, a Uniasselvi disponibiliza materiais que possuem o código QR Code, que é um código que permite que você acesse um conteúdo interativo relacionado ao tema que você está estudando. Para utilizar essa ferramenta, acesse as lojas de aplicativos e baixe um leitor de QR Code. Depois, é só aproveitar mais essa facilidade para aprimorar seus estudos!



BATE SOBRE O PAPO ENADE!



Olá, acadêmico!

Você já ouviu falar sobre o **ENADE**?

Se ainda não ouviu falar nada sobre o ENADE, agora você receberá algumas informações sobre o tema.

Ouviu falar? Ótimo, este informativo reforçará o que você já sabe e poderá lhe trazer novidades. ✓✓



Vamos lá!

Qual é o significado da expressão ENADE?

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Em algum momento de sua vida acadêmica você precisará fazer a prova ENADE. ✓✓



Que prova é essa?

É **obrigatória**, organizada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quem determina que esta prova é obrigatória... O **MEC – Ministério da Educação**.

O objetivo do MEC com esta prova é o de avaliar seu desempenho acadêmico assim como a qualidade do seu curso. ✓✓



Fique atento! Quem não participa da prova fica impedido de se formar e não pode retirar o diploma de conclusão do curso até regularizar sua situação junto ao MEC.

Não se preocupe porque a partir de hoje nós estaremos auxiliando você nesta caminhada.

Você receberá outros informativos como este, complementando as orientações e esclarecendo suas dúvidas. ✓✓



Você tem uma trilha de aprendizagem do ENADE, receberá e-mails, SMS, seu tutor e os profissionais do polo também estarão orientados.

Participará de webconferências entre outras tantas atividades para que esteja preparado para #mandar bem na prova ENADE.

Nós aqui no NEAD e também a equipe no polo estamos com você para vencermos este desafio.

Conte sempre com a gente, para juntos mandarmos bem no ENADE! ✓✓



SUMÁRIO

UNIDADE 1 – PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA BIBLIOTECONOMIA	1
TÓPICO 1 – HISTÓRIA DA ESCRITA E ORIGEM DAS BIBLIOTECAS	3
1 INTRODUÇÃO	3
2 EVOLUÇÃO DA ESCRITA	3
3 ORIGEM DAS BIBLIOTECAS	7
RESUMO DO TÓPICO 1.....	10
AUTOATIVIDADE	11
TÓPICO 2 – INTRODUÇÃO À BIBLIOTECONOMIA	13
1 INTRODUÇÃO	13
2 ASPECTOS FILOSÓFICOS E EPISTEMOLÓGICOS	13
2.1 CONCEITUAÇÃO E FUNÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA.....	15
2.2 AS 5 LEIS DE RANGANATHAN.....	18
3 CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS	19
4 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	20
RESUMO DO TÓPICO 2.....	25
AUTOATIVIDADE	26
TÓPICO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	29
1 INTRODUÇÃO	29
2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	29
3 O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO E SUAS COMPETÊNCIAS	33
LEITURA COMPLEMENTAR.....	38
RESUMO DO TÓPICO 3.....	47
AUTOATIVIDADE	48
TÓPICO 4 – LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL	51
1 INTRODUÇÃO	51
2 LEGISLAÇÃO BIBLIOTECÁRIA.....	51
3 ÉTICA PROFISSIONAL	54
RESUMO DO TÓPICO 4.....	60
AUTOATIVIDADE	61
TÓPICO 5 – ENSINO E PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA	63
1 INTRODUÇÃO	63
2 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO E DA PESQUISA	63
RESUMO DO TÓPICO 5.....	67
AUTOATIVIDADE	68
TÓPICO 6 – INSTITUIÇÕES BIBLIOTECONÔMICAS	71
1 INTRODUÇÃO	71
2 BIBLIOTECAS.....	71
3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO	74

4 ÓRGÃOS DE CLASSE.....	75
5 ASSOCIAÇÕES.....	76
6 SINDICATOS.....	77
7 INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS.....	77
8 OUTROS ÓRGÃOS DE DESTAQUE.....	77
RESUMO DO TÓPICO 6.....	79
AUTOATIVIDADE.....	80
UNIDADE 2 – BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA: APRENDENDO SOBRE SEUS CONTEXTOS.....	83
TÓPICO 1 – RELAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS E BIBLIOTECONOMIA.....	85
1 INTRODUÇÃO.....	85
2 BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	86
3 MARCOS DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA.....	88
4 A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA BIBLIOTECA E DA LEITURA PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA.....	90
RESUMO DO TÓPICO 1.....	92
AUTOATIVIDADE.....	93
TÓPICO 2 – MARCOS DA ÁREA DA DOCUMENTAÇÃO.....	95
1 INTRODUÇÃO.....	95
2 O SURGIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E SEUS MARCOS.....	96
3 INÍCIO DA DOCUMENTAÇÃO NO BRASIL.....	99
RESUMO DO TÓPICO 2.....	101
AUTOATIVIDADE.....	102
TÓPICO 3 – ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA.....	105
1 INTRODUÇÃO.....	105
2 ARQUIVOLOGIA: DEFINIÇÃO.....	106
2.1 O QUE SÃO ARQUIVOS?.....	106
2.2 DEFINIÇÃO E A NATUREZA DO DOCUMENTO.....	107
2.3 O QUE É DOCUMENTO DE ARQUIVO?.....	108
2.4 QUAIS OS TIPOS DE ARQUIVOS?.....	109
2.5 CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E GESTÃO DE ARQUIVOS.....	110
2.6 TEORIA DAS TRÊS IDADES.....	113
2.7 TABELA DE TEMPORALIDADE.....	114
3 ARQUIVOLOGIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO ARQUIVISTA.....	115
3.1 O PROFISSIONAL ARQUIVISTA.....	120
3.2 ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB).....	121
3.3 CÓDIGO DE ÉTICA DOS ARQUIVISTAS.....	122
4 MUSEOLOGIA.....	125
4.1 O QUE SÃO MUSEUS?.....	125
4.2 REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE MUSEÓLOGO.....	126
4.3 CONSELHO DE CLASSE.....	127
4.4 CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL.....	129
RESUMO DO TÓPICO 3.....	131
AUTOATIVIDADE.....	133

TÓPICO 4 – FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	137
1 INTRODUÇÃO	137
2 COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS	138
3 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES (FDC): ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CARATERÍSTICAS	139
4 POLÍTICAS PARA DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	143
LEITURA COMPLEMENTAR.....	149
RESUMO DO TÓPICO 4.....	160
AUTOATIVIDADE	161
UNIDADE 3 – A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTEXTUALIZADA	165
TÓPICO 1 – DEFINIÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	167
1 INTRODUÇÃO	167
2 ORIGEM DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....	168
LEITURA COMPLEMENTAR I	170
LEITURA COMPLEMENTAR II.....	175
3 DEFINIÇÕES DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	176
LEITURA COMPLEMENTAR III	180
RESUMO DO TÓPICO 1.....	184
AUTOATIVIDADE	185
TÓPICO 2 – INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: FORMAS E SUPORTE.....	189
1 INTRODUÇÃO	189
2 DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	190
3 FORMAS E SUPORTES DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO.....	196
4 MÉTRICAS DA INFORMAÇÃO	199
LEITURA COMPLEMENTAR.....	202
RESUMO DO TÓPICO 2.....	207
AUTOATIVIDADE	209
TÓPICO 3 – CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO	211
1 INTRODUÇÃO	211
2 DEFINIÇÕES E TIPOS DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	212
3 OBJETIVOS, FUNÇÕES E ATIVIDADES NAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO	214
LEITURA COMPLEMENTAR.....	217
RESUMO DO TÓPICO 3.....	225
AUTOATIVIDADE	227
REFERÊNCIAS	229

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA BIBLIOTECONOMIA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você será capaz de:

- apresentar aspectos históricos do surgimento da escrita e da biblioteca;
- informar como a biblioteconomia foi criada e seus fundamentos;
- citar características que o profissional bibliotecário necessita ter;
- discorrer sobre a legislação que rege a profissão do bibliotecário;
- apresentar o código de ética do bibliotecário;
- assinalar as instituições existentes na área biblioteconômica.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em seis tópicos. Ao final de cada um deles, você poderá dispor de atividades que o auxiliarão na fixação do conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – HISTÓRIA DA ESCRITA E ORIGEM DAS BIBLIOTECAS

TÓPICO 2 – INTRODUÇÃO À BIBLIOTECONOMIA

TÓPICO 3 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

TÓPICO 4 – LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

TÓPICO 5 – ENSINO E PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA

TÓPICO 6 – INSTITUIÇÕES BIBLIOTECONÔMICAS



HISTÓRIA DA ESCRITA E ORIGEM DAS BIBLIOTECAS

1 INTRODUÇÃO

Para compreendermos efetivamente para que a biblioteconomia se destina e o que ela abrange, é importante voltarmos um pouco no tempo e pensarmos como e porque essa ciência surgiu. As bibliotecas foram criadas muito antes do aparecimento do livro, no formato como o conhecemos hoje.

O surgimento das bibliotecas acompanha a história da evolução da humanidade, da necessidade e dos esforços em se comunicar. Da criação de alfabetos rudimentares até o que conhecemos e utilizamos atualmente, passando por várias maneiras de registrar as informações, até a invenção do papel e da prensa, a fim reproduzir mecanicamente os livros, a biblioteca teve seu papel nesse processo evolutivo. Com a função inicial de armazenar e preservar os acervos, foi essencial para o acesso ao conhecimento e desenvolvimento humano.

Da mesma forma é importante compreender a importância da comunicação, oral ou escrita, nesse mesmo processo, e chamar a atenção para a necessidade da sua preservação e disseminação.

E a partir dessa contextualização, será possível verificar como a figura do bibliotecário e da própria biblioteconomia se fez necessária. Portanto, vamos iniciar o nosso estudo!

2 EVOLUÇÃO DA ESCRITA

O ser humano, desde os primórdios, sempre teve necessidade de se comunicar e de repassar seu conhecimento aos demais, para sua família ou sua comunidade. O homem primitivo, quando ainda não tinha desenvolvido a linguagem, o fazia por meio das pinturas rupestres.

Pinturas rupestres são desenhos feitos em paredes de cavernas e rochas, que representavam situações do dia a dia dos homens daquela época, como as caçadas, por exemplo.

Essas pinturas, que ainda hoje podem ser observadas em vários locais do mundo, inclusive no Brasil, na Serra da Capivara, localizada no Estado do Piauí, foram importantes para que historiadores desvendassem aspectos da rotina humana em tempos tão longínquos, apontando a intenção de comunicação dos habitantes pré-históricos (FABER, 2017). A figura a seguir exemplifica uma pintura rupestre.

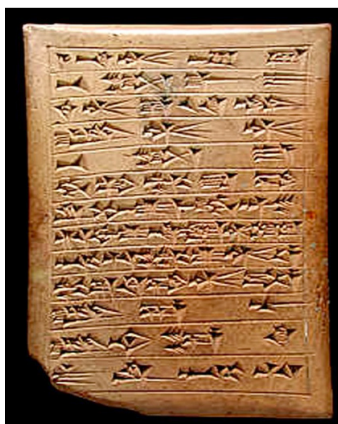
FIGURA 1 – GRAVURA NA CAVERNA DE LAUSCAUX, FRANÇA



FONTE: Faber (2017, s.p.)

Com o passar dos séculos, o homem adquiriu o domínio da linguagem, estabelecendo a tradição oral como forma de repassar conhecimento por meio de histórias, anedotas, narrações de forma geral. Mas a tradição oral não deixa registros, conta apenas com a memória dos que ouviram para continuar a tradição. Dessa forma, houve um esforço de se iniciar uma linguagem escrita, estabelecida pelos sumérios, por volta de 2500 a.C. Os primeiros registros eram simples, feitos de placas de argila, chamados de escrita cuneiforme. Tinham como objetivo, além da comunicação, o registro das transações comerciais que eram realizadas na época. A seguir, temos um exemplo de tábua de argila com escrita cuneiforme.

FIGURA 2 – TÁBUA DE ARGILA COM ESCRITA CUNEIFORME



FONTE: <<http://www.josemarbessa.com/2006/06/histria-da-escrita-memria-dos-homens.html>>. Acesso em: 29 maio 2018.

Dos registros mais simples, a escrita evoluiu para formas mais complexas, com signos que representavam ideias. Um exemplo clássico da escrita ideográfica são os hieróglifos egípcios, registrados em pedra ou em papiros.

Os escribas eram os responsáveis pelos registros e cópias. Era uma profissão muito admirada, pois o acesso à informação e ao domínio da escrita era para poucos. Brissaud (1978, p. 78) afirma que “os escribas aprendiam sua profissão na escola, durante longos anos. Era necessário saber ler, transcrever os hieróglifos, fazer anotações ditadas, copiar textos antigos”. O autor esclarece que os escribas treinavam a escrita em lascas de calcário, tábuas e cacos de barro, para depois estarem aptos a utilizarem o papiro, que era um material caro. Na Figura 3 é possível observar um fragmento de papiro egípcio.

FIGURA 3 – PAPIRO EGÍPCIO



FONTE: <<http://aimagemcomunica.blogspot.com/2010/11/os-primeiros-suportes-fisicos.html>>. Acesso em: 29 maio 2018.



Você sabia que o papiro era uma fibra vegetal que, depois de passar por um processamento, se assemelhava a um papel rudimentar?

A pedra, a argila e os papiros foram utilizados como suporte da informação, pois era nessas estruturas que as ideias e as mensagens eram registradas. Como o papiro só era cultivado em regiões quentes, foi necessário descobrir outro suporte para a escrita. Dessa forma, o pergaminho, feito com o couro de carneiros ou cabritos, começou a ser utilizado na Idade Média, sobretudo na Europa. As peles de animais passavam por um processo de lavagem e de preparação para ficarem adequadas para sua utilização, conforme mostra a Figura 4.

FIGURA 4 – PERGAMINHO



FONTE: <<https://bit.ly/2wv8xkL>>. Acesso em: 30 maio 2018.

Com o surgimento do papel, ocorrido na China, em 105 a.C., e com o uso do alfabeto latino com consoantes e vogais, originário no Séc. VII a.C., foi possível a criação dos tipos móveis pelo alemão Johann Gutenberg. Esse invento, ocorrido no século XV, revolucionou a imprensa permitindo cópias de livros em tempo menor, o que propiciou a disseminação da informação e da cultura para um grande público.

A prensa de Gutenberg consistia de um suporte fixo com uma parte superior móvel em forma de parafuso. Para imprimir cada página, montava-se os caracteres letra a letra para formar as linhas do texto. Os tipos móveis eram placas de metal nas quais se passava tinta para fazer a impressão no papel. Para imprimir, a prensa era movimentada por uma barra que movia a rosca e o prelo (LINARDI, 2011). A Figura 5 é um exemplo da prensa utilizada por Gutenberg.

FIGURA 5 – PRENSA DE GUTENBERG



FONTE: <<http://www.stephenhicks.org/wp-content/uploads/2013/12/gutenberg-press.jpg>>. Acesso em: 30 maio 2018.

Todos esses materiais (tábuas de argila, papiros, pergaminhos) formavam um acervo que foi armazenado e, de alguma forma, organizado. Esse local de armazenamento foi chamado de biblioteca.

Observa-se, portanto, com o reforço de Guinchat e Menou (1994), que, ao longo da história, diversos materiais serviram de suporte para a informação, atualmente o papel ainda é o mais utilizado. Entretanto, os autores afirmam que a inovação tecnológica pela qual estamos passando fez surgir outras formas de suportes. Atualmente o suporte eletrônico, as mídias digitais e os *e-books* (livros digitais) são uma nova forma de armazenar e transmitir informações, de organizar e de pensar nos serviços oferecidos pelas bibliotecas.

3 ORIGEM DAS BIBLIOTECAS

Ao contrário do que acontece hoje, as primeiras bibliotecas que surgiram não eram acessíveis ao povo, mas a um público restrito que detinha poder e conhecimento. De acordo com Silva e Araújo (2014), a história da biblioteca anda lado a lado com a história do registro da informação e com a própria história da humanidade.

Uma das bibliotecas mais famosas da antiguidade foi a Biblioteca de Alexandria, no Egito. Estima-se que ela tenha sido construída por volta do ano III a. C, a mando do rei Ptolomeu II. Ela reunia a maior coleção de manuscritos do mundo antigo, cerca de 500 mil volumes. Mas acabou sendo destruída por um incêndio que devastou grande parte do seu acervo.



É possível assistir um pouco da história da incrível Biblioteca de Alexandria e seu fim trágico no filme Alexandria, que retrata também o acesso ao conhecimento restrito a uma parcela privilegiada da população e a exclusão da mulher do meio intelectual. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g31D4ZrSmcY>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Na antiguidade, a função básica das bibliotecas era de servir de armazenamento do material que nelas existiam. Pois a quantidade de rolos de papiro e pergaminho identificava o poder e o status dos imperadores da região em que elas foram construídas, não havendo uma preocupação com a recuperação e o acesso a esse acervo, que era constituído por escritos de intelectuais gregos, romanos e egípcios, na sua maioria (MORIGI; SOUTO, 2005).

Na Idade Média, as bibliotecas estavam inseridas nos mosteiros. As ordens religiosas tiveram a função de preservar os livros e materiais existentes. A Igreja Católica exercia um domínio e poder muito grande sobre a população, que tinha um número expressivo de analfabetos, poucos tinham acesso à leitura e à escrita.

O conteúdo do acervo era sobretudo de âmbito religioso e filosófico. O acesso era permitido apenas ao bibliotecário e aos monges copistas, que faziam as cópias das escrituras religiosas, de textos de medicina e de conteúdo filosófico.



Um filme muito interessante que retrata essa questão é O NOME DA ROSA.

A leitura do livro O NOME DA ROSA, de Umberto Eco, no qual o filme foi baseado, é muito interessante. Além de ser uma leitura cativante, é um suspense policial, que retrata uma fase muito importante da história e dá uma aula de Idade Média.

Ainda na Idade Média começaram a surgir as bibliotecas universitárias. Começando a apresentar um conteúdo mais amplo, além dos livros religiosos. Elas apresentavam características muito próximas das bibliotecas atuais, no que diz respeito ao acesso e à disseminação democrática de informação (MORIGI; SOUTO, 2005).

Durante o período do Renascimento (entre os séculos XIV e XVI), as bibliotecas eram financiadas por duques, reis e mercadores, e existia uma preocupação com o conhecimento e com o status que isso trazia. O bibliotecário também começou a exercer um papel importante. Na época renascentista houve a criação de uma importante biblioteca, que existe até hoje: a grandiosa Biblioteca Vaticana, fundada pelo Papa Nicolau V (SANTOS, 2012).

Atualmente, com a evolução tecnológica, passa-se por outra mudança no suporte informacional. Convivemos com o livro impresso, mas paralelamente temos condições de acessar os *e-books* e outras diversas plataformas de pesquisa on-line. Bibliotecas digitais e virtuais estão ocupando um grande espaço e são uma alternativa para quem não tem acesso à biblioteca física. Os CDs, DVDs, pen drives, a própria internet, entre outros, são suportes informacionais utilizados em grande escala hoje em dia.

Hoje existem bibliotecas em grande parte do nosso país, ainda que insuficientes, assim como no mundo inteiro. Existem as bibliotecas escolares, universitárias, públicas, especializadas, de centros de informação e a Biblioteca Nacional, elas se diferenciam basicamente no tipo de público que atendem e no acervo que possuem.

É indiscutível o fato de que as bibliotecas contribuíram para a cultura e o conhecimento da história das civilizações ao longo dos tempos. O que você acha sobre essa afirmação? Concorde ou não? Já pensou em como seria o desenvolvimento da humanidade sem a preservação do conhecimento registrado? Sem as bibliotecas para armazenarem todo o acervo criado?



Artigo: CHAGAS, Flomar Ambrosina Oliveira. Biblioteca: das tabletas ao eletrônico. Esse artigo é resultado de uma pesquisa acadêmica que objetiva investigar a função da leitura e da biblioteca em vários momentos da história. Questionando se a biblioteca teve a função de formar o leitor, e os diferentes estilos e modalidades da leitura que ocorreram com a preocupação em prol da formação literária. Vale a pena a leitura para complementar as informações dessa unidade e saber um pouco mais sobre o mundo das bibliotecas, da leitura e dos leitores! Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/307732818_BIBLIOTECA_DAS_TABLETAS_AO_ELETRONICO>. Acesso em: 28 ago. 2018.



RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você aprendeu que:

- O desenvolvimento da escrita é uma consequência da necessidade de comunicação humana.
- A origem da escrita, do papel e do alfabeto impulsionaram o desenvolvimento da humanidade e a disseminação do conhecimento.
- Variados suportes informacionais foram utilizados através do tempo.
- As bibliotecas tiveram sua origem com a função de servirem como locais de armazenamento da informação.
- O desenvolvimento tecnológico permitiu o desenvolvimento de suportes informacionais.



1 A necessidade da comunicação humana permitiu a evolução nas formas de expressão antes do domínio da linguagem e o registro do conhecimento passou por suportes diversos até chegar às tecnologias atuais. Tendo por base essa afirmativa, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

- () O papiro foi muito utilizado na Europa como uma alternativa para o uso do papel.
- () As bibliotecas surgiram antes mesmo da criação dos livros, armazenando as tábuas de argila, papiros e pergaminhos.
- () O acesso à escrita era permitido a toda a população, não havia privilégios no mundo antigo.
- () Atualmente, as tecnologias digitais estão ocupando um grande espaço e mudando a forma de pensar a atuação do profissional bibliotecário.

Marque a opção que corresponde à ordem correta:

- a) () V – F – V – F.
- b) () V – V – F – V.
- c) () F – V – F – V.
- d) () F – F – V – V.

2 As bibliotecas antecederam a origem do livro, no formato em papel, como conhecemos hoje. Pois as bibliotecas da antiguidade armazenavam os suportes que existiam à época, sejam eles placas de argila, papiro ou pergaminho, e mais tarde o próprio livro impresso, e realizavam a missão de organizá-los e preservá-los. Com base nessa afirmação e no conteúdo estudado no Tópico 1, assinale a alternativa correta:

- a) () A existência de bibliotecas na antiguidade não se caracteriza pela preocupação em preservar os dados e as informações que eram produzidas, pois ocorreu sem planejamento e sem objetivo.
- b) () As bibliotecas exerceram um papel importante para a humanidade, pois os seus acervos preservados possibilitaram o acesso a informações e a conteúdos históricos e filosóficos que são a base do conhecimento da humanidade.
- c) () Na antiguidade já existia uma metodologia elaborada para realizar a recuperação e a disseminação da informação para os usuários.
- d) () Na Idade Média já havia o acesso liberado para toda a população. Quem tivesse interesse poderia utilizar e pesquisar as bibliotecas existentes, já que grande parte das pessoas eram alfabetizadas e interessadas por livros.



INTRODUÇÃO À BIBLIOTECONOMIA

1 INTRODUÇÃO

A história da escrita e dos suportes informacionais está fortemente ligada ao surgimento das bibliotecas, com o início das práticas que culminaram na biblioteconomia que conhecemos atualmente.

Originalmente, a biblioteca foi criada para armazenar os diversos suportes informacionais que surgiram ao longo do tempo. Atualmente, será que ela mantém o objetivo? Quais pensamentos fundamentam a sua prática? Que teorias embasam essa disciplina?

A biblioteconomia busca alicerçar seus saberes em conceitos e técnicas elaboradas com intuito de aprimorar seus processos, questionando e reelaborando seus métodos, a fim de acompanhar o desenvolvimento informacional e atender plenamente seus usuários. Esses conceitos procuram cientificar a biblioteconomia, desvinculando o aspecto técnico que está fortemente vinculado à mesma.

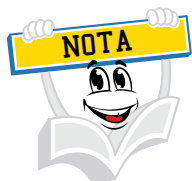
Nesse aprimoramento, o repensar de serviços e processos, abre possibilidades diversas para a atuação do profissional bibliotecário, além dos locais clássicos em que estamos habituados a associar a atividade desse profissional. E entre esses novos campos de atuação, outros nomes surgem para definir o bibliotecário, de acordo com o enfoque de trabalho, e o local de atuação do mesmo.

2 ASPECTOS FILOSÓFICOS E EPISTEMOLÓGICOS

Nesse ponto, é importante compreendermos que sentido é atribuído à palavra biblioteconomia. Para isso, utilizaremos o conceito que Fonseca (2007, p. 1) traz, no campo da epistemologia, para o termo biblioteconomia:

A palavra biblioteconomia é composta por três elementos gregos - biblón (livro) + theka (caixa) + nomos (regra) - aos quais juntou-se o sufixo ia. Epistemologicamente, portanto, biblioteconomia é o conjunto de regras de acordo com as quais os livros são organizados em espaços apropriados: estantes, salas, edifícios.

Por esse conceito, a biblioteconomia se ocuparia de propor e aplicar regras para a organização de um acervo. Ortega (2004, p. 1) afirma que Biblioteconomia é definida “no seu sentido restrito, como a área que realiza a organização, gestão e disponibilização de **acervos** de bibliotecas”.



De acordo com o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, de Cunha e Cavalcanti (2008, p. 2), Acervo pode ser definido como um “conjunto de documentos conservados para o atendimento das finalidades de uma biblioteca: informação, pesquisa, educação e recreação”. Ou seja, é toda coleção de materiais que fazem parte de uma biblioteca: livros, CDs, DVDs, mapas, entre outros.

Você já teve a oportunidade de visitar uma biblioteca, grande ou pequena, de uma escola, da sua cidade, do seu estado ou região, e verificar a diversidade de materiais que podem ser encontrados nesse ambiente? Já pensou de que forma eles são organizados e recuperados? Você precisou de auxílio para localizar o que procurava?

As bibliotecas, desde a antiguidade, tiveram que criar técnicas a fim de suprir as necessidades de organização, cadastro e disseminação das informações contidas em seus acervos. Santos e Rodrigues (2013) elucidam que esses procedimentos elaborados, que eram fundamentalmente técnicos e que objetivavam resolver um problema prático, formaram um conjunto de processos que ao longo do tempo fundamentou a disciplina de Biblioteconomia. Da sua gênese a praticamente o século XIX, a biblioteconomia teve um caráter técnico muito forte, voltada para questões de classificação, catalogação e organização do acervo de modo geral.

Em decorrência dessa característica, por muito tempo a biblioteconomia não foi considerada uma ciência. E muitas discussões foram realizadas nesse sentido. Durante o século XX, essa visão fragmentada e incompleta da área começou a ser contestada, oferecendo uma visão ampliada e cientificizada. Compreendeu-se que não é apenas de técnica que a biblioteconomia é fundamentada, mas de teorias e conceitos que respaldaram e definiram seu campo de atuação através dos tempos.

A constante reflexão sobre seus conceitos, sobre sua abrangência e ações, é o que se denomina filosofia da biblioteconomia. Os aspectos filosóficos da biblioteconomia procuram teorizar suas práticas e pensar na sua abrangência de modo a aprimorar suas ações e questionar constantemente sua conduta, aproximando-se de uma ciência (SOUZA, 1986).



O filme "O Nome da Rosa", que foi sugerido no tópico anterior para se entender sobre o funcionamento das bibliotecas nos monastérios, também serve para as questões filosóficas e científicas que foram abordadas. Os argumentos que os personagens utilizaram para defender suas ideias, ou preterir pensamentos adversos, são de grande riqueza para esse estudo.

2.1 CONCEITUAÇÃO E FUNÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA

A *American Library Association* (ALA) foi quem emitiu um dos primeiros conceitos de Biblioteconomia, definindo-a como uma “área voltada para a aplicação prática de princípios e normas à criação, organização e administração de bibliotecas” (RUSSO, 2010, p. 47).

Buonocore (1963, apud RUSSO, 2010) destaca outros conceitos, como o que concebe a Biblioteconomia como uma área destinada ao estudo dos fundamentos racionais para realizar, com a maior eficácia e o menor esforço possível, os fins específicos das bibliotecas. Seguindo o pensamento do autor, a Biblioteconomia era composta por duas subáreas: a técnica e a administrativa. Enquanto a técnica se preocupava com questões de seleção, a aquisição, a catalogação, a classificação e a ordenação das obras nas bibliotecas, a administrativa tinha como preocupações essenciais o local, a arquitetura, o mobiliário, o pessoal, o uso, o regulamento e os recursos financeiros, de modo que a biblioteca pudesse oferecer um serviço com eficiência aos seus usuários. No entanto, é um conceito discutido e contestado, pois da forma como está colocado, o **usuário** vem em segundo plano, colocando a parte técnica da biblioteconomia como primordial.



Usuários são as pessoas que utilizam a biblioteca e seus serviços. Há uma forte linha de pensamento que defende o termo "interagentes" no lugar de "usuários". Mas ainda é uma expressão comumente usada dentro da biblioteconomia.

Atualmente, não se configura mais dessa forma o modo de se pensar e de praticar a biblioteconomia. O usuário é a razão de ser de todas as atividades realizadas e dos serviços elaborados e prestados. Com isso em mente, é essencial que o profissional bibliotecário tenha a capacidade de pensar suas ações, saber o que está fazendo, de que forma e para quem. E desse modo, também questionar a função e o papel da biblioteconomia para a sociedade.

Existe uma função social muito importante por parte da biblioteconomia, a partir do momento em que ela faz uma conexão entre os que produzem conhecimento (pesquisadores ou das informações registradas) e os que se utilizam desse conhecimento. A biblioteconomia organiza, compila o conhecimento ou a informação que gerará conhecimento, e faz a transferência, a disseminação aos que dela precisam ou procuram. Faz isso de modo sistematizado e acompanhando as tecnologias e as necessidades de informação que surgiram com o desenvolvimento da humanidade, que em todos os seus aspectos é atribuído ao desenvolvimento do pensamento humano e da ciência (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014).

A filosofia e a ciência possuem a mesma origem. Na Grécia antiga, Tales de Mileto, Platão e Aristóteles foram filósofos que contribuíram de modo imperativo para o saber científico. De tal forma que Salcedo e Cruz (2017, p. 49) afirmam que “os primeiros filósofos encontraram um novo modo de responder às suas incertezas, a partir da organização mental dos fatos observados na natureza, em divergência com o pensamento mítico”. Complementam ainda que a partir dessa época, as respostas para todas as questões que surgiam não eram mais baseadas em crenças, mas nas observações dos fenômenos e na construção do pensamento. E é nessa forma de pensar, realizando experimentos, testando e refutando hipóteses, investigando fenômenos, que é embasada a ciência nos dias atuais.

Por que nos interessa saber sobre a origem da ciência? Qual é o foco da biblioteconomia, por qual razão ela existe? O que motivou a construção das bibliotecas? A ciência gera informação, a ciência gera conhecimento. E isso é o insumo do trabalho do bibliotecário. Fonseca (1987, p. 126) confirma esse pensamento ao afirmar que “com uma compreensão mais clara da gênese da informação, bibliotecários e documentalistas estarão melhor habilitados a armazená-la e recuperá-la, tornando-a mais acessível aos usuários”.

Nem todas as bibliotecas ou unidades de informações trabalham com a ciência pura. Pois cada instituição tem um público diferenciado e o seu acervo deve estar voltado para ele. Mas todas trabalham com informação e com o potencial conhecimento que será adquirido por quem assim desejar obter.

No âmbito das discussões filosóficas, Floridi (2010, p. 1) defende a ideia de que “a biblioteconomia e a ciência da informação deveriam desenvolver suas fundamentações teóricas em termos de uma filosofia da informação”. A discussão sobre o que é informação foi preconizada por Floridi, um dos filósofos da informação mais renomados do século XXI. Sem entrar no âmbito dessa discussão, que é densa, importante se faz a necessidade de uma diferenciação básica para a atuação do bibliotecário no seu cotidiano, de um modo simplificado, do que é dado, do que é informação e do que é conhecimento.

Dado é considerado um elemento da informação, mas sozinho não transmite nenhum conhecimento. Sem interpretação ele não tem significado. Por sua vez, a informação é considerada “a matéria-prima do conhecimento, sem a qual o conhecimento não teria coesão suficiente para tornar-se conhecimento [...]” (XAVIER; COSTA, 2010, p. 82).

Choo (2003) sustenta que é natural do ser humano a busca por informação, tanto que se considera um processo social. A informação só faz sentido quando ela se torna útil para quem a estava buscando, um indivíduo ou grupo. Informação são dados contextualizados que fazem sentido para a pessoa que os recebe. Por fim, o conhecimento é a informação aplicada, transformada em um saber, requer uma vivência da pessoa. Quando uma informação se relaciona com um conhecimento preexistente, é processada e internalizada, se transmuta em conhecimento. O Quadro 1 procura esquematizar e esclarecer essas definições.

QUADRO 1 – DADO, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO

DADO	INFORMAÇÃO	CONHECIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> - Simples observações sobre o estado do mundo. - Facilmente estruturados. - Sem significado isoladamente. - Facilmente transferível. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dados com relevância e propósito. - Necessita de análise. - Contextual. - Exige a mediação humana para realizar a transferência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informação valiosa e com significado. - De difícil estruturação. - Resultado de ações e interações entre sujeitos. - Frequentemente tácito, de difícil transferência.

FONTE: Adaptado de Davenport e Prusak (1998)

A informação tem um ciclo de construção, comunicação e uso. São processos que se autoalimentam. Ou seja, ao construir uma informação, ela é comunicada e usada para a geração de mais informações que serão comunicadas, e assim sucessivamente. E nessa apropriação da informação, na sua interpretação e na sua usabilidade, ocorre o conhecimento. O conhecimento, apesar de ser uma apropriação individual, precisa ser compartilhado para o progresso de todos, pensando em um contexto social, organizacional (DUARTE, 2009).

Um exemplo bem prático para compreender melhor essa diferença é a receita de um bolo: a quantidade dos ingredientes são os dados. A forma de fazer o bolo são informações, sem as quais não seria possível de se realizar a atividade. Agora, o fato de fazer utilizar a receita e fazer o bolo é que vai lhe trazer conhecimento.

Qual a finalidade de compreender essa diferença? Como profissional da informação, o bibliotecário precisa compreender o que está oferecendo ao seu público, e de que modo isso é importante para ele. Verificar se é relevante e de acordo com o que ele precisa no momento. Isso se faz mais urgente por conta das circunstâncias em termos de geração de informações que estamos vivenciamos. Se historicamente viemos de um panorama em que a informação era escassa e restrita a um grupo social específico, hoje somos bombardeados por ela e sem possibilidade de acompanhar tudo o que é publicado, postado, divulgado.

2.2 AS 5 LEIS DE RANGANATHAN

Contextualizando a questão filosófica da biblioteconomia, é necessário citar aqui cinco leis fundamentais da biblioteconomia. É um princípio básico da literatura, uma espécie de manual que é um clássico da biblioteconomia, chamada “As 5 leis de Ranganathan”. Ranganathan foi um matemático e bibliotecário indiano nascido em 1892. Considerado o pai da biblioteconomia da Índia, ele formulou cinco leis, no ano de 1931, que continuam atuais. Elas foram adaptadas e são aplicadas à nossa realidade, e apesar de simples, são profundas no seu significado. A partir dessas leis, muitas outras obras foram escritas nas diversas áreas da biblioteconomia. Vamos conhecê-las (RANGANATHAN, 2009):

- 1) **Os livros são para serem usados:** não apenas os livros, mas tudo o que faz parte do acervo e todos os recursos que a biblioteca pode oferecer. O bibliotecário precisa divulgar o que a biblioteca tem para que o acervo seja utilizado. Inclusive o acesso às informações digitais, as bases de dados on-line, ou seja, tudo o que a biblioteca fornece como fonte de informação.
- 2) **A cada leitor, o seu livro:** cada leitor, usuário e pesquisador tem um interesse e uma necessidade, e o bibliotecário precisa saber dessas necessidades e interesses a fim de não deixar ninguém sem resposta. O estudo de usuários é uma ferramenta de pesquisa do bibliotecário que consegue atender essa lei. Procurar conhecer as necessidades de informação do indivíduo é essencial para prestar um bom atendimento e cumprir com a missão do bibliotecário.
- 3) **A cada livro, o seu leitor:** essa lei pode ser cumprida com o acesso livre do leitor às estantes, assim como ao sistema de classificação que separa os livros por assunto. Dessa forma, o leitor pode pesquisar, visualizar o que lhe interessa e encontrar o que lhe agrada. A disseminação da informação se enquadra nesse item. Permitir o uso dos computadores e de outras fontes de informação também pode se enquadrar nessa lei.
- 4) **Poupe o tempo do leitor:** todo o processamento técnico é feito para organizar o material para deixá-lo disponível para que o usuário o localize rapidamente. É necessário oferecer serviços especializados, como o serviço de referência, saber qual é o perfil do usuário a fim de conhecer suas necessidades informacionais e atendê-las.
- 5) **A biblioteca é um organismo em crescimento:** a biblioteca cresce, a produção bibliográfica aumenta, é necessário atualizar a coleção, com referência no material que é utilizado. O bibliotecário deve prever esse crescimento, que se dá fisicamente além da evolução dos serviços prestados. Deve prever também a aquisição de equipamentos, assinatura de acessos a bases de dados e demais necessidades tecnológicas.

Percebeu como cada lei serviu de inspiração para a criação de serviços e processos técnicos que são utilizados hoje nas bibliotecas e nos diversos centros de informação? As leis servem de base para uma filosofia das atividades biblioteconômicas, pois todos esses princípios norteiam as atividades do bibliotecário, que precisa interpretar de acordo com sua realidade, com seu público-alvo e com sua instituição a fim de cumprir com sua missão de profissional da informação.

Essas leis são interessantes apesar de elaboradas em uma época longínqua, com um cenário social e histórico tão diferente do atual, e até hoje é possível tê-las como referência para nortear os serviços do profissional bibliotecário.

3 CARACTERÍSTICAS DOS DOCUMENTOS

Informação é o conteúdo de um determinado documento. Documento é o suporte em que a informação está registrada, é o suporte material de algum registro. Os documentos possuem atributos e particularidades que os diferenciam entre si.

As características de um documento, de acordo com Guinchat e Menou (1994), podem ser atribuídas por aspectos físicos e intelectuais. Os físicos são de acordo com o material, a forma, a produção, entre outros. E os intelectuais dizem respeito ao objetivo, ao conteúdo, originalidade, para citar algumas. Vamos identificar cada aspecto a seguir. Quanto às características **físicas**, os documentos podem ser qualificados, segundo Guinchat e Menou (1994), como:

- **Textual e não textual:** textual são basicamente os que possuem texto escrito, como livros, *e-books*, periódicos, documentos comerciais, entre outros. Não textual são os documentos em que prevalecem outras formas de registro, como imagens, mapas, plantas, gráficos, CDs, DVDs, jogos etc.
- **Quanto ao material:** brutos (utilizados na antiguidade, como ossos, pedra) e os utilizados atualmente, como papel, suportes magnéticos, plásticos utilizados em CDs e outros materiais legíveis por máquinas.
- **Quanto ao modo de utilização:** podem ser diretamente pelo homem, por equipamentos especiais e de informática.
- **Quanto à forma de produção:** podem ser brutos, os que são encontrados na natureza, como minerais, plantas, fósseis, ou os manufaturados, fabricados pelo homem, como amostras, protótipos, obras de arte e literárias, para citar alguns.
- **Quanto à periodicidade:** alguns documentos são produzidos apenas uma vez, como é o caso dos livros. Outros são produzidos de forma seriada, como as revistas e jornais (chamados de periódicos). E as coleções, que são irregulares na sua publicação.
- **Quanto à forma de publicação:** podem ser publicados por editoras e livrarias. E não publicados, nesse caso não são comercializados, e sua divulgação é restrita. É chamada de literatura subterrânea ou literatura cinzenta. Nessa condição se incluem os manuscritos, teses, relatórios de estudos, produções de empresas, instituições em formato impresso e eletrônico, mas sem controle de editoras.

Com relação aos aspectos intelectuais, os documentos podem ser qualificados como:

- **Quanto ao grau de elaboração:** primários, documentos que são originais, elaborados pelo autor. Secundários, que fazem referência aos documentos primários, como bibliografias e catálogos. Terciários são desenvolvidos a partir dos documentos primários e secundários, como índices, guias, dicionários.
- **Quanto à origem:** pode ser a fonte ou o ator. A fonte pode ser pública, privada, anônima, coletiva, divulgada. O autor pode ser pessoal, coletivo, entidade, de domínio público. Quando o documento é de domínio público, o acesso é liberado a todos, e qualquer pessoa pode ter acesso a esses documentos.
- **Quanto ao tipo de documento:** Nível formal – como monografias, publicações periódicas, normas, patentes. Nível intelectual – são documentos essenciais que dependem do interesse da biblioteca.
- **Quanto ao conteúdo:** depende do assunto tratado, da sua exaustividade, do grau de originalidade, do nível científico. Tudo é relativo e depende da análise e do intuito do pesquisador.

Cada espécie de documento demanda uma análise do profissional da informação a fim de poder tratar essa documentação, seja ela em qual suporte estiver, para que as pessoas possam ter acesso ao seu conteúdo. Sabendo que há uma forma de identificar os documentos, é necessário destacar que o tipo de documentação depende muito do local em que o profissional atua. Pois instituições com características diferentes produzirão materiais distintos. E em quais locais o bibliotecário tem a possibilidade de atuar? Vamos verificar quais são as possibilidades, sabendo que cada local possui características e materiais diversos.



O Governo Federal disponibiliza obras de acesso gratuito, sobretudo na área de literatura brasileira e educação, pelo site: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Esse site é uma biblioteca virtual onde se faz o download das obras com acesso ao conteúdo integral. Acesse-o e faça uma pesquisa. Vai ser uma experiência bem interessante!

4 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Sabemos que o bibliotecário trabalha com dados e informações, e que realiza processos para disponibilizá-los ao seu usuário. Mas será que lugar de bibliotecário é apenas na biblioteca? A biblioteca é o único local que trabalha com informações que precisam ser organizadas para posterior uso? Para responder a essas questões, é necessário compreender primeiramente as atribuições do profissional bibliotecário.

O termo bibliotecário é muito associado ao trabalho em bibliotecas. Nesse sentido, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 53), no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, o definem assim:

Profissional que tem a seu cargo a direção, conservação, organização e funcionamento de bibliotecas. 2. Profissional que: a) desempenha funções técnicas ou administrativas em bibliotecas; b) lida com documentos de todos os tipos (p. ex.: livros, periódicos, relatórios, materiais não impressos) com base na especificação de seu conteúdo temático e a serviço de uma variedade de usuários, desde crianças até cientistas e pesquisadores (...).

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o bibliotecário está enquadrado nas “Profissões de Informação”, suas atividades são as seguintes:

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria (BRASIL, 2002, s.p.).

Por esta descrição, percebe-se que a atuação do bibliotecário é bem ampla e diversificada. Sua atuação não é restrita às bibliotecas, mas a diversas instituições que trabalham com informação e documentação. Seu trabalho não é apenas de realizar o processamento técnico, de preparação do material para pesquisa, mas também de disseminar a informação, de desenvolver ferramentas de pesquisa, de oferecer treinamentos aos usuários para pesquisa e de utilização das mais diversas ferramentas, de desenvolver ações culturais de incentivo à leitura, ensino e pesquisa, fazendo a gestão disso, entre outras.

O bibliotecário possui um campo de trabalho amplo, pode atuar em locais como: arquivos, museus, centros de documentação ou informação, editoras, livrarias, centros de preservação e restauração de documentos e obras de arte, emissoras de televisão, de rádio e jornal, organização de bases de dados virtuais, centros culturais, centros de imagem, além de atuar como consultor de modo autônomo. A arquitetura da informação em sites também é uma área com forte campo onde o bibliotecário pode trabalhar.

Pode-se classificar subáreas de atuação que fazem parte de uma classificação maior. As possibilidades de atuação estão descritas no quadro a seguir:

QUADRO 2 – POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

Documentação e informação	São as formas mais comuns e conhecidas de se identificar um bibliotecário, como bibliotecas, arquivos, além de centros de documentação, em empresas (gerenciando o fluxo documental) e editoras e livrarias.
Comunicação e informação	Em jornais, revistas, em organização de eventos, empresas cinematográficas.
Cultura e lazer	Em museus, galerias de arte, centros de cultura, atuando com promoções culturais, incentivando a leitura.
Educação	Na condição de professores de universidades, no ensino de biblioteconomia e em cursos para técnicos em biblioteca.
Pesquisa	Em centros de pesquisa oferecendo suporte informacional aos pesquisadores, e pesquisa aplicada em biblioteconomia.
Tecnologia da informação	Em bancos de dados, internet.
Planejamento e informação	Trabalhando com consultorias, de forma autônoma.
Política e informação	Nos conselhos de classe e sindicatos.

FONTE: A autora

Valentim (2000, apud RUSSO, 2010) qualificou o mercado de trabalho do bibliotecário em três segmentos: mercado informacional tradicional; mercado informacional existente não ocupado; mercado informacional – tendências.

O primeiro segmento – mercado informacional tradicional – é representado por uma área bastante conhecida por parte dos profissionais e da sociedade, como as bibliotecas de modo geral. É o segmento em que há mais bibliotecários atuando, e é a essas instituições que se associa mais a figura do bibliotecário.

No segundo segmento – mercados informacionais existentes e não ocupados – são constituídos de grande parte das bibliotecas escolares e públicas, que apesar de fazerem parte do mercado tradicional, enquadram-se também nos espaços não ocupados, pois em sua maioria são preenchidos por profissionais não bibliotecários.

Além disso, pode-se elencar outros exemplos, como as editoras e as livrarias, as quais se qualificam como mercados existentes, mas poucos bibliotecários atuam nesses setores. Nas editoras, o profissional pode atuar utilizando os conhecimentos de normalização e de editoração científica, nas livrarias com o conhecimento de desenvolvimento de coleções, bem como na recuperação dessas coleções para a clientela. Entre outros campos há possibilidade de atuação do bibliotecário, mas ainda são incipientes.

O terceiro segmento – mercado informacional: tendências – é considerado um mercado potencial para o bibliotecário, que reivindica uma atuação mais ousada, fazendo com que esse profissional se disponha a trabalhar em qualquer posto de trabalho que se ocupe com a criação, o gerenciamento e o uso da informação.

Por conta dessa amplitude de possibilidades, o bibliotecário foi recebendo outras denominações, como profissional da informação, gestor da informação, gestor do conhecimento. As autoras Silva e Ribeiro (2004, p. 2) fizeram um levantamento das diversas designações que dizem respeito ao profissional da informação:

QUADRO 3 – NOMENCLATURA DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

Administrador de dados	Gestor de conteúdos
Analista de informação	Gestor de documento
Arquiteto de informação	Gestor de informação
Arquivista	Gestor de recursos de informação
Auditor de sítios web	Gestor de sistemas de informação
Bibliotecário	Informatólogo
Cibertecário	Mediador de informação
Cientista da informação	Produtor de conteúdos digitais
Cientista do conhecimento	Profissional da informação
Consultor em informação	Profissional do conhecimento
Documentalista	Técnico de documentação
Especialista em documentação	Tecnólogo da informação
Especialista em gestão do conhecimento	

FONTE: Silva e Ribeiro (2004, p. 2)

Será que são necessárias tantas designações para o mesmo profissional? Na realidade, a competência e a função são iguais ou semelhantes, o que difere são as particularidades do local, da instituição em que se trabalha. Seja utilizando documentos ou obras de arte, ou por via digital, ou demais possibilidades de atuação, o intuito desse profissional é a organização, o tratamento e a disseminação da informação.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu que:

- A biblioteconomia apontou características muito técnicas, mas o questionamento filosófico a ajudou a ter um caráter mais amplo e científico.
- O pensamento crítico científico possibilitou a evolução da humanidade nas suas mais diversas áreas.
- O campo de atuação do bibliotecário não se restringe a bibliotecas, mas às mais diversas instituições que trabalham com informação e documentação.
- As Cinco Leis de Ranganathan norteiam a prática bibliotecária.
- As características documentais que dever ser conhecidas e avaliados pelo bibliotecário.
- As atividades que podem ser desenvolvidas pelo profissional bibliotecário, tendo em vista as orientações da CBO.



1 A gênese da biblioteconomia é caracterizada por processos técnicos que têm como objetivo a preservação e a guarda do acervo. Com as mudanças da sociedade e o desenvolvimento científico e tecnológico, a biblioteconomia precisou se modernizar e avaliar sua atuação e papel na sociedade. Com base nessa afirmação, atribua V para o que for Verdadeiro e F para o que for falso:

- () O foco da biblioteconomia é a informação.
- () Desde a sua criação até o século XIX, a biblioteconomia teve um caráter técnico muito forte, voltada para questões de classificação, catalogação e organização do acervo de modo geral.
- () O bibliotecário não precisa se modernizar, pois a sociedade continua igual, sem mudanças significativas.
- () Os aspectos filosóficos da biblioteconomia envolvem o pensar ações e fundamentar teoricamente práticas realizadas.

Marque a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a) () V - F - V - F.
- b) () V - V - F - V.
- c) () F - V - V - V.
- d) () V - V - V - F.

2 Observe a tirinha em que o personagem Pateta está falando por telefone com a personagem Minnie:



FONTE: <<https://bit.ly/2NxjLwy>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

Pela interpretação da imagem e da fala do personagem é possível compreender que:

I- A quantidade de informação produzida e disponível é maior do que a capacidade que possuímos de ler ou acompanhar.

II- O acesso à informação está cada vez mais fácil a todos, mas ficar inteirado de tudo é uma missão humanamente impossível.

III- Com as novas tecnologias é possível saber e compreender sobre tudo o que existe no mundo, em todas as áreas do conhecimento.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () As sentenças I e II estão corretas.
- b) () As sentenças I e III estão corretas.
- c) () As sentenças II e III estão corretas.
- d) () As sentenças I, II e III estão corretas.

3 “As Leis da Biblioteconomia formuladas por Ranganathan norteiam os serviços bibliotecários até os dias atuais. Por conta dessas leis, fundamenta-se a ideia de que a biblioteca deve promover a utilização de seus materiais; de que os acervos devem ser desenvolvidos tendo em vista as necessidades dos usuários, que devem ter serviços organizados e eficientes, como o serviço de referência”. A afirmação acima remete a qual lei de Ranganathan?

- a) () Os livros são para usar.
- b) () A cada leitor, o seu livro.
- c) () A cada livro, seu leitor.
- d) () Poupe o tempo do leitor.

4 A sociedade da informação é caracterizada pelo grande uso das tecnologias de informação e comunicação. Novas formas para humanidade relacionar-se, produzir e acessar a informação exigem novas habilidades do bibliotecário. Tendo em vista essas habilidades e competências, observe as afirmações a seguir:

I- O bibliotecário necessita conhecer as novas tecnologias para poder realizar o seu trabalho.

II- Saber trabalhar em equipe e compartilhar dados com seus colegas é importante para a realização das atividades.

III- Atender às necessidades dos usuários não é uma prioridade, pois eles podem pesquisar sozinhos nos seus computadores.

IV- A constante atualização, realizando cursos, participando de eventos, trocando experiências, é importante para a sua atuação profissional.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- a) () As sentenças I, II, III e IV estão corretas.
- b) () Apenas as sentenças II e IV estão corretas.
- c) () Apenas a sentença I está correta.
- d) () As sentenças I, II e IV estão corretas.

5 Os tipos documentais são variados e necessitam do conhecimento especializado do profissional para identificar suas particularidades, de modo a fornecer o tratamento técnico adequado e o disponibilizando para o público adequado. A respeito das características documentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () As características físicas dos documentos estão relacionadas, entre outras coisas, com o objetivo do documento.
- b) () São poucas as variedades de documentos, e não há necessidade de uma análise, pois todos servem para os mesmos fins.
- c) () Os documentos são objetos que fornecem dados ou informações, e podem ser classificados por suas características físicas e intelectuais.
- d) () A periodicidade do documento é uma característica intelectual do documento.



CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Qual é o contexto social que estamos vivenciando atualmente para compreender de que forma o profissional precisa atuar? O modo como a sociedade se organiza, como demanda e gera conhecimento é que vai orientar a ação do bibliotecário. Que perfil esse profissional deve ter para estar apto a atender as exigências e as necessidades da sociedade?

A tecnologia mudou a forma de trabalharmos, assim como o público também se diversificou e exige respostas que precisamos estar preparados para oferecer. O bibliotecário, enquanto profissional que trabalha com a informação, facilitando seu acesso ao usuário, deve estar atento a esses avanços, aos novos suportes informacionais, à forma e à rapidez com que o conhecimento é produzido, em como deve ser disseminado. Para tanto, competências diversas são cobradas desse profissional, a fim de possibilitar a realização do seu trabalho.

Compreender a sociedade, sua forma de gerar conhecimento e informação, as necessidades informacionais e as características dos usuários, uma necessidade para esse profissional. Para isso, ele precisa ter aptidões que devem ser construídas, compreendidas e apreendidas a fim de cumprir sua função.

Dessa forma, vamos conhecer o panorama atual da nossa sociedade a fim de identificar todas as questões citadas e compreender o papel do bibliotecário nesse contexto.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Estamos passando por uma fase de desenvolvimento da humanidade, que foi denominada sociedade da informação. É o mundo das tecnologias, das informações rápidas, do avanço do conhecimento, das facilidades digitais, do acesso ao mundo pelo celular em aparelhos cada vez menores e mais potentes. As tecnologias da informação e comunicação (TICs), que começaram a surgir na década de 1960 e evoluíram exponencialmente, irrompendo no século XX, na era pós-industrial, a sociedade da informação, ou sociedade do conhecimento, veio

modificar nossas relações, nossa forma de acessar dados, nossa forma de nos comunicarmos e nossa velocidade de tomar conhecimento das coisas. O insumo que move essa sociedade é a informação. E a informação faz parte do dia a dia das pessoas, atuando individualmente ou coletivamente (SANTA ANNA; PEREIRA; CAMPOS, 2014).

Pense em você, quando tem dúvida sobre algo, sobre como escrever uma palavra, por exemplo, você pega o dicionário ou pesquisa no celular ou no computador? Se você quer saber se vai chover no final de semana, se precisa procurar um número de telefone, o endereço de algum lugar, entre inúmeros exemplos das situações diárias que podem ser citadas. Estamos totalmente conectados ao mundo virtual que está tão acessível e presente para uma grande parte da população. A própria possibilidade de realizar um curso a distância é uma facilidade oferecida pela tecnologia que caracteriza a nossa sociedade.

Manuel Castells é um grande pensador sobre essa era que estamos vivendo e define que a sociedade da informação é uma sociedade que utiliza da melhor maneira possível as tecnologias de comunicação e informação disponíveis, de modo que elas se tornaram o elemento central das atividades humanas. As características da sociedade da informação elaboradas por Castells são indicadas no artigo de Coutinho e Lisbôa (2011):

A informação é a sua matéria-prima – Há uma interação entre a tecnologia e a informação, em uma relação onde uma complementa a outra.

Capacidade de penetração dos efeitos das novas tecnologias – diz respeito à influência que os meios tecnológicos exercem na vida social, econômica e política da sociedade.

Lógica de redes – esse novo modelo de sociedade facilita a interação entre as pessoas, podendo ser implementada em todos os tipos de processos e organizações, graças às recentes tecnologias da informação.

Flexibilidade – Capacidade de reconfigurar, alterar e reorganizar as informações.

Convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado – o contínuo processo de convergência entre os diferentes campos tecnológicos resulta da sua lógica comum de produção da informação em que todos os utilizadores podem contribuir, exercendo um papel ativo na produção deste conhecimento.

Como mostra com humor a figura, a sociedade da informação é uma espécie de divisor de águas na evolução humana.

FIGURA 6 – SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



FONTE: <<http://etrifestiverdehumor.blogspot.com/2012/07/sociedade-da-informacao.html>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Não há maneira de não participarmos disso. Enquanto seres sociáveis que somos, precisamos vivenciar direta ou indiretamente esse cenário. Enquanto bibliotecários, somos obrigados a conhecer, estudar e utilizar essas tecnologias para atender nossos usuários, pois novas habilidades são exigidas para sobreviver nesse ambiente mutante.

O fato de as informações estarem mais acessíveis não é garantia de aquisição de conhecimento. As pessoas precisam ter espírito crítico para saber filtrar a imensidade dos dados e informações que estão disponibilizadas. A sociedade da informação é fundamentada no conhecimento, em um processo incessante de aprendizagem, em que muito mais do que saber utilizar as tecnologias, as pessoas precisam saber transformar essa informação em conhecimento. Essa habilidade é chamada de competência informacional.

As tecnologias permitem novas formas de acesso às informações, mas para um resultado efetivo demandam habilidades específicas, capacidade de explorar os recursos informacionais digitais, conhecimento das tecnologias, entre outras.



Competência informacional pode ser definida como a capacidade do indivíduo de "reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação" (CORREIA; ABREU, 2005, p. 179).

No Brasil, o termo competência informacional tem sido usado na biblioteconomia com uma visão mais pedagógica, no sentido de educar o **usuário** para a utilização de ferramentas informacionais. São consideradas competências informacionais, de acordo com Campello (2003, p. 31): “1) competência para lidar com informação; 2) informação para aprendizagem independente; 3) informação para responsabilidade social”.

Foi comentado no Tópico 2 que hoje vivemos uma época em que há uma grande produção de informação, somos diariamente expostos sem termos capacidade de acompanhar. Isso pode gerar a chamada ansiedade de informação. Como superar essa ansiedade, sabendo que é humanamente impossível ter acesso a tudo o que é produzido e publicado?

A dificuldade ou o desconhecimento em filtrar e avaliar as informações relevantes leva a essa problemática. Há necessidade de as pessoas adquirirem a capacidade de fazer essas avaliações e seleções no momento da pesquisa, independentemente dos seus fins, aprendendo a utilizar as fontes de informações disponíveis.

Tendo em vista o contexto social atual, ter competência informacional pode ser considerado uma necessidade tão básica quanto a alfabetização. Isso não deixa de ser uma espécie de alfabetização digital, a capacidade de dominar as ferramentas disponíveis na internet, de fazer a seleção das informações pesquisadas, avaliando seu conteúdo e verificando a confiabilidade das fontes.

Em um relatório da *American Library Association* – ALA, publicado em 1989, há uma definição muito interessante sobre competência informacional:

Para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Para produzir esse tipo de cidadania é necessário que escolas e faculdades compreendam o conceito de competência informacional e o integrem em seus programas de ensino e que desempenhem um papel de liderança, preparando indivíduos e instituições para aproveitarem as oportunidades inerentes à sociedade da informação. Em última análise, pessoas que têm competência informacional são aquelas que aprenderam a aprender. Essas pessoas sabem como aprender porque sabem como a informação está organizada, como encontrar informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas (ALA, 1989 apud CAMPELLO; ABREU, 2005, p. 179).

O indivíduo com competência informacional domina as habilidades de pesquisa. Para que o bibliotecário seja um mediador dessa competência, ele também precisa desenvolver habilidades a fim de estar apto para assumir esse papel.

A pesquisa realizada por Lins (2009, p. 51) sugere competências necessárias ao bibliotecário para essa ação:

- Facilidade de comunicação com o usuário – por meio do ensino e orientação para uso do ambiente informacional e dos recursos oferecidos.
- Conhecimento do acervo – conhecer o acervo permite saber quais assuntos, autores e tendências científicas estão disponíveis para a pesquisa.
- Conhecimento dos conteúdos das bases de dados – habilidade para utilizar os serviços das variadas opções de busca e o conhecimento da cobertura dos conteúdos oferecidos nas bases de dados.
- Conhecimento de fontes e links externos – conhecer fontes e links que vão além do seu acervo é um fator que agrega valor ao usuário, possibilitando um universo maior de pesquisa.
- Conhecimento das tecnologias da informação e da comunicação – deve-se saber utilizar e conhecer a tecnologia para recuperar a informação necessária. Essa habilidade exige conhecimentos mais apurados do profissional da informação.
- Competência para definir as características e qualidades de novos sistemas interativos da instituição e comunicá-las aos responsáveis pelo seu desenvolvimento e implementação (programadores, webmasters etc.).

Por essa relação, observa-se que ser um mediador da informação exige muito estudo, preparo e conhecimentos diversos. O bibliotecário precisa estar à frente das questões e das dificuldades que os usuários possam vir a apresentar.

Além dessas competências e das habilidades específicas no trato da mediação da competência informacional, há muitas outras que englobam todas as áreas de atividade do bibliotecário. Veremos quais são, a seguir.

3 O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO E SUAS COMPETÊNCIAS

Na sociedade atual, a informação é considerada um bem de consumo com um elevado grau de importância. As informações são utilizadas para fins diversos: para resolver questões do dia a dia, para tomada de decisões importantes no trabalho, para uma pesquisa, entre outras aplicações.

Certamente conseguimos listar, sem dificuldades, várias situações do dia a dia em que se precisa de alguma informação, seja no trabalho, ou em casa, ou com os amigos, em qualquer situação. É notório que as pessoas que possuem aptidão para acessar e se apropriar da informação se sobressaem aos demais. A informação é considerada hoje um elemento de valor e de transformação para quem detém e se apropria dela a fim de gerar conhecimento (SANTOS; DUARTE; LIMA, 2014).

Com o advento das tecnologias, as informações são adquiridas muito rapidamente pela internet, nas diversas ferramentas que ela oferece. Tudo é muito rápido e dinâmico, e as pessoas possuem cada vez menos tempo e mais necessidade de respostas. A chamada sociedade da informação projeta novas

demandas que precisam ser atendidas. A explosão informacional, a grande produção científica e a facilidade ao acesso são características dessa sociedade: quem tem informação tem poder.

Apesar da grande evolução das mídias e tecnologias que caracterizam a nossa sociedade atual, o papel do bibliotecário continua o mesmo, o de organizar, tratar e disseminar a informação. Entretanto, ele precisa estar em constante estudo e desenvolvimento para dominar a tecnologia a fim de saber trabalhar com as novas ferramentas que se apresentam. O foco do profissional é o usuário e a disseminação da informação é o seu principal papel.

Como ponderam Santa Anna, Pereira e Campos (2014), o avanço das tecnologias reivindica uma nova postura de trabalho da biblioteconomia, pois seus serviços extrapolam o espaço da biblioteca e disseminam a informação sem ter espaço e tempo como barreiras. Discorrem ainda que nesse novo panorama em que as bibliotecas digitais ganham espaço e mais pessoas têm acesso à informação, e os serviços realizados precisam ser adaptados, fica evidente que o bibliotecário deve se aprimorar, construir novas habilidades e competências ante o cenário que se apresenta.

Nesse panorama de mudanças constantes e de acesso fácil ao mundo virtual, permitido a qualquer pessoa por meio de seu computador pessoal, é função do bibliotecário orientar seu usuário ao “uso coerente da informação, além de inculcar-lhe a conscientização quanto à confiabilidade da mesma”. Os autores afirmam que sem o bibliotecário, a biblioteca seria apenas um “depósito de livros, documentos e outros materiais soltos, aguardando pelo ato de sorte de um pesquisador” (MELO; VIEIRA, 2012, p. 11).

A capacidade de trabalhar em equipe e o contato com profissionais de outras instituições e de outras regiões é muito saudável e apresenta um resultado muito positivo no dia a dia. A disponibilidade para cooperar e receber ajuda enriquece demasiadamente a profissão, uma vez que cada profissional possui uma rede de contatos, uma gama de conhecimentos e acessos informacionais variados que são extremamente importantes de serem compartilhados a fim de atender os usuários nas mais diversas necessidades.

A disponibilidade para conhecer o que está surgindo de novidade na área de atuação é imprescindível para garantir a constante atualização. Participação em seminários, congressos, palestras, cursos presenciais ou à distância são possibilidades que colaboram para esse intuito.

A aptidão para realizar o gerenciamento dos recursos informacionais, dos processos da biblioteca, da equipe da biblioteca é uma característica necessária. O bibliotecário é também um gestor e precisa estar apto para desempenhar essa função. Ele deve saber identificar quais as informações relevantes, ter capacidade de negociação e boa comunicação.

É necessário que o bibliotecário conheça bem a instituição em que atua, seus objetivos e missão, assim como o perfil dos usuários que atende, a fim de estar em consonância com esses objetivos e necessidades. Procurar compreender seu usuário, instruí-lo no uso de ferramentas, no acesso à biblioteca e nas possibilidades de busca é uma característica importante. Essa interação permite ao bibliotecário conhecer o seu público e melhorar os seus serviços prestados. A tirinha do personagem Calvin, na Figura 7, mostra com humor como muitos ainda veem o bibliotecário hoje em dia, com antipatia e um certo medo.

FIGURA 7 – TIRINHA DO CALVIN SOBRE BIBLIOTECÁRIO



FONTE: <<http://aoleitor.blogspot.com/2011/07/calvin-haroldo-tirinha-403.html>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

É preciso fazer da biblioteca, ou do centro de documentação, um local de estudo, de lazer, algo prazeroso para todos. Além disso, nem sempre os usuários são presenciais. Pode-se atender pessoas de outras cidades, outras regiões, outros países. Não existem fronteiras, as bibliotecas ultrapassam as paredes físicas, e o profissional precisa ter a competência para lidar com isso.

Cunha (2003, p.44) lembra que o papel do profissional da informação é “fornecer a informação certa, no momento certo para a pessoa certa”. Complementa explicando que essa informação é diferente para cada pessoa, pois cada um tem uma necessidade, e essas necessidades estão em constante mudança. A necessidade de um cidadão pode ser o esclarecimento sobre seus direitos e deveres. A informação que um aluno precisa pode ser um dado para um trabalho da escola. A um pesquisador pode ser o artigo mais recente publicado na sua área de pesquisa. Dependendo do público e do local de trabalho, as informações mudam, mas o interesse pelo usuário e o esforço para atendê-lo bem devem ser uma constante.

A autora reforça que as pessoas necessitam, por causa da exigência de seus trabalhos ou outras demandas, estar sempre informadas. Essas informações podem ser retiradas de notícias, de dados estatísticos, de gráficos, normas etc. Esses dados e informações devem ser verídicos, íntegros, atualizados e de qualidade. Saber filtrar as informações de modo que elas tenham valor agregado é papel do bibliotecário (CUNHA, 2003).

Valentim (2002) faz um levantamento bem interessante sobre as competências do bibliotecário e as divide conforme apontado no Quadro 4:

QUADRO 4 - COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

Competências de comunicação e expressão	Competências técnico-científicas	Competências gerenciais	Competências sociais e políticas
<ul style="list-style-type: none"> - Formular e gerenciar projetos de informação. - Aplicar técnicas de marketing de liderança e de relações públicas. - Capacitar e orientar usuários para melhor uso dos recursos informacionais disponíveis. - Elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, índices, etc.). - Executar procedimentos automatizados próprios em um entorno informatizado. - Executar estudos de usuários e formação de usuários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Executar o processamento de documentos em distintos suportes. - Selecionar, registrar, armazenar e difundir a informação gravada em qualquer meio. - Elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, índices, etc.). - Preservar materiais armazenados. - Selecionar e avaliar todo tipo de material e coleções documentais. - Executar estudos de usuários e formação de usuários. - Planejar e manipular redes globais de informação. - Realizar pesquisa sobre desenvolvimento e aplicação das metodologias de elaboração e uso do conhecimento registrado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dirigir, administrar, organizar e coordenar unidades, sistemas e serviços de informação. - Aplicar técnicas de marketing, de liderança e de relações públicas. - Buscar, registrar, avaliar e difundir a informação com fins acadêmicos e profissionais. - Elaborar produtos de informação (bibliografias, catálogos, índices, etc.). - Planejar e manipular redes globais de informação. - Executar estudos de usuários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Selecionar e avaliar todo o tipo de material e coleções documentais. - Buscar, registrar, avaliar e difundir a informação com fins acadêmicos e profissionais. - Intervir na formulação de políticas de informação. - Promover uma atitude crítica e criativa sobre resoluções de problemas e questões de informação. - Fomentar atitude aberta e interativa entre os vários fatores sociais. - Identificar novas demandas sociais de informação. - Atuar coletivamente com seus pares com o objetivo de promoção e defesa da profissão.

FONTE: Adaptado de Valentim (2002)

Está claro que o objetivo é atender ao usuário em todos os seus níveis de conhecimento e exigências. Esse objetivo é cumprido adequadamente? Almeida Júnior (1997) traduz o sentimento que os bibliotecários devem ter em relação aos usuários. Ele diz que na função de bibliotecários, temos o anseio de que a biblioteca seja um local onde as tecnologias, e em consequência, as informações, estivessem disponíveis a todos, de modo democrático, atendendo a todas as necessidades individuais e coletivas.

As pessoas possuem realidades diferentes: sociais, intelectuais, financeiras. Enquanto alguns estão tecnologicamente equipados e conectados, muito não têm sequer acesso a um livro. O acesso tecnológico não se dá de modo igualitário e democrático. Essa limitação se chama **exclusão digital**.



Pode-se definir exclusão digital como a privação do indivíduo em utilizar as tecnologias da informação, seja por não ter acesso à tecnologia, seja por não ter o conhecimento suficiente para utilizá-la, seja por falta de interesse em fazer uso.

Como lidar com tais desigualdades? Cada situação demanda uma intervenção, cada realidade uma necessidade. São questões complexas que não serão abordadas nessa unidade, mas que precisam ser pensadas no processo de formação do profissional bibliotecário.



Para refletir sobre o poder da leitura e da informação, leia o livro *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury. Escrito após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1953, é um texto que condena não só a opressão anti-intelectual nazista, mas principalmente o cenário dos anos 1950, revelando sua apreensão em uma sociedade opressiva e comandada pelo autoritarismo do mundo pós-guerra. O livro se propõe a descrever um governo totalitário, em um futuro incerto, mas próximo, que proíbe qualquer livro ou tipo de leitura, prevendo que o povo possa ficar instruído e se rebelar contra o *status quo*. Tudo é controlado e as pessoas só têm conhecimento dos fatos por aparelhos de TV instalados em suas casas ou em praças ao ar livre. A leitura deixou de ser meio para aquisição de conhecimento crítico e se tornou tão instrumental quanto a vida dos cidadãos, suficiente apenas para que saibam ler manuais e operar aparelhos.

Desse livro foi feito o filme, que leva o mesmo nome, lançado em 1966. Recentemente o canal HBO fez uma nova adaptação, mais moderna, mas que mantém a ideia central do livro de Ray Bradbury. O livro Fahrenheit 451 nos faz pensar por que o livro e a informação são tão importantes. E que poder eles exercem nas pessoas a ponto de serem destruídos? Leia o livro ou assista ao filme, e pense sobre isso!

Assista ao trailer do filme da HBO na internet: <<https://www.youtube.com/watch?v=sVzCCXpd840>>.

FONTE: <<https://www.livrariacultura.com.br/p/livros/literatura-internacional/ficcao-cientifica/fahrenheit-451-30170608>>. Acesso em 20 jun. 2018.

LEITURA COMPLEMENTAR

MEDIAÇÃO E LETRAMENTO INFORMACIONAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Regina Oliveira de Almeida

1 INTRODUÇÃO

A adoção das tecnologias de informação e comunicação (TIC) têm contribuído para a transformação de inúmeros processos de trabalho, com grande impacto nos objetivos e no desempenho exigido dos profissionais. Os bibliotecários não constituem exceção. As influências produzidas pela informática na automatização de vários serviços das bibliotecas transformaram intensamente o trabalho do bibliotecário.

Outrora denominados os “guardiões dos livros”, hoje têm como principal atividade promover o acesso à informação. Essa mudança paradigmática, que desloca o ponto focal do trabalho biblioteconômico do acervo para o usuário, é fundamental para compreender as potencialidades encerradas na mediação bibliotecária contemporânea. Com a transição da organização de estoques de informação para a acessibilidade e disponibilidade da informação, a biblioteca se renovou pela criação de novas atividades.

Recentemente, a criação de serviços on-line não apenas melhorou o nível de colaboração e complementação de recursos entre as bibliotecas, como tornou mais nítida a necessidade de colaborar na educação dos usuários em relação ao letramento informacional. Em discurso hegemônico da área de biblioteconomia, o bibliotecário se reconhece, atualmente, como um mediador da informação. O contexto no qual se apoia para exercer essa função parte da necessidade de que a informação seja dotada de relevância e propósito.

Para melhor compreender essa função de mediação, faz-se necessário ampliar o entendimento do conceito de mediação. Há concepções de mediação e mediador nas diversas áreas (jurídica, jornalismo, tradução etc.). Mediação é uma palavra proveniente do latim *mediatio*, e significa “ação de relacionar duas ou mais coisas, de servir de intermediário ou ponte, de permitir a passagem de uma coisa a outra” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 177). Ainda, aquele que medeia, intervém, intercede por alguém (FERREIRA, 2004). Para Alves e Faquetti (2002), os mediadores podem ser classificados em formais (professores e bibliotecários) e informais (amigos, familiares e a rede de relações de outras instâncias de uma pessoa). Para essas autoras, o termo mediação é preferível ao de intermediação, por pressupor uma interação humana.

2 MEDIAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

No caso da mediação bibliotecária, Kuhlthau (1988) e Almeida Junior (2009) afirmam que ela está presente a todo o momento: na seleção do acervo, no processamento técnico dos documentos, nas atividades do desenvolvimento da coleção e, principalmente, na referência e no serviço de informação. Para Almeida Junior (2009), a mediação não é passiva, inclusive deve-se ter cuidado para não ser manipuladora; existe uma “interferência” do profissional, e por isso, por não ser neutra, pode estar comprometida com um ideal educativo.

Uma questão que se apresenta quando se fala em mediação é se o bibliotecário faz a mediação da informação ou do estoque da informação. A mediação do estoque da informação era mais visível quando se pensava a biblioteca enquanto um ambiente físico, porém com a facilidade de acesso gerada pelas tecnologias interativas, repensá-la enquanto um ambiente de aprendizagem tornou-se crucial para a transformação da biblioteca universitária.

Dar visibilidade a esta função do bibliotecário é importante, pois, em pesquisa feita por Kuhlthau (1988), corroborada em trabalho mais recente (SOUSA, 2009), os bibliotecários eram percebidos pelos usuários apenas como organizadores, e estes só pediam ajuda quando se sentiam perdidos.

No âmbito da literatura da biblioteconomia e da Ciência da Informação, há consenso quanto à mediação conduzida no processo de interação do bibliotecário com o usuário, assim como de que ela já está muitas vezes presente bem antes da busca, “quando o profissional se antecipa ao desejo do usuário e organiza o estoque de informação, dialogando com este usuário potencial” (VARELA et al., 2011, p. 1936).

A biblioteca universitária tem, na atualidade, que fazer a mediação para a promoção do letramento informacional por meio de treinamentos, oficinas, seminários e palestras. Não é prática tão diferente se reconhecermos que o bibliotecário, historicamente, sempre teve uma faceta educativa concretizada

na ação de promover a leitura, principalmente quando envolvido em ambientes escolares. A partir da década de 1990, as mudanças ocorridas na educação propiciaram a emergência de novas atividades bibliotecárias, conhecidas como educação de usuários. Envolviam auxílio à pesquisa com o ensino de habilidades para localizar, avaliar e usar as informações. Tais práticas já se inserem na noção de letramento informacional.

A mediação bibliotecária educativa significa não somente auxiliar o usuário a se tornar competente na pesquisa de informações relevantes, mas também, contribuir para o seu processo de desenvolvimento de autonomia de aprendizagem.

Para tal propósito, buscar parcerias com os professores é indispensável para uma ação mais pragmática. Essa concepção encontra concordância em Almeida Junior (2004): é a mediação o objeto principal da biblioteconomia, e não a informação.

Porém, apesar do reconhecimento desse perfil educativo, as práticas bibliotecárias educativas só começam a ganhar força nos momentos atuais. É função presente no discurso, mas ainda afastada da práxis. Na década de 2000, no entanto, com o advento de discussões acerca da decorrência do que se caracterizou denominar como “sociedade da informação”, dentre elas a necessidade de democratizar a informação e o seu acesso, de capacitar os usuários para o uso crítico e reflexivo de modo que lhes permitam conduzir sua própria aprendizagem e de se expressar mais criativamente, deu-se novo alento às práticas, pelo menos, às tentativas de capacitação para o letramento informacional.

Cysne (1991) considera que é justamente pela prática educativa que o bibliotecário pode colaborar para as ações pela inclusão social, de cidadania ativa. Morigi, Vanz e Galdino (2002), inclusive, exortam a recuperação, pelo bibliotecário, de sua função catalisadora e de sua responsabilidade social como coeducador. No entanto, ainda são reflexões prescritivas e de ordem genérica; ainda há poucas propostas de modelos e de narrativas de práticas.

A função do bibliotecário como educador (ou coeducador) pode não encontrar ressonâncias no ambiente universitário: já em 2003, Dudziak afirmava que, apesar dos bibliotecários reconhecerem seu perfil de educadores, o foco das bibliotecas não ultrapassava a perspectiva representada somente pelo acervo das bibliotecas. Para essa autora, a “verdadeira mediação educacional ocorre quando o bibliotecário convence o aprendiz de sua competência, incutindo-lhe autoconfiança para continuar o aprendizado, transformando-o em um aprendiz autônomo e independente” (DUDZIAK, 2003, p. 33). Nesse sentido, é preciso uma abordagem que transcenda o domínio técnico e chame atenção para o exercício da criatividade e a renovação da função social.

Diz-se que, na biblioteca escolar, é mais fácil perceber o entrelaçamento das questões de aprendizagem pelas ações desenvolvidas pela biblioteca na promoção da leitura e nas buscas que os alunos devem realizar. No entanto, há muita similaridade com as bibliotecas universitárias pela associação entre ensino e pesquisa científica e a promoção, primordialmente, sim, também das leituras acadêmicas, mas também, pelo envolvimento com a normalização (uso das normas ABNT, entre outras) dos trabalhos acadêmicos, o uso de fontes de pesquisa referenciadas etc. A busca pelo desenvolvimento da tarefa educadora, uma nova “interface”, e um novo papel – o de infoeducador, proposto por Perrotti e Pieruccini (2007), amplia a atividade de mediação ao articulá-la ao complexo aprendizagem-dispositivos informacionais. Para esses autores, a infoeducação distingue os saberes da educação e o da área de informação, mas não os separa, aproximando-se do conceito de letramento informacional, em que as habilidades e competências informacionais adquiridas passam a ter significação nos contextos de aprendizagem das pessoas.

No dizer de Campello (2005, p. 8), o letramento informacional, “por focalizar as competências das pessoas e não o serviço oferecido pela biblioteca, tem a vantagem de tornar mais clara a contribuição do bibliotecário para a aprendizagem”, aproximando-o da “interface” educativa. Shera, já em 1972, percebia as implicações do fazer educativo que também compõem as tarefas do bibliotecário ao fazer a mediação entre as pessoas e os registros gráficos. Esse autor afirmou que a informação só adquire sentido quando contextualizada e que é o usuário que “realiza” o sentido da informação.

3 LETRAMENTO INFORMACIONAL

A responsabilidade profissional em lidar com as informações e adequar seu acesso aos usuários sempre existiu. Porém, em uma perspectiva educacional mais contemporânea, com a disseminação de ensino on-line e à distância, há apoio para o reconhecimento, por parte do aluno/usuário, de que ele constrói seu conhecimento, e de que as pesquisas efetuadas podem ser enriquecidas com variadas fontes de informação, selecionadas de acordo com seus interesses e necessidades.

Nesse processo, pode-se desenvolver autonomia e um olhar crítico e responsável na condução de seu próprio processo de aprendizagem; afinal, “a principal meta de todo o sistema de educação é fazer com que o educando adquira o conhecimento que ele possa aplicar em diversas situações de sua vida pessoal e profissional” (TETERYCS, 2008, p. 4).

Conforme Dudziak (2003), as diferentes concepções de letramento informacional estão centradas na interligação da informação, do conhecimento e do aprendizado. A participação bibliotecária como agente mediadora perpassa cada uma delas.

Sua ação quanto aos processos relacionados ao letramento informacional, obviamente, tem seus lócus nas bibliotecas, espaços educativos onde circulam informações e que necessitam da gestão do conhecimento para potencializar os processos de apropriação da informação e o aprendizado dos usuários.

Tradicionalmente, os bibliotecários pesquisam as necessidades informacionais da organização e se responsabilizam pela seleção e fornecimento de informações. As diversas declarações produzidas e já mencionadas apenas reforçam e estimulam, mais contemporaneamente, o desenvolvimento de ações com foco no usuário, tornando a biblioteca um espaço dinâmico e interativo que possibilite a construção de competências e de conhecimento. Isso implica uma mudança de foco que necessita de um diálogo entre a tradição e a “inovação”, representadas pela mudança paradigmática do papel do bibliotecário: de preservação e guarda do acervo para os serviços de atendimento ao usuário.

No âmbito educacional, um dos indicadores considerados como inovação é o ensino com pesquisa na graduação, que implica em considerar docentes e discentes como pesquisadores e produtores de seus conhecimentos (RODRIGUES, 2011).

Nesse contexto, Cobo (2013) avalia as “competências para a inovação” como o desenvolvimento de competências interpessoais que envolvem a criatividade, adaptabilidade e habilidades empreendedoras e multidisciplinares, em um ambiente social de mudanças tecnológicas intensivas e tendo a aprendizagem permanente como objetivo.

Os espaços educativos se defrontam, atualmente, como desafio de se reconstituírem hibridamente, mesclando tradição e “inovação”, trazendo para o seu contexto uma perspectiva que procura articular as informações e os conhecimentos escolares, proporcionando uma interlocução entre ambos na qual seja possível gestar as competências informacionais, definidas por Scapechi (2009, p. 35) como os “saberes informacionais”, isto é, “a compreensão de que o sujeito é capaz de ter atitudes de recepção interessada e ativa, atitude de iniciativa, capacidade de julgar e tomar decisões apropriadas com o fim desejado, ser autônomo social e culturalmente”. Enfim, sugere-se uma preparação para que os usuários realizem, de forma reflexiva, crítica e cada vez mais autônoma, suas atividades de aprendizagem e pesquisa. Gasque (2012, p. 151) ressalta o papel do infoeducador, o qual compreende os profissionais bibliotecários, professores e coordenadores em uma integração pedagógica, “na mediação necessária para auxiliar os aprendizes a transformarem informação em conhecimento”. Assim, reafirma a mediação estritamente bibliotecária nos processos de aprendizagem dos usuários, alicerçada mais no auxílio aos usuários em termos de busca e uso da informação do que na sua organização.

A falta do bibliotecário é determinante para a desintermediação. Barreto (1998) denominou o bibliotecário como “profissional de interface” no fluxo da

informação tradicional, que admite a mediação bibliotecária. Porém, o fluxo no ambiente da internet pode ocorrer de forma mais direta, sem conversas e sem interações com esse ator. Esse espaço de ausência pode ser chamado de desintermediação, e é essa falta que o bibliotecário, novamente, pelo processo de mediação, pode interferir e modificar.

A desintermediação ocorre, por exemplo, quando se confunde a utilização de mecanismos de busca sem que se saiba fazer o planejamento de uma estratégia para que se possa ser bem-sucedido no resultado, e não seja “soterrado” por inúmeras informações, geralmente, desnecessárias. A desintermediação traz, também, aspectos considerados positivos na agenda de autonomia do usuário em suas buscas de informação, sendo este aspecto considerado relevante para atestar a importância da desintermediação em tempos atuais.

Para Fourie (2001), foi justamente a entrada massiva das TIC que deu (e dá) a oportunidade para que a biblioteca universitária reflita, mude, expanda e se redefina. Para evitar problemas causados pela desintermediação (dada a abundância de informação), a mediação do bibliotecário é o espaço possível de ser desenvolvido pela biblioteca para conferir qualidade às buscas realizadas pelos usuários. A internet já foi um privilégio das universidades (RAVACHE, 2010) até 1994, mas com a popularização do uso de tecnologias móveis (MODESTO, 2011), não será devido à infoexclusão que o usuário frequentará a biblioteca. Está mais fácil usar as ferramentas de busca e o acesso foi ampliado. Equipamentos e conectividade são essenciais, mas não são suficientes para lidar com as fontes digitais de informação. Sem o terceiro elemento, o letramento informacional, não se desenvolve a capacidade do usuário, interagindo com máquinas e rede, de elaborar práticas significativas para a sua necessidade de aprendizagem. A condição de ser letrado, mais genericamente, significa ter domínio sobre processos culturais de codificação das informações. “Aprender a aprender” expressa essa condição no domínio do letramento informacional.

Dessa forma, cabe comentar, ainda em relação à desintermediação, a ilusão criada pelas possibilidades de autonomia abertas com o uso da internet e pelos processos de “personalização” das buscas realizadas pelos usuários. Nós, os usuários, não definimos nem temos controle sobre a maior parte dos critérios que os sites utilizam para filtrar os resultados das buscas dos assuntos que realizamos. Os resultados selecionados não são neutros, tampouco imparciais, graças aos filtros invisíveis utilizados pelos motores de busca, que proporcionam, em sentido diferente ao da liberdade e maior autonomia, a “personalização” do uso da internet adscrito a interesses diversos, predominantemente econômicos.

Não se está exatamente valorando como negativo esse processo. O catálogo, por exemplo, pode ser um artefato que promove a desintermediação, pois o usuário, por meio dele, pode ter acesso aos itens referenciados sem a ajuda de qualquer profissional da biblioteca (SILVA; LOPES, 2011). Certamente é um recurso que economiza tempo e é muito útil.

De fato, é uma “lei” da biblioteconomia poupar o tempo do leitor (RANGANATHAN, 1931), isto é, economizar o tempo de busca da informação por parte do usuário; constitui missão da biblioteca obter êxito nesse processo. A tendência a poupar tempo também faz parte do comportamento dos usuários, que tendem a procurar fontes de informação conhecidas, familiares, a repeti-las, o contrário do que se busca nos processos investigativos da pesquisa científica. Nesse contexto, o bibliotecário permanece como mediador entre a informação e o usuário em tempos de Web 2.0, pois as antigas cinco leis de Ranganathan ainda possuem vigor na atualidade, como pode ser percebido nas concepções acerca das mesmas por Connaway e Faniel (2014).

Primeiro, “os livros são para usar”: o termo “livro” é amplo o suficiente como metonímia para qualquer documento e fonte de informação, seja impresso ou virtual, considerando qualquer suporte: e-books, vídeos, plataformas para estudar, como os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) em geral, por exemplo.

Segundo, “a cada usuário (leitor) o seu livro”: cada “livro”, por sua vez, só se realiza contextualizado em seu leitor. Borges (1970, p. 63) sugere que “não há na vasta biblioteca, dois livros idênticos”, e minha percepção como bibliotecária é de que não há dois leitores (ou usuários) idênticos, mesmo que este seja a mesma pessoa em momentos cronologicamente distintos. O fluxo da necessidade é contínuo, e tem na cena contemporânea uma otimização de sua performance, e cada vez mais é possível se sincronizar a essa lei achando o “livro” (a fonte de informação adequada nas diversas possibilidades atuais de suporte). A biblioteca continua referenciando, a cada usuário, a informação que ele precisa, ainda no mundo do e-content.

Em terceiro, “a cada livro o seu usuário (leitor)”: essa tarefa se tornou gigantesca com o acesso aparentemente inesgotável a fontes de informação, pois, se não há resposta ou sucesso inicial da demanda/questão solicitada, o que se pode supor é que ainda não foi achado o recurso informacional/fonte para supri-la. Tal lei está intrinsecamente ligada à necessidade da permanente atualização do bibliotecário quanto ao conhecimento e utilização dos recursos informacionais.

Quarto, “poupe o tempo do usuário”: poderia ser transposta para o primeiro lugar das leis, tamanha a importância que adquiriu nos tempos de informação “líquida” (AREA MOREIRA; PESSOA, 2012). O acesso remoto, um dos principais exemplos da contemporaneidade da lei, sem necessidade de deslocamento para as bibliotecas, não diminuiu a importância dos catálogos online; ao contrário, estes se enriqueceram com a adição de recursos tecnológicos. Significa a expansão dos serviços típicos da biblioteca para outras estações de trabalho, como os serviços integrados às bases de dados e maior autonomia e participação por parte dos usuários ao realizar atividades como reservas de documentos, empréstimos, decidir sobre quais assuntos deseja ser informado, sobre atualizações, entre outros serviços.

Por último, “a biblioteca é um organismo em crescimento”: em nada diminuiu o problema do espaço físico, hoje, adicionado devido à biblioteca digital, à questão de prover acesso e relevância dos dados. São vários os problemas enfrentados. Como crescer? O que significa para a biblioteca crescer com qualidade? Uma das suposições é a expansão de seus serviços. Para crescer com qualidade, a biblioteca universitária precisa estar integrada ao processo ensino-aprendizagem, caso contrário, sofre o risco de se desqualificar enquanto ambiente de aprendizagem.

Esse discurso atinge de forma comparável o bibliotecário, que tem que ter compromisso com a continuidade de sua aprendizagem (manter-se atualizado sobre bases de dados, aplicativos etc.), ampliar os seus conhecimentos específicos nas áreas de conhecimento em que atua e “responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo” (BRASIL, 2001, p. 32), conforme o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia do Brasil.

O processo de indagação e reflexão envolvido na pesquisa científica deve levar em consideração localizar informação relevante que satisfaça objetivos e critérios. No Ensino Superior, “reconhecido como local onde se pensa de forma crítica”, ainda “ambiente principal de transmissão e de experiência cultural e científica desenvolvido pela humanidade” (CASTRO FILHO, 2008, p. 18), a biblioteca universitária, cujo modelo atual está centrado na acessibilidade, tem papel importante nesse processo através da mediação. Zurkowski (1974) sugeriu, no relatório *The information service environment relationships and priorities*, que o uso dos recursos informacionais era uma necessidade crescente na sociedade e que, por isso, era necessário desenvolver habilidades informacionais – *information literacy*. À época, era presidente da *Information Industry Association*, função que talvez possa ter servido pragmaticamente para o conceito que introduziria e que desencadearia uma série de reflexões e propostas de mudança nas áreas de biblioteconomia e ciência da informação (DUDZIAK, 2003).

Sugeriu, como principal prioridade, à *National Commission on Libraries and Information Science* (Comissão Nacional de Bibliotecas e Ciência da Informação), estabelecer um programa nacional, pondo o marco de 1984 para que se alcançasse, de forma universal, o letramento informacional. Data sugestiva, literariamente reconhecida pelo admirável livro de George Orwell, que apresentava visionariamente uma sociedade transformada (como sempre) pelo avanço tecnológico. Já se passaram 32 anos da publicação, e esta ainda estimula investigar a realidade vivida pelas bibliotecas brasileiras no fomento ao letramento informacional e como, durante a sua formação, os estudantes de Biblioteconomia se capacitam para cumprirem seu papel de mediadores na gestão da informação e capacitação dos usuários, para se tornarem curadores informacionais.

[...]

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O letramento informacional é ainda um conjunto de estratégias que podem ser utilizadas para distinguir os diferentes tipos de informação e o uso da informação de forma ética e legal. Pode ser mais bem compreendido pelo processo de ensino-aprendizagem que possibilita o desenvolvimento das competências para buscar e usar a informação, permitindo a cada usuário construir seu próprio processo de conhecimento a partir de suas decisões na análise dos dados por ele colhidos.

Tendo em vista os resultados apresentados, percebe-se que os estudos da área têm aumentado gradativamente; o número e as datas das publicações recentes, no entanto, sugerem que o assunto ainda foi pouco explorado, apesar de já ser conhecido há mais de uma década.

Os bibliotecários, considerados, tradicionalmente, como mediadores do acesso à informação, estruturaram métodos e técnicas para facilitar a busca e o acesso informacional. No entanto, os lócus informacionais, predominantemente até duas décadas atrás, de interação com fontes impressas, passaram por uma grande transformação, que se revela contínua, com a massificação das TIC. Dessa forma, conforme preconizado por Zurkowski (1974), é imprescindível à comunidade de usuários das bibliotecas aprender a usar o melhor possível as TIC e as fontes de informação por elas disponibilizadas na realização de suas atividades.

A importância da informação na sociedade contemporânea, a necessidade de lidar com conhecimentos especializados e cada vez mais distribuídos (não mais localizados especificamente – uma universidade, uma biblioteca) e a extensão do processo ensino-aprendizagem contextualizam e fazem o entorno do letramento informacional.

FONTE: ALMEIDA, Regina Oliveira de. MEDIAÇÃO E LETRAMENTO INFORMACIONAL: algumas considerações. **RACIn**, v. 4, n. 2, p. 1-20, jul./dez. João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_n2/racin_v4_n2_artigo01.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu que:

- A sociedade da informação está caracterizada a fim de compreender o papel do bibliotecário nesse contexto.
- A competência informacional é uma característica do bibliotecário.
- Habilidades são necessárias ao bibliotecário para atuar na sociedade da informação.



1 A emergência da sociedade da informação está relacionada a uma série de intensas transformações que vêm ocorrendo nas últimas duas décadas do século XX. Mudanças essas que ocorrem em diversas dimensões da vida humana em sociedade e interagem sinergicamente e convergem para projetar a informação e o conhecimento como elementos estratégicos no sentido econômico-produtivo, político e sociocultural. É uma característica da sociedade da informação a utilização de tecnologias para transmissão, armazenamento de dados e informações a baixo custo. Apesar de ter surgido por motivações e transformações técnico-científicas, ela tem um significado mais abrangente para a humanidade.

Texto adaptado de Legey e Albagli (2000)

De acordo com o texto, a sociedade da informação corresponde a uma mudança na organização social porque:

- a) () representa uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida da população.
- b) () associa e compila informações obtidas de modo instantâneo por todos em qualquer parte do mundo.
- c) () permite a interação entre as pessoas por meio de redes sociais.
- d) () representa um modelo em que a informação é utilizada intensamente em vários setores da vida.

2 (UFPE – Cargo de Bibliotecário-Documentalista – 2010) Sobre o tema competência informacional, várias são as habilidades necessárias por parte dos usuários e do próprio bibliotecário para obterem essa capacidade no universo de busca de informação. Assinale a alternativa que melhor define essa competência.

- a) () O conceito de competência informacional envolve a ideia de o usuário dominar habilidades de organização de fontes de informação.
- b) () Para ser competente em informação, a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidades para selecionar e organizar efetivamente a informação.
- c) () Para ser competente em informação, a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidades para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação.
- d) () Os esforços da competência informacional se direcionam exclusivamente para os usuários de bibliotecas universitárias.

3 O bibliotecário necessita de habilidades e competências para realizar suas atividades com eficiência. Algumas dizem respeito aos colegas, outras à instituição em que trabalha, outras ao próprio usuário. De acordo com o que foi estudado, assinale a alternativa correta que corresponda a essas habilidades e competências:

- a) () procurar saber o que está surgindo de novo na área; saber que é responsabilidade do usuário encontrar a informação que precisa; trabalhar de forma individual.
- b) () capacidade de trabalhar em equipe; conhecer a instituição em que trabalha; buscar o aprimoramento contínuo; conhecer seu usuário e compreender suas necessidades de informação.
- c) () capacidade de trabalhar sozinho; saber procurar as informações apenas em livros; conhecer a instituição em que atua.
- d) () compreender o usuário; buscar conhecer as novas tecnologias; saber que o conhecimento da instituição não interfere no seu trabalho.



LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

1 INTRODUÇÃO

A profissão de bibliotecário é regularizada por lei, no Brasil, a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, orienta as suas atividades e cita os Conselhos Federal e Regionais que fiscalizam a profissão. Ao longo do tempo, várias legislações foram surgindo para dar conta das necessidades do profissional, assim como o código de ética profissional, que deve ser conhecido e seguido pelos profissionais da informação.

A regularização da profissão, além de respaldar o profissional, permite um controle da sua atuação, evitando que profissionais de outras áreas tentem desenvolver atividades que são próprias do bibliotecário, do seu conhecimento específico. Além disso, contribuiu para uma união da classe e para a conquista de reivindicações que podem se fazer necessárias durante o trajeto profissional.

A ética, antes de ser um guia da conduta profissional, é um limitador da convivência em sociedade. Especificamente na ética profissional, há um guia elaborado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, que regula ações do bibliotecário no seu cotidiano. Ele tem a função de inibir ações desabonadoras que possam prejudicar o usuário, o colega profissional e a própria classe como um todo. Levando o respeito e a boa conduta para a prática diária. É sobre essa questão legal da profissão e sobre a ética geral e profissional que iremos discorrer neste tópico.

2 LEGISLAÇÃO BIBLIOTECÁRIA

O Brasil foi o terceiro país a implantar um curso de Biblioteconomia no mundo, o primeiro da América do Sul. Esse marco ocorreu em 11 de julho de 1911, por meio do Decreto 8.835. A partir dessa data, várias escolas se estabeleceram pelo país. No entanto, a regulamentação da profissão de bibliotecário ocorreu apenas em 1962, através da Lei nº 4.084, que **dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício.**

A lei foi aprovada graças ao esforço de um grupo de bibliotecárias da década de 1950, que tinha Laura Garcia Moreno Russo, uma atuante e dinâmica bibliotecária de São Paulo, à frente do movimento (JOB; OLIVEIRA, 2006).

Essa lei determina o exercício da profissão de bibliotecário e suas atividades. Especifica que o exercício da profissão de bibliotecário só é permitido aos “Bacharéis em Biblioteconomia, portadores de diplomas expedidos por Escolas de Biblioteconomia de nível superior”.

Em seu art. 6º, a Lei nº 4.084/62 determina as atribuições do bibliotecário:

Art. 6º São atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação.
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação.
- e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência (BRASIL, 1962, s.p.).

A lei deixa claro quais atividades são inerentes ao “Bacharel em Biblioteconomia”. Há uma tendência do senso comum em pensar que qualquer pessoa que exerça uma atividade em bibliotecas ou órgãos afins é bibliotecário. O que é um erro muito grave e infringe a lei e o código de ética, que será visto no item a seguir.

No artigo citado, pode-se ter uma visão dos locais em que o bibliotecário pode atuar e das atribuições, como nas questões técnicas e de gestão e direção de bibliotecas e unidades de informação, além da área de ensino, que é um campo em expansão, tendo em vista o aumento de cursos de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação que vêm sendo implantados, assim como os de pós-graduação nos níveis de especialização, mestrado e doutorado.

Desde 1962, a lei incorporou alguns complementos, tendo em vista as necessidades que surgiram, como a regulamentação do técnico em Biblioteconomia com as suas delimitações e a obrigatoriedade do registro no Conselho Regional de Biblioteconomia para exercer a profissão. Ter a profissão regulamentada foi uma grande conquista naquela época.

Dentro do âmbito das leis que norteiam o trabalho do bibliotecário, surgiram outras que fortaleceram a nossa atuação, como a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro (PNL). Essa lei objetiva, entre outros, assegurar ao cidadão o acesso ao livro, incentivar o hábito da leitura, permitir que pessoas com deficiência visual tenham acesso à leitura. E dispõe no seu

Art. 1º: II – o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2003, s.p.).

Essa lei é muito importante, uma vez que procura garantir o acesso ao livro e à leitura a todos. Correlacionando as questões de acessibilidade e de equidade, e na produção de autores brasileiros também.

Em 2010, a Lei nº 12.244, de 24 de maio, estabeleceu que, no prazo máximo de 10 anos, a partir de sua publicação, todas as escolas públicas e privadas devem implantar uma biblioteca e garantir um mínimo de acervo que atenda à comunidade escolar. Em um país como o Brasil, onde a leitura, a educação e as bibliotecas não são prioridades, são necessárias leis que possam garantir o mínimo de acessibilidade aos leitores, permitindo que um número maior de crianças e estudantes, nesse caso específico, consiga ter contato com os livros e o incentivo à leitura.

Essa lei foi fruto de um projeto elaborado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia em parceria com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia, com o intuito de promover maior qualidade ao ensino público (LEITE et al., 2013).



Para refletir sobre a implantação da Lei nº 12.244, assista a essa reportagem veiculada no Bom Dia Brasil, da TV Globo, em 2017, disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6247259/>>. A reportagem mostra o quanto se está distante da efetivação da lei. Podemos levantar outra problemática, fala-se nas bibliotecas, mas não em bibliotecários. Assista e reflita.

O que você pensa sobre isso? É importante a leitura nas escolas? Que tipo de ações e atividades você acredita que são importantes e eficientes a fim de promover o gosto pela leitura nas crianças?

O conhecimento das leis é importante para, além de estarmos cientes dos nossos direitos e deveres, podermos exigir o que está assegurado, mas não cumprido. Da mesma forma, para poder sugerir melhorias que se considerem necessárias para o aprimoramento da profissão e para o bem da sociedade.



Profissão bibliotecário: o que a lei garante a esses profissionais?

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oyheRpi23uY>>. Uma reportagem da TV TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Sinopse da reportagem: o Brasil conta hoje com mais de 30 mil bibliotecários, número que deve aumentar nos próximos anos. Uma lei federal sancionada em 2010 torna obrigatória a instalação de bibliotecas em todas as escolas do país. Nesta reportagem vamos saber um pouco mais sobre os bibliotecários e o que a lei garante a esses profissionais.

3 ÉTICA PROFISSIONAL

Inicialmente, é necessário definir o que é ética. A ética nos remete à Grécia antiga, origem do termo grego *ethos*, que significa caráter e comportamento. A ética se preocupa com o comportamento humano enquanto integrante da sociedade. Os filósofos mais famosos que iniciaram as discussões sobre esse tema foram Demócrito e Aristóteles, que viam na ética uma forma de se chegar à felicidade (BARBOSA; SILVA, [s.d.]).

Para o sociólogo Herbert de Souza, a ética pode ser traduzida como “um conjunto de princípios e valores que guiam e orientam as relações humanas” (RODRIGUES, 1994, p. 13). A ética procura julgar o que é certo e errado, justo e injusto nas relações humanas.

Os valores éticos podem ser observados em qualquer esfera da sociedade humana. Nas relações do dia a dia, no trabalho, e na esfera política, principalmente. Estamos em um momento importante de descobertas e punições de crimes que afrontam a ética no Brasil.



Assista a esse curto vídeo no Youtube, de um trecho de uma entrevista de Sérgio

Cortella. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7KTnF74Vs3A>>.

No dia a dia nos deparamos com situações que precisamos resolver, ou tomar decisões, formular algum juízo, para isso usamos normas que adotamos como corretas, que aceitamos no nosso íntimo e consideramos adequadas. Esse tipo de situação prática é um problema moral. Sabemos que temos limites na vida em sociedade, e nem tudo o que queremos podemos realizar, tendo em vista o bem-estar do próximo (SILVA; FREITAS, 2014).

Vivemos em uma sociedade com abertura política, todos podem se manifestar, temos liberdade de pensamento em uma sociedade participativa e democrática. Ao mesmo tempo, cresce uma tendência do individual se sobrepor ao coletivo, e a observação e a vigília a esse tipo de ação também crescem.

Valores morais e éticos são discutidos desde a Antiguidade, mas contemporaneamente têm estado presentes nas conversas cotidianas. O nosso cenário atual valoriza as pessoas pelo que elas possuem em detrimento do que elas são, a valorização dos conceitos e dos princípios éticos tem sido abalada com as ofertas que tentam o desvio destes, no âmbito profissional e no âmbito do cidadão. Entretanto, ambições e desejos individuais não deveriam dar margem para atitudes comprometedoras da conduta e dos preceitos éticos e morais do profissional (CAVAGLIERI; MATOS, 2016).

A função da ética é equilibrar e permitir o harmonioso funcionamento social, das relações sociais, para que não ocorram prejuízos pessoais ou sociais por conta de condutas inadequadas. Se porventura isso acontecer, que as condutas inadequadas sejam punidas adequadamente (CAVAGLIERI; MATOS, 2016).

Que conduta você deve ter no seu trabalho a fim de não prejudicar seus colegas, ou sua instituição, ou as pessoas para as quais você trabalha (usuários, por exemplo)? Uma postura ética no ambiente de trabalho também pode ser uma busca por melhores formas de realizar o trabalho, pensando no usuário, na qualidade do serviço que será oferecido. Mais a contribuição que é possível dar para a instituição na qual o profissional trabalha.

Deve-se ter em mente que, ao utilizar a profissão, dos conhecimentos de um cargo para encobrir verdades ou agir de má-fé, são atos que não podem ser justificados, que ferem princípios morais e éticos não apenas profissionais, mas do indivíduo, do grupo.

Quando se pensa em formação e desempenho do bibliotecário, considera-se que é uma profissão regulamentada pela legislação federal, que requer do profissional um saber técnico-científico que reflète um serviço de qualidade prestado ao cidadão. Essa qualidade engloba competências e habilidades além da dimensão ética da prática profissional (MISCHIATI; VALENTIM, 2005).

O profissional bibliotecário possui um código de ética próprio, estabelecido pelo Conselho Federal de Biblioteconomia, pela Resolução CFB nº 42, de 11 de janeiro de 2002, publicada no Diário Oficial da União. O primeiro código de ética para bibliotecários foi elaborado em 1962, essa é a quarta e mais atualizada versão. As atualizações foram necessárias para acompanhar o desenvolvimento da sociedade e da tecnologia. O código de ética deve orientar suas ações enquanto profissional bibliotecário e deve ser consultado sempre que julgar necessário.

O Código de Ética está dividido em oito seções:

- Seção I – Dos Objetivos.
- Seção II – Dos Deveres e Obrigações.
- Seção III – Dos Direitos.
- Seção IV – Das Proibições.
- Seção V – Das Infrações Disciplinares e Penalidades.
- Seção VI – Das Aplicações de Sanções.
- Seção VII – Dos Honorários Profissionais.
- Seção VIII – Das Disposições Gerais.

Vamos conhecê-lo um pouco melhor? O código de ética profissional objetiva estabelecer regras de conduta para pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades profissionais na área da biblioteconomia. Dentre os deveres dos bibliotecários estão:

Art.2º a) dignificar, através dos seus atos, a profissão, tendo em vista a elevação moral, ética e profissional da classe; b) observar os ditames da ciência e da técnica, servindo ao poder público, à iniciativa privada e à sociedade em geral (...) c) respeitar as atividades de seus colegas e de outros profissionais; e) contribuir, como cidadão e como profissional, para o incessante desenvolvimento da sociedade e dos princípios legais que regem o país. Art. 3º: Cumpre ao profissional de Biblioteconomia: a) preservar o cunho liberal e humanista de sua profissão, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana [...] guardar sigilo no desempenho de suas atividades, quando o assunto assim exigir; [...] f) considerar que o comportamento profissional irá repercutir nos juízos que se fizerem [...] h) combater o exercício ilegal da profissão [...] (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2018).

Dos deveres citados, observa-se uma preocupação em honrar o compromisso profissional, contribuindo com seu papel na sociedade, respeitando colegas de profissão e a sociedade como um todo. Pode-se destacar que o bibliotecário, a exemplo dos demais profissionais da informação, possui cinco compromissos éticos essenciais:

1º – Compromisso com a informação – o profissional precisa verificar se a informação que está sendo passada é atual e está correta, e se é de fonte segura. Ter por referências seus instrumentos de trabalho e sua experiência

- profissional. O conhecimento das fontes de acesso e recuperação, e as ferramentas de pesquisa, estão englobados nesse compromisso.
- 2º – **Compromisso com o usuário** – o ator principal da atividade bibliotecária. É ele quem irá utilizar as informações fornecidas. Deve-se atestar se as necessidades dos usuários estão sendo atendidas de forma satisfatória. Além disso, deve-se assegurar, dentro das possibilidades do profissional, que o usuário tenha acesso às informações de que necessita, divulgando suas coleções e se preocupando com a inclusão informacional, que todos tenham direito e acesso à informação. Não podendo se recusar a prestar assessoria profissional. Além de atendê-lo com respeito e simpatia. Interagindo com todos sem discriminação de cor, raça, condição social, religião ou ideologia.
 - 3º – **Compromisso com a organização** – é necessário ter compromisso com a instituição em que se está atuando, respeitando o sigilo para resguardá-la. O bibliotecário deve resguardar sua instituição.
 - 4º – **Compromisso com o profissional em si** – compromisso com o crescimento pessoal, com a visão integral do ser humano. Além disso, precisa se preocupar com a questão salarial e com a formação continuada. O bibliotecário deve estar ciente da necessidade de estar sempre se reciclando, estudando e compreendendo o que surge de atual na sua área, com o objetivo de prestar um serviço melhor ao usuário, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade em que atua. Deve se preocupar também com a questão salarial, fazendo valorizar o seu trabalho. Lutar por salários justos e melhores condições de trabalho, melhores empregos e exigindo do governo abertura de vagas para bibliotecários nas diferentes instituições do setor público e a obrigatoriedade de bibliotecários nos locais e instituições que precisam do conhecimento desse profissional.
 - 5º – **Compromisso com a profissão** – comprometimento com as associações e instituições que regulam e resguardam a profissão, como o Conselho Federal de Biblioteconomia e Associações de Bibliotecários. Os órgãos fiscalizadores são importantes para evitar injustiças e abusos na área, como exercício ilegal da profissão.
 - 6º – **Compromisso com os demais bibliotecários** – ser solidário, respeitando suas ideias, pontos de vista e soluções. Não sendo conivente com infrações que desabonam a profissão. O trabalho colaborativo é produtivo e todos saem beneficiados: os profissionais, a instituição, os usuários e a comunidade.

Uma postura importante que o bibliotecário deve adotar durante sua atividade é a neutralidade. Ou seja, não emitir opiniões pessoais de cunho político, religioso ou moral aos seus usuários. Como também não deve questionar o que o usuário irá fazer com as informações que está pesquisando. Suas crenças e opiniões não devem intervir no momento de selecionar o acervo a ser adquirido e na disseminação da informação. Neutralidade é a postura adequada para evitar conflitos e ferir ideais contrários (VERGUEIRO, 1994).

Todas as recomendações que constam no código de ética têm a finalidade de tornar o profissional útil para a sociedade e alcançar reconhecimento social, por suas práticas corretas e competência profissional. Nem só de deveres a profissão se sustenta, vamos verificar alguns direitos que o profissional possui, pela perspectiva da ética:

Art. 11 a) exercer a profissão independentemente de questões referentes a religião, raça, sexo, cor e idade; b) apontar falhas nos regulamentos e normas das instituições em que trabalha, quando as julgar indignas do exercício profissional, devendo, neste caso, dirigir-se aos órgãos competentes, em particular, ao Conselho Regional; [...] d) defender e ser defendido pelo órgão de classe, se ofendido em sua dignidade profissional; e) auferir benefícios da ciência e das técnicas modernas, objetivando melhor servir ao seu usuário, à classe e ao país [...] (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002).

Aqui, ressalta-se a liberdade para exercer a profissão, sem sofrer nenhum tipo de discriminação, estar atento às normas das instituições e organizações em que se atua a fim de evitar que ocorram injustiças e descasos com o profissional. No caso de haver necessidade de se levar adiante algum problema verificado, os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB) são as entidades competentes para esse fim. Em grande parte dos estados há um CRB atuando, ao qual o bibliotecário deve estar registrado para poder exercer sua profissão.



Você pode conhecer o código de ética na íntegra por esse link, disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-42-Codigo-de-Etica-Profissional.pdf>.

Como vimos, o código de ética profissional norteia a conduta em vários aspectos da vivência profissional, auxiliando na tomada de decisões. No entanto, o documento não é garantia de que será efetivamente aplicado. Pois isso dependerá da atitude do profissional e dos valores que ele traz consigo. O profissional precisa aderir ao que o código propõe, deve ter uma disposição para aplicá-lo, senão seu sentido é nulo.



TEMA PARA DEBATE: Reportagem da RBS TV noticiada em 2006:

Em 2006, uma bibliotecária que trabalhava na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) vendia seus serviços para fazer as monografias dos alunos no lugar de realizar seu papel de bibliotecária e orientar nas pesquisas e no desenvolvimento do trabalho. Ela foi denunciada e um repórter do Grupo RBS que se passou por estudante, gravou e filmou a negociação em que a profissional cobrou R\$ 800,00 para fazer uma monografia ao falso acadêmico. Após a veiculação da notícia, ela perdeu o emprego, e com certeza a credibilidade. Houve um delito por parte de quem adquiriu a monografia também, pois cometeu falsidade ideológica ao dizer que o trabalho era seu, mas, na verdade, a produção intelectual foi de outra pessoa. Debata com os seus colegas sobre essa situação. A possibilidade de ganhar vantagem financeira fez a bibliotecária cometer um delito grave, que a levou inclusive a perder seu emprego. Como você reagiria em um caso semelhante? Por que as pessoas cometem esses deslizes éticos? Como fica a imagem da classe profissional depois de um fato como esse? No link está o parecer jurídico do caso.

Disponível em: <<https://direito-vivo.jusbrasil.com.br/noticias/111934520/negada-indenizacao-por-divulgacao-de-reportagem-investigativa>>. Acesso em: 31 ago. 2018.



RESUMO DO TÓPICO 4

Neste tópico, você aprendeu que:

- Existe uma legislação específica que regula a atividade profissional do bibliotecário.
- Há leis que, apesar de não serem reguladoras da profissão do bibliotecário, complementam e fortalecem sua atividade.
- O código de ética bibliotecário existe para orientar a conduta profissional.



1 A regularização da profissão de bibliotecário foi um marco importante para assegurar direitos e estabelecer atribuições legalmente. A respeito dessa legislação, atribua V para as sentenças verdadeiras e F para as sentenças falsas:

- () A lei que regula a atividade do profissional bibliotecário é a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962.
- () O ensino de Biblioteconomia é uma das atribuições do bibliotecário, previsto em lei.
- () Qualquer profissional com curso superior pode exercer a função de bibliotecário.
- () Faz parte da Lei 4.084/62, em uma das suas complementações, a regulamentação do técnico em Biblioteconomia.

Marque a sequência correta:

- a) () V – V – V – F.
- b) () V – F – F – V.
- c) () F – V – V – V.
- d) () V – V – F – V.

2 O Código de Ética Profissional do Bibliotecário estabelece algumas normas de conduta que devem ser observadas no exercício da profissão. Leia o código na íntegra e responda: Qual das condutas a seguir se refere à classe profissional?

- a) () Orientar a técnica da pesquisa e a normalização do trabalho intelectual de acordo com suas competências.
- b) () Evitar comentários desabonadores sobre a atuação profissional.
- c) () Colaborar com os cursos de formação profissional.
- d) () Aplicar todo zelo e recursos ao seu alcance no atendimento ao público.

3 No Código de Ética Profissional do Bibliotecário, há orientações a respeito das interações entre o bibliotecário e o usuário, o bibliotecário e a instituição, o bibliotecário e os demais colegas. Em relação a usuários e clientes, o bibliotecário deve:

- a) () ser solidário, sem conivência com erros que venham a infringir a ética e as normas que regulam a profissão.
- b) () zelar pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento da biblioteca a que está vinculado.
- c) () orientar a técnica da pesquisa e a normalização do trabalho intelectual, de acordo com suas competências.
- d) () formular críticas e propostas com o fim de preservar o desempenho profissional.



ENSINO E PESQUISA EM BIBLIOTECONOMIA

1 INTRODUÇÃO

Nenhuma atividade profissional se sustenta sem a busca contínua por mudanças e a evolução que acompanha as mudanças e os interesses da sociedade. Na área da biblioteconomia não é diferente. Os meios acadêmico e científico são os que estão em contato com as atualizações que surgem constantemente. Por esses caminhos é que a disciplina recebe teorias, é repensada e intelectualizada. Seus conceitos são revistos e alterações são propostas, tendo em vista os cenários nacional e internacional.

O ensino da biblioteconomia também é repensado, tendo em vista as mudanças sociais e as novas necessidades informacionais que surgem. O currículo de um curso de Biblioteconomia de 20 anos atrás, por exemplo, é totalmente diferente de um currículo nos dias de hoje. Tudo se transforma, tudo evolui, e a biblioteconomia e os profissionais da informação precisam acompanhar essa transformação.

Da mesma forma as pesquisas cada vez mais são realizadas em campos inovadores, ao passo que áreas tradicionais são estudadas a fim de buscar uma melhor forma de atuação, a busca de um melhor entendimento no fazer e no pensar práticas profissionais. Como a transferência do conhecimento do meio acadêmico para o campo profissional é realizada, será o tema desse tópico.

2 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO E DA PESQUISA

O mundo do conhecimento tem como insumo a informação, esta é também seu produto final. A informação está atrelada à pesquisa, que, no papel de produtora do conhecimento, se utiliza dela para gerar novas informações e conhecimento. É um processo cíclico de produção científica.

Os trabalhos acadêmicos, realizados durante um curso de graduação ou pós-graduação, são importantes como forma de estímulo e prática da pesquisa. Nem sempre são publicados, pois muitas vezes são trabalhos solicitados em aula pelo professor. Eles têm importância para a produção individual e para o conhecimento das fontes e métodos de pesquisa, servindo de exercício para

uma produção que possa vir a ser publicada e compartilhada com a comunidade acadêmica e profissional.

Há várias modalidades de produção acadêmica, cada uma tem uma metodologia e um objetivo diferente. Entre elas se enquadram: o resumo crítico, o resumo analítico, o resumo indicativo, os *papers*, artigos, monografias de conclusão de curso, além de dissertações de mestrado e teses de doutorado.



Você irá aprender os passos e métodos para realizar os trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas na disciplina de Metodologia Científica.

A pesquisa científica é um importante mecanismo, senão o principal, para a construção e a evolução do conhecimento humano. Nossas conquistas em todas as áreas do conhecimento, como na tecnologia, na medicina, na física e nas demais ciências, ocorreram por meio de pesquisas, testes e estudos. Elas ocorrem dentro das universidades ou centros de pesquisa para, em seguida, serem divulgadas, trazendo inovações em produtos, remédios ou tratamentos, ou novos processos que contribuam de alguma forma para o desenvolvimento da humanidade.

O pesquisador é considerado um cientista, na medida em que gera novos conhecimentos na sua área de atuação, contribuindo com a modernidade das teorias, criticando ou contestando o que não está de acordo, trazendo uma análise científica para tal, além de produzir artigos que divulgam suas pesquisas, seus trabalhos e que oportunizam a atualização do público interessado. Uma pesquisa só tem importância após sua divulgação e publicação.

A realização de pesquisas em grande escala demanda investimentos e recursos, públicos ou privados. É por isso que nem todos os países conseguem produzir na mesma escala, como também há áreas que são mais favorecidas com maior produção científica. E a pesquisa na área da biblioteconomia, como ocorre?

A universidade é um local que fomenta pesquisa, sobretudo por conta dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados), em que a produção científica e sua publicação são uma exigência.

A produção científica é uma atividade que merece destaque dentro das universidades, pois o conhecimento produzido é socializado com a comunidade. Além disso, mostra o desempenho dos alunos e professores preocupados com a evolução de conhecimento da sua área.

A pesquisa vem responder aos questionamentos diante das transformações e mudanças do mundo atual. Para isso, há uma necessidade de formar pessoas capazes de realizar interações com esse cenário mundial, com visão crítica, espírito investigativo e capacidade de realizar as mudanças exigidas. Essas características são trabalhadas na educação superior, a universidade exerce o papel de agente transformador, um espaço de formação profissional, humanística e científica (JESUS; SILVA, 2011).

Desde o primeiro curso de Biblioteconomia implantado no Brasil, em 1915, até os dias atuais, muitas mudanças ocorreram: do conteúdo ministrado ao perfil do bibliotecário exigido pela sociedade. Se antes o perfil do profissional era mais tecnicista, voltado para o mercado de trabalho (característica que prevaleceu até os anos 1980), agora é necessário que o profissional tenha um conhecimento interdisciplinar, domine tecnologias e trabalhe em parceria com outras áreas que consigam lidar com a heterogeneidade do panorama atual.

A reformulação do currículo na década de 1980 procurou inserir um aspecto humanista na profissão. Essa reformulação se uniu à criação de cursos de pós-graduação na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, e ao nascimento de periódicos científicos especializados nessas temáticas (RODRIGUES, 2002).

A comunicação científica é essencial para a divulgação do que é produzido em termos de pesquisa e das descobertas realizadas. Essa comunicação serve para a comunidade em geral, mas, também, com muita intensidade, para outros pesquisadores obterem dados importantes para seus estudos e novas pesquisas. Além disso, o pesquisador anseia que seus colegas tenham contato com sua produção, conheçam suas ideias e que seja aceito na comunidade científica. Nessa linha, os periódicos científicos são o melhor canal para essa divulgação, pois são atualizados e dinâmicos, principalmente os periódicos disponibilizados gratuitamente na internet, permitindo o acesso a todos.

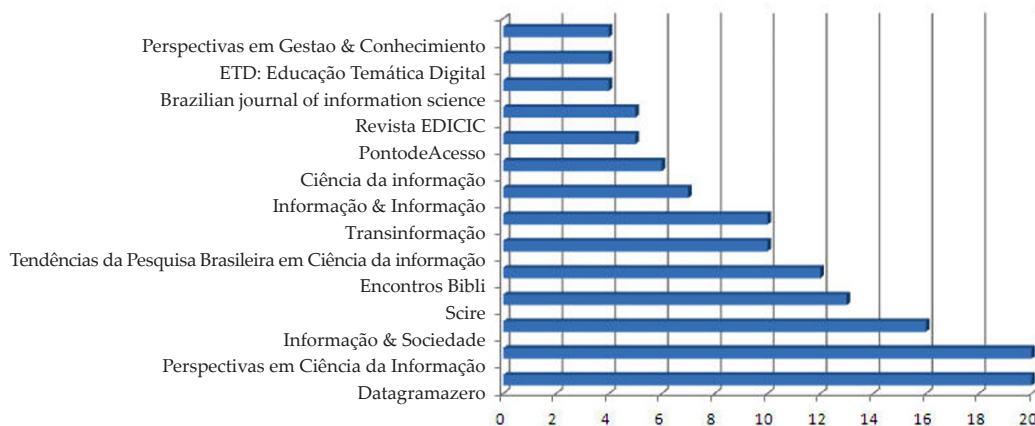


O **periódico científico** é uma publicação que pode ser impressa ou eletrônica, com periodicidade na sua publicação, ou seja, podem ser mensais, semestrais, anuais. É uma revista especializada em uma ou mais áreas do conhecimento humano.

Cada área do conhecimento possui periódicos especializados com um público direcionado para as áreas. Dentro da biblioteconomia não é diferente. Há vários periódicos especializados, grande parte de acesso aberto, ou seja, disponível na internet para o acesso de todos, sem a necessidade de pagamento pela assinatura ou acesso virtual.

Quando um artigo é publicado em uma revista da área, ele ganha visibilidade e credibilidade, pois foi aceito pela comunidade científica. Os artigos passam por uma avaliação de editores especialistas na área da pesquisa realizada, garantindo a confiabilidade do que está sendo publicado. Na Figura 8 podemos verificar quais os periódicos mais utilizados para publicações na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

FIGURA 8 – PERIÓDICOS ONDE MAIS SE PUBLICA EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



FONTE: Pinheiro, Silva e Rodrigues (2014, s.p.)



Você pode pesquisar pelos nomes das revistas na internet e verificar o que há de publicação na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Tenho certeza de que encontrará muitas informações interessantes e importantes para sua formação profissional.

De acordo com Almeida e Baptista (2013), ao longo dos anos, os currículos dos cursos de Biblioteconomia no país todo vêm sofrendo alterações, ao se pensar, justamente, nas mudanças sociais e nos novos conhecimentos que o profissional necessita possuir para atuar. Essas alterações são realizadas mediante as observações dos bibliotecários que são professores universitários e no perfil do profissional que se pretende formar.

O mundo em que vivemos exige um profissional bibliotecário que, além de qualificado para o trabalho, tenha condições de refletir sobre suas práticas, que produza novos conhecimentos e que isso seja compartilhado na comunidade científica e revertido para a sociedade. Esses conhecimentos servem para refletir sobre a prática pedagógica realizada nas universidades, contemplando um currículo atualizado que vá ao encontro dos anseios da sociedade.



RESUMO DO TÓPICO 5

Neste tópico, você aprendeu que:

- A pesquisa científica é a propulsora do desenvolvimento da sociedade.
- A pesquisa em biblioteconomia ocorre principalmente atrelada às universidades e instituições de ensino.
- As publicações em periódicos especializados denotam confiabilidade das informações publicadas.



1 “A ciência é um processo social, uma atividade dinâmica e evolutiva, e o seu avanço depende da contínua produção de questões, da transformação destas em objetos para a realização de pesquisas e da divulgação dos resultados obtidos. Por intermédio da ciência, o homem tenta conhecer o mundo e busca respostas e explicações para as inúmeras situações e fenômenos que o cercam” (PINHEIRO; SILVA; RODRIGUES, 2004, s.p.).

Com base no texto, selecione a opção CORRETA acerca da produção científica:

- a) () A produção científica não tem muita importância para o profissional bibliotecário, pois o que interessa são apenas questões práticas e técnicas.
- b) () Os cursos de pós-graduação das universidades não estimulam a pesquisa e nem a publicação, pois a universidade não é responsável pelo desenvolvimento científico.
- c) () A pesquisa científica promove o desenvolvimento da sociedade, mas para ter reconhecimento e seus resultados serem conhecidos, é necessária a sua publicação.
- d) () A publicação científica pode ser feita em qualquer periódico ou revista, ou em blogs da internet, pois se está na internet é confiável.

2 (Defensoria Pública da União – Cargo de Bibliotecário, 2010) Tendo em vista a relevância dos canais informais de comunicação usados nos dias atuais, a evolução do processo de comunicação científica em biblioteconomia e os conceitos fundamentais dessa área, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () os altos custos para publicação impressa e divulgação de trabalhos de caráter técnico-científico estimulam o desenvolvimento da comunicação científica.
- b) () a comunicação científica consiste na troca de informações entre membros da comunidade científica acerca de atividades associadas somente à análise, organização e aplicação da informação, desde o momento em que o cientista decide o que pesquisar, até que os resultados de sua pesquisa sejam aceitos como constituintes do conhecimento científico.
- c) () o pesquisador, para garantir qualidade, confiabilidade e credibilidade à sua produção científica, deve acompanhar, sistematicamente, a literatura publicada de suas áreas de interesse e, mediante a publicação de suas ideias e resultados, buscar a avaliação de outros pesquisadores, mantendo constante comunicação com seus pares.
- d) () a comunicação científica é prejudicial à organização do conhecimento científico que vise refutar os resultados de pesquisas anteriores ou estimular novas perspectivas em diversas áreas.

3 O ensino e a pesquisa são atividades que possuem uma relação muito estreita, visto que são fomentadas e vivenciadas no meio acadêmico. Com relação ao ensino e à pesquisa em biblioteconomia, é possível considerar que:

I- A produção acadêmica nem sempre é publicada, mas tem valor para o aluno e para a sua experiência em pesquisar.

II- Os resultados de uma pesquisa científica precisam ser publicados para serem disseminados entre a comunidade acadêmica e a comunidade em geral.

III- Os currículos dos cursos de Biblioteconomia vêm sofrendo alterações para se adaptar à realidade da sociedade.

IV- Periódicos de acesso aberto são de acesso livre e gratuito pela internet.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Apenas I e II estão corretas.
- b) () Apenas II e III estão corretas.
- c) () Todas as alternativas estão corretas.
- d) () Apenas a III e IV estão corretas.



INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÔNOMICAS

1 INTRODUÇÃO

As instituições biblioteconômicas são entidades, órgãos e bibliotecas que fazem parte da realidade do profissional bibliotecário. Os movimentos associativos e os órgãos de classe surgiram para colaborar com a organização da sociedade e da profissão, buscando por melhores condições de trabalho e desenvolvimento profissional.

Nesse leque estão inseridos os órgãos fiscalizadores, que atuam no regulamento das atividades, verificando possíveis infrações da prática profissional e as associações de classe que promovem a atualização do profissional, promovendo cursos e incentivando a divulgação e a disseminação de informações e de práticas inovadoras.

São também aqui elencados os sindicatos que trabalham por melhores questões trabalhistas e salariais, além de instituições de ensino que formam profissionais e pesquisadores, levando em consideração a realidade social e as necessidades informacionais, assim como as próprias bibliotecas, nas suas variadas especialidades onde a ação bibliotecária efetivamente ocorre, de modo mais corriqueiro e conhecido por todos. Cada uma dessas entidades citadas será verificadas no decorrer deste tópico.

2 BIBLIOTECAS

A biblioteca é comumente conhecida como o local, físico, onde se encontram os diversos suportes do conhecimento, como livros, CDs, mapas, revistas, entre tantos materiais que fazem parte do acervo, organizados sistematicamente de acordo com as normas e os padrões universais. É também a instituição a que mais associam à imagem do bibliotecário.

Existem vários tipos de bibliotecas, que se diferenciam basicamente pelo conteúdo do acervo (mais geral ou especializado) e pelo seu público (alunos, pesquisadores, comunidade em geral). Vamos conhecer cada uma delas.

Biblioteca Nacional – é responsável por guardar e preservar toda a produção intelectual do país. Por meio da lei do depósito legal, toda publicação brasileira deve ter um ou mais exemplares na Biblioteca Nacional. Seu acervo é constituído também por doações e aquisições da biblioteca, além de livros raros com uma grande importância histórica. Tem mais de 200 anos e é considerada a maior biblioteca da América Latina, está entre as 10 maiores bibliotecas nacionais do mundo.



Conheça a lei do depósito legal – Lei nº 10.994/2004 – Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110994.htm>. Acesso em: 3 ago. 2018.

Bibliotecas universitárias – são bibliotecas inseridas em instituições de Ensino Superior. O público atendido são os universitários, professores e demais profissionais que trabalham nas instituições. O acervo é composto por obras que atendem aos cursos oferecidos. Além de serviços especializados para o público-alvo.

Bibliotecas públicas – são mantidas pelo Estado ou município e atendem a comunidade em geral. Não há um acervo especializado, mas generalizado para todas as idades e interesses. Podem conter seções especializadas, dependendo das condições de cada biblioteca. Normalmente são oferecidas sessões de “hora do conto”, em que as crianças das escolas da comunidade ouvem histórias contadas por bibliotecários ou por outro profissional que atua na biblioteca. De acordo com o Manifesto de 1994, da IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas, as missões-chave estão relacionadas à alfabetização, educação e cultura. São elas:

- Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
- Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
- Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;
- Apoiar a tradição oral;
- Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;

- Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários (IFLA, 1994, s.p.).

Bibliotecas escolares – são as bibliotecas mantidas pelas escolas públicas e particulares para atenderem aos seus alunos. O acervo é composto por obras de literatura e materiais didáticos. Ela tem um papel muito importante, porque é o local em que “a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural” (IFLA, 2016, s.p.).

Bibliotecas especializadas – possuem acervos específicos para um público direcionado. Podem estar dentro de empresas ou de outra instituição (SILVA; ARAÚJO, 2014). Por exemplo, a biblioteca da Embrapa, que possui conteúdo científico direcionado para os pesquisadores dessa instituição. De modo geral, os usuários desse tipo de biblioteca são muito qualificados e exigentes. São solicitadas informações muito específicas e exige-se do bibliotecário um certo conhecimento da área.

Bibliotecas comunitárias – são iniciativas da comunidade civil, sem vínculo direto com o Estado, com o objetivo de levar livros e proporcionar o acesso à leitura à comunidade onde está inserida, democratizando seu acesso. Elas são importantes para a inclusão informacional e inclusão social, porque possibilitam o acesso à informação a pessoas menos favorecidas economicamente. Além disso, servem de suporte para projetos culturais, educacionais, o que fortalece socialmente toda a comunidade (HORTA; ROCHA, 2017).

Bibliotecas ambulantes ou itinerantes – são bibliotecas “móveis” em que os acervos são colocados normalmente em algum veículo e levados a uma população específica. Elas permitem que pessoas que vivem em regiões mais remotas ou que não possuem o hábito de frequentar uma biblioteca possam desfrutar desse serviço (IFLA, 2010).

Bibliotecas digitais – reúnem coleções digitais que são disponibilizadas na internet. As informações contidas nas bibliotecas digitais são disponibilizadas apenas digitalmente, não há nada físico. Atualmente é um tipo de biblioteca muito utilizado, devido às facilidades de acesso, com tecnologias disponíveis e custos relativamente baixos. Exemplo de uma biblioteca digital: Biblioteca Digital da UNICAMP.

FIGURA 9 – BIBLIOTECA DIGITAL DA UNICAMP

Sistema Nou-Rau: Biblioteca Digital da UNICAMP

www.bibliotecadigital.unicamp.br

SBU Biblioteca Digital da UNICAMP

Página principal | Fale Conosco |

Bases Disponíveis

- Trabalhos de Conclusão de Curso
- Eventos
- Hemeroteca - CMU
- Revistas Eletrônicas
- Produção Técnico-Científica Digital
- Materiais Especiais
- Memória Institucional e Estatística
- Obras Raras

Notícias

COMUNICADO IMPORTANTE

Prezados(as),

Devido à troca de plataforma de gerenciamento, de teses e dissertações estão disponíveis somente no Repositório Institucional da Unicamp (<http://repositorio.unicamp.br/>). Com exceção das teses e dissertações, a Biblioteca Digital continua oferecendo acesso aos demais conteúdos digitais disponíveis em sua plataforma.

Qualquer dúvida, favor contatar o e-mail sbuhd@unicamp.br para assuntos relacionados à Biblioteca Digital ou repositorio@unicamp.br para assuntos relacionados ao Repositório.

Agradecemos pela compreensão!

Pesquisar

Entrar com uma ou mais palavras:

Pesquisar: Palavras-chave

Use as aspas para expressões. Exemplo: "bibliotecas digitais"

Todas as palavras (AND) Quaisquer palavras (OR)

Pesquisar em:

- Todos
- Trabalhos de Conclusão de Curso
- Eventos
- Hemeroteca - CMU
- Revistas Eletrônicas

Quantidade

Total de Documentos: 30.265

Documentos mais Baixados

- Memorial de formação: o papel dos jogos e brincad...
- O sistema just in time reduz os custos do processo...
- Biblioteca digital de peças teatrais
- Administração, contabilidade, presupuestos, y cont...
- A contabilidade de custos: um enfoque para a moder...

Documentos mais Acessados

- O sistema just in time reduz os custos do processo...
- Biblioteca digital de peças teatrais
- A notação, o sego e o deficiente visual: a inclusão...
- A contabilidade de custos: um enfoque para a moder...
- Conceitos de custos aplicados a uma empresa comerci...

FONTE: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.



– Leia sobre essa notícia publicada em 2013, inovadora, mas ainda distante da realidade brasileira: **Bibliotech**: a primeira biblioteca pública dos EUA sem livros impressos. Todas as 10 mil obras estão disponíveis em formato digital. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/bibliotech-primeira-biblioteca-publica-dos-eua-sem-livros-impressos-10889318>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Conforme vimos, as instituições de ensino em Biblioteconomia no Brasil surgiram a partir de 1915, na Biblioteca Nacional, a primeira da América do Sul. O objetivo na época era formar profissionais especializados para atuar na própria Biblioteca Nacional (NASCIMENTO; MARTINS, 2017).

Na década de 1930, dois novos cursos foram implantados no Estado de São Paulo. A partir daí diversas instituições de ensino no país ofereceram cursos de Biblioteconomia, e sua oferta vem crescendo constantemente, inclusive nas modalidades de ensino a distância.

4 ÓRGÃOS DE CLASSE

Os órgãos de classe são entidades que existem para regulamentar, proteger, representar e atuar politicamente em favor dos profissionais. Dentro da biblioteconomia temos as seguintes entidades:

Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) – com sede no Distrito Federal, é dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e patrimonial, e atua como órgão fiscalizador da profissão. O regimento interno do Conselho Federal de Biblioteconomia, no seu art. 17, especifica: “O CFB é o órgão regulamentador, consultivo, orientador, disciplinador e supervisor do exercício da profissão de bibliotecário no Brasil, tendo como principal finalidade contribuir para o desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira, conforme lhe determina a legislação vigente” (CFB, 2017, s.p.). O CFB fiscaliza situações em que ocorre o exercício ilegal da profissão, quando há um problema no âmbito da ética profissional, entre outras situações em que se faz necessária sua intervenção.

Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) – os conselhos regionais de Biblioteconomia são subordinados ao Conselho Federal de Biblioteconomia, que são responsáveis pela fiscalização da profissão dentro da sua área de jurisdição, atuam em nível local, nos municípios ou regiões. É de responsabilidade dos CRBs a organização e a manutenção dos cadastros dos profissionais registrados. Todo bibliotecário só poderá atuar na sua área se tiver o seu registro no CRB. Se não o fizer, ele será apenas um bacharel em Biblioteconomia, mas não efetivamente um bibliotecário. Atualmente, os CRBs estão distribuídos nas seguintes regiões:

- CRB 1: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com sede em Brasília/DF.
- CRB 2: Pará, Amapá e Tocantins, com sede em Belém/PA.
- CRB 3: Ceará e Piauí, com sede em Fortaleza/CE.
- CRB 4: Pernambuco e Alagoas, com sede em Recife/PE.
- CRB 5: Bahia e Sergipe, com sede em Salvador/BA.
- CRB 6: Minas Gerais e Espírito Santo, com sede em Belo Horizonte/MG.
- CRB 7: Rio de Janeiro, com sede no Rio de Janeiro/RJ.
- CRB 8: São Paulo, com sede em São Paulo/SP.
- CRB 9: Paraná, com sede em Curitiba/PR.
- CRB 10: Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre/RS.
- CRB 11: Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, com sede em Manaus/AM.
- CRB 13: Maranhão, com sede em São Luís/MA.
- CRB 14: Santa Catarina, com sede em Florianópolis/SC.
- CRB 15: Paraíba e Rio Grande do Norte, com sede em João Pessoa/PB.

5 ASSOCIAÇÕES

São organizações de cunho científico, profissional e organizacional criadas com o intuito de auxiliar os profissionais e organizações “com atividades que agreguem valor à formação intelectual, como cursos, oficinas, palestras, congressos e jornadas, encontros, simpósios, aperfeiçoamentos, especializações, entre outras” (CARVALHO, 2016, s.p.).

Há várias instituições associativas em nível nacional e internacional, que dizem respeito a aspectos educacionais, profissionais e políticos. Agora conheceremos quais são as atribuições de cada uma delas.

FEBAB – Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – foi fundada em 1959, com o objetivo de promover a capacitação dos profissionais e o desenvolvimento da profissão por meio de cursos e eventos. Também se preocupa com a memória e a documentação das atividades de biblioteconomia e áreas afins.

ABEBD/ABECIN – A Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação foi criada em 1967 por um grupo de bibliotecários que atuavam na área da docência em Biblioteconomia, com o objetivo de pensar as questões pedagógicas e de metodologias de ensino dessa área. A atuação da ABEBD foi importante para fortalecer o currículo escolar e especialização do profissional bibliotecário que atuava como professor universitário. A partir de 2001, a ABEBD foi desativada e passou a se chamar ABECIN – Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação.

O objetivo da ABECIN é pensar sobre as questões de ensino, aperfeiçoamento de docentes e colaborar para o fortalecimento das instituições com cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Visando à qualidade da formação do profissional da educação e consolidando o ensino, a pesquisa e a extensão (ABECIN, 2016, s.p.).

ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS – sociedades civis sem fins lucrativos que possuem o mesmo objetivo da FEBAB, servir como um agente promotor de capacitação profissional. Contribuem também na divulgação de vagas para os profissionais. Elas são regionais e agregam os profissionais que atuam em cada estado da federação.

ABRAINFO – Associação Brasileira de Profissionais da Informação – tem a função de promover trabalhos dos profissionais da informação, realizando eventos e ações com esse fim, apoiando os demais órgãos e entidades da área (ABRAINFO, 2012, s.p.).

6 SINDICATOS

A história dos sindicatos dos bibliotecários é recente e são poucos os existentes no país. Foi na década de 1980 que surgiram os primeiros sindicatos de bibliotecários no Brasil (SPUDEIT; FÜHR, 2011).

Os sindicatos são os representantes para a defesa dos interesses trabalhistas dos bibliotecários. Eles são mantidos por taxas pagas pelos bibliotecários sindicalizados. Têm como objetivo a proteção dos direitos e interesses comuns da classe, estimulando sua organização.

7 INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

Nessa categoria temos a IFLA – Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (International Federation of Library Associations and Institutions). Fundada em 1927, a IFLA tem a função de promover a cooperação internacional, o debate e a investigação em todos os campos de atuação bibliotecária, além de compartilhar suas descobertas, visando ao bem de toda a Biblioteconomia. Representa os interesses das bibliotecas e informacionais dos seus usuários (IFLA, 2017, s.p.).

Com exceção dos CRBs, os demais órgãos associativos são aderidos por livre escolha do profissional da informação. O profissional, de acordo com o seu interesse e engajamento político e social, decide participar das associações ou sindicatos. Essas instituições colaboram para incentivar o profissional a ser mais atuante na sua área e mais crítico a respeito de suas ações, das questões políticas e da sua atuação na sociedade.

É importante conhecer de que forma cada instituição atua, verificar o efetivo trabalho que essas entidades realizam, o alcance que têm e os resultados obtidos.

8 OUTROS ÓRGÃOS DE DESTAQUE

Além das instituições citadas, há outras que são importantes para as atividades biblioteconômicas e da ciência da informação. Podemos citar:

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. O IBICT não é exatamente uma instituição biblioteconômica, mas é importante para os pesquisadores e para profissionais da informação. É o órgão que coordena as informações relacionadas à ciência e tecnologia no país. É responsável pela atribuição do ISSN, o número internacional normalizado para as publicações seriadas (é um código de todas as publicações seriadas, como revistas e periódicos científicos precisam ter).

Administra o programa de comutação bibliográfica – COMUT. Por meio desse programa, é possível obter cópias de artigos e outros documentos científicos do acervo das bibliotecas que fazem parte desse programa. O IBICT disponibiliza uma biblioteca digital com teses e dissertações brasileiras, fornecendo o texto integral de forma gratuita. Além de outros serviços que são muito importantes para o bibliotecário, principalmente o que atua em instituições de ensino e pesquisa.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – órgão vinculado ao Ministério da Educação, trabalha no fortalecimento da pós-graduação (mestrado e doutorado) no país. Dentre os seus serviços está o portal de periódicos da Capes. Esse portal disponibiliza, mediante alguns critérios, para as instituições de ensino, sobretudo, bases de dados, periódicos e artigos da produção científica publicada no mundo inteiro. É uma fonte riquíssima de pesquisa, com confiabilidade total dos dados e informações que lá estão publicadas.

Portanto, todos os órgãos e entidades citados possuem objetivos e funções específicas, que de várias formas, atuam, respaldam, fiscalizam, orientam e auxiliam as práticas e a atuação do profissional bibliotecário.

Nessa unidade foi possível entender o surgimento das bibliotecas e a gênese da biblioteconomia, a contextualização da sociedade, os suportes informacionais e as competências necessárias ao bibliotecário. Além disso, vimos a importância do ensino e da pesquisa no desenvolvimento da profissão, conhecemos a legislação que nos rege e as instituições que nos amparam. Todas, dentro de suas especificidades, são importantes para o fortalecimento da profissão e para a compreensão da responsabilidade e da dimensão do trabalho nessa área de atuação, sempre almejando atender às necessidades informacionais do usuário.

RESUMO DO TÓPICO 6

Neste tópico, você aprendeu que:

- O CFB e o CRB são órgãos fiscalizadores da profissão de bibliotecário.
- Existem diversas associações e entidades que ajudam a fortalecer a classe bibliotecária e do profissional da informação de modo geral.
- O IBICT e a Capes são instituições que trabalham com a ciência, tecnologia e a produção científica nacional e internacional.



1 “Tem por objetivo atender por meio do seu acervo e de seus serviços os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Atende a todos os públicos, bebês, crianças, jovens, adultos, pessoas da melhor idade e pessoas com deficiência”. A descrição refere-se a que tipo de biblioteca?

FONTE: <<http://snbp.culturadigital.br/tipos-de-bibliotecas/>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

- a) () Biblioteca universitária.
- b) () Biblioteca escolar.
- c) () Biblioteca especializada.
- d) () Biblioteca pública.

2 O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), com sede no Distrito Federal, previsto pela Lei nº 4.084/62, tem uma função muito importante para o profissional bibliotecário. Assinale a alternativa correta que corresponda à sua função:

- a) () representar os profissionais bibliotecários trabalhadores, com o principal objetivo de fortalecer a categoria e consciência de classe.
- b) () fiscalizar o exercício da profissão de bibliotecário em âmbito regional.
- c) () fiscalizar o exercício da profissão de bibliotecário.
- d) () apoiar os profissionais da área, com o objetivo de defender os interesses da classe e apoiar suas reivindicações.

3 Os organismos de classe da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação que tratam da fiscalização profissional, ensino e pesquisa no país, são, respectivamente:

- a) () CFB, IFLA e ANCIB.
- b) () IFLA, CRB e ABEBD.
- c) () ABRAINFO, CRB e sindicatos.
- d) () CFB, ABECIN e ANCIB.

4 Atualização contínua dos profissionais é imprescindível para acompanhar o que surge de novo na área, resultado de pesquisas e estudos realizados por profissionais da informação ou de áreas diversas, que apontam um novo caminho no campo da produção do conhecimento. A fiscalização das atividades dos profissionais é necessária a fim de inibir o exercício profissional irregular, bem como injustiças e arbitrariedades que possam vir a ocorrer nas relações profissionais. Dessa forma, assinale a alternativa CORRETA que corresponda ao órgão responsável pela atualização e fiscalização profissionais, respectivamente:

- a) () associações de bibliotecários e os CRBs.
- b) () federação de associações e as associações de bibliotecários.
- c) () CRBs e as associações de bibliotecários.
- d) () CRBs e a federação de associações.
- e) () associações de bibliotecários e a federação de associações.

BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA: APRENDENDO SOBRE SEUS CONTEXTOS

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você deverá ser capaz de:

- conhecer os marcos da Biblioteconomia no Brasil;
- entender a importância das bibliotecas e da leitura para a formação de um cidadão;
- conhecer a Documentação, os marcos dessa área no mundo e o seu início no Brasil;
- aprender o que são as áreas da Museologia e Arquivologia;
- aprender sobre a formação, atuação profissional e legislações das áreas da Museologia e Arquivologia;
- entender sobre a Formação e desenvolvimento de Coleções dentro de bibliotecas e unidades de informação.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em quatro tópicos. No decorrer da unidade você encontrará autoatividades com o objetivo de reforçar o conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – RELAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS E BIBLIOTECONOMIA

TÓPICO 2 – MARCOS DA ÁREA DA DOCUMENTAÇÃO

TÓPICO 3 – ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA

TÓPICO 4 – FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES



RELAÇÃO ENTRE BIBLIOTECAS E BIBLIOTECONOMIA

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia, enquanto campo do conhecimento, tem sido associada às origens da biblioteca como instituição, assim como às práticas e aos fazeres realizados dentro dela. A relação entre biblioteca e Biblioteconomia apresenta uma interligação que remete aos contextos econômico, político, cultural e social de momentos ao longo da história da humanidade (TANUS, 2015).

O processo de desenvolvimento de bibliotecas, da Biblioteconomia e do bibliotecário passou por diversos episódios que os formaram como vemos atualmente. Antes, a biblioteca era vista de forma soberana enquanto um espaço somente para guarda e custódia de acervos e o bibliotecário era tido como aquele que zelava pela proteção do acervo. Depois, com o aumento de registros de impressos em papel com a imprensa de Gutenberg, com a diversificação da natureza dos impressos (livros e periódicos impressos) e com a elaboração de procedimentos e técnicas para preservação, armazenamento de acervos, a biblioteca passou a ser considerada um “espaço de conhecimento”, onde o papel a ser desenvolvido por ela está ligado às mudanças da sociedade e às necessidades de informação dos diferentes públicos que a frequentam. Atualmente, as bibliotecas passaram a ter novos desafios, em especial, no que se refere às novas formas de ensino-aprendizagem, novas formas de mediação com relação às necessidades de informação da sociedade, o desenvolvimento da competência nos usuários das bibliotecas para que aprendam a manejar a informação disponível na internet, o acesso aberto às informações, entre outros motivos que requerem das bibliotecas atualização e mudanças (TANUS, 2015).

Os indivíduos estão constantemente expostos a diversas informações durante o dia, seja no seu trabalho, no seu momento de lazer, em seus estudos ou outros momentos cotidianos. Um dos espaços que permite com que estejamos sempre com acesso à informação de forma organizada e faz com que possamos gerenciar as informações que recebemos e transformá-las em conhecimento é a biblioteca. Dessa forma, falaremos um pouco nesse tópico sobre a Biblioteconomia no Brasil, as bibliotecas e seu papel social, a mediação da leitura e o papel do bibliotecário.

2 BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

A trajetória das bibliotecas teve seu início com as ordens religiosas dos beneditinos, franciscanos e jesuítas. No entanto, a criação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro se constituiu como a “gênese do movimento fundador do campo de ensino da Biblioteconomia do Brasil” (CASTRO, 2000, p. 43). Ainda para Castro (2000), seu acervo é oriundo da Biblioteca Real da Ajuda, criada por Dom João I, rei de Portugal, após a destruição da antiga Biblioteca Real (Lisboa), em 1755.

A Biblioteca Nacional foi a base das primeiras articulações para a implementação de técnicas e práticas biblioteconômicas no país. À medida que as experiências de instituições estrangeiras com prática biblioteconômica consolidada foram sendo conhecidas e transmitidas aos pesquisadores e intelectuais do Brasil, uma nova forma de prática biblioteconômica no país foi sendo articulada (BOTTENTUIT; CASTRO, 2000).

O ensino de Biblioteconomia no Brasil teve seu início no ano de 1911 e resultou na criação do primeiro curso na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, considerado o primeiro da América Latina. Na época de implantação do curso, a Biblioteca Nacional possuía como diretor Manoel Cícero Peregrino da Silva, considerado “um dos pioneiros no planejamento da documentação bibliográfica e com a visão profética de Paul Otlet e Henri La Fontaine” (FONSECA, 1957 apud OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 14).

O curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional foi estabelecido pelo Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911, e obteve como base e influência a escola francesa de orientação erudita e humanística chamada “École Nationale des Chartes” (FONSECA, 1979). O objetivo desse curso era atender demandas institucionais visando ao “suprimento das necessidades internas e da consolidação de um projeto da elite dominante” (SOUZA, 1990 apud OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 14).

A prática bibliotecária humanística possuía a educação como “característica de formação de serviço, ou seja, é intrainstitucionalizada, respondendo às necessidades específicas de um tipo de biblioteca” (SOUZA, 1997, p. 27-28). A vertente humanística foca no aperfeiçoamento da prática na prática e se constitui de uma atividade profissional não corporativa, também chamada de profissão de exercício livre (SOUZA, 1997).

A primeira turma do curso da Biblioteca Nacional foi criada em 1915 com 21 alunos e posteriormente teve a adição de mais seis integrantes por determinação do então ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. Os estudantes do curso eram, em grande parte, os funcionários da Biblioteca Nacional, e os docentes, os diretores da instituição. Para ser admitido

no curso, o candidato devia possuir conhecimentos gerais, era testado por meio de um exame de escrita de português e provas orais de outras áreas, tais como história universal, literatura e línguas (CASTRO, 2000; ALMEIDA, 2012).

No entanto, nos anos posteriores ocorreu uma baixa no número de inscritos. Os matriculados no curso em 1916 foram somente seis funcionários, dos quais, apenas dois graduaram-se. No ano de 1917 obteve-se cinco matriculados, dos quais somente um graduou-se. No ano de 1921, embora tenham sido abertas as inscrições, não se obteve candidatos, e no ano seguinte, em 1922, o curso foi extinto (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009, p. 15). Em 1931, o curso foi reaberto por meio do Decreto nº 20.673, de 17 de novembro. Em seu art. 1º é decretado o estabelecimento do Curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, bem como a distribuição de disciplinas por dois anos letivos. Entre as disciplinas cursadas estavam no 1º ano: Bibliografia, Paleografia e Diplomática, e no 2º ano: História Literária (com aplicação à bibliografia), Iconografia e Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas) (BRASIL, 1931).

Em São Paulo foi criado o “Curso Elementar de Biblioteconomia”, patrocinado pelo Instituto Mackenzie, no ano de 1929. Este curso foi o segundo no país e era influenciado pela *Columbia University*, com uma visão americana e tecnicista da profissão. O instituto possuía como bibliotecária a americana Dorothy Muriel Geddes Grop, que foi contratada pelo Instituto Mackenzie para realizar a reorganização do acervo do instituto, visando introduzir novos processos para a criação de catálogos e de localização de livros nas estantes (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009). A ideia do curso surgiu a partir de uma necessidade da preparação de uma bibliotecária que substituísse Dorothy em seu trabalho no instituto, enquanto ela realizava um curso de especialização na Universidade de Columbia (MUELLER, 1985 apud PINTO, 2015).

Em 1935, o curso de Biblioteconomia do Instituto Mackenzie foi encerrado. Em 1936 foi criado o curso de Biblioteconomia dirigido por Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo, do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Este curso realizou a consolidação, a sistematização e a normalização das “atividades de ensino, informais e assistemáticas, desenvolvidas desde 1929, na Biblioteca Municipal, pelo então diretor, Eurico de Góes” (CASTRO, 2000, p. 71). Vale ressaltar que, neste caso, a prática bibliotecária de base americana possui como característica o predomínio tecnicista, que traz para a educação um aspecto mais acadêmico, com base nas teorias organizacionais (SOUZA; 1997). O curso foi fechado em 1939, por não ter sido considerado útil e viável. Posteriormente, o curso foi transferido para a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1940 (OLIVEIRA; CARVALHO; SOUZA, 2009).

Diante disso, ocorre a expansão do ensino de Biblioteconomia no país, sendo criados vários cursos a partir da década de 1940, tais como: o curso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura de Pernambuco, na Universidade Federal da Bahia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, entre outros (ALMEIDA, 2012).

3 MARCOS DA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA

A criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), em 26 de julho de 1959, com o intuito de fixar um currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia do país, constitui-se em um dos marcos da Biblioteconomia (SANTOS, 1998). Como missão, a FEBAB busca

defender e incentivar o desenvolvimento da profissão. Tem como objetivos congregar as entidades para tornarem-se membros e instituições filiadas; coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais; apoiar as atividades de seus filiados e dos profissionais associados; atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de biblioteconomia, ciência da informação e áreas correlatas brasileiras; interagir com as instituições internacionais da área de informação; desenvolver e apoiar projetos na área, visando o aprimoramento das bibliotecas e dos profissionais; contribuir para a criação e desenvolvimento dos trabalhos das comissões e grupos de áreas especializadas de biblioteconomia e ciência da informação (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, 2016).

A FEBAB, com o apoio do Conselho Federal de Educação, conseguiu aprovar, em 16 de dezembro de 1962, o Parecer nº 326/1962 com o currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia. Este currículo estabelecia a duração dos cursos e contava com as disciplinas de História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação e Classificação, Bibliografia e Referência, Documentação e Paleografia. Além disso, cada escola de Biblioteconomia poderia incluir outras disciplinas para comporem seu currículo pleno, que era composto por disciplinas obrigatórias, eletivas e extracurriculares (DAVANSO; ZANAGA, 2011).

A profissão de bibliotecário teve seu exercício regulado pela Lei Federal nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e estabelece em seu artigo 1º:

A designação profissional de bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais, grupo 19, anexo ao Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia, de conformidade com as leis em vigor (BRASIL, 1962).

Em 1976, houve uma proposta de mudança no currículo mínimo de Biblioteconomia instituído no ano de 1962. Esta proposta de mudança foi discutida na reunião da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) na cidade de Campinas, São Paulo. Como questões básicas para mudança no currículo mínimo criado em 1962 foram apresentados os seguintes pontos: a) a mudança social; b) o profissional que não corresponde totalmente às exigências sociais; c) a delimitação do produto final que se pretende, tendo em vista as necessidades e as tendências da sociedade; d) o profissional

formado pelas escolas deve responder às situações apresentadas anteriormente e ser um agente de transformação e desenvolvimento da sociedade na qual se insere (FERREIRA, 1977).

Em 2001 foi estabelecido o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprovava as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Neste parecer, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia tratam das competências e habilidades, além dos conteúdos a serem apreendidos pelos formandos (BRASIL, 2001a).

O Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro do mesmo ano, veio para retificar o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social (BRASIL, 2001b).

Finalmente, a Resolução CNE/CES 19, de 13 de março de 2002, estabeleceu as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia. As Diretrizes estabelecem no artigo 2º o projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelos cursos de Biblioteconomia, que deverá explicitar o perfil dos formandos, as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas, os conteúdos curriculares de formação geral e os conteúdos de formação específica ou profissionalizante, o formato dos estágios, as características das atividades complementares, a estrutura do curso e as formas de avaliação (BRASIL, 2001b).

Outro fato a ser destacado é o 1º Código de Ética Profissional, aprovado em 1966, na “1ª Reunião Plenária, que aconteceu nos dias 11 a 13 de julho de 1966, na sede do Serviço de Assistência Didática ao Ensino Comercial (SADEC), em São Paulo. Este texto final foi elaborado com base na análise do código adotado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB)” (CORTÊ et al., 2015, p. 32-33). Segundo Silva (2006), o código vigente está em sua quarta atualização e refere-se à Resolução CFB Nº 42, de 11 de janeiro de 2002, tendo como objetivo fixar normas de conduta para as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades profissionais em Biblioteconomia (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002). Nele estão estabelecidos os deveres dos bibliotecários, tais como: dignificar a profissão observando a moral, ética e profissional da classe, o respeito às leis e normas ditadas para ser bibliotecário, bem como, o respeito às atividades dos colegas e profissionais de outras áreas, entre outros.

Neste sentido, pode-se observar que a Biblioteconomia no Brasil tem marcos que buscaram, ao longo das últimas décadas, implementar uma Biblioteconomia que contemple vários aspectos, em especial, questões relacionadas à formação profissional e ao desenvolvimento das bibliotecas.

4 A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA BIBLIOTECA E DA LEITURA PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Conforme afirma Milanesi (1983), a história da biblioteca é a história do registro da informação, que não pode ser separada da própria história do homem. Ainda para Castro (2006), a biblioteca também é um espaço de memória, fonte de inspiração e objeto de destruição dos homens em diversas civilizações e períodos.

A biblioteca possui um papel fundamental dentro da nossa sociedade, a partir do momento em que se torna um local que permite interação, debates, manifestações culturais e artísticas que permitem extrapolar o seu papel de democratizar a cultura letrada (FERRAZ, 2014).

A biblioteca pública, por exemplo, pode ser compreendida como um centro de promoção da cultura e atuar como um veículo para o exercício e desenvolvimento da cidadania por intermédio da leitura (SALCEDO; STANFORD, 2016). As bibliotecas públicas, como espaços detentores de informação e conhecimento, são as formadoras dos cidadãos por meio da educação e conscientização. O cidadão conseguirá através da leitura tomar conhecimento dos seus direitos e, assim, poderá atuar de maneira efetiva em sociedade. A falta das bibliotecas causa prejuízos à sociedade, pois um indivíduo que não tem conhecimento do seu papel enquanto cidadão não saberá atuar de forma crítica e construtiva (BARROS, 2002).

Para que as bibliotecas públicas possam ostentar o título de parceiras na formação dos cidadãos através da disseminação da informação para a cidadania é necessário que haja um investimento tanto no profissional bibliotecário, considerado o verdadeiro formador de cidadãos, quanto na biblioteca pública em si. O profissional bibliotecário precisa ser qualificado e receber aprimoramento de todos os tipos para que possa tornar-se o agente mediador entre a informação, o conhecimento e o usuário (BARROS, 2002).

As bibliotecas precisam ser inclusivas e ser espaços que supram as necessidades do usuário de maneira ágil e eficaz, disponibilizando a informação, seja ela de maneira convencional ou por meio da tecnologia, de modo que o conhecimento seja socializado entre todos de maneira igualitária. É necessário conscientizar o usuário da importância do material bibliográfico que ele empresta da biblioteca, para que ele saiba utilizar o material, preservá-lo e garantir que o conhecimento contido naquele suporte possa ser utilizado pelas gerações que advirão (BARROS, 2002).

Cabe à biblioteca usar formas criativas de promover ações que envolvam todos os usuários possíveis. É na biblioteca que se instiga o pensamento crítico, estimula-se a criatividade e a imaginação, desvenda-se novos mundos, abre-se caminho para novas descobertas, além de incentivar o gosto e o hábito da leitura.

Por intermédio da democratização da leitura, é possível mudar a situação de um país, pois é a biblioteca que irá difundir e facilitar o acesso à informação e à inclusão social. O conceito de leitura está, em geral, ligado à decifração da escrita e da aprendizagem, mas ela se liga tradicionalmente ao processo de formação de uma pessoa no sentido global e o capacita para o convívio e atuação nos meios social, político, econômico e cultural. A leitura, portanto, vai além do texto lido e começa antes do contato com ele. No processo de leitura, o leitor é quem assume o papel de ator e deixa de ser mero decodificador de palavras ou receptor passivo de informações (MARTINS, 1988).

A leitura pode contribuir nesse aspecto de forma significativa na formação de um indivíduo crítico, visto que o influencia a analisar a sociedade e o seu cotidiano de forma a ampliar e diversificar suas interpretações do mundo e da vida (KRUG, 2015). Pode ainda auxiliar na construção de novos aprendizados, porque permite que a pessoa tenha suas ideias fortalecidas e amplie seus conhecimentos (gerais e específicos) por meio do ato de ler (GONÇALVES, 2013).

FIGURA 1 – A BIBLIOTECA E A IMPORTÂNCIA DA LEITURA



FONTE: <<https://bit.ly/2Mz8FG9>>. Acesso em: 14 set. 2018.

Assim, o hábito da leitura deve ser estimulado desde cedo, para que, quando adulto, o usuário/interagente ainda frequente a biblioteca em busca de novos conhecimentos.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você aprendeu que:

- A trajetória das bibliotecas teve seu início com as ordens religiosas, mas o ensino de Biblioteconomia no Brasil começou com a criação da Biblioteca Nacional.
- A formação em Biblioteconomia no Brasil descende de duas vertentes: da escola francesa, *École Nationale des Chartes*, de orientação humanística e erudita e da escola americana, *Columbia University*, de orientação tecnicista.
- Entre os marcos da Biblioteconomia brasileira encontram-se a criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), a regulamentação da profissão de bibliotecário, a implantação do Currículo Mínimo de Biblioteconomia para o ensino da profissão, o estabelecimento do Código de Ética Profissional e a criação das Diretrizes curriculares para os cursos de Biblioteconomia.
- A biblioteca possui um papel importante dentro da nossa sociedade, tais como a função de formadora de leitores, de mediadora da leitura e de ser um espaço do conhecimento que incentiva o pensamento crítico e o pleno exercício da cidadania.
- As bibliotecas precisam ser inclusivas e ser espaços que supram as necessidades do usuário de maneira ágil e eficaz, disponibilizando a informação, seja ela de maneira convencional ou por meio da tecnologia, de modo que o conhecimento seja socializado entre todos de maneira igualitária.
- A leitura pode contribuir de forma significativa na formação de um indivíduo crítico, visto que o influencia a analisar a sociedade e o seu cotidiano buscando ampliar e diversificar suas interpretações do mundo e da vida.



1 O ensino de Biblioteconomia no Brasil é oriundo de duas vertentes internacionais, a vertente humanística e a vertente tecnicista. Sobre as origens dessas vertentes, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Francesa, pela *École Nationale des Chartes*; e norte-americana, pela *Columbia University*, respectivamente.
- b) () Dinamarquesa, pela *Royal School of Librarianship and Information Science*, e Francesa, pelo *Institut de Formation des Bibliothécaires*.
- c) () Francesa, pelo *Institut de Formation des Bibliothécaires*; e norte-americana, pelo *Hampton Institut*, respectivamente.
- d) () Norte-americana, pela *Howard University* e; francesa, pela *École Nationale des Chartes*.

2 Na Biblioteconomia brasileira há marcos que transformaram a área no país. Sobre o exposto, analise as sentenças a seguir:

I- Criação da FEBAB.

II- Aprovação do currículo mínimo para os cursos de Biblioteconomia.

III- Regulação da profissão de bibliotecário.

IV- Aprovação das Diretrizes Curriculares Internacionais para os cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

V- Estabelecimento das Diretrizes curriculares para os cursos de Biblioteconomia.

Conforme as sentenças anteriores, marque a resposta que aborda corretamente esses fatos históricos.

- a) () Todas as alternativas estão corretas.
- b) () Somente as alternativas I, II, III e V estão corretas.
- c) () Somente as alternativas II, III, IV e V estão corretas.
- d) () Somente as alternativas I, II, IV e V estão corretas.
- e) () Somente as alternativas I, III, IV e V estão corretas.

3 Com base no texto desse tópico e na tirinha do Armandinho a seguir, identifique quais seriam os benefícios trazidos pela biblioteca e leitura e classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:



FONTE: <<https://bit.ly/2NfgFks>>. Acesso em: 14 set. 2018

- a) () A biblioteca pública é um espaço que contribui para a formação do cidadão, permite seu desenvolvimento e transformação social a partir da leitura.
- b) () Os livros e demais materiais dentro do acervo de uma biblioteca são emprestados de forma gratuita.
- c) () A leitura auxilia na ampliação da criticidade de uma pessoa, tornando mais fácil a sua interpretação do mundo ao seu redor e seu entendimento dos aspectos sociais, políticos, econômicos da sociedade em que vive.
- d) () O conceito de leitura está ligado somente à decifração da escrita e da aprendizagem pelo indivíduo.

4 Conforme o texto lido, a Resolução CNE/CES 19, de 13 de março de 2002, estabelece:

FONTE: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES192002.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

- a) () As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.
- b) () As Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia.
- c) () A implementação do currículo mínimo de Biblioteconomia.
- d) () Criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários.



MARCOS DA ÁREA DA DOCUMENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A Documentação é uma corrente teórica e prática que foi fundada no século XIX e consolidada na Europa, sendo considerada uma das áreas que deu origem à Ciência da Informação. A Biblioteconomia e a Documentação, ao final do século XIX possuíam uma forte relação, seus objetivos eram parecidos, surgiram para suprir as necessidades daquela época e tinham alguns processos e instrumentos em comum, tais como as fichas catalográficas e a Classificação Decimal de Dewey (CDD) (ORTEGA, 2004). Entretanto, os documentalistas buscavam criar seu próprio caminho e evitavam utilizar instrumentos e termos que a Biblioteconomia usava.

Além disso, havia dúvidas sobre o relacionamento entre a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação, pois no início do século XX, diziam que a Documentação surgiu para substituir a Biblioteconomia, e que a Ciência da Informação veio para substituir a Documentação (FONSECA, 1987).

Com o passar do tempo, a divisão entre Biblioteconomia e Documentação se tornou cada vez maior, e atualmente é possível perceber que há fronteiras que delimitam essas três áreas. A Biblioteconomia possui seus objetivos ligados à administração e à organização de bibliotecas, à seleção, à aquisição e à organização da informação contida em determinado suporte (livro, e-book, CD-ROM, mapa etc.) (FONSECA, 1987). Já a Documentação se preocupa com a aquisição, armazenamento, recuperação e disseminação da informação contida em documentos, enquanto que a Ciência da Informação é uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, focando nas forças que governam os fluxos e os usos da informação, e nas técnicas de processamento da informação com o objetivo de armazenar, recuperar e disseminar a informação de forma rápida e ideal (BORKO, 1968).

Para este tópico, focaremos na Documentação, seus aspectos fundadores e os marcos dessa área que estuda os fundamentos e métodos relacionados ao conjunto de técnicas de organização da informação.

2 O SURGIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E SEUS MARCOS

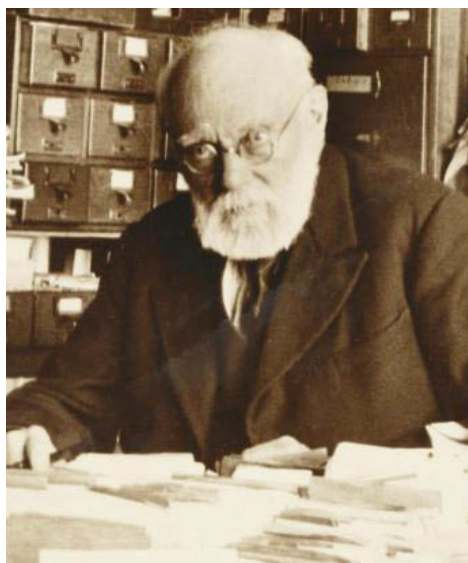
Para Ortega (2004), a Documentação esteve unida à Biblioteconomia desde o século XV até meados do século XIX, quando La Fontaine e Otlet a desenvolveram. No entanto, a Documentação voltará sua origem para a Bibliografia, pois houve pensadores que buscaram, ainda nos séculos XV e XVI, construir uma Bibliografia universal pela primeira vez e, a partir disso, abriram caminho para o desenvolvimento da Bibliografia e surgimento de catálogos e códigos de catalogação (SILVA; FREIRE, 2012).

Foi no final do século XIX que Otlet e La Fontaine criaram as bases de uma grande bibliografia universal dos documentos registrados em quaisquer formas, em que o objetivo era a organização e a indexação da grande gama de conhecimentos registrados.

Assim, iniciaram a preparação de uma bibliografia universal com a utilização de catálogos de bibliotecas e escolheram o Sistema Decimal de Dewey para realizar a classificação desses documentos. Otlet e La Fontaine tinham como proposta para a Documentação realizar uma análise de conteúdo que fosse mais aprofundada do que a realizada dentro do campo da Biblioteconomia e, assim, diferenciar a primeira dessa última.

Considerado o pai da Documentação, o advogado belga, bibliógrafo autodidata, Paul Otlet (1868-1944) foi um visionário que atuou em diversas questões, entre elas, cooperação internacional, museologia, urbanismo e educação (MOURA, 2015).

FIGURA 2 – PAUL OTLET



FONTE: <<https://bit.ly/2Mwmc19>>. Acesso em: 14 set. 2018.

Nos trabalhos de Paul Otlet há uma ênfase no conceito “documento” como algo que significa mais do que o suporte (livro) que contém a informação, mas também engloba o seu conteúdo (ARAÚJO, 2010). Dentre os textos que produziu, aquele que funda a noção de Documentação enquanto objeto, técnica e campo do conhecimento é o artigo intitulado *Les sciences bibliographiques et la documentation*. A Documentação é oriunda do “esforço para tratar os mais diferentes tipos de suportes de informação e seus diferentes meios de apresentação, tornando-os disponíveis para uso” (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2018, p. 64).

Dessa forma, a Documentação deve ser entendida como um conjunto de ações desenvolvidas, visando organizar e disseminar a informação ao redor do mundo. Surgiu para auxiliar na cooperação mundial entre países e instituições em prol do desenvolvimento científico, tecnológico, social de diversos países (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2018).

Conforme Otlet (1934 apud SHERA, 1968), a Documentação pode ser definida como um processo que possibilita a reunião, classificação e difusão de documentos de toda espécie, relativos a todos os setores da atividade humana. Bradford (1953 apud SHERA, 1968) caracteriza a Documentação, não como ciência, mas como uma arte, que visa reunir, classificar e tornar os documentos facilmente acessíveis. Borko (1968, p.5) define a Documentação como:

[...] um de muitos componentes aplicados à Ciência da Informação. A Documentação é preocupada em adquirir, armazenar, recuperar e disseminar a informação documentária, principalmente na forma de relatório e periódicos literários. Por causa da natureza da coleção e os requisitos dos usuários, a Documentação tende a enfatizar o uso de equipamentos de processamento de dados, reprografia e microformas como técnicas de manipulação da informação.

Nesse aspecto, a principal preocupação da Documentação estava focada no acesso à informação, “nos mais diversos suportes documentais e em diferentes centros de informação (biblioteca, arquivo, museu)” (SILVA; FREIRE, 2012, p. 9). Em contrapartida, “a Biblioteconomia estava desenvolvendo sua habilidade, em nível restrito, para proceder com a utilidade do livro e, em nível mais amplo, para indicar a atividade de gestão e organização de acervos de bibliotecas” (SILVA; FREIRE, 2012, p. 9).

Henri La Fontaine (1854-1943) e Paul Otlet buscaram elaborar ações que baseassem suas pretensões e, para isso, realizaram negociações políticas e corporativas. Dessa forma, o primeiro passo para o desenvolvimento da Documentação foi a criação, em 1895, do Instituto Internacional de Bibliografia – IIB –, que passou a se chamar Federação Internacional de Documentação – FID – no ano de 1935, em Bruxelas, para realizar o gerenciamento do Repertório Bibliográfico Universal – RBU – (SILVA; FREIRE, 2012).

O IIB foi fundado durante a realização da I Conferência Internacional de Bibliografia, com o propósito de estudar questões ligadas à bibliografia em geral, em especial, para a elaboração do RBU. Dessa forma, o Instituto visava tornar acessíveis os registros de conhecimentos humanos já produzidos em quaisquer que fossem os países ou idiomas. Para isso, se baseava na representação dos documentos em fichas catalográficas (tamanho padrão de 7,5 cm x 12,5 cm). Estas fichas constituíam o RBU, cujo intento era ser um inventário do conhecimento. A criação do Repertório Bibliográfico Universal (RBU) nasceu de um desejo de Paul Otlet e Henri La Fontaine de elaborar um repertório que abarcasse todo o conhecimento produzido no mundo. O RBU visava disseminar o conteúdo dos acervos de várias instituições mundiais buscando facilitar o acesso e o uso desses materiais (ARAÚJO, 2010).

Nas palavras de Otlet (1908 apud SILVA; RODRIGUES, 2016, p. 275), o propósito do RBU é “coletar e manter constantemente atualizados elementos de um primeiro protótipo do repertório geral, reunindo registros bibliográficos relacionados com os escritos de qualquer natureza, cobrindo todos os assuntos publicados em todos os tempos e em todos os países”. Dessa forma, a ideia do RBU é unir em um só catálogo a produção intelectual humana produzida e que ainda iria ser realizada, por intermédio de constante atualização.

Para o sucesso do RBU, seria realizada uma enorme cooperação internacional entre diversas instituições (bibliotecas, arquivos, museus, universidades, centros de comunicação). Segundo Otlet e La Fontaine (1895 apud SILVA; RODRIGUES, 2016, p. 16-17), os objetivos do RBU eram:

- O RBU deve ser completo, compreendendo a bibliografia do passado e do presente.
- A ordem do repertório deve ser tanto ideológica como onomástica, ou seja, tanto por assunto, quanto por autor.
- Como instrumento de pesquisa, o RBU deve estar disponível em todos os centros intelectuais.
- O RBU deve ser exato e preciso, mas deve também permitir a sua correção de modo simples e rápido.
- O repertório deve estar totalmente disponível ao público;
- O RBU deve estar associado a uma rede de catálogos de bibliotecas, permitindo o acesso rápido às obras.
- A iniciativa deve servir de estatística intelectual acerca das obras produzidas pelo espírito humano.
- O repertório deve assegurar aos autores a proteção legal de suas obras intelectuais.

Visando o cumprimento desses objetivos, foram adotados uma gama de procedimentos para tratamento dos itens que constituirão o Repertório, visto que se desejava a padronização universal de técnicas e representação adotadas. Para isso, foi criada a Classificação Decimal Universal (CDU), entendida como um esquema internacional para a classificação de documentos em bibliotecas, criado a partir da Classificação Decimal de Dewey (CDD). Este Sistema de Classificação de documentos se constitui de dez classes que se subdividem em subclasses em uma hierarquia decimal, visando abranger todo o conhecimento humano.



Sistemas de Classificação são ferramentas essenciais para a organização de uma biblioteca, visto que permitem ordenar os documentos conforme seu assunto tendo por base um critério específico.



Ficou curioso sobre a Classificação Decimal Universal (CDU) e Classificação Decimal de Dewey?
Sugere-se a leitura do artigo: TABOSA, H. R.; CARDOSO, C. C. C. G.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. **Linguagens documentárias e os sistemas de classificação bibliográfica**: estudo de propostas de expansão e ampliação da CDD e da CDU. João Pessoa: Biblionline, v. 11, n. 1, p. 112-130, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/43766>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

3 INÍCIO DA DOCUMENTAÇÃO NO BRASIL

Com o apoio do IIB, as ideias de Otlet e La Fontaine se difundiram em todo o mundo. Conforme Silva e Rodrigues (2016), a Documentação é iniciada em diversas frentes no Brasil com a inserção da adoção da CDD e CDU visando à organização dos acervos, das bibliografias e dos catálogos dentro dos parâmetros ditados pelo Instituto Internacional de Bibliografia (IIB).

Alguns intelectuais brasileiros começaram a utilizar alguns materiais produzidos pelos belgas, entre eles, Juliano Moreira, que utilizou a CDU no *Annaes da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Bahia*; Oswaldo Cruz, que utilizou esse sistema de classificação em Manguinhos, e Mário Alencar, que adotou a CDU para classificar o acervo da Câmara dos Deputados (FONSECA, 1973; SILVA; RODRIGUES, 2016). Na época a capital do Brasil era o Rio de Janeiro, que abrigava os três poderes, sendo o legislativo a Câmara Federal e Estadual dos Deputados.

Na Biblioteconomia, a Bibliografia é uma disciplina considerada elemento-chave para a organização do conhecimento produzido, com importante contribuição sobre livros. A Biblioteca Nacional, inclusive, em 1911 criou o Serviço de Bibliografia e Documentação em parceria com o IIB, visando à criação de um Repertório Nacional Brasileiro com base nas fichas catalográficas e na utilização da CDU (ORTEGA, 2004; SILVA; RODRIGUES, 2016).

A criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), se deu em 1954, como um órgão de criação e acumulação de informações bibliográficas, era considerado um dos percursos iniciais da Documentação e da Ciência da informação no Brasil. Como uma das atividades iniciais, o Instituto promoveu a realização de cursos de “documentação científica” que possibilitaram a bibliotecários de diversos lugares do país o aprendizado sobre os serviços de “informação científica” baseados em sofisticadas técnicas de documentação (JUVÊNCIO; RODRIGUES, 2018).

Assim, esses são os primeiros marcos que compõem a introdução da Documentação no Brasil e da participação no movimento iniciado por Paul Otlet pela organização do conhecimento mundial (ODDONE, 2006; SILVA; RODRIGUES, 2016).

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu que:

- A Documentação esteve unida à Biblioteconomia desde o século XV até meados do século XIX.
- No final do século XIX, Paul Otlet e Henri La Fontaine criaram bases para uma bibliografia universal dos documentos registrados em quaisquer formas com o objetivo de organizar e indexar os conhecimentos registrados.
- Para Otlet (1934), a Documentação pode ser definida como um processo que possibilita a reunião, classificação e difusão de documentos de toda espécie, relativos a todos os setores da atividade humana.
- Em 1895, foi criado o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) para realizar o gerenciamento do Repertório Bibliográfico Universal (RBU).
- A criação do Repertório Bibliográfico Universal (RBU) nasceu de um desejo de Paul Otlet e Henri La Fontaine, porque queriam elaborar um repertório que abarcasse todo o conhecimento produzido no mundo. Por isso, o RBU visava disseminar o conteúdo dos acervos de várias instituições mundiais buscando facilitar o acesso e o uso desses materiais.
- Para a padronização universal de técnicas e da representação do conhecimento mundial dos itens que comporiam o RBU, foi criada a Classificação Decimal Universal (CDU) a partir da Classificação Decimal de Dewey (CDD).
- A CDU é um sistema de Classificação de documentos composto de dez classes que se subdividem em subclasses em uma hierarquia decimal visando abranger todo o conhecimento humano.
- No Brasil, a Documentação é iniciada com a inserção da adoção da CDD e CDU visando à organização dos acervos, bibliografias e catálogos dentro dos parâmetros ditados pelo Instituto Internacional de Bibliografia (IIB).
- A criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 1954 como um órgão de criação e acumulação de informações bibliográficas era considerado um dos percursos iniciais da Documentação e da Ciência da informação no Brasil.
- O IBBDD promoveu a realização de cursos de “documentação científica” que possibilitou o aprendizado sobre os serviços de “informação científica” baseados em sofisticadas técnicas de documentação a bibliotecários de diversos lugares do país.



1 O Repertório Bibliográfico Universal (RBU) visava:

coletar e manter constantemente atualizados elementos de um primeiro protótipo do repertório geral, reunindo registros bibliográficos relacionados com os escritos de qualquer natureza, cobrindo todos os assuntos publicados em todos os tempos e em todos os países (OTLET, 1934).

Com base no excerto anterior e nos propósitos otletianos, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

FONTE: OTLET, P. Tratado de documentación: el libro sobre el libro-teoría y práctica. España: Universidad Murcia, 1934.

- a) () O RBU visava compreender as bibliografias produzidas e as que ainda seriam produzidas, estando assim em constante atualização.
- b) () O RBU deve ser preciso e exato, mas deve permitir a correção de modo simples e ágil.
- c) () O Repertório foca na produção científica dos países da Europa e dos Estados Unidos.
- d) () O Repertório deve estar associado a uma rede de catálogos de bibliotecas, permitindo o acesso rápido às obras.
- e) () A iniciativa deve servir de estatística intelectual acerca das obras produzidas pelo espírito humano.

2 No Brasil, o IIB auxiliou na propagação das ideias de Otlet e La Fontaine. Com base no texto e no seu livro de estudos, identifique de que forma isso ocorreu e marque a alternativa CORRETA:

- () Por intermédio da cooperação internacional e da expansão do uso da CDD e CDU.
- () Com base no oferecimento de serviços para a organização do acervo da Biblioteca Manguinhos, que passou a adotar a CDD.
- () Por intermédio do uso de fichas catalográficas.
- () Pela introdução da Biblioteconomia nos cursos de Documentação da Europa.

3 A Classificação Decimal Universal (CDU) foi criada a partir da CDD, para contemplar as necessidades de tratamento da informação especializada e viabilizar a elaboração do RBU. Conforme o texto estudado, classifique V para as sentenças verdadeiras e F para as falsas:

- a) () A CDU e CDD são classificações documentárias (não mais chamadas de bibliográficas), voltadas para o uso em bibliotecas ou para uso bibliográfico, ou seja, para indexação e descrição minuciosa do conteúdo dos documentos, sendo conhecidas mundialmente e utilizadas em bibliotecas do mundo inteiro.
- b) () A CDU é um esquema internacional para a classificação de documentos em bibliotecas, criado a partir da Classificação Decimal de Dewey (CDD).
- c) () A CDU é um sistema de classificação de documentos que se constitui de 12 classes que se subdividem em subclasses, em uma hierarquia decimal visando abranger todo o conhecimento humano.
- d) () A CDU e CDD são processos essenciais para a reunião, organização, recuperação de uma biblioteca, visto que permitem ordenar os documentos conforme seu assunto, tendo por base um critério específico.



ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA

1 INTRODUÇÃO

Os órgãos de documentação são aqueles espaços que possuem o documento como elemento em comum. O documento é constituído de informações sobre as atividades humanas registradas dentro de um suporte ou material, sendo encontrado dentro de instituições como os museus, arquivos, bibliotecas ou centros de documentação. Essas instituições buscam recolher, selecionar, tratar, transferir, armazenar e disseminar as informações com objetivos sociais, culturais, científicos ou administrativos (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Assim como os arquivos e as bibliotecas, os museus são conhecidos como órgãos de documentação. O estudo dos museus e dos itens por eles salvaguardados é realizado pela Museologia, que é uma área estabelecida a partir do século XX. Os museus são instituições compostas de bens culturais de interesse público que guardam, através das peças e objetos tridimensionais que o compõem, grande valor cultural e de preservação da memória e cultura de diversos povos.

Os arquivos são compostos de documentos que são produzidos com o intuito de provar, registrar ou testemunhar algo e, em geral, são documentos únicos (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2014). Podem ser também, locais que possuem como objetivo realizar a custódia, a conservação e dar condições para o acesso a documentos que foram criados em instituições públicas ou privadas ou por uma pessoa ou família. No Brasil, a preocupação com o estudo dos arquivos também começou no século XX a partir do Arquivo Nacional. Desde lá, a Arquivologia – disciplina que se refere aos arquivos - tem se expandido através do surgimento de novas tecnologias, das novas demandas da sociedade por informação, pela evolução do papel do profissional formado na área e pelo aumento do número de atividades desenvolvidas por esse profissional (OLIVEIRA, 2014).

Neste tópico, serão apresentadas as áreas da Arquivologia e Museologia, consideradas áreas correlatas à Biblioteconomia. Descobriremos o que são museus, as questões sobre a regulamentação da profissão de museólogo, os Conselhos de Classe e o Código de ética Profissional do Museólogo. Apresentaremos também o que são arquivos... Por fim, estabelecemos a relação entre Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia.

2 ARQUIVOLOGIA: DEFINIÇÃO

A Arquivologia, também chamada de Arquivística, é definida como a disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados dentro da produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 37). Conforme a Norma que define os termos a serem usados em arquivos em geral, a NBR 9578 – Arquivos, a Arquivologia é definida como o “estudo, ciência e arte dos arquivos” (ABNT, 1986, p. 2).

2.1 O QUE SÃO ARQUIVOS?

Os arquivos, desde a Antiguidade, constituem-se na memória do Estado, enquanto cada pessoa organiza, por si mesma, os seus arquivos particulares como memória de sua própria atividade ou de sua família. Assim, a função de um arquivo é “conservar a lembrança das ações de um dia, para que sirva de base às ações dos dias subsequentes” (FAVIER, 1979, p. 5). A intenção de um arquivo é ser “espelho da sociedade que o constitui, o conserva e o explora para fins administrativos, jurídicos, culturais, patrimoniais ou de pesquisa” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, s.p.).

À medida que grupos de pessoas organizadas sentiram que havia necessidade de conservação de seus arquivos, sentiram também que era preciso organizá-los. Dessa forma, os arquivos tornam-se referência privilegiada para tomadas de decisão baseada em precedentes, ou em outras palavras, são base para a administração e para toda jurisdição que não tenha um respaldo baseado em um corpo jurídico (FAVIER, 1979). Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística elaborado pelo Arquivo Nacional em 2005, os arquivos podem ser definidos como:

- a) Uma Instituição ou um serviço que possui a finalidade da custódia, do processamento, da conservação e do acesso a documentos.
- b) Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.
- c) Instalações onde funcionam arquivos.
- d) Móvel que é destinado à guarda de documentos.

FIGURA 3 - EXEMPLOS DE ARQUIVOS



FONTE: <<https://goo.gl/Xc51wf>>; <<https://goo.gl/cdyxfD>>. Acessos em: 11 set. 2018.

2.2 DEFINIÇÃO E A NATUREZA DO DOCUMENTO

O documento é a “unidade constituída pela INFORMAÇÃO (elemento referencial ou dado) e seu SUPORTE (material, base), produzida em decorrência do cumprimento de uma ATIVIDADE, preservados para servir de prova, testemunho e pesquisa” (MARTINS, 2005, p. 14). Pode ser documento simples, por exemplo, um ofício, um relatório, um memorando, uma relação de remessa ou um documento composto, como um processo.

Quanto à natureza do documento, ele reflete as diversas atividades e atribuições das organizações que o produzem, por isso, os tipos de documentos são variados e possuem diferentes formatos, espécies e gêneros dentro de um arquivo.

- Formato: “Conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento” (DICIONÁRIO, 2005). Como exemplo, podemos citar: livro, caderno, formulário, folha, microficha, tira de microfilme, etc.
- Espécie documental: “Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 85). São exemplos de espécies documentais: ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório.
- Gênero documental: “Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 99). Exemplos de gênero documental: documentos audiovisuais (filmes, documentários), documentos bibliográficos (livros), documentos cartográficos (mapas), documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos (obras de arte, slides, microformas), documentos textuais (documentos escritos).

- Tipo de documento: refere-se à “configuração que assume um documento de acordo com a atividade que a gerou” (MARTINS, 2005, p. 15). Exemplos de tipos de documentos são: ata de posse; boletim de notas e frequência de alunos, regimento interno de departamento, relatório de atividades, atestado de matrícula etc.
- Suporte: material onde se realiza o registro das informações (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005).

2.3 O QUE É DOCUMENTO DE ARQUIVO?

O documento de arquivo ou documento arquivístico é “aquele que, produzido ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades, constitui elemento de prova ou de informação” (ABNT, 1986, p. 4). Os elementos principais de um documento arquivístico são: a) **Intrínsecos ou forma intelectual:** gênero, espécie/tipo, procedência (instituição produtora), data, local, autor, destinatário, texto/conteúdo/assunto, ação ou ato, remetente, cargo do remetente, anotações e assinatura; b) **Extrínsecos ou forma física:** refere-se ao idioma, cor, letra, selo, quantidade, forma, formato, logomarca, suporte e anexos (MARTINS, 2005).

Para o entendimento das peculiaridades dos documentos de arquivo, é preciso entender os princípios fundamentais da Arquivística, a saber:

QUADRO 1 – OS QUATRO PRINCÍPIOS DA ARQUIVÍSTICA

PRINCÍPIOS DA ARQUIVÍSTICA	
<p>PROVENIÊNCIA É a marca de identidade do documento relativamente ao produtor/acumulador, o seu referencial básico, o “princípio, segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996 apud BELLOTTO, 2002, p. 23-24).</p>	<p>ORGANICIDADE Sua condição existencial. As relações administrativas orgânicas refletem-se no interior dos conjuntos documentais. Em outras palavras, a organicidade é a “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas”. Os documentos determinantes/resultados/consequências dessas atividades guardarão entre si as mesmas relações de hierarquia, dependência e fluxo (CAMARGO; BELLOTTO, 1996 apud BELLOTTO, 2002, p. 23-24).</p>

<p>UNICIDADE Ligado à qualidade “pela qual os documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem”. Esse princípio nada tem que ver com a questão do “documento único”, original, em oposição às suas cópias. Esse ser “único”, para a teoria arquivística, designa que, naquele determinado contexto de produção, no momento de sua gênese, com aqueles caracteres externos e internos genuínos e determinados dados, os fixos e os variáveis, ele é único, não podendo, em qualquer hipótese, haver outro que lhe seja idêntico em propósito pontual, nem em seus efeitos. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996 apud BELLOTTO, 2002, p. 23-24).</p>	<p>INDIVISIBILIDADE Sua especificidade de atuação. Fora do seu meio genético, o documento de arquivo perde o significado. Também conhecido como “integridade arquivística, é característica que deriva do princípio da proveniência, segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996 apud BELLOTTO, 2002, p. 23-24).</p>
---	--

FONTE: A autora

2.4 QUAIS OS TIPOS DE ARQUIVOS?

Os arquivos podem ser de vários tipos, estando condicionados aos objetivos da entidade que os produzem. Os tipos de arquivos mais comuns são:

FIGURA 4 – RELAÇÃO DOS TIPOS DE ARQUIVOS

Arquivos Públicos

- São conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais de âmbito federal, estadual ou municipal, em decorrência de suas funções específicas administrativas, jurídicas ou legislativas.
- Instituições arquivísticas franqueadas ao público.

Arquivos Privados

- Conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas, e que possuam uma relação orgânica perceptível através do processo de acumulação.

Arquivos Especiais

- Arquivos que guardam e organizam documentos cujas informações são registradas em suportes diferentes do papel: discos, filmes, fitas.

Arquivos Especializados

- Aqueles que guardam documentos gerados por atividades muito especializados, como os arquivos médicos, de imprensa, de engenharia literários e que muitas vezes precisam ser organizados com técnicas e com matérias específicos.

FONTE: Adaptado de ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA (1986, p. 4); Martins (2005).

2.5 CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E GESTÃO DE ARQUIVOS

Na já citada Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, está disposto, sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, que o dever do poder público é a gestão de documentos e a proteção especial a documentos arquivísticos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico, assim como elemento de prova e informação (BRASIL, 2014).

Conforme a Cartilha de procedimentos para classificação arquivística de documentos, é estabelecido um passo a passo para classificação documental, seguindo o exposto na Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001, do CONARQ (BRASIL, 2014).

Mas antes de ingressarmos na Classificação de documentos, devemos ter ciência de alguns conceitos, conforme o quadro a seguir:

QUADRO 2 - RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS DA CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Termo	Conceito
Assunto	É o conteúdo informacional do documento. Um mesmo tipo de documento poderá ser associado a assuntos diversos.
Atividade-fim	É o conjunto de atividades que uma instituição desenvolve para o desempenho de suas atribuições específicas, de acordo com a missão e a visão do órgão.
Atividade-meio:	É a atividade que auxilia e viabiliza a atividade-fim de um órgão; e é comum a todas as organizações.
Avaliação de documentos:	É o processo que consiste em identificar valores para os documentos e analisar seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como para a preservação do patrimônio documental.
Ciclo de vida dos documentos	É a sequência de fases pela qual passam os documentos, desde o momento em que são criados (produção) até a sua destinação final (eliminação ou guarda permanente). Também conhecida como “teoria das três idades”.
Classificação arquivística	É a organização dos documentos de um arquivo, de acordo com um plano ou código de classificação. A classificação é realizada a partir da análise e identificação do conteúdo dos documentos, com a seleção da categoria de assuntos sob a qual serão classificados, arquivados e acessados.
Destinação de documentos	É o encaminhamento dos documentos, em decorrência da avaliação, para a guarda permanente ou para a eliminação.
Seleção de documentos	É a seleção física dos conjuntos documentais com vistas ao cumprimento de sua destinação.
Tabela de temporalidade de documentos	É um instrumento de destinação, aprovado pelo Arquivo Nacional, que determina prazos e condições de guarda, tendo em vista a transferência, o recolhimento ou a eliminação de documentos.

FONTE: Adaptado de Brasil (2014)

O Processo de gestão de documentos arquivísticos requer, entre outros procedimentos, a atividade de classificação. Essa atividade inclui procedimentos e rotinas que possibilitam a maior eficiência e rapidez na gestão e controle de informações. Seu objetivo é realizar o agrupamento de documentos sob um mesmo tema, como forma de agilizar na sua recuperação, além de facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas à avaliação, à seleção, à eliminação, à transferência, ao recolhimento e ao acesso a esses documentos (BRASIL, 2001c; 2014).

O Código de Classificação de documentos de arquivo foi criado para ser um instrumento de trabalho a ser aplicado de forma eficiente para classificar qualquer documento produzido ou recebido pelo órgão no exercício de suas funções e atividades, divididas em atividades-meio e atividades-fim. Além disso, apresenta operações para classificação e arquivamento de documentos de arquivo (BRASIL, 2001c).

O Código de Classificação de Documentos apresenta funções, atividades, espécies de documentos e tipos de documentos de forma hierarquizada conforme as funções e atividades que o órgão desempenha. Esse instrumento de classificação está organizado em um sistema decimal de classificação por assuntos, composto por dez classes, e essas classes possuem dez subclasses, e assim, sucessivamente.

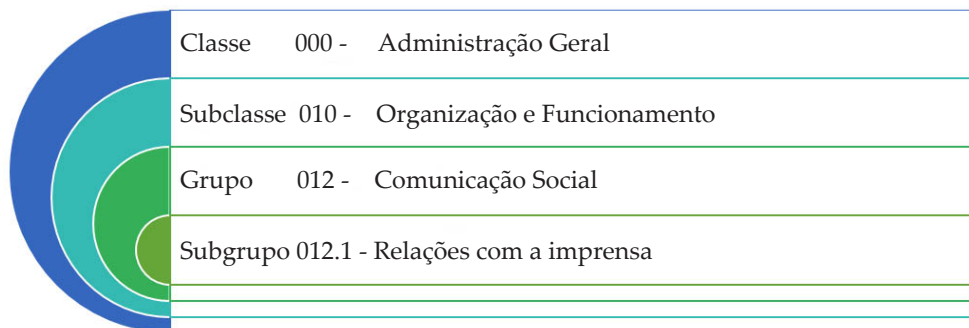
FIGURA 4 – AS DEZ PRINCIPAIS CLASSES



FONTE: Brasil (2014)

Essas classes principais se referem às grandes funções que são desempenhadas pelo órgão e se subdividem em subclasses, que se dividem em grupos e subgrupos, conforme mostramos a seguir.

FIGURA 6 – CLASSE PRINCIPAL, SUBCLASSE, GRUPO E SUBGRUPO CONFORME A SUBORDINAÇÃO DE ASSUNTOS TRATADOS



FONTE: Brasil (2014)

A Classificação deve ser feita por profissional e precisa observar as seguintes operações:

TABELA 1 – OPERAÇÕES NA CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

<p>Classificação Definição:</p> <p>Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação ou quadro de arranjo.</p>	<p>Estudo: leitura de cada documento para analisar em qual assunto ele será classificado e quais referências cruzadas irão lhe corresponder.</p> <hr/> <p>Codificação: atribuição do código que corresponde ao assunto que trata o documento.</p>
<p>Rotinas a serem feitas para classificar um documento.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Receber o documento para classificar. 2. Ler o documento, identificar o assunto principal e o assunto secundário conforme seu conteúdo. 3. Localizar o assunto no Código de Classificação de Documentos de Arquivo, utilizando o índice. 4. Anotar o código na primeira folha do documento. 5. Preencher o formulário "Classificação Arquivística de Documentos" a partir dos dados extraídos da análise da documentação a ser classificada.
<p>Arquivamento Definição:</p> <p>Sequência de operações que visam à guarda ordenada de documentos.</p>	<p>Após a classificação, o documento deverá ser arquivado, devendo ser observadas as seguintes operações:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Inspeção: exame do documento para analisar se o mesmo se destina realmente ao arquivamento, se há anexo e se a classificação que foi atribuída a ele deverá ser mantida ou alterada. b) Ordenação: após a inspeção, o documento será reunido com outros que foram classificados com o mesmo assunto. A ordenação objetiva trazer agilidade ao arquivamento, de forma a minimizar a possibilidade de erro.

FONTE: Adaptado de Brasil (2001c). Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Após ser feita a ordenação, os documentos classificados com o mesmo assunto formarão dossiês em capas com prendedores de plástico. Os dados com o seu conteúdo (código, assunto, pessoa, órgão, empresa ou lugar) serão colocados na capa de forma que possa facilitar a sua identificação. Os dossiês, processos ou volumes serão arquivados em pastas suspensas ou caixas, conforme suas dimensões (BRASIL, 2004).

De acordo com Brasil (2014), a classificação de documentos apresenta vantagens como: a) Facilidade na eliminação de documentos na sua origem; b) Diminuição na massa documental acumulada; c) Agilidade na recuperação de documentos e das informações que ele possui; d) Maior segurança das informações; e) Agilidade na tomada de decisões; f) Diminuição do impacto da mobilidade de pessoas para permitir acesso às informações (BRASIL, 2014).

2.6 TEORIA DAS TRÊS IDADES

Os documentos possuem uma vigência ou prazo de duração que acontece desde o momento a partir da sua criação até o encerramento da ação ou ato que motivou a sua produção e da frequência com que é utilizado. Após esse período vigente, o documento será guardado por conta das informações que contém por um período estipulado. Assim, existe um ciclo de três fases em que os documentos poderão passar, conforme descrito a seguir:

- a) **Arquivo Corrente:** Também chamado de Arquivo de Primeira Idade ou Ativo. Refere-se a um conjunto de documentos, que pode ou não estar em tramitação e está constantemente sendo consultado pela instituição que o produziu, a quem compete a sua administração.
- b) **Arquivo Intermediário:** Também chamado de Arquivo de Segunda Idade ou Semiativo, é caracterizado como um conjunto de documentos oriundos de arquivos correntes, com pouco uso frequente e que se encontram no aguardo de sua destinação final.
- c) **Arquivo Permanente:** Também chamado de Arquivo de Terceira Idade ou Histórico. Refere-se a um “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 34).

2.7 TABELA DE TEMPORALIDADE

O processo de avaliação é uma das atividades mais importantes do ciclo de vida de documentos de arquivo, visto que define quais serão os documentos a serem preservados para fins administrativos ou para pesquisa, além de informar em que momento poderão ser eliminados ou remetidos a arquivos intermediários e permanentes. Isso é estabelecido conforme o seu valor e potencial de uso que esse documento apresenta para a instituição que o gerou, assim como para a sociedade (BRASIL, 2004).

O Brasil passou a se preocupar com a avaliação de documentos de forma efetiva a partir da regulamentação da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que definiu em seu artigo 9º sobre a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas (BRASIL, 1991). Estudos têm sido realizados tanto nos setores públicos, quanto privados, visando ao estabelecimento de critérios e parâmetros de avaliação de documentos.

A Tabela de Temporalidade é um “instrumento de destinação, aprovado pelo Arquivo Nacional, que determina prazos e condições de guarda, tendo em vista a transferência, o recolhimento ou a eliminação de documentos” (BRASIL, 2014, s.p.).

Para a elaboração de uma Tabela de Temporalidade, deve-se levar em conta a Idade dos Arquivos ou Teoria das Três Idades, as quais trazem a definição dos parâmetros gerais para arquivamento e para a destinação dos documentos arquivísticos. Assim, o processo de avaliação dos documentos deve sempre levar em consideração a função pela qual aquele documento foi criado, identificar os valores que ele carrega conforme o seu potencial de uso (BRASIL, 2004).

Os valores de um documento estão distribuídos em primário e secundário. O valor primário se relaciona ao período de utilização do documento para o cumprimento dos fins administrativos, legais ou fiscais. O valor secundário se refere ao uso para outros fins que não aqueles pelos quais o documento foi criado. Os fins podem ser: a) Probatórios: quando comprova a existência da instituição, assim como seu funcionamento e suas ações; b) Informativos: quando possui informações essenciais sobre matérias com que a instituição lida, para fins de pesquisa e estudos (BRASIL, 2004).

3 ARQUIVOLOGIA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO ARQUIVISTA

Segundo Richter, Garcia e Penna (2004), a origem histórica da formação em Arquivologia iniciou no século XIX, na Europa, onde existe a maioria das escolas. No Brasil, o ensino regular de Arquivologia para formação arquivística foi estabelecido na segunda metade do século XX. Na década de 1950, a Arquivologia brasileira vai tomar mais consistência com as atividades realizadas pelo Arquivo Nacional, com o oferecimento de cursos para formação de arquivistas.

De acordo com Crivelli e Bizello (2012), entre as décadas de 1950 a 1960, o Arquivo Nacional, sob a gestão de José Honório Rodrigues, realiza a promoção, a idealização e a execução de ações com a intenção de estruturar a Arquivologia de forma sistêmica dentro do país. Houve, nesse período, a importação de conhecimentos sobre arquivos e também a aproximação do país com instituições estrangeiras, como o *International Council on Archives* (ICA).

FIGURA 7 – ARQUIVO NACIONAL DO BRASIL



FONTE: <<https://br.pinterest.com/pin/737183032725289116/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

O primeiro curso de Arquivologia criado foi o Curso Permanente de Arquivos, em 1960, no Arquivo Nacional. Foi a partir desse curso que foram pensadas possibilidades para a criação de um curso superior em Arquivologia. Antes desse período, era o Arquivo Nacional quem realizava cursos eventuais

de formação arquivística, oferecidos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT-SP), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (MARQUES, 2007; MARQUES; RODRIGUES, 2008; TANUS; ARAÚJO, 2013).

Com relação à estrutura de arquivos, entre o período de início da República até a década de 1960, foram implantados 11 arquivos estaduais. Isso demonstra que as preocupações arquivísticas começaram a se ampliar por diversos lugares do país (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). Em 14 de setembro de 1960 é promulgado o Decreto Nº 48.936, que estabelece a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar os problemas de arquivos no Brasil e sua transferência de Brasília (BRASIL, 1960). Esse decreto foi alterado em 1961, pelo Decreto nº 50.614, de 18 de maio de 1961, em que são realizadas algumas inclusões, entre elas, a de elaboração de um anteprojeto de lei que estabelece as diretrizes para uma política de recolhimento de documentos no país (BRASIL, 1961). A partir dessa alteração serão instituídas bases para outras resoluções que foram criadas, visando estabelecer legislações próprias para os arquivos do país (públicos e privados), assim como a criação de um sistema nacional de arquivos (CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Com relação à formação, o primeiro curso de graduação em Arquivologia foi o oferecido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), oriundo do curso do Arquivo Nacional. Esse curso teve seu início em 1973. O segundo curso foi o de Arquivologia no Brasil, da Universidade Federal de Santa Maria, criado em 1976 no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul; e o terceiro curso, criado em 1978, foi aberto pela Universidade Federal Fluminense, no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

A estrutura básica para os cursos de graduação em Arquivologia, com duração mínima de três anos e máxima de cinco anos, foi estabelecida pelo currículo mínimo de 1974. A grade curricular inicialmente estabelecida pelo projeto do Curso Superior de Arquivos previa os seguintes conhecimentos: a) Introdução ao Estudo de Direito; b) Introdução ao Estudo da História; c) Noções de Contabilidade; Noções de Estatística; d) Arquivos I-IV; e) Documentação; f) Introdução à Administração; g) História Administrativa, Econômica e Social do Brasil; h) Paleografia e Diplomática; i) Introdução à Comunicação; j) Notariado; k) Língua Estrangeira Moderna.

Com a intensa formação de profissionais, houve então a regulamentação da profissão de arquivista, em 1978. Ainda nesse mesmo ano, foi promulgado o Decreto nº 82.308, de 25 de setembro, que implementa o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), cujo objetivo era estabelecer um sistema de tratamento que tivesse o controle integrado de arquivos públicos federais a partir das determinações a serem estipuladas para o funcionamento do sistema (CRIVELLI;

BIZELLO, 2012). Sua finalidade foi “assegurar, com vista ao interesse da comunidade, ou pelo seu valor histórico, a preservação de documentos do Poder Público” (CRIVELLI; BIZELLO, 2012, p. 51).

No entanto, “embora formalmente criado, o sistema nunca chegou a ser implantado, uma vez que trazia em seu bojo dispositivos conflitantes e que não atendiam às necessidades e à realidade de nossos arquivos” (SISTEMA..., 2018, s.p.). Mesmo assim, estimulou alguns governos estaduais a criarem seus sistemas estaduais de arquivos, como foi o caso do Rio Grande do Norte, do Pará, de Sergipe e Espírito Santo.

Em 1991, o SINAR foi “recriado” pela Lei nº 8.159, de 08 de janeiro e por alguns outros decretos que foram consolidados e/ou revogados pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002 (BRASIL, 2002a). Esse Decreto estipula que o SINAR desenvolverá suas atividades em parceria com esses sistemas e estimulará estados e municípios a criarem também seus próprios sistemas de arquivos (BRASIL, 2002a). Sua finalidade é, portanto, “implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e acesso aos documentos de arquivo” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2018, s. p.).

A Lei nº 8.159/1991 criou também o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão central do SINAR (Sistema Nacional de Arquivos). O Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ é conhecido como um órgão colegiado e está vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça. Sua finalidade é definir política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, além de exercer a orientação quanto às normas, visando à gestão de documentos e à proteção de documentos em arquivo. Conforme o próprio Conselho,

O CONARQ promove e desenvolve ainda importantes ações técnico-científicas, como seminários, oficinas, workshops, cursos, por intermédio de suas Câmaras Técnicas e Setoriais, e Comissões Especiais, constituídas não só por especialistas da área arquivística como de outras áreas do conhecimento, tais como ciência da informação, biblioteconomia, tecnologia da informação, administração e direito (CONARQ, 2018, s.p.).

Esse Conselho tem concentrado esforços visando suprir o país com um corpus de atos normativos para a regulação de matérias arquivísticas referentes a diversos temas, como a gestão, preservação e acesso a documentos públicos. É responsável pela edição de decretos que tratam da regulamentação da Lei nº 8.159 e resoluções referentes à gestão de documentos (digitais e convencionais), microfilmagens, transferência e recolhimento de documentos de diversos suportes, digitalização, classificação, temporalidade e destinação de documentos, acesso a documentos de ordem pública, capacitação de recursos humanos, terceirização de serviços arquivísticos, entre outros (CONARQ, 2018). Os integrantes desse sistema são apresentados conforme a figura a seguir:

FIGURA 8 – ARQUIVOS INTEGRANTES DO SINAR



FONTE: Adaptado de SINAR (2018). Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/o-sinar.html>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

Aos integrantes do SINAR competem algumas diretrizes e normas, entre as quais destacam-se:

- a) Promoção da gestão, da preservação e do acesso às informações e documentos na sua esfera de competência, em conformidade com diretrizes oriundas do órgão central (CONARQ).
- b) Realizar a disseminação das diretrizes e normas estabelecidas pelo órgão central em sua área de atuação, buscando o seu cumprimento; realizar a implementação da racionalização das atividades em arquivos, garantindo a integridade do ciclo documental.
- c) Prestar informações sobre suas atividades ao CONARQ; apresentar ao CONARQ subsídios para que sejam elaborados dispositivos legais necessários ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados.
- d) Colaboração com o cadastro nacional de arquivos públicos e privados, assim como no desenvolvimento de atividades censitárias no que se refere aos arquivos; possibilitar a participação de especialistas em câmaras técnicas e setoriais, assim como em comissões setoriais construídas pelo CONARQ.
- e) Proporcionar aperfeiçoamento e reciclagem aos técnicos da área de arquivo para sua constante atualização; entre outros (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2018).

As diretrizes e as normas oriundas do CONARQ podem ser seguidas sem nenhum prejuízo à vinculação administrativa ou subordinada.

Além disso, o CONARQ é responsável pelo desenvolvimento de diversos estudos considerados subsídios para a Arquivologia e Arquivística brasileira. Como exemplo, cita-se a publicação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

A NOBRADE é uma norma publicada em 2006 que fornece diretrizes para a descrição arquivística no Brasil. Sua estrutura é composta por oito áreas: a) identificação; b) contextualização; c) conteúdo e estrutura; d) condições de acesso e uso; e) fontes relacionadas; f) notas; g) controle da descrição; h) de pontos de acesso. Possui ainda seis níveis de descrição que vão do mais geral para o específico, que são: a) acervo da entidade custodiadora (nível 0), b) fundo ou coleção (nível 1); c) seção (nível 2); d) série (nível 3), e) dossiê ou processo (nível 4), f) item documental (nível 5) e níveis intermediários de descrição (nível 6) (SANTOS; SANTOS, 2013).

O CONARQ foi também responsável pela tradução da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-F), da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF) e outros trabalhos de uso internacional. Desenvolveu também publicações próprias no que concerne “ao tratamento técnico de documentos especializados, estudos sobre guarda e transferência de documentos e mesmo tabelas de temporalidade para os poderes públicos e normativas para o domínio privado” (CRIVELLI; BIZELLO, 2012, p. 54).



Saiba mais sobre a ISAAR-CPF e ISAD (F).

ISAAR-CPF. Disponível: <http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf>.

Acesso em: 17 set. 2018.

ISAD (F). Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/ISDF.pdf>.

Acesso em: 17 set. 2018.

Em 2011, o CONARQ produziu a versão 1.1 do “e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos”. Foi elaborado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivo, com o objetivo de trazer orientação para a gestão arquivística de documentos arquivísticos digitais, assim como os não digitais. O CONARQ pretende ainda fornecer especificações de ordem técnica e funcional, bem como metadados, visando à orientação da aquisição e/ou à especificação e ao desenvolvimento de sistemas para gestão arquivística de documentos automatizados (CONARQ, 2011).

3.1 O PROFISSIONAL ARQUIVISTA

Arquivista é como se denomina o profissional de nível superior formado em Arquivologia ou com experiência reconhecida pelo Estado (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005). Esse profissional é conhecido por realizar a gestão da informação, assim como do suporte que a condiciona. O desafio do arquivista na atualidade está em entregar informação tratada e disponibilizá-la para acesso e uso da sociedade (LIMA; PEDRAZZI, 2015).

Terry Cook (1998, p. 139) diz que os arquivistas

evoluíram de uma suposta posição de guardiões imparciais de pequenas coleções de documentos herdados da Idade Média, para tornarem-se agentes intervenientes que estabelecem os padrões de arquivamento e deliberam sobre qual pequena fração do universo de informações registradas será selecionada para a preservação arquivística.

Assim, os arquivistas “se tornaram os principais agentes de formação da memória, sem esquecer das importantes contribuições, nessa tarefa, de seus colegas dos museus, bibliotecas, e cultural material” (COOK, 1998, p. 139). Para Ferreira (2011), o arquivista é um investigador documental por excelência e por natureza com a capacidade de, por intermédio de métodos e técnicas, auxiliar na remontagem para contar a história de uma instituição, ainda que ela não possua uma representação histórica, cultural ou patrimonial.

A regulamentação da profissão de Arquivista e de Técnico de Arquivo ocorreu em 4 de julho de 1978, pela Lei nº 6.546 (BRASIL, 1978). Os profissionais arquivistas são aqueles diplomados por cursos de ensino superior de Arquivologia, reconhecidos na forma da lei (BRASIL, 1978). O exercício da profissão de arquivista está condicionado ao registro na Delegacia Regional do Trabalho no Ministério do Trabalho. Segundo Brasil (1978), os arquivistas possuem as seguintes atribuições:

- a) podem planejar, organizar e dirigir serviços em arquivos;
- b) podem planejar, orientar e acompanhar o processo documental e informativo;
- c) planejar, orientar e dirigir atividades de identificação de espécies documentais e participar do planejamento de novos documentos, bem como no controle de multicópias;
- d) planejar, organizar e dirigir serviços ou centros de documentação e informação compostos por acervos arquivísticos e mistos;
- e) planejar, organizar e dirigir serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- f) orientar o planejamento da automação aplicada a arquivos;
- g) realizar a orientação com relação à classificação, arranjo e descrição documental;
- h) orientar a avaliação e seleção de documentos, visando sua preservação;
- i) promover medidas necessárias para a conservação de documentos;
- j) elaborar pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;

- k) assessorar trabalhos de pesquisa científica e técnico-administrativa;
- l) desenvolver estudos sobre documentos culturalmente importantes.

Em outras palavras, são competências do profissional arquivista todos os “processos de gestão documental, atividades de preservação, pesquisas e pareceres técnicos relacionados à arquivística, entre outras atividades” (CRIVELLI; BIZELLO, 2012, p. 51).

3.2 ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (AAB)

A Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) foi fundada em 20 de outubro de 1971 por intermédio da mobilização de profissionais de diversas áreas, com atuações em trabalhos arquivísticos, que se organizaram em uma força política, visando à criação de uma associação de classe com condições de ação no cenário brasileiro (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). A AAB foi definida como uma

[...] entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter técnico, científico, cultural, profissional e de pesquisa com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos profissionais de arquivo e da Arquivologia, cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, em tudo o que se relacionasse a arquivos e à Arquivologia, e promover a difusão do trabalho e do conhecimento arquivístico (ARQUIVO NACIONAL, 2018, s.p.).

Seu propósito era o desenvolvimento de uma atuação no cenário nacional visando desenvolver questões relacionadas aos arquivos, visto as condições precárias em que os mesmos estavam àquela época. O primeiro presidente da AAB foi o professor José Pedro Pinto Esposel (CRIVELLI; BIZELLO, 2012). A Associação desenvolveu debates, mesas-redondas, seminários e outros eventos visando movimentar discussões sobre arquivos no país. A partir dessa mobilização, em 1972 ocorreu o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, sob organização da AAB e que contou com a participação de 1.300 pessoas atuantes na área de arquivos (CASTRO, 2008 apud CRIVELLI; BIZELLO, 2012).

Na década de 1970, a AAB influenciou no desenvolvimento da formação de arquivistas qualificados, por intermédio do primeiro curso de Arquivologia de nível superior no Brasil. Em 1973, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO) englobou na grade de cursos de graduação da Universidade, o Curso Permanente em Arquivos do Arquivo Nacional.

Foi a AAB a responsável pela criação e manutenção da Revista Arquivo & Administração, que apresentava artigos científicos e textos da área de Arquivologia. A revista foi editada com algumas interrupções entre 1972 e 2014 e foi um dos periódicos brasileiros mais importantes da área de Arquivologia. Com a extinção da AAB em 04 de fevereiro de 2015, a documentação da associação (35 metros lineares de documentos textuais, 147 itens sonoros e 1829 itens bibliográficos) foi totalmente doada ao Arquivo Nacional (ICA, 1996).



Para acessar os exemplares da Revista Arquivo & Administração de forma on-line, acesse o endereço: <http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index#acao=busca_col&cod_per=79344&alias=geral&xsl=vbiblcol0>. Acesso em: 17 set. 2018.

3.3 CÓDIGO DE ÉTICA DOS ARQUIVISTAS

O Código de Ética dos Arquivistas foi elaborado pela Seção de Associações Profissionais do Conselho Nacional de Arquivos (CIA) e aprovado pelo Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos, durante assembleia, no XIII Congresso Internacional de Arquivos, realizado na China no ano de 1996 (MALCHER, 1996).

O Código de Ética possui a finalidade de “fornecer à profissão arquivística regras de conduta de alto nível. Ele deve sensibilizar os novos membros da profissão a essas regras, lembrar aos arquivistas experientes suas responsabilidades profissionais e inspirar ao público confiança na profissão” (ICA CODE OF ETHICS, 1996, s.p.). Esse Código estabelece como arquivista aqueles que possuem responsabilidade de controle, vigia, tratamento, guarda, conservação e administração de arquivos. Encoraja ainda as instituições e os serviços de arquivo a adotarem políticas e práticas que possibilitem a aplicação do Código de Ética do Arquivista (ICA CODE OF ETHICS, 1996). Assim, o texto do Código estabelece o seguinte:

1. Os arquivistas mantêm a integridade dos arquivos, garantindo assim que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado.

O primeiro dever dos arquivistas é o de manter a integridade dos documentos que são valorizados por seus cuidados e sua vigilância. No cumprimento desse dever, eles consideram os direitos, algumas vezes discordantes, e os interesses dos seus empregadores, dos proprietários, das pessoas citadas nos documentos e dos usuários, passados, presentes e futuros. A objetividade e a imparcialidade dos arquivistas permitem aquilatar o grau de seu profissionalismo. Os arquivistas resistem a toda pressão, venha ela de onde vier, visando manipular os testemunhos, assim como dissimular ou deformar os fatos. **2. Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas inter-relações originais.** Os arquivistas agem em conformidade com os princípios e as práticas geralmente reconhecidos. No cumprimento de sua missão e de suas funções, os arquivistas se pautam pelos princípios arquivísticos que regem a criação, a gestão e a escolha da destinação dos arquivos correntes e intermediários, a seleção e a aquisição de documentos com vistas ao seu arquivamento definitivo, a salvaguarda, a preservação e a conservação dos arquivos que estão sob sua guarda, e a classificação, a análise, a publicação e os

meios de tornar os documentos acessíveis. Os arquivistas fazem a triagem dos documentos com imparcialidade, fundamentando seu julgamento em um profundo conhecimento das exigências administrativas e das políticas de aquisição de suas instituições. Eles classificam e analisam os documentos escolhidos para serem retidos, de acordo com os princípios arquivísticos (em particular, o princípio de proveniência e o princípio de classificação original) e as normas reconhecidas universalmente, tudo isto tão rapidamente quanto possível. Os arquivistas têm uma política de aquisição de documentos conforme os objetivos e os recursos de suas instituições. Eles não buscam ou não aceitam aquisições, quando elas se constituem em perigo para a integridade ou a segurança dos documentos; eles se dispõem a cooperar para que os documentos sejam conservados nos serviços mais adequados. Os arquivos favorecem o retorno dos arquivos públicos a seus países de origem, quando eles tenham sido sequestrados em tempo de guerra ou de ocupação. **3. Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa.** Os arquivistas agem de modo que o valor arquivístico dos documentos, neles compreendidos os documentos eletrônicos ou informáticos, não seja diminuído pelos trabalhos arquivísticos de triagem, de classificação e de inventário, de conservação e de pesquisa. Se eles devem proceder a amostragens, eles fundamentam sua decisão sobre métodos e critérios seriamente estabelecidos. A substituição dos originais por outros suportes é decidida considerando-se seus valores legais, intrínsecos e de informação. Quando os documentos excluídos da consulta tenham sido retirados momentaneamente do dossiê, o usuário deve ser notificado. **4. Os arquivistas asseguram permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos.** Os arquivistas dirigem sua reflexão sobre a triagem dos documentos a serem conservados ou eliminados, prioritariamente, em função da necessidade de salvaguardar a memória da atividade da pessoa ou da instituição que os produziu ou acumulou, mas igualmente em função dos interesses evolutivos da pesquisa histórica. Os arquivistas têm consciência de que a aquisição de documentos de origem duvidosa, mesmo de grande interesse, é de natureza a encorajar um comércio ilegal. Eles prestam a sua colaboração a seus colegas e aos serviços pertinentes para a identificação e a procura das pessoas suspeitas de roubos de documentos de arquivos. **5. Os arquivistas se responsabilizam pelo tratamento dos documentos e justificam a maneira como o fazem.** Os arquivistas se preocupam não somente com o recolhimento dos documentos existentes, mas também cooperam com os gestores de documentos de maneira que, nos sistemas de informação e arquivamento eletrônico, sejam levados em conta, desde a origem, os procedimentos destinados à proteção de documentos de valor permanente. Os arquivistas, quando negociam com os serviços responsáveis pela guarda ou com os proprietários de documentos, fundamentam sua decisão, em tal circunstância, considerando os seguintes elementos: autorização de recolhimento, doação ou venda; negociações financeiras; planos de tratamento; direitos de reprodução e condições de acessibilidade. Eles guardam um registro escrito de entrada de documentos, de sua conservação e de seu tratamento. **6. Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade.** Os arquivistas produzem instrumentos de pesquisa gerais e específicos adaptados às exigências, para a totalidade dos fundos que têm sob sua guarda. Em todas as circunstâncias, eles oferecem pareceres com imparcialidade e utilizam os recursos disponíveis para fornecer uma série de opiniões equilibradas. Os arquivistas respondem com cortesia, e com a preocupação de ajudar, a

todas as pesquisas razoáveis referentes aos documentos dos quais eles garantem a conservação e encorajam sua utilização em grande número, dentro dos limites impostos pela política das instituições das quais dependem a necessidade de preservar os documentos, o respeito à legislação e à regulamentação, aos direitos dos indivíduos e aos acordos com os doadores. Eles definem as restrições aos usuários eventuais e as aplicam com equidade. Os arquivistas desencorajam as limitações de acesso e de utilização dos documentos quando elas não são razoáveis, mas podem aceitar ou sugerir restrições claramente definidas e de uma duração limitada quando elas são a condição de uma aquisição. Eles observam fielmente e aplicam com imparcialidade todos os acordos firmados no momento de uma aquisição, mas, no interesse da liberação de acesso aos documentos, eles podem renegociar as cláusulas quando as circunstâncias mudam. **7. Os arquivistas visam encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada.** Os arquivistas se preocupam para que a vida das pessoas jurídicas e físicas, assim como a segurança nacional, sejam protegidas, sem que haja necessidade de se destruir as informações, sobretudo no caso dos arquivos informatizados, onde os dados podem ser deletados e novos dados inseridos, como é prática corrente. Os arquivistas defendem o respeito à vida privada das pessoas que estão ligadas à origem ou que são a própria matéria dos documentos, sobretudo daquelas que não foram consultadas quanto à utilização ou ao destino dos documentos. **8. Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam tirar de sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem quer que seja.** Os arquivistas se absterem de toda atividade prejudicial à sua integridade profissional, à sua objetividade e à sua imparcialidade. Os arquivistas não tiram de suas atividades nenhuma vantagem pessoal, financeira ou de qualquer outra ordem que possa resultar em detrimento das instituições, dos usuários e de seus colegas. Os arquivistas não colecionam pessoalmente documentos originais nem participam de um comércio de documentos em sua área de jurisdição. Eles evitam as atividades que possam criar no espírito do público a impressão de um conflito de interesses. Os arquivistas podem explorar os fundos arquivísticos de sua instituição para fins de pesquisa e de publicações pessoais, desde que tal trabalho seja conduzido de acordo com as mesmas regras impostas aos demais usuários. Eles não revelam nem utilizam, nos fundos arquivísticos, onde o acesso é limitado, as informações obtidas em seus trabalhos. Eles não permitem que suas pesquisas pessoais ou suas publicações interfiram com as tarefas profissionais ou administrativas para as quais foram contratados. No que concerne à exploração de seus fundos arquivísticos, os arquivistas não utilizam seu conhecimento das descobertas feitas por um pesquisador, ainda não publicadas por ele, sem adverti-lo de sua intenção de tirar partido delas. Os arquivistas podem criticar e comentar os trabalhos afins a suas áreas de pesquisa, aí compreendidos os trabalhos baseados nos fundos que se acham sob sua guarda. Os arquivistas não permitem a pessoas estranhas à sua profissão interferirem em suas práticas e obrigações. **9. Os arquivistas procuram atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos e compartilhando os resultados de suas pesquisas e de sua experiência.** Os arquivistas se esforçam para desenvolver seu saber profissional e seus conhecimentos técnicos e contribuir para o progresso da Arquivologia, zelando para que as pessoas, cuja formação e orientação estejam sob sua responsabilidade, exerçam suas tarefas com competência. **10. Os arquivistas trabalham em colaboração com seus colegas e os membros das profissões afins, visando assegurar, universalmente, a conservação e a utilização do patrimônio documental.** Os arquivistas

procuram estimular a colaboração e evitar conflitos com seus colegas, resolvendo suas dificuldades pelo encorajamento ao respeito às normas arquivísticas e à ética profissional. Os arquivistas cooperam com os representantes das profissões paralelas dentro de um espírito de respeito e compreensão mútua (ICA, 1996, s.p.).



Para saber mais sobre aspectos éticos do profissional arquivista, leia:

SILVA, A. C. B. M.; GARCIA, J. C. R. **O Arquivista de Instituição Pública Universitária**: atribuições de responsabilidade ética e social no contexto da lei de acesso à informação. *Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.*, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 292-304, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/26805/14274>>. Acesso em: 18 set. 2018.

4 MUSEOLOGIA

De acordo com a Lei nº 11.904/2009, que instituiu o Estatuto de Museus, “Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.”

4.1 O QUE SÃO MUSEUS?

Além das instituições convencionalmente designadas como Museus, são consideradas incluídas nesta definição:

- As instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais (jardins zoológicos, botânicos, aquários e vivários).
- Os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos e históricos de caráter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno;
- Os centros de ciência e planetários, as galerias de exposição não comerciais, os institutos de conservação e galerias de exposição, que dependam de bibliotecas e centros arquivísticos.
- Os parques naturais, os centros culturais e demais entidades que facilitem a conservação e a continuação e gestão de bens patrimoniais, materiais ou imateriais.
- Qualquer outra instituição: que reúna alguma ou todas as características do museu; ou que ofereça aos museus e a seus profissionais os meios para realizar algumas ou todas as características do museu; ou que ainda, ofereça meios para realizar pesquisas nos campos de Museologia, Educação ou Formação.



Para saber mais sobre os museus, recomendamos:

LIMA, D. F. C. **Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização:** ambiência de comunhão. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2018.

4.2 REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE MUSEÓLOGO

Em 1984, foi promulgada a Lei Federal nº 7.287, de 18 de dezembro, que apresenta a regulamentação da profissão de museólogo (BRASIL, 1984). Conforme essa lei, o exercício da profissão é condicionado aos diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, por cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação. A lei foi regulamentada pelo Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985 (BRASIL, 1985), que dispõe sobre a profissão de museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. Segundo Brasil (1984), as atividades realizadas por este profissional são:

- O ensino da disciplina Museologia disposta em diversos conteúdos, graus e níveis, conforme a obediência de prescrições legais.
- Realizar a organização, o planejamento, a administração, a direção e a supervisão de museus, exposições e serviços de caráter educativo, assim como atividades culturais em museus e instituições relacionadas.
- Realizar a execução de tarefas que concernem ao funcionamento de museus.
- Fazer a solicitação de tombamento de bens culturais e seu registro.
- Realizar a coleta, conservação, preservação e divulgação do acervo de um museu.
- Estudar e pesquisar sobre acervos museológicos.
- Estabelecer o espaço para apresentação e guarda de coleções museológicas.
- Relatar aos órgãos competentes sobre quaisquer deslocamentos irregulares de bens culturais, seja para dentro do país ou para o exterior.
- Realizar a direção, chefia e administração de setores técnicos de museologia em instituições governamentais, assim como para órgãos particulares.
- Prestar serviços de consultoria e assessoria na área.
- Periciar bens museológicos visando identificar valor histórico, artístico, científico, bem como, sua autenticidade.
- Realizar a orientação, a supervisão e a execução de programas de treinamento, aperfeiçoamento ou especialização de indivíduos das áreas de Museologia, além de atividades de extensão.
- Orientar o desenvolvimento de atividades como: seminários, exposições nacionais e/ou internacionais, oficinas, colóquios, concursos, assim como representar a classe profissional nesses eventos.

4.3 CONSELHO DE CLASSE

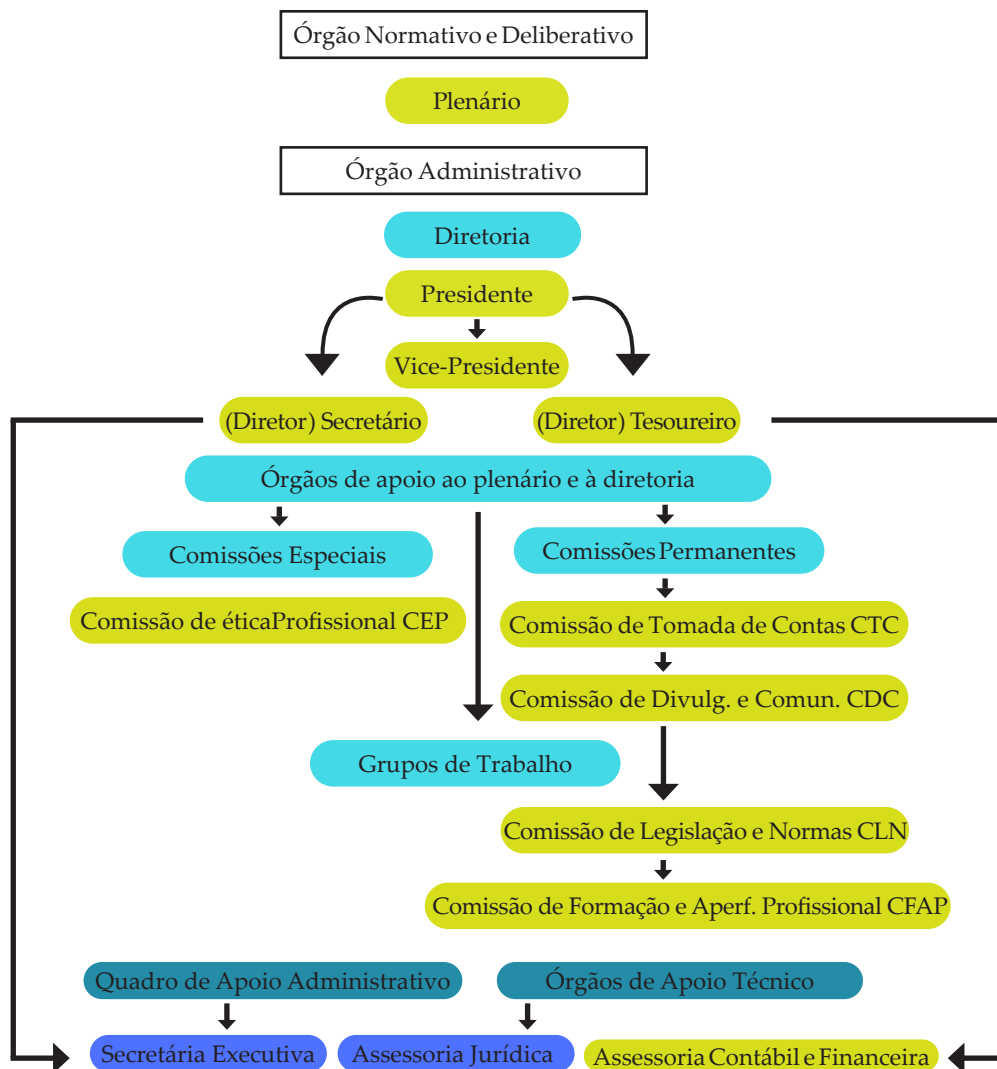
O Conselho Federal de Museologia (COFEM) é “órgão regulamentador e fiscalizador do exercício da profissão de museólogo, que foi criada pela Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984 e regulamentada pelo Decreto 91.775, de 15 de outubro de 1985” (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 2018b, s.p.). Em conjunto com os Conselhos Regionais de Museologia (COREMs), constitui-se em uma “autarquia federal com personalidade jurídica de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira” (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 2018b, p. 1). Sua finalidade é “normatizar, orientar, disciplinar o exercício da profissão de museólogo, bem como exercer outras atividades relacionadas ao âmbito de suas respectivas atribuições” (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 2018c, s.p.).

O COFEM possui uma sede que muda conforme o presidente do órgão. A Diretoria é constituída por conselheiros federais que foram eleitos dentro dos Conselhos Regionais para representar os outros profissionais da área de Museologia. Atualmente, o COFEM é composto por seis Conselhos Regionais de Museologia (COREMs). Os COREMs são divididos por regiões, conforme mostramos a seguir:

- 1ª Região: composta pelos estados de Alagoas, Bahia (sede), Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.
- 2ª Região: composta por Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (sede).
- 3ª Região: refere-se ao Estado do Rio Grande do Sul (sede).
- 4ª Região: compreende os estados do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo (sede), Rondônia e Tocantins.
- 5ª Região: inclui os estados do Paraná e de Santa Catarina (sede).
- 6ª Região: Acre; Amapá; Amazonas; Pará (sede) e Roraima.

Quanto à composição do COFEM, este possui seis membros efetivos e seis membros suplentes, eleitos em assembleia formada por delegados de cada Conselho Regional. Todos que compõem o Conselho são profissionais museólogos em situação regular junto ao COFEM. Os mandatos dos membros do Conselho são de três anos de duração, sendo possível que o membro se reeleja (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 2018c, s.p.).

FIGURA 9 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA



FONTE: Conselho Federal de Museologia. **Institucional**. Rio de Janeiro, 2018c. Disponível em: <<http://cofem.org.br/acesso-a-informacao/institucional/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

A estrutura organizacional do COFEM apresentada na Figura 8 é formada por (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 2018c, s.p.):

- 1 Órgão Normativo e Deliberativo – Plenário.
- 2 Órgão Executivo – Diretoria (presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro)
- 3 Órgãos de Apoio ao Plenário e à Diretoria:
 - 3.1- Comissões Permanentes
 - 3.1.1. Comissão de Tomada de Contas (CTC)
 - 3.1.2. Comissão de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (CFAP)
 - 3.1.3. Comissão de Legislação e Normas (CLN)
 - 3.1.4. Comissão de Divulgação e Comunicação (CDC).
 - 3.1.5 Comissão de Orientação à Fiscalização do Exercício Profissional (COFEP)
 - 3.2. Comissões Temporárias
 - 3.3. Grupos de Trabalho
- 4 Órgãos de Apoio Técnico
 - 4.1. Assessoria Jurídica
 - 4.2. Assessoria Contábil e Financeira
- 5 Quadro de Apoio Administrativo
 - 5.1. Secretaria Executiva.

4.4 CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

O Código de Ética Profissional do Museólogo foi aprovado em sessão plenária do dia 23 de dezembro de 1992. Possui como objetivo “estabelecer a forma pela qual os museólogos devem pautar sua atuação, indicando normas de conduta, regulando suas relações com a classe, com os poderes públicos, a sociedade e o público em particular” (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 1992, s.p.). Segundo o artigo 2º do referido Código, o profissional de Museologia deve “dignificar a profissão a que pertence com seu mais alto título de honra, tendo em vista a elevação moral e profissional da classe, reconhecida através de seus atos” (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 1992, s.p.).

Conforme o artigo 4º estabelecido no Código de Ética Profissional do Museólogo, as atividades de competência do profissional são:

- a- Aplicar todo zelo, diligência e conhecimento em função do desenvolvimento da museologia, dos museus e de outras instituições onde a museologia pode ser exercida, como também contribuir para o ensino e formação de novos profissionais, procurando colocar as suas atividades e a própria museologia a serviço do aprimoramento da cultura, da preservação e divulgação do patrimônio;
- b- Ter sempre como princípio a honestidade, o respeito à legislação vigente sobre patrimônio e cultura, devendo assumir posição vigilante no momento da feitura das leis relacionadas à sua área profissional e da criação de novas instituições museológicas ou cursos de formação e aperfeiçoamento vinculados à disciplina museológica;
- c- Cooperar para o progresso da profissão, trazendo sua contribuição intelectual e material para as atividades profissionais, mediante o intercâmbio de informações e apoio às associações de classe, escolas e órgãos de divulgação técnica e científica;
- d- Capacitar-se de que a sua profissão não é exercida num círculo restrito de interesses pessoais, mas constitui um elemento substancial da sociedade;
- e- Guardar sigilo profissional sobre o que souber em razão de suas funções;
- f- Combater o exercício ilegal da profissão e denunciar todo ato lesivo à museologia, bem como a expedição de títulos, diplomas, licenças, atestados de idoneidade e outros que estejam nas mesmas condições;
- g- Manifestar a qualquer tempo a existência de seu impedimento para o exercício da profissão, formulando consulta, no caso de dúvida, ao Conselho de Classe;
- h- Despende o máximo de seus esforços no sentido de auxiliar os empregadores na compreensão correta dos aspectos técnicos e assuntos relativos à profissão e seu exercício;
- i- Realizar, de maneira digna, a publicidade de sua instituição ou atividade profissional, impedindo toda e qualquer manifestação que possa comprometer o conceito de sua profissão ou de outro colega;
- j- Defender a profissão, prestigiando suas entidades representativas;
- k- Agir, em todas as circunstâncias, de modo a considerar os interesses das partes: os da instituição que serve e os do público envolvido;
- l- Ter em conta que seu comportamento profissional irá repercutir nos juízos que recaiam sobre o conjunto da sua profissão;
- m- Desenvolver atividades comunitárias relativas ao exercício profissional. (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 1992, s.p.)

A conduta do profissional com relação aos colegas e à classe deve se pautar com base nos “princípios de consideração, apreço, solidariedade e responsabilidade profissional” (CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA, 1992, s.p.). Ainda entre as condutas e deveres com relação aos colegas, o profissional deve: a) ser leal e solidário com os colegas de profissão, buscando sempre manter um ambiente harmonioso; b) ao fazer uma denúncia, necessita possuir elementos que a comprovem; c) ser respeitoso com as ideias, trabalhos e soluções apresentados por seus colegas, nunca utilizando como se fossem de sua autoria; d) sempre zelar pelo prestígio da classe, assim como a dignidade profissional e do aperfeiçoamento de suas instituições, entre outros.

Com relação aos deveres que deve possuir quando se trata do patrimônio cultural e ambiental, selecionamos alguns dos quais o profissional da área de Museologia deve realizar, segundo COFEM (1992):

- a) buscar alcançar padrões elevados no tratamento das questões patrimoniais, visando aperfeiçoamento e atualização contínuos de seus conhecimentos;
- b) seguir as normas internacionalmente aceitas no que se refere à aquisição, conservação, documentação, exposição e difusão educativa de acervos preservados nos museus, corroborando para a salvaguarda de coleções e sua divulgação, assim como os trabalhos museológicos extramuros;
- c) colaborar na implantação de museus e todos os seus modelos;
- d) informar às autoridades competentes quaisquer danos ocorridos em objetos sob a responsabilidade dos museus, assim como, quando forem elementos patrimoniais extramuros;
- e) estar atento quanto às condições de segurança e riscos que os acervos dos museus correm;
- f) incentivar que sejam realizadas atividades de comunicação dos acervos preservados em museus.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu que:

- A Arquivologia é a disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados dentro da produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos.
- Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, existem quatro definições de arquivos. Dentre elas, os arquivos podem ser uma instituição ou serviço que busca custodiar, processar, conservar e permitir o acesso a documentos ou pode ser um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade ou pessoa no desempenho de suas atividades.
- O documento de arquivo é produzido ou recebido por uma instituição pública ou privada, no exercício de suas atividades e se constitui de elemento de prova ou de informação.
- Existem quatro tipos mais comuns de arquivos: públicos, privados, especiais e especializados.
- O Código de Classificação de documentos de arquivo foi criado para ser um instrumento de trabalho a ser aplicado de forma eficiente para classificar qualquer documento produzido ou recebido pelo órgão no exercício de suas funções e atividades divididas em atividades-meio e atividades-fim.
- Existem três idades ou três fases que os documentos poderão passar que são: Arquivo Corrente, Arquivo Intermediário e Arquivo Permanente.
- A Tabela de Temporalidade é um instrumento para a destinação de documentos que determina os prazos e as condições de guarda dos documentos, tendo em vista a transferência, o recolhimento ou a eliminação deles.
- Os profissionais arquivistas possuem Código de Ética, Associação Profissional e Conselhos de Classe que regulam a sua formação e atuação profissional.
- A Museologia é definida como um conjunto de conhecimentos científicos, técnicos e práticos que dizem respeito à conservação, classificação e apresentação dos acervos de museus.
- Os museus são instituições de interesse público, criadas com a finalidade de conservar, estudar e colocar à disposição do público conjuntos de peças e objetos de valor cultural.

- A profissão de Museólogo foi regulamentada no ano de 1984, pela Lei Federal 7.287.
- O COFEM é o Conselho Federal de Museologia e é o órgão que regulamenta e fiscaliza o exercício da profissão de museólogo. Vinculados ao COFEM estão os Conselhos Regionais de Museologia (COREMs) que são autarquias federais que buscam normatizar, orientar e disciplinar o exercício da profissão a nível regional.
- O Código de Ética Profissional do Museólogo busca estabelecer a forma como os museólogos devem realizar a sua atuação profissional, indicando normas de conduta e regulando suas relações com a sociedade, o público e os poderes públicos.



1 A Teoria das Três Idades apresenta três ciclos pelos quais os documentos poderão passar. Sobre a correspondência dessas três fases, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Arquivo Público, Arquivo Privado e Arquivo Corrente.
- b) () Arquivo Ativo, Arquivo Permanente e Arquivo Setorial.
- c) () Arquivo Técnico, Arquivo Regional e Arquivo Público.
- d) () Arquivo Corrente, Arquivo Intermediário, Arquivo Permanente.

2 Existe um instrumento considerado fundamental para a avaliação, pois é nesse instrumento que serão registrados os documentos que serão reproduzidos em diversos suportes, o ciclo de vida dos documentos, os prazos para arquivamento deles no arquivo, sua transferência para o Arquivo Intermediário e a sua destinação final (recolhimento para o arquivo permanente ou eliminação). Sobre esse instrumento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Teoria das Três Idades.
- b) () Código de Classificação.
- c) () Tabela de Temporalidade.
- d) () Processo de gestão de documentos arquivísticos.

3 A Classificação de documentos se refere à:

“[...] organização dos documentos de um arquivo, de acordo com um plano ou código de classificação. A classificação é realizada a partir da análise e identificação do conteúdo dos documentos, com a seleção da categoria de assuntos sob a qual serão classificados, arquivados e acessados”. (BRASIL, 2001, s.p.)

Sobre rotinas básicas para a classificação de um documento, conforme o material estudado, analise as sentenças a seguir:

FONTE: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

- I- Recepção do documento para classificação.
- II- Leitura do documento, identificação do assunto principal e do assunto secundário conforme seu conteúdo.
- III- Localização do assunto no Código de Classificação de Documentos de Arquivo, utilizando o índice.
- IV- Anotar o código na primeira folha do documento.
- V- Preenchimento do formulário "Classificação Arquivística de Documentos" a partir dos dados extraídos da análise da documentação a ser classificada.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Apenas a sentença I está correta.
- b) () As sentenças I, II, III e V estão corretas.
- c) () As sentenças II, III, IV e V estão corretas.
- d) () As sentenças I, II, IV, V estão corretas.
- e) () Todas as sentenças estão corretas.

4 A Lei nº 8.159/1991 implementou a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão considerado central do Sistema Nacional de Arquivos. Sobre a finalidade do CONARQ, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Realiza uma sequência de operações que visam à guarda ordenada de documentos.
- b) () Define a política nacional de arquivos públicos e privados, além de exercer a orientação quanto às normas visando à gestão de documentos e à proteção de documentos em arquivo.
- c) () Busca promover, idealizar e executar ações com a intenção de estruturar a Arquivologia de forma sistêmica dentro do país.
- d) () É um instrumento de trabalho a ser aplicado de forma eficiente para classificar qualquer documento produzido ou recebido pelo órgão no exercício de suas funções e atividades, divididas em atividades-meio e atividades-fim.

5 O Código de Ética da Profissão de Arquivista apresenta regras de conduta sobre o agir profissional, com deveres e funções desses profissionais. Com base nessa afirmativa e sobre algumas das condutas estabelecidas para o arquivista, analise as sentenças a seguir:

I- Os arquivistas preservam a autenticidade dos documentos nos trabalhos de tratamento, conservação e pesquisa.

II- Os arquivistas tratam, selecionam e mantêm os arquivos em seu contexto histórico, jurídico e administrativo, respeitando, portanto, sua proveniência, preservando e tornando assim manifestas suas inter-relações originais.

III- Os arquivistas asseguram permanentemente a comunicabilidade e a compreensão dos documentos.

IV- Os arquivistas facilitam o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, oferecendo seus serviços a todos com imparcialidade.

V- Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam tirar de sua posição vantagens para eles mesmos ou para quem quer que seja.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Apenas a sentença I está correta.
- b) () As sentenças I, II, III e V estão corretas.
- c) () As sentenças II, III, IV e V estão corretas.
- d) () As sentenças I, II, IV e V estão corretas.
- e) () Todas as sentenças estão corretas.

6 Conforme o material estudado e sobre o que é Museologia, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Princípios e técnicas a serem observados na construção, organização, desenvolvimento e utilização dos arquivos.
- b) () É o conjunto de material, em sua maioria impresso, disposto ordenadamente para estudo, pesquisa e consulta.
- c) () É uma instituição de interesse público, criada com a finalidade de conservar, estudar e colocar à disposição do público conjuntos de peças e objetos de valor cultural.
- d) () São os que se destinam a receber os documentos correntes provenientes dos diversos órgãos que integram a estrutura de uma instituição, centralizando, portanto, as atividades de arquivo corrente.
- e) () É conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros.

7 “[...] órgão regulamentador e fiscalizador do exercício da profissão de museólogo, que foi criada pela Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984 e regulamentada pelo Decreto 91.775, de 15 de outubro de 1985”. Com base nessa citação, marque a alternativa que responde corretamente ao conceito supracitado:

FONTE: <<http://cofem.org.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

- a) () Conselho Federal de Museologia (COFEM).
- b) () Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).
- c) () Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).
- d) () Conselho Regional de Museologia (COREM).

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

1 INTRODUÇÃO

Organizar uma biblioteca de forma que todos os materiais do acervo sejam utilizados é algo muito desafiador para o bibliotecário, pois é preciso estar atento às demandas de informação da sociedade e da instituição a qual a biblioteca está inserida e estar em constante avaliação do acervo e de como ele está suprindo essas necessidades.

A função do bibliotecário tem mudado com o passar dos tempos. Antigamente, esse profissional era visto como aquele que se preocupava com o acervo e o seu aumento, depois passou a se preocupar com os usuários/interagentes - Termo recente definido por Corrêa (2014) para definir o usuário, visto que, para esta autora, o indivíduo que utiliza a biblioteca também é aquele que produz, interage e compartilha informações - e suas necessidades, com a gestão de coleções, assim como, com as tecnologias de informação e comunicação (VERGUEIRO, 1989).

Atualmente, o bibliotecário é tido como o gestor da informação, de recursos humanos, de recursos financeiros, da infraestrutura e dos processos que executa frente às atividades diárias da sua profissão. Gerir uma biblioteca requer que o profissional saiba liderar, planejar, controlar e avaliar constantemente as ações e processos que são desenvolvidos nesta organização. Dessa forma, a busca por novos conhecimentos e novas práticas para organizar, armazenar e disseminar a informação deve fazer parte do dia a dia do bibliotecário que deseja atender às mudanças do nosso século. Além das atribuições técnicas que possui, também é responsável pela criação de políticas, produtos e materiais que visem simplificar e agilizar a vida de quem busca a informação dentro de uma biblioteca.

Diante disso, para este tópico, iremos aprender o desenvolvimento de coleções e seus conceitos, assim como descobrir o que são as políticas de desenvolvimento de coleções, seus aspectos históricos e como são formadas visando gerir e organizar os acervos dentro das unidades de informação, em especial, nas bibliotecas.

2 COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS

A importância da informação para as pessoas dentro de uma sociedade está no fato de que ela estimula a criatividade e a formação de consciência crítica de um indivíduo, podendo então levá-lo ao sucesso enquanto profissional e intelectual (MIRANDA, 2007).

Conforme Vergueiro (2017, p. 87), os indivíduos sempre tiveram necessidades informacionais pelos mais diversos motivos, desde o esclarecimento de dúvidas referentes às questões existenciais, até respostas às questões básicas para sua sobrevivência, que com o passar do tempo foram de questões mais simples à solução de questões de cunho mais complexo. Há também as necessidades informacionais destinadas ao lazer, diversão e entretenimento do indivíduo, consideradas informações de “ansiedade específica” e que fazem parte da vida humana e da pós-modernidade.

A informação, ao ser assimilada de forma adequada, gera novos conhecimentos e pode alterar o estoque mental que uma pessoa possui, assim, proporciona um ganho para o seu progresso e desenvolvimento pessoal, bem como para desenvolvimento do grupo e/ou comunidade do qual essa pessoa faz parte (BARRETO, 1994).

As coleções possuem como objetivo contribuir com informações, pois buscam atender às demandas de informação de pessoas pertencentes à sociedade e encontram-se abrigadas em edifícios denominados de “*bibliotecas*”, segundo Baratin e Jacob (2000 apud VERGUEIRO, 2017, p. 39). Anteriormente, se restringiam somente a livros e depois passaram a incluir também outros suportes informacionais.

As coleções passaram, então, a ser um produto resultante das necessidades institucionais e, conseqüentemente, de seus clientes internos e externos. Aquele modelo de biblioteca centrado no armazenamento para fins de preservação do conhecimento deu lugar a novo modelo, baseado no acesso às informações de interesse a partir de estoque ilimitado de conhecimento (EVANS, 2000 apud WEITZEL, 2002, p. 64).

Para Figueiredo (1993), as demandas informacionais podem ser diversas, assim como as comunidades que terão as suas necessidades de informações supridas. Por esse motivo, devemos nos preocupar com a formação de coleções dentro de uma biblioteca, pois é a partir da realização dessa atividade que será possibilitada a representação de indivíduos de todas as etnias, religiões, sexualidades, classes socioeconômicas e educacionais que possuem necessidades informacionais específicas, e que a biblioteca, como um lugar de informações, possibilitará o desenvolvimento desse indivíduo e da sociedade à qual ele pertence.

3 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES (FDC): ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CARACTERÍSTICAS

Na história do livro e das bibliotecas, desde os tabletes de argila até o documento eletrônico, a formação e o desenvolvimento de coleções estão presentes como um processo que é elaborado a partir do entendimento do que se coleciona, por qual motivo se coleciona, para que e para quem se coleciona (WEITZEL, 2002).

As técnicas que fazem parte do processo de desenvolvimento de coleções eram antes restritas aos processos de seleção e aquisição de materiais informacionais para a elaboração de coleções em bibliotecas (WEITZEL, 2002).

Como exemplo da Antiguidade e do processo de seleção de obras, citamos a Biblioteca de Alexandria. As coleções que formavam essa biblioteca eram fruto de um trabalho de seleção de obras tidas como o “símbolo da liberdade e expressão e de compromisso com a memória social daquele período” (WEITZEL, 2002).

Enquanto isso, na Idade Média, a produção de materiais bibliográficos era realizada por monges através da reprodução de obras. A seleção dos títulos a serem copiados estava relacionada aos interesses cristãos, decidiam qual o conhecimento seria ou não colecionado e qual seria invisibilizado (WEITZEL, 2002; MATTOS; DIAS, 2009). Sobre essa questão, Siqueira (2010, p. 56) reflete:

A fusão entre religião e política resultou em um controle documental. A Igreja Católica, por exemplo, detinha o conhecimento da época, guardando os materiais da Antiguidade clássica fora do alcance do povo, em sua maioria analfabeto, e restringindo até para os monges, também muitas vezes analfabetos, a técnica da cópia de livros. Desse modo, tanto a produção bibliográfica, como a ordenação, o armazenamento e a guarda de livros eram feitos pelos religiosos, que podem ser considerados os primeiros bibliotecários.

Foi durante o Renascimento que o processo de seleção de materiais bibliográficos foi tratado de forma mais sistemática, por intermédio do médico francês Gabriel Naudé, em seu tratado intitulado *Avis pour dresser une bibliothèque* (Conselhos para organizar uma biblioteca), de 1627 (FIGUEIREDO, 1982). Esse tratado foi importante, pois reconheceu a atividade de seleção como um procedimento técnico fundamental para a organização de coleções (WEITZEL, 2002; MATTOS; DIAS, 2009).



Para conhecer um pouco sobre Gabriel Naudé, leia o artigo:

CRIPPA, Giulia. **Narrativa como gesto bibliográfico**: Gabriel Naudé entre erudição e política. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 22, número especial, p. 21-35, jul. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v22nspe/1413-9936-pci-22-spe-00021.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2018.

Até o fim da Idade Moderna, o ato de colecionar todas as obras existentes foi uma das práticas priorizadas, visto que a produção editorial estava apenas começando. Devido ao volume de materiais produzidos atualmente, torna-se impossível colecionar todos os materiais bibliográficos produzidos, no entanto, as bibliotecas, antes da imprensa de Gutenberg, possuíam coleções menores (WEITZEL, 2002).

Foi a partir do século XX que a preocupação com o desenvolvimento de coleções começou a se tornar uma preocupação, visto que houve um aumento significativo de publicações e isso culminou na chamada “explosão bibliográfica” (WEITZEL, 2002). Peter Burke (2002, p. 176) nos apresenta um quadro dessa explosão:

A multiplicação dos livros criou imediatamente um problema para um grupo profissional, o dos bibliotecários, embora seja óbvio que eles se tornaram ainda mais indispensáveis. Em 1745, uma das principais bibliotecas europeias, a do Vaticano, abrigava apenas 2.500 volumes. No início do século XVII, a Bodleian Library de Oxford tinha 8.700 títulos, e a biblioteca imperial de Viena, 10 mil. Em meados do mesmo século, a biblioteca de Wolfenbüttel abrigava 28 mil volumes, enquanto a Ambrosiana de Milão tinha 46 mil (sem contar os manuscritos). Em meados do século XVIII, um cidadão de Londres, Sir Hans Sloane, havia acumulado 50 mil volumes (que depois formariam o núcleo do que é hoje a British Library). Foi preciso construir prédios enormes para abrigar tantos livros (Fischer von Erlach's Hofbibliothek em Viena, por exemplo), os quais, por sua vez, exigiram financiamentos.

Como podemos observar, a existência de livros impressos trouxe uma importante tarefa para o bibliotecário, pois este deveria trazer a informação correta para quem dela precisasse. Conforme Weitzel (2012, p. 180), o aumento do volume de materiais bibliográficos “tornou o processo de formar e desenvolver coleções em bibliotecas mais complexo do que anteriormente e passou a envolver o desafio de identificar quais obras mereciam fazer parte dos acervos”.

Por conta disso, a importância do desenvolvimento de coleções, pois assim o profissional poderá atuar, mantendo a biblioteca como um organismo vivo, atuante e acessível, onde nenhum material fique dentro dela sem uso, conforme determinam as “As Cinco Leis de Ranganathan” (RANGANATHAN, 1931).

Foi no final da década de 1960 e início da década de 1970 que a Biblioteconomia passou a focar no desenvolvimento de coleções a partir do movimento denominado “Movimento para o Desenvolvimento de Coleções” (VERGUEIRO, 1989). O termo “*formação e desenvolvimento de coleções*” passou a ser utilizado para se referir às atividades voltadas ao acervo. Nesse período, uma vasta produção científica começou a ser desenvolvida em forma de artigos, manuais, dissertações, teses e pesquisas com o intuito de conscientizar sobre a temática e demonstrar aos bibliotecários a sua importância (VERGUEIRO, 1989).

Conforme Corrêa e Santos (2015), os principais autores que se dedicaram a estudar o tema da formação e desenvolvimento de coleções no Brasil foram Waldomiro Vergueiro e Nice Figueiredo, visto que suas “contribuições foram fundamentais para apresentar uma visão sistêmica de um conjunto de atividades administrativas com a finalidade de orientar o trabalho do bibliotecário voltado aos acervos” (CORRÊA; SANTOS, 2015, p. 35).

A preocupação com o desenvolvimento de coleções em bibliotecas aumentou “quando se tornou cada vez mais claro, para bibliotecários e administradores em geral, que era praticamente impossível acompanhar o ritmo alucinante de crescimento dos materiais informacionais” (VERGUEIRO, 1993, p. 1). Com o crescimento dessa literatura, em especial, a literatura especializada, houve a “ocorrência imediata daquilo que Solla Price, já durante a década de 1950, chamou de lei do crescimento exponencial da ciência”, em que a literatura científica aumenta e duplica de tamanho rapidamente (VERGUEIRO, 1993, p. 1).

Com essa chamada “explosão bibliográfica”, os bibliotecários começaram a se preocupar com o desenvolvimento de coleções e mudaram o foco para a formação e desenvolvimento de coleções de forma coerente e coordenada (VERGUEIRO, 1989). Vergueiro (1989) aponta alguns pontos que podem ter influenciado nessa mudança de perspectiva do bibliotecário, que passou daquele profissional preocupado em armazenar, para o preocupado em disseminar e disponibilizar o acesso aos materiais dentro de uma unidade informacional:

Passou o tempo do bibliotecário armazenador de livros – os formatos já são em número bastante elevado e estão presentes em praticamente todas as bibliotecas -, a tentar conseguir manter sob sua guarda a totalidade do conhecimento humano. Chegou o tempo de a biblioteca abrir-se a todas as fontes de informação, e o bibliotecário a tornar-se a ponte entre o acervo sobre o qual tem a responsabilidade e um usuário cuja exigência cresce exponencialmente. Mais ainda, ponte entre este usuário e o universo de fontes de informação, estejam elas onde estiverem, entre as quais a coleção da biblioteca será apenas uma parcela (VERGUEIRO, 1989, p. 13-14).

Entre os novos pontos de preocupação dos bibliotecários estava o fato de que uma parte da produção científica disponível no mercado editorial continha materiais de pouca importância, que acabavam por discutir ou informar aquilo que já havia sido produzido anteriormente, sem nada de novo para acrescentar. A partir disso, houve uma preocupação com a seleção dos materiais do acervo, algo

que passou a ser bem mais criterioso. Além disso, passaram a se preocupar com o desenvolvimento da coleção e o seu crescimento, de modo que as bibliotecas não ficassem cheias de materiais redundantes. A escassez de recursos financeiros para investimento em acervos também se transformou em uma preocupação, visto que em muitos países, os recursos para este fim passaram a diminuir (VERGUEIRO, 1993). Em especial, nas bibliotecas universitárias de países anglo-saxões, as restrições financeiras foram uma das causas que levaram à preocupação com o desenvolvimento de coleções, assim como o crescimento exponencial das coleções e escassez de espaço físico (MATTOS; DIAS, 2009).

Com relação à conceituação do termo *desenvolvimento de coleções*, conforme infere Vergueiro (1989, p. 15), este é, “acima de tudo, um trabalho de planejamento [...] e sendo um trabalho de planejamento, exige comprometimento com metodologias”. Trata-se de um trabalho que é ininterrupto, sem que possamos identificar o seu começo e o seu fim, podendo ser afetado por fatores externos a ele e vice-versa (VERGUEIRO, 1989).

Para Weitzel (2002, p. 64), o desenvolvimento de coleções “é uma atividade técnica comprometida com a sistematização de determinada área sob o enfoque institucional em relação aos interesses de quem mantém a biblioteca”. Para cada biblioteca, haverá um tipo de desenvolvimento de coleções a ser realizado, visto que “o tipo de biblioteca, os objetivos específicos que cada uma delas busca atingir, a comunidade específica a ser atendida, influem grandemente nas atividades do desenvolvimento de coleções” (VERGUEIRO, 1989, p. 16). O planejamento de acervos seletivos, dinâmicos e integrados às necessidades de informação da comunidade precisa ser o objetivo de uma biblioteca (VERGUEIRO, 1989).

Embora saibamos que a biblioteca não tem como atender literalmente a todas as demandas de informação da comunidade da qual ela faz parte, a biblioteca deve, pelo menos, buscar atender ao maior número possível. Para Vergueiro (2017), as bibliotecas servem para organizar e preservar o conhecimento registrado em diversos suportes para a posteridade, para que seja garantido às futuras gerações o acesso ao conhecimento produzido pelas antigas gerações.

A partir da criação das tecnologias da informação e da comunicação, também conhecidas como TICs, o papel de disseminação da informação realizado pelas bibliotecas e unidades de informação começou a ser reforçado. Antes, os materiais produzidos eram obtidos através de editoras comerciais, autores, editoras alternativas, empresas, entre outras. Isso dependia de um investimento de tempo e de recursos financeiros, o que tornava o acesso aos materiais algo alcançado pela população mais privilegiada socioeconomicamente (VERGUEIRO, 2017).

A internet permitiu o acesso a esses materiais, sendo que uma parte passou a ser disponibilizada na web, onde, hipoteticamente, as pessoas possuem maior facilidade em buscar a informação que desejam, bastando para isso digitar a palavra adequada em um sistema de busca, base de dados ou também em um

sistema de gerenciamento de bibliotecas, como o SophiA ou Pergamum. Dizemos hipoteticamente, pois com a chegada da internet, assim como durante o período da explosão bibliográfica, houve também um aumento exponencial no volume de informações disponibilizadas em meio digital, o que requer que um profissional, como o bibliotecário, faça o intermédio para a busca das informações, faça a filtragem dos conteúdos para, então, disponibilizar a informação que o usuário/interagente necessita.

Sobre o uso de tecnologias digitais no mundo de hoje, Spudeit e Corrêa (2017) discorrem que é demandada uma atuação, por parte do bibliotecário, para que este seja capaz de acompanhar a definição de uma sociedade que se encontra em constante mutação e desenvolvimento. Com a chegada das TICs, as bibliotecas foram obrigadas a se adaptar e se modificar diante das demandas da sociedade por materiais bibliográficos em diversos formatos, entre eles, o digital e os diversos suportes eletrônicos necessários à sua leitura (VERGUEIRO, 2017). As informações passaram a não necessitar de um suporte físico específico para sua disseminação, acesso e leitura, o que colaborou para que as bibliotecas começassem a inovar e adotar outras formas de organização, preservação, acesso e disponibilização de materiais, assim como, precisaram adequar as funções e atividades de desenvolvimento de suas coleções (VERGUEIRO, 1993, 2017).

4 POLÍTICAS PARA DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Estabelecer políticas visando ao desenvolvimento de coleções, conforme Vergueiro (1987), é algo necessário dentro das bibliotecas, visto que as coleções que as compõem não foram desenvolvidas de forma adequada. As coleções eram criadas em alguns casos de forma aleatória, sem um controle rígido ou um planejamento da composição do acervo.

Havia então um número expressivo de materiais bibliográficos que não eram lidos e que chegavam, literalmente, a mojar nas prateleiras, pois não tinham o devido uso. Isso refletia em baixo investimento em bibliotecas para a compra de materiais bibliográficos, visto que os que haviam eram subutilizados, o que passava a visão, aos gestores e financiadores, de que a biblioteca não era necessária àquela comunidade ou instituição na qual ela estava inserida (VERGUEIRO, 1987).

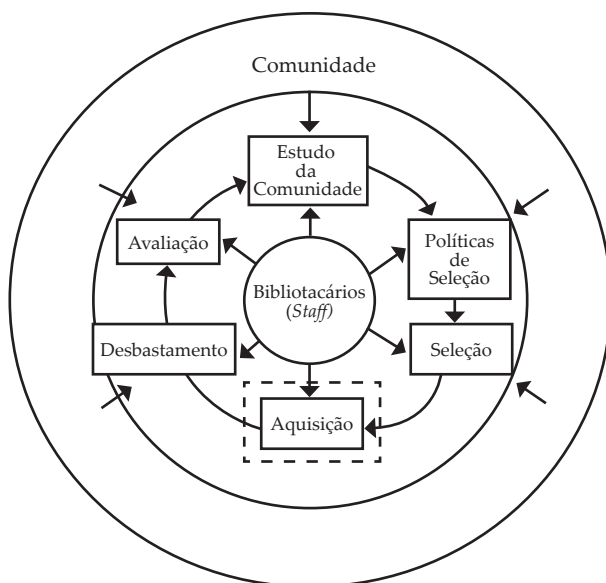
Com o estabelecimento do currículo mínimo dos cursos de Biblioteconomia brasileiros, a formação de bibliotecários para o desenvolvimento de coleções começou a ser uma preocupação. A disciplina Formação e Desenvolvimento de Coleções, que possuía como ementa os princípios e políticas de seleção; formas; recursos, procedimentos, legislação para aquisição; princípios e técnicas de avaliação de coleções; conservação de coleções; política de expansão da biblioteca, passou a ser incluída como disciplina técnica dentro do projeto político-pedagógico e da grade curricular dos cursos (VERGUEIRO, 1987).

Atualmente, essa é uma das disciplinas consideradas fundamentais para a formação bibliotecária e encontra-se inserida no currículo de praticamente todos os cursos de Biblioteconomia do país. Com o passar do tempo, essa disciplina passou por adaptações no seu conteúdo, assim como, mudança no título da disciplina, conforme foco do curso e da instituição. No curso de Biblioteconomia, Habilitação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, por exemplo, a disciplina é denominada “Gestão de Estoques Informacionais”, enquanto que no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina, a disciplina intitula-se “Formação e Desenvolvimento de Coleções”.

Assim, a ideia da disciplina, em base, visa transmitir aos futuros bibliotecários a percepção de que o desenvolvimento de coleções é um processo que visa identificar os pontos fortes e fracos de uma coleção de materiais bibliográficos em uma biblioteca ou unidade de informação no que compete às necessidades dos usuários/interagentes e aos recursos da comunidade. Dessa forma, visa corrigir essas fraquezas com base em uma avaliação rigorosa dos recursos existentes na biblioteca e constante estudo das necessidades informacionais dos usuários e das comunidades que serão atendidas (VERGUEIRO, 1987).

Como citado na seção anterior, Waldomiro Vergueiro (1989) infere que o Desenvolvimento de Coleções, como um processo sob uma perspectiva sistêmica, é fundamental para a transmissão do entendimento de que as atividades relacionadas à coleção não podem ser realizadas de forma isolada. Há um modelo de processo de formação e desenvolvimento de coleções, criado em 1979 pelo bibliotecário norte-americano G. Edward Evans, que elucida como esse processo deve ser elaborado, visto que propõe um caráter cíclico do desenvolvimento de coleções.

FIGURA 9 – MODELO TEÓRICO CÍCLICO DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES, CRIADO POR EVANS (1979)



FONTE: Vergueiro (1989, p. 17)

O modelo de Evans demonstra que há elementos que são considerados comuns a todos os tipos de bibliotecas, seja ela universitária, especializada, escolar, pública ou digital. Os elementos que constituem o modelo são os seguintes: a) análise da comunidade; b) políticas de seleção; c) seleção; d) aquisição; e) desbastamento e avaliação. Esses elementos se inter-relacionam enquanto são desenvolvidos pelos bibliotecários e possuem como parâmetro a comunidade que será assistida. É importante verificar que o bibliotecário é a figura central que irá realizar e avaliar as fases do processo (VERGUEIRO, 1987).

Esse processo, independentemente da biblioteca, necessita ser realizado como uma atividade de rotina da biblioteca, assim como a catalogação, a classificação e a elaboração de relatórios anuais. Há ainda alguns obstáculos que podem ser considerados ao se realizar uma política de desenvolvimento de coleções. Estes obstáculos podem ser de ordem psicológica (resistência a alguma das fases do processo, por exemplo, o descarte), quanto à falta de consciência de que a coleção é um espelho de um processo de reflexão e planejamento. Assim, é essencial expressar de forma objetiva e precisa, no documento que contém a política, os procedimentos a serem adotados dentro de uma política de desenvolvimento de coleções.

Vergueiro (1987) elenca as razões para a criação de uma política de desenvolvimento de coleções dentro de uma biblioteca ou unidade de informação, a saber:

- a) Recursos financeiros: como já abordado neste capítulo, as razões econômicas são um dos fatores que levam um bibliotecário a elaborar políticas de desenvolvimento de coleções, visto que é a partir dos recursos financeiros disponíveis que serão pensadas as prioridades de aquisição dos materiais de interesse para a composição do acervo (VERGUEIRO, 1987).
- b) Recursos de espaço: o espaço físico é algo a ser considerado e é outro ponto que leva à criação de uma política, pois dentro de uma biblioteca ou unidade de informação, o espaço é algo limitado e a escolha de materiais se torna algo crucial (VERGUEIRO, 1987).
- c) Recursos humanos: O pessoal existente para a realização das atividades de uma biblioteca é também um dos pontos para a criação de uma política, sobretudo, porque a partir dela é possível o estabelecimento de um planejamento de atividades a serem realizadas mensalmente e trimestralmente e a alocação e gestão de pessoal para a realização das tarefas (VERGUEIRO, 1987).
- d) Direcionamento: a política funciona como uma diretriz para as tomadas de decisão do bibliotecário no que se refere à seleção do material e à administração dos recursos de informação. Além disso, uma política proporciona uma descrição da situação atual da coleção, direciona ao método de trabalho adequado para atingir os objetivos estabelecidos pela instituição, assim como serve de fonte de argumentação ao bibliotecário para solicitação de recursos frente aos gestores da instituição na qual a biblioteca se insere (VERGUEIRO, 1987).

Vergueiro (1987) infere que a política para o desenvolvimento de coleção pode funcionar também enquanto um instrumento de comunicação, e assim, executar as seguintes funções: a) **referencial**: possibilitar uma descrição exaustiva e atualizada da coleção, como está seu desenvolvimento e sua direção; b) **generativa**: permite apontar quais os instrumentos para a transformação da coleção; c) **retórica**: funciona como um elemento que permite demonstrar a existência de um plano direcionado para o desenvolvimento de uma coleção de forma racional, consistente e continuada (VERGUEIRO, 1987).

Elaborar uma política para o desenvolvimento de coleção é uma tarefa que requer planejamento e deve ser criada a partir do “ouvir” a comunidade para a qual aquela coleção está sendo planejada. Algumas diretrizes para a elaboração de política para o desenvolvimento de coleções enfatizam que a mesma deve ser constituída de alguns elementos, entre eles:

- a) Verificação dos objetivos e missão da instituição à qual a coleção faz parte (VERGUEIRO, 1987): realização de um estudo de comunidade para o detalhamento do perfil dos usuários/interagentes que serão utilizadores dos materiais dispostos naquela coleção, por exemplo: Se é uma biblioteca pública e a grande parte dos usuários/interagentes são mulheres negras que demandam informações a respeito de livros feministas, romances de escritoras africanas e afro-brasileiras ou relações raciais. Dentro da política, a seleção e aquisição de materiais que supram estas necessidades informacionais dessas mulheres deve ser uma prioridade para a formação da coleção;
- b) Análise detalhada por área de interesse (VERGUEIRO, 1987): estabelecimento dos assuntos de interesse e prioridades e limitações que embasarão a seleção dos materiais, por exemplo, se há uma biblioteca universitária e no campus onde esta biblioteca faz parte não há curso de Engenharia Mecânica, não há porque serem adquiridos livros dessa área para a composição do acervo;
- c) Análise detalhada por formato do material (VERGUEIRO, 1987): definição dos formatos a serem adquiridos de cada material, assim como os idiomas com que estão escritos, o período de produção, entre outros. Por exemplo: Se em uma biblioteca escolar, a maioria dos estudantes possui *smartphones*, *e-readers* e outros dispositivos eletrônicos que permitem a leitura dos livros ou materiais bibliográficos solicitados pelos docentes em sala de aula, a política deve também estar preocupada em adquirir materiais em formato digital para compor o acervo da biblioteca visando atender a essa demanda. Não esquecendo de ter também o material em formato impresso visando atender aquele aluno ou aluna que não dispõe de acesso a esses dispositivos eletrônicos.

Importante explicar também que pode haver políticas de desenvolvimento de coleção que se referem a formatos especiais ou específicos que fazem parte da coleção. Dessa forma, pode ser preciso o estabelecimento de políticas de desenvolvimento de coleções de periódicos, de microformas, obras manuscritas, publicações governamentais, mapas, entre outros.

Conforme Corrêa (2013), a Política de Desenvolvimento de Coleções (denominada por esta autora como Política de Gestão de Estoques Informativos) proporciona um roteiro que permite ao bibliotecário a visualização do panorama das atividades que envolvem os acervos de uma biblioteca ou unidade de informação.



Aprenda dois conceitos importantes:

Gestão de Estoques Informativos (GEI) se refere à atividade de Formação e Desenvolvimento de Coleções com foco no caráter administrativo atribuído a tarefas referentes ao gerenciamento dos acervos de bibliotecas e unidades de informação (CORRÊA, 2013).

Gerenciamento de estoques de informação se refere à elaboração de planos com metas e objetivos para o desenvolvimento e expansão do acervo de uma biblioteca, que são criados conforme os objetivos da instituição à qual a biblioteca está vinculada, a missão da biblioteca, assim como as demandas reais e potenciais dos usuários/interagentes (CORRÊA, 2013, 2014).

Assim, a autora propõe um modelo de política, no qual são incorporados elementos para além de uma Política de Desenvolvimento de Coleções, a saber: a) Estudo de comunidade como base para descrição do público-alvo; b) Participação e papel da biblioteca em programas de cooperação; c) Biblioteca 2.0 e Repositórios Digitais; d) Conservação e Restauração; e) Censura.

A seguir apresentamos os elementos elencados para a construção de uma política:

1. Elementos pré-textuais (capa, folha de rosto, sumário). 2. Parte introdutória
 - 2.1 Informações Institucionais (identificação, missão, objetivos).
 - 2.2 Informações da U.I. (identificação, missão, objetivos).
 - 2.3 Definição, importância e objetivos da política.
 - 2.4 Estudo de comunidade enquanto base para tomada de decisões - descrição da clientela.
 - 2.5 Participação e papel da biblioteca em programas cooperativos de GEI (nacionais e internacionais).
3. Estoques de informação.
 - 3.1 Materiais que o compõem (conteúdo e formato).
 - 3.2 Recursos financeiros disponíveis para sua formação e desenvolvimento (orçamentos institucionais centralizados/descentralizados, captação de recursos externos).
4. Desenvolvimento dos estoques de informação.
 - 4.1 Seleção.
 - 4.1.1 Responsabilidade da seleção (atores, princípios, atribuições e competências).
 - 4.1.2 Critérios por tipo de obra e de suporte físico.
 - 4.1.3 Instrumentos auxiliares (fontes para seleção).
 - 4.1.4 Seleção qualitativa (critérios de qualidade).
 - 4.1.5 Seleção quantitativa (número de títulos e exemplares por tipo de obra, segundo parâmetros/recomendações oficiais ou demandas verificadas).
5. Aquisição.
 - 5.1 Prioridades (definidas segundo

orçamentos e objetivos estabelecidos). 5.2 Formas de aquisição (compra, doação, permuta, intercâmbio). 5.3 Reposição de materiais (situações e formas previstas para reposição). 6. Avaliação. 6.1 Metodologias. 6.1.1 Qualitativas (métodos e responsáveis). 6.1.2 Quantitativas (métodos estatísticos). 6.2 Periodicidade (previsão de prazos para elaboração). 6.3 Desbastamento (remanejamento, descarte). 7. Biblioteca 2.0 e Repositório Institucional (políticas, critérios, responsáveis). 8. Conservação/Restauração (políticas, responsáveis). 9. Revisão da política (previsão). 10. Elementos pós-textuais. 10.1 Modelos de correspondências (documentos administrativos). 10.2 Formulário de doação. 10.3 Referências bibliográficas. (CORRÊA, 2013, p. 12).



Para compreender a aplicação de uma Política de Gestão de Estoques de Informação, leia o artigo:

CORRÊA, E. D.; SPUDEIT, D.; VIAPIANA, N. **Diretrizes para a Gestão de Estoques de Informação**: um estudo de caso na rede de bibliotecas do Senac Santa Catarina. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 19-33 jan./abr., 2015 Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/972/pdf_107>. Acesso em: 18 set. 2018.

Conforme o conteúdo estudado neste tópico, você aprendeu um pouco sobre a formação e desenvolvimento de coleções e as políticas para o desenvolvimento das coleções. Na contemporaneidade, o desenvolvimento de coleções tem diversos desafios, entre eles encontra-se o de inserir temáticas que representem a população brasileira e os diversos povos que a constituem. Os bibliotecários devem estar preparados para fazerem a inserção de materiais bibliográficos que contemplem estas populações de uma forma ampla e diversificada. Além disso, algumas temáticas são obrigatórias no ensino fundamental e médio por meio de legislações, como é o caso da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, contemplada pela Lei 10.645/2008 e pela Lei 10.639/2003. Pensando nisso, agora vamos realizar uma leitura complementar que traz a proposta de política de gestão de acervos para bibliotecas que busquem incluir as temáticas africanas e afro-brasileiras.

LEITURA COMPLEMENTAR

Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana (C.A.)

LIVROS DAS TEMÁTICAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS NA BIBLIOTECA



FONTE: <<https://tworullez.com/2017/01/30/clube-de-leitura-negra-1000blackgirlsbook/>>. Acesso em: 09 out. 2018.

1 INTRODUÇÃO

O recorte deste estudo são as bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira, onde mostramos os elementos para a composição de um acervo voltado para a temática e como pode ser realizada a inclusão de bibliotecas especializadas em Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Centros de Estudos Africanos do país.

Como objetivo geral, este artigo busca estabelecer uma Política de Gestão e Desenvolvimento de Acervos para Bibliotecas Especializadas na temática Africana e Afro-brasileira tendo como base, o roteiro de elementos estabelecido por Corrêa (2013). Enquanto justificativa, visamos disponibilizar condições para que Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Centros de Estudos Africanos possam implementar bibliotecas especializadas com objetivo de servirem como suporte aos pesquisadores, estudantes de graduação, mestrandos e doutorandos que possuam interesse na temática e busquem materiais bibliográficos para desenvolvimento de suas pesquisas.

Outro fator para a implementação de uma biblioteca especializada são as Leis Federais nº 10.639/03 e 11.645/08 que tornam obrigatório o ensino da história e da cultura dos africanos, afro-brasileiros e indígenas, respectivamente, nas escolas brasileiras e, conseqüentemente, as bibliotecas devem possuir em seu acervo materiais que contemplem estas leis e auxiliem na implementação destas temáticas nos ambientes de nossa sociedade (BRASIL, 2003; BRASIL, 2004; BRASIL, 2008).

Conforme Cardoso, Silva, Costa e Lima (2015, p. 454), frutos da luta do movimento negro, estas leis são importantes instrumentos para a luta antirracista, fazendo com que populações que anteriormente, tinham suas histórias e culturas invisibilizadas na construção do país, tivessem seu lugar. Estas leis oportunizaram a criação de materiais bibliográficos e didáticos sobre aspectos históricos, socioeconômicos e culturais de populações de origem africana e indígena realizados por pesquisadores, historiadores e escritores especializados nestas temáticas.

A partir dessa afirmativa, discutimos a importância da implementação de bibliotecas especializadas nos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Centros de Estudos Africanos para que possam oferecer àqueles interessados na temática (pesquisadores, professores, acadêmicos, gestores e comunidade) o acesso tanto às informações, quanto aos materiais bibliográficos e históricos “acerca de aspectos culturais, socioeconômicos e educacionais dos afrodescendentes” (CARDOSO; GARCÊS; LIMA, 2014, p. 102).

2 AS BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS EM NÚCLEOS DE ESTUDOS E CENTROS DE ESTUDOS AFRICANOS

Quando se pensa em discursar sobre bibliotecas, deve-se realizar uma contextualização desde o motivo que a mesma deve ser estabelecida até a conclusão de sua estrutura. É necessário analisar a importância dessa unidade de informação, o local onde será ou está inserida, seus usuários e, principalmente, o seu acervo. Este último, o mais importante, deve servir para atender às necessidades informacionais daqueles que buscam adquirir conhecimentos para transformar sua realidade. Assim, a biblioteca deixa de ser apenas um local onde estão dispostos dados, informações e conteúdos, mas também se torna um local onde esses possam servir aos seus usuários como insumos para produção de informação e conhecimento.

Para se criar um acervo numa unidade informacional, devem ser estabelecidas políticas para o seu desenvolvimento e manutenção de sua coleção. Vários autores conhecidos, que apresentaremos ao decorrer deste trabalho, abordam com detalhes como devem ser aplicadas essas políticas e relatam a sua importância para a unidade. Além disso, falaremos de um tipo de biblioteca: a biblioteca especializada.

As bibliotecas especializadas são compostas por um acervo que busca suprir às necessidades da instituição a qual se encontram inseridas, apesar de incluir obras sobre áreas afins ou relacionadas. Possuem por objetivo promover o processo de recuperação de informações específicas de forma mais ágil, buscando encontrar todos os caminhos de direção da informação. Seus objetivos procedem da missão e visão das instituições às quais pertencem e seus usuários são, geralmente, funcionários, pesquisadores e técnicos, o que torna uma clientela especializada e limitada (MIRANDA, 2007). As bibliotecas especializadas, segundo Miranda (2007, p. 88), possuem as seguintes funções:

- Fornecer informação de forma rápida e eficiente, centrada em uma área do conhecimento, com o intuito de atender às necessidades informacionais dos usuários;
- Realizar um tratamento exaustivo nos documentos, ampliando os recursos de recuperação da informação;
- Realizar a disseminação seletiva da informação;
- Proporcionar o acesso às bases de dados especializadas na área de interesse da coleção da biblioteca;
- Permitir a recuperação aprofundada de informações sobre assuntos específicos da área.

Segundo a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), existem atualmente 159 Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) e grupos correlatos. Os NEABs são núcleos temáticos que possuem a finalidade de prestar apoio às instituições de ensino superior onde estão vinculados, na implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e 11.645/2008, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, respectivamente (BRASIL, 2004). Esses núcleos elaboram atividades de ensino, pesquisa e extensão que são relacionadas à diversidade cultural, étnico-racial e políticas públicas que auxiliam no combate ao racismo e às desigualdades (CARDOSO; LIMA; PACHECO, 2014).

Segundo Mariosa e Reis (2011, p. 46), “a construção da identidade do indivíduo, inicia-se na infância e vai sofrer influências de todos os referenciais com os quais ele/ela irá se deparar ao longo de sua história”. As autoras ressaltam que a identidade está em uma constante modificação e acontece durante toda a vida de uma pessoa. Portanto, as escolhas de materiais e temáticas apresentadas no acervo das bibliotecas influenciam na representatividade de pessoas negras e brancas. Porém, o que percebemos é a rara representatividade dos afrodescendentes, já que esses não são os padrões apresentados nos livros didáticos, nos contos literários e na história dos país.

Acervos relacionados à temática africana e afro-brasileira nas bibliotecas suprem também as necessidades informacionais de “estudantes de escolas públicas e privadas, de ensino superior, pesquisadores e professores interessados na temática” (CARDOSO; LIMA, 2012, p. 4). Além disso, auxiliam na expansão

dos conhecimentos dos usuários e colaboram no aumento de novas produções científicas, bem como proporcionam a desconstrução de estereótipos que giram em torno das populações afrodescendentes e de informações acerca da temática. As bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira podem ser bibliotecas em meio virtual e/ou físicas e visam prestar suporte informacional a pesquisadores, professores, acadêmicos, graduados e comunidade em geral, que buscam conhecer a história das populações de origem africana e afro-brasileiras no país.

Em 2016, após obtermos a lista de NEABs brasileiros com a ABPN, buscou-se na “internet” (no metabuscador Google) por meio das palavras-chave “Nome do Núcleo ou Centro de Estudos” AND “Biblioteca”, a existência de alguma biblioteca vinculada a Núcleos ou Centros de Estudos. Além disso, foi buscado no site e no *facebook* (quando existente) de cada um dos Núcleos ou Centros de Estudos, informações sobre biblioteca que armazenasse, organizasse e disponibilizasse as fontes informacionais sobre a temática. O período de busca de informações sobre as bibliotecas em NEABs ocorreu entre julho e dezembro de 2016.

Como resultado, foram encontradas três bibliotecas que podem ser consideradas bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira. São elas: a primeira é a *Biblioteca de Referência NEAB/UFSC*, que é um projeto do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UFSC), criado a partir de projeto vinculado a um Programa de Extensão. O acervo físico dessa biblioteca é constituído de livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, monografias, CDs, DVDs e fontes documentais de arquivos públicos e particulares que são disponibilizados para empréstimos (LIMA; CARDOSO, 2012). Além disso, esta Biblioteca disponibiliza em sua página do *facebook*, materiais bibliográficos em formato PDF para *download* e tem como objetivo disseminar informações sobre a história, memória, cultura e educação das populações de origem africana de Santa Catarina (CARDOSO; GARCÊS; LIMA, 2014). A Biblioteca possui uma Política de Desenvolvimento de Coleções criada pela então bolsista, Miriam Mattos, e que em 2015, a equipe formada pelas autoras deste artigo, Graziela dos Santos Lima, Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Amabile Costa e pelo coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Prof. Paulino Cardoso, atualizaram e mudaram a denominação do documento para *Política de Gestão de Estoques Informacionais*, seguindo os parâmetros elencados por Corrêa (2013). Entre outros fatores, esta política determina que, ao realizar a seleção de materiais para serem adquiridos para o acervo, seja realizada uma reunião semestral com representantes dos docentes que ministram as disciplinas relacionadas às temáticas africanas e afro-brasileira.

A segunda é *Biblioteca CEAO*, do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e também disponibiliza um acervo sobre a temática. Segundo o site da própria Biblioteca, esta foi “a primeira biblioteca especializada em estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos do Brasil” (CENTRO, 2015). Em seu acervo há “livros, periódicos, teses e dissertações, discos

(vinil, cd-rom), filmes, mapas, além de uma hemeroteca com recortes de jornais e revistas de circulação nacional e internacional, datados da década de 60 até os dias atuais” (CENTRO, 2015, s. p.). Esta Biblioteca é vista como referência na temática e visa disseminar e prover informações acerca de estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos do Brasil com um catálogo informatizado de livros integrado à base bibliográfica da UFBA (CENTRO, 2015). Os usuários desta unidade de informação são formados por professores, pesquisadores acadêmicos e comunidade em geral (CENTRO, 2015). Na pesquisa realizada, não foi encontrada nenhuma informação a respeito da Política de Gestão e Desenvolvimento do Acervo desta unidade.

A terceira Biblioteca é do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) e situa-se na Universidade Candido Mendes (UCAM), vinculado ao Programa de Pós-graduação do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ). Segundo o site do Centro de Estudos, é a maior biblioteca especializada do Rio de Janeiro sobre a temática africana e afro-brasileira. Possui como acervo 2000 livros raros, incluído Atlas e outras referências documentais para consulta tanto da comunidade universitária quanto para a comunidade externa em geral (UCAM, 2017).

De acordo com Mattos (2008, p. 242), as bibliotecas que possuem materiais relacionados à temática em seu acervo, buscam “promover a igualdade e agregar informações que contribuam com o combate à discriminação racial e social e à preservação dos direitos humanos”.

[...]

4 POLÍTICA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACERVOS DE BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS NA TEMÁTICA AFRO

Podemos dizer que a biblioteca é a unidade informacional com a função de gerenciar conhecimentos registrados em diferentes suportes informacionais. Nesse sentido, fazer a dinamização do acervo requer conhecimento da unidade e planejamento por parte do bibliotecário, sujeito fundamental na gestão da biblioteca.

Conforme Corrêa (2013), existem ligações muito claras entre a Administração e a Biblioteconomia, em especial quando nos referimos às questões gerenciais de Unidades informacionais. A autora supracitada nos lembra que a gestão em unidade de informação é um processo de tomada de decisões que envolvem a realização de diagnóstico da comunidade de usuários, o tipo de material que irá compor os acervos e o estabelecimento de políticas visando gerir e construir os mesmos. Entretanto, gerenciar um acervo não se faz de uma maneira solo. A decisão para o gerenciamento com base em critérios requer, conforme Corrêa (2013), uma decisão democrática, ou seja, a participação das pessoas frequentadoras da biblioteca.

Segundo Vergueiro (1989), as atividades de desenvolvimento de coleções deveriam ser atividades rotineiras, como as atividades que acontecem no tratamento da informação: catalogação, classificação e a indexação. Nesse sentido, observa-se em maior proporção no processo de gestão e desenvolvimento de coleções as atividades de seleção e aquisição, o que torna a Unidade de informação um aglomerado de estoques sem movimentação. No entanto, Weitzel (2013, p. 9) complementa: é raro encontrar alguma biblioteca que tenha toda a rotina implantada desde a seleção ao desbastamento e, mais ainda que adote uma política formal, com todos os seus recursos técnicos, para garantir o desenvolvimento balanceado das coleções tendo em vista os objetivos institucionais e coletivos.

A biblioteca é programada para fim social e, nesse sentido, o “desenvolvimento de coleções deve ser compreendido como resultado de um processo de planejamento” (WEITZEL, 2013, p. 10). Para Guedes (2007) citado por Araújo (2012), ao se planejar o acervo de uma unidade de informação, não podem ser esquecidos os interesses da comunidade, com uma política de desenvolvimento de coleções adequada, especialmente no que tange à seleção, avaliação, descarte, permuta, dentre outras.

Fonseca (2007) corrobora com este discurso afirmando que a biblioteca não pode ser um amontoado de livros e revistas aglomerados ao acaso e, neste sentido, uma política de desenvolvimento e gestão de acervos serve à criação de um acervo coerente. Este acervo precisa englobar materiais que supram as necessidades informacionais do público que as unidades de informação atendem. No caso de uma biblioteca especializada na temática africana e afro-brasileira, o público frequentador desta unidade são pesquisadores, gestores, estudantes de graduação, mestrandos e doutorandos, bem como a comunidade entorno da instituição à qual a biblioteca encontra-se vinculada. Assim, deve existir um processo de avaliação permanente “no qual as atividades de seleção, aquisição e avaliação de materiais devem permanecer em contínua sintonia com as necessidades de informação da comunidade de usuários” (MIRANDA, 2007, p. 87).

Segundo Weitzel (2013, p. 11-12), não há uma receita para elaborar uma política de gestão e desenvolvimento de acervos, pois nenhuma biblioteca é igual à outra. No entanto, existem elementos técnicos que devem estar presentes para que se cumpra a função social desta unidade informacional. É preciso, então, um processo de construção de soluções de modo a encontrar um equilíbrio entre as reais necessidades informacionais do seu público-alvo e o que é oferecido pela biblioteca enquanto produtos e serviços.

Conforme nos informam Corrêa, Spudeit e Viapiana (2015b, p. 19), o termo “Gestão de Estoques de Informação” refere-se “à atividade de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Possui, no entanto, uma ênfase ainda mais evidente no caráter administrativo atribuído às tarefas de gerenciamento dos acervos de bibliotecas, que pressupõem atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação”.

A gestão de estoques de informação definida por Corrêa (2013) requer que: a) sejam aplicados e definidos critérios para a seleção, aquisição, avaliação, preservação, disponibilização e acesso aos materiais; b) sejam traçadas metas para que o acervo se desenvolva e expanda, sempre tendo em evidência os objetivos da instituição à qual a unidade está vinculada, bem como as demandas informacionais que existem e que serão criadas, além do contexto político e socioeconômico a nível local, nacional e mundial; c) sejam planejadas atividades meio e fim a serem executadas visando atingir às metas propostas; d) haja a perspectiva de que a biblioteca possui o lucro como objetivo e que esse não é necessariamente financeiro, visto que unidade tem concorrentes e metas; e) haja um bibliotecário-gestor, ou seja, o profissional responsável e qualificado para ser liderança com atuação estratégica em todos os processos.

Uma Política de Gestão de Estoques Informacionais, é segundo Corrêa (2013, p. 7), “um documento de caráter administrativo que norteia as decisões e o trabalho bibliotecário em relação ao acervo de uma unidade de informação, e deve ser elaborado de maneira a dar cobertura a todas as etapas do processo de formação e desenvolvimento da coleção de uma U.I.”.

Esta Política de Gestão de Estoques Informacionais apresenta algumas características em sua composição que são fundamentais para sua construção, tais como elementos pré e pós-textuais, que precisam estar de acordo com a missão, visão e objetivos da instituição a qual a biblioteca é vinculada e onde esta Política irá se tornar um documento para orientação e tomada de decisão para o bibliotecário-gestor da unidade informacional. Neste caso, se for uma biblioteca vinculada a um NEAB ou Centro de Estudos Africanos, esta biblioteca estará ligada à instituição a qual este Núcleo ou Centro de Estudos pertence e, portanto, deve estar de acordo com a missão, visão e objetivos da mesma.

A Política de Gestão de Estoques Informacionais, a qual adaptamos para a *Política de Gestão e Desenvolvimento de Acervos de Bibliotecas Especializadas na Temática Afro-brasileira e Africana*, se constitui de um roteiro de itens. Estes itens irão direcionar o funcionamento de cada etapa e processo da gestão de estoques informacionais. Conforme Corrêa (2015a), os itens são: indicadores; estudo de comunidade; formas de cooperação; biblioteca 2.0; estoque; recursos financeiros; desenvolvimento dos acervos; conservação; restauração; revisão e atualização da política; censura; desbastamento e descarte; entre outros.

Para Corrêa (2013), a seleção de materiais de informação é definida como uma técnica especializada que permite a análise e seleção dos materiais a serem adquiridos para compor o acervo de determinada biblioteca. Vergueiro (1997, p. 15-17) apresenta quatro considerações para seleção de materiais, são elas: a) assunto, onde será verificado se o acervo atende aos critérios da coleção; b) o usuário, verificar as demandas de informação que estão assombrando os arredores da instituição; c) o documento, verificar a quantidade de exemplares de cada obra que constitui o seu acervo e, por fim, d) o preço, averiguar os recursos da instituição para compra dos materiais predefinidos.

A partir dos critérios citados por Côrrea (2015), sugerimos alguns pontos mais sensíveis de uma Política: a seleção de materiais e os assuntos para composição de um acervo. Fizemos adaptações para as bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira nestes dois itens, considerados por nós, os mais importantes quando se refere à temática, pois o restante dos elementos citados pela autora equivale para todos os tipos de unidades informacionais e podem ser seguidos conforme estabelecido no artigo de Corrêa (2013). Frisamos que a Política sugerida neste artigo é para a implantação de bibliotecas especializadas na temática em NEABs e Centros de Estudos Africanos, no entanto, estas adaptações podem ocorrer em quaisquer tipos de unidades informacionais (bibliotecas públicas, universitárias, escolares, etc.) que queiram introduzir a temática.

A primeira consideração, se refere aos assuntos a serem incluídos em uma biblioteca, seja ela especializada na temática ou não: é necessário contemplar o acervo com materiais que retratem a história, a memória, a cultura e a contribuição africana e afro-brasileira na construção do Brasil e que destaque a representatividade positiva desta população. Neste caso, sugerimos a aquisição de materiais bibliográficos para estas bibliotecas de autores como, Abdias do Nascimento, Carlos Moore, Carolina Maria de Jesus, Cidinha da Silva, Elisa Larkin Nascimento, Ilka Boaventura Leite, Jeruse Romão, Joel Rufino dos Santos, Kabengele Munanga, Lino Guedes, Luís Gama, Lima Barreto, Cruz e Sousa, Machado de Assis, Maria Firmina dos Reis, Muniz Sodré, Nilma Lino Gomes e Paulino de Jesus Francisco Cardoso, que tratam de assuntos referente ao Movimento Negro, Ações Afirmativas, História da África, Racismo, Escravidão, Literatura Afro-brasileira, Cultura Afro-brasileira, Poesia Afro-brasileira, entre outros assuntos.

Caso não possua formação para escolher materiais bibliográficos sobre a temática, o bibliotecário precisa entrar em contato com estudiosos e pesquisadores que são referência em produção científica e literária sobre o tema solicitando sugestões de obras para inclusão no acervo da Biblioteca. No caso de bibliotecas especializadas em Centros de Estudos Africanos ou NEABs, os próprios integrantes (pesquisadores e docentes) destes locais podem ser convidados a prestarem sugestões de materiais que são de interesse de suas pesquisas, para que assim, a biblioteca consiga atendê-los com maior eficiência. Outro fato importante de ser ressaltado, é a disseminação de produções bibliográficas realizadas por estes próprios laboratórios podendo ser enviadas de um NEAB ou Centro para outro, e assim, permitir a construção de um acervo contemporâneo das pesquisas desenvolvidas sobre a temática no país. É importante destacar que ao adotar esta Política, o bibliotecário está garantindo a exclusão de textos, documentários e imagens de cunho racista, preconceituoso e estereotipado, além de promover a criação de um acervo especializado e rico sobre a temática afro.

A segunda consideração trazida por Corrêa (2013) refere-se ao usuário: é preciso realizar um estudo de comunidade para pesquisar quais são as reais necessidades de informação que os usuários possuem e se a biblioteca

está atendendo a esta demanda informacional. O bibliotecário deve saber aspectos históricos, demográficos, geográficos, socioeconômicos, culturais e informacionais, transporte, políticos e legais da comunidade que irá usufruir dos produtos e serviços daquela unidade informacional.

Para uma biblioteca especializada é importante que o bibliotecário esteja atento às demandas dos pesquisadores, docentes, estudantes que são integrantes desses NEABs ou Centros, ao mesmo tempo que identifica quem são os outros frequentadores daquela unidade e quais as suas necessidades e condições. Caso a biblioteca não seja especializada na temática, o bibliotecário deve analisar quem são estes usuários que frequentam a unidade a qual ele pertence. Com essa compreensão em mente, analisar as condições de trabalho, saúde, educação, política, etc., contidas em fontes que apresentam indicadores sociais (IBGE; DIEESE; FGV) é tão importante quanto a etnia dos frequentadores e suas especificidades (dificuldades que apresentam para a criação de ações visando superá-las) (CORRÊA, 2013).

É preciso também averiguar se a biblioteca está disponibilizando materiais que viabilizem a contribuição dessas populações na construção do país e se os materiais bibliográficos disponíveis propagam a constituição de uma identidade negra positivada, retirada de todo e qualquer preconceito. Para realizar esta verificação, podem ser realizadas entrevistas, aplicação de questionário, observação ou pesquisas documentais, que são técnicas e/ou instrumentos de coletas de dados para tornar esta Política o mais eficiente possível (CORRÊA, 2013).

A terceira consideração refere-se às editoras: ao adquirirmos materiais bibliográficos de editoras que trabalham com a temática africana e afro-brasileira, como por exemplo: Nandyala, Selo Negro, Malê, Pallas, etc., estamos garantindo a credibilidade e confiabilidade nas obras e autores disseminados para o público-alvo da unidade de informação.

Além da seleção e do estudo de comunidade, existem outros elementos elencados por Corrêa (2013), que são: aquisição, avaliação da coleção, preservação e conservação e o desbastamento. A aquisição de materiais se refere a um processo de implementação das decisões de seleção, onde são feitas atividades de pesquisa dos materiais a serem adquiridos por intermédio de compra, doação ou permuta para o acervo. A avaliação da coleção é outro item dentro da Política que deve ser observado, pois tem como objetivo identificar a coerência do desenvolvimento da coleção e possíveis correções a serem realizadas. Com relação à preservação e conservação, Corrêa (2013) diz que este é um aspecto relacionado à administração de acervos e que irá distribuir recursos para que sejam prevenidos ou recuperados itens do acervo. O desbastamento, definido na Política, resulta do processo de avaliação da coleção realizado anteriormente e que dirá quais obras devem ser remanejadas ou descartadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, no decorrer do trabalho, o quanto uma Política de Gestão de Estoques informacionais para Bibliotecas Especializadas na temática Afro-brasileira e Africana é importante para o resgate e disseminação da história e memória das populações de origem africana. No caso da biblioteca especializada, criada com um propósito específico, o bibliotecário deve se atentar para aos critérios a serem estabelecidos na política que será implantada. As bibliotecas especializadas que envolvem a história africana e afro-brasileira e as leis aqui apresentadas devem ser consideradas para servir como modelo aos NEABs e Centros que tenham por objetivo implementar uma biblioteca na temática, bem como construir a Política aqui sugerida.

Temos ciência de que por conta das leis 10.639/03 e a 11.645/08, juntamente com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, alguns estabelecimentos de ensino adotaram esses instrumentos normativos como base para incluir no seu acervo obras voltadas para história africana e dos afro-brasileiros. Porém, essa atitude deve ser mais discutida entre os bibliotecários e profissionais da educação para que possamos ter a mais absoluta certeza da introdução dessas leis e temáticas de acordo com seus objetivos.

O surgimento e a consolidação no mercado editorial de editoras que fomentam a produção de obras voltadas para essa temática é um suporte fundamental para proporcionar a disseminação de informações sobre a temática africana e afro-brasileira.

Quando observamos o número de NEAB's e Centros de Estudos Africanos com bibliotecas especializadas, verificamos que ainda é incipiente a criação de bibliotecas dentro destes espaços que auxiliem na promoção das Leis Federais criadas, especialmente na universidade onde formamos professores, pesquisadores, profissionais da informação, gestores, entre outros, que devem ser sensibilizados para as relações étnico-raciais e diversidade cultural de nosso país.

Se a implantação de uma biblioteca ou projeto de extensão com este fim não for uma opção viável para os NEABs ou Centro de Estudos, a criação de um acervo especializado na temática africana e afro-brasileira dentro da biblioteca central de cada universidade é uma das iniciativas que podem ser pensadas e discutidas juntamente com o bibliotecário responsável por esta unidade. Frisamos a importância da figura do bibliotecário na elaboração desta Política e escolha do acervo que deve ser feita por este profissional juntamente com uma comissão representativa dos futuros usuários da unidade.

As bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira auxiliarão na preservação e no resgate da memória e história, além dos aspectos econômicos e sociais das populações de origem africana. Além disso, a disseminação da informação sobre estas populações trará maior visibilidade e proporcionará maior conhecimento quanto à sua cultura, religião, história e sua parte na construção do nosso país. Outro fator importante é que este conhecimento auxiliará na promoção de políticas de promoção de igualdade e na formação de professores, profissionais, estudantes, gestores, entre outros, com sensibilidade para a diversidade cultural, racial e social dos afrodescendentes. Frisamos ainda, a importância de materiais oriundos de pesquisadores e autores afro-brasileiros ou africanos que tratem da temática de forma a descaracterizar as perspectivas colonialistas e eurocêntricas.

FONTE: LIMA, G. S.; SILVA, F. C. G.; COSTA, A.; SILVA, A. S.; SOUZA, G. K. S. Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1056>>. Acesso em: 18 set. 2018.

RESUMO DO TÓPICO 4

Neste tópico, você aprendeu que:

- As Coleções em Bibliotecas buscam atender às demandas de informação das pessoas que pertencem à nossa sociedade.
- A formação e o desenvolvimento de coleções são um processo elaborado a partir do entendimento do que se colecciona, por quem se colecciona, para quem e para quem se colecciona.
- O processo de seleção de materiais bibliográficos é um procedimento técnico fundamental para a organização de coleções e passou a ser mais sistemático a partir do médico francês, Gabriel Naudé, em 1627.
- No século XX, o desenvolvimento de coleções começou a se tornar uma preocupação, visto que houve um aumento significativo de publicações e isso culminou na chamada “explosão bibliográfica”.
- Foi no final da década de 1960 e início da década de 1970, que a Biblioteconomia passou a focar no desenvolvimento de coleções a partir do movimento denominado “Movimento para o Desenvolvimento de Coleções”. Assim, os bibliotecários começaram a focar no desenvolvimento e formação de coleções de forma coerente e coordenada.
- Existem aspectos históricos, conceituais e algumas características da Formação e Desenvolvimento de Coleções.
- As Políticas para desenvolvimento de coleções são fundamentais para o desenvolvimento de coleções e por isso são introduzidas no currículo dos cursos de Biblioteconomia.
- Existem razões e algumas diretrizes norteadoras para a elaboração de uma Política.
- A Política de Gestão de Estoques de Informação (GEI) proporciona um roteiro que permite ao bibliotecário a visualização do panorama das atividades que envolvem os acervos de uma biblioteca ou unidade de informação.



- 1 Leia a citação a seguir de Weitzel (2012, p. 18) e identifique ao que a autora se refere:

É um instrumento importante para desencadear o processo de formação e crescimento de coleções [...] deve expressar o interesse comum da instituição que a mantém e da comunidade a que serve. [...] Dessa forma, [...] é um instrumento necessário para garantir a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções em uma biblioteca.

Assinale a alternativa CORRETA:

FONTE: WEITZEL, S. da R. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. TransInformação, Campinas, v. 24, n. 3, p.179-190, set./dez., 2012.

- a) () Coleções.
- b) () Política de Seleção.
- c) () Política de Desenvolvimento de Coleções.
- d) () Desenvolvimento de Coleções.

- 2 Sobre os propósitos para a criação de uma Política de Desenvolvimento de Coleções e conforme o seu material de estudos, analise as sentenças a seguir:

I- Deixar evidente a filosofia que norteia o trabalho do bibliotecário no que se refere à coleção. Dessa forma, estará explícito que o desenvolvimento da coleção está vinculado aos objetivos institucionais aos quais a coleção servirá, permitindo o planejamento em larga escala, assim como torna-se um guia prático para a seleção de itens para o acervo.

II- O fato desse documento existir permite, na medida do possível, uma coleção balanceada e com um crescimento consistente dos recursos de informação.

III- Funciona como um elemento de argumentação do bibliotecário, proporcionando ao profissional subsídios que permitirão a discussão com as autoridades superiores.

IV- Dispensa o uso de recursos financeiros para a compra de materiais para o acervo da biblioteca.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () As sentenças I, II e III estão corretas.
- b) () Apenas a sentença IV está correta.
- c) () As sentenças I, II e IV estão corretas.
- d) () As sentenças II, III e IV estão corretas.
- e) () Todas as sentenças anteriores estão corretas.

3 A formação e desenvolvimento de coleções passou a ser uma preocupação para os bibliotecários a partir do momento em que aconteceu o que chamamos de “explosão bibliográfica”, quando os materiais bibliográficos e a produção científica começaram a aumentar exponencialmente, de forma que as bibliotecas não conseguiam adquirir as obras para seus acervos no mesmo volume em que elas eram produzidas. Sobre os fatores responsáveis para o desenvolvimento de Coleções, analise as sentenças a seguir:

I- Fatores financeiros: poucos recursos financeiros para a aquisição de materiais para o acervo.

II- Redundância do material produzido: grande parte da produção científica continha materiais de grande importância para o acervo, visto que repetiam discussões e informações já produzidas anteriormente.

III- Falta de recursos humanos: poucos profissionais para a resolução de diversas tarefas.

IV- Falta de planejamento do acervo: os acervos cresciam sem planejamento ou controle.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) () Apenas a alternativa I está correta.
- b) () Apenas a alternativa IV está correta.
- c) () As alternativas I, II e IV estão corretas.
- d) () As alternativas II, III e IV estão corretas.
- e) () As alternativas I, III e IV estão corretas.
- f) () Todas as sentenças anteriores estão corretas.

4 Uma Política de desenvolvimento pode servir como instrumento de comunicação. A partir dessa afirmativa, identifique quais as funções comunicacionais a serem exercidas por uma política:

- a) () Referencial, generativa, retórica.
- b) () Terminológica, alternativa, retórica.
- c) () Coletiva, generativa, certificada.
- d) () Figurada, referencial, diplomática.

5 Conforme leitura do texto, marque um “X” na alternativa que indica corretamente o conceito do termo “Desenvolvimento de coleções”, segundo Vergueiro (1989):

FONTE: VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

- a) () É uma atividade técnica comprometida com a sistematização de determinada área sob o enfoque institucional em relação aos interesses de quem mantém a biblioteca.
- b) () É um roteiro que permite ao bibliotecário a visualização do panorama das atividades que envolvem os acervos de uma biblioteca ou unidade de informação.
- c) () É um trabalho de planejamento que exige comprometimento com metodologias, onde não é possível identificar o seu começo e fim, e que pode ser afetado por fatores externos.
- d) () É ponte entre o usuário e o universo de fontes de informação, estejam elas onde estiverem, entre as quais a coleção da biblioteca será apenas uma parcela.

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTEXTUALIZADA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você deverá ser capaz de:

- conhecer o contexto da Ciência da Informação;
- conhecer as principais formas e suportes da informação e do conhecimento;
- entender a caracterização das Unidades de Informação;
- compreender as unidades de informação.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos. No decorrer da unidade você encontrará autoatividades com o objetivo de reforçar o conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – DEFINIÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TÓPICO 2 – INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: FORMAS E SUPORTE

TÓPICO 3 – CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO



DEFINIÇÃO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Na história da ciência da informação há acontecimentos que influenciaram o seu nascimento já a partir do período da ciência moderna, durante o século XVI, mais especificamente, em meados do século XVI. Os primeiros indícios do nascimento da ciência da informação emergem de forma conjunta ao fato de que surgiram no cenário científico os primeiros periódicos que registravam o conhecimento científico e que contribuíram para a formalização da informação e do conhecimento.

Atribuir à ciência da informação a ideia de democratizar o acesso a ela foi um de seus marcos iniciais. A ciência da informação ganhou um impulso com o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) criado pelo advogado e visionário da ciência da informação Paul Otlet, em 1895, e que durante a I Conferência Internacional de Bibliografia, em Bruxelas, idealizou a criação de uma biblioteca universal com todos os registros de livros mundiais, possibilitando a democratização do acesso à informação e ao conhecimento (MATTELART, 2005; OLIVEIRA, 2005).

No entanto, foi somente a partir da década de 1950 que a ciência da informação passou a configurar como uma disciplina de fato. É importante destacarmos que, ao contrário de muitas outras disciplinas ou áreas do conhecimento, a ciência da informação não se desenvolveu como uma “extensão” ou “braço” de outras disciplinas. A ciência da informação emerge como uma forma de estudar possíveis soluções para fazer a gestão do volume crescente de informações, especialmente a partir do pós-guerra em 1945. Em função dos avanços tecnológicos da época, o volume de informações se apresenta de forma nunca antes vista. Nesse contexto, Vannevar Bush publica um artigo intitulado “As we may think” (Como podemos pensar – em tradução literal) na revista “The Atlantic Monthly” em que aborda um dos mais influentes artigos sobre a história moderna da tecnologia e oferece uma visão do que viriam a se tornar décadas mais tarde o hipertexto, o e-mail e a *World Wide Web* (internet).

Nesse contexto, a ciência da informação passa a ser identificada como uma disciplina que trata não apenas do estudo ligado à informação e ao conhecimento, mas ao ambiente em que há produção, utilização, armazenamento, conservação, recuperação, preservação e também as unidades de informação por meio de sua representação, organização, disseminação e com as métricas associadas a diferentes processos que envolvem a informação e o conhecimento.

Agora que vimos brevemente alguns aspectos históricos relacionados à ciência da informação, vamos aprofundar nossos conhecimentos sobre essa recente ciência?

2 ORIGEM DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Caro acadêmico, passaremos para as definições da ciência da informação, mas antes, abordaremos a gênese ou as origens da ciência da informação - CI. Já vimos que os primeiros indícios da existência da disciplina se apresentaram ainda em meados do século XVI. De acordo com Álvares e Araújo Jr. (2010), os primeiros registros de estudos na área e a utilização de termos que faziam referência à ciência da informação foram mudando ao longo dos anos. Para os autores, “o estudo da área teve início em 1802, quando as primeiras ações são identificadas, [...] o primeiro registro que se conhece é de 1802, com o termo bibliografia. Em 1818, registra-se *librarianship*, seguido por *library science* em 1851, quando ocorre pela primeira vez o nome para o estudo de livros e bibliotecas” (ÁLVARES; ARAÚJO JR., 2010, p. 195-196). No histórico referente à terminologia adicionam-se novas nomenclaturas, pois:

em 1903, Paul Otlet cunha o termo *documentation* para designar o processo de fornecimento de documentos para os que estão em busca de informação, traduzido para o inglês em 1908. [...] Outros termos foram propostos e, em 1891, *information desk* aparece como alternativa para *reference desk*. No mesmo contexto, *information bureau* foi usado em 1909 para designar o local onde os serviços de informação eram realizados. Em 1932, como que para completar o uso de termos que designam o trabalho de informação, a Association of Special Libraries and Information Bureau propõe o termo *information work*. O termo *information retrieval*, cunhado por Calvin Mooers, só é referenciado na área em 1950, e imediatamente tornou-se popular. Entretanto, só em 1960 é que finalmente *information science* passa a ser utilizado em um âmbito maior, englobando todos os esforços iniciados em 1802 (ÁLVARES; ARAÚJO JR., 2010, p. 195-196).

Desse modo, podemos perceber que somente no final dos anos 1960, o termo *information science* passa a ser adotado como a nomenclatura oficial para se referir à ciência da informação. Mas como delimitar o que essa área do conhecimento estudaria de fato? Foi Borko (1968) que, após variadas definições apresentadas, organizou os limites para a nova área. Álvares e Araújo Jr. (2010, p.

197) descrevem que “o termo ciência da informação foi registrado pela primeira vez em 1958 pelo Oxford English Dictionary (OED) em referência a um artigo de Saul Gorn, oriundo da área de computação”. Quanto à origem propriamente dita dessa área do conhecimento, sua origem é oriunda da revolução científica e técnica que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. Uma série de novas áreas ou novos campos do conhecimento inicia-se. Saracevic (1996, p. 42) descreve que:

dentre os eventos históricos marcantes, o ímpeto de desenvolvimento e a própria origem da CI podem ser identificados com o artigo de Vannevar Bush, respeitado cientista do MIT e chefe do esforço científico americano durante a Segunda Guerra Mundial (BUSH,1945). Nesse importante artigo, Bush fez duas coisas: (1) definiu sucintamente um problema crítico que estava por muito tempo na cabeça das pessoas, e (2) propôs uma solução que seria um ajuste tecnológico, em consonância com o espírito do tempo, além de estrategicamente atrativa. O problema era (e, basicamente, ainda é) "a tarefa massiva de tornar mais acessível um acervo crescente de conhecimento"; BUSH identificou o problema da explosão informacional - o irreprimível crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente em ciência e tecnologia. A solução por ele proposta era a de usar as incipientes tecnologias de informação para combater o problema. E foi mais longe, propôs uma máquina chamada Memex, incorporando (em suas palavras) capacidade de associar ideias, que duplicaria "os processos mentais artificialmente". É bastante evidente a antecipação do nascimento da CI e, até mesmo, da inteligência artificial. Cientistas e engenheiros de todo o mundo, e os mais importantes governos e agências de financiamento em muitos países ouviram e agiram.

LEITURA COMPLEMENTAR I**VANNEVAR BUSH: UMA APRESENTAÇÃO**

Carlos Henrique Brito Cruz

A web e a internet imaginadas em 1945

Em julho de 1945, uma das pessoas mais bem posicionadas do mundo para especular sobre o futuro da ciência e da tecnologia era Vannevar Bush, que durante os anos anteriores havia dirigido o Escritório de Pesquisa Científica e Desenvolvimento, ligado à Presidência dos EUA. Como diretor, Bush supervisionou e esteve em contato direto e intenso com os principais projetos científicos dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, incluindo-se entre estes os dois mais visíveis, que foram o desenvolvimento do radar e a bomba atômica. Ao final da guerra, Bush definiu a estruturação do sistema de pesquisa norte-americano, com o relatório ao Presidente Truman intitulado “Ciência a fronteira sem fim”, que teve – e ainda tem – enorme impacto sobre a organização da atividade científica em muitos outros países, inclusive no Brasil.

Um texto de sua autoria menos conhecido é o que aqui se apresenta, sob o título “As we may think”, no qual especula sobre o que a ciência e a tecnologia poderiam trazer à humanidade nos tempos de paz, depois do que havia sido feito durante a guerra. O foco escolhido foi como os avanços da pesquisa poderiam vir a modificar a forma de se pensar e organizar o conhecimento.

Sua atenção se dirige aos instrumentos de registro e transmissão de informação, que ele considera estarem entre os principais desafios para os cientistas – como ler e entender tantos artigos e relatórios e acessar tantas informações e ali selecionar o que é relevante. Os instrumentos aos quais estava acostumado eram papel, lápis e fichários. Indo adiante, Bush analisa como o modo de pensarmos poderia vir a ser alterado se pudéssemos ter acesso à enorme massa de informações criada pela humanidade, e realizar conexões entre elas. Este aparato ele denomina “memex”, no qual um indivíduo poderá armazenar todos os livros, registros e comunicações, os quais, uma vez indexados, poderão ser consultados de forma automática.

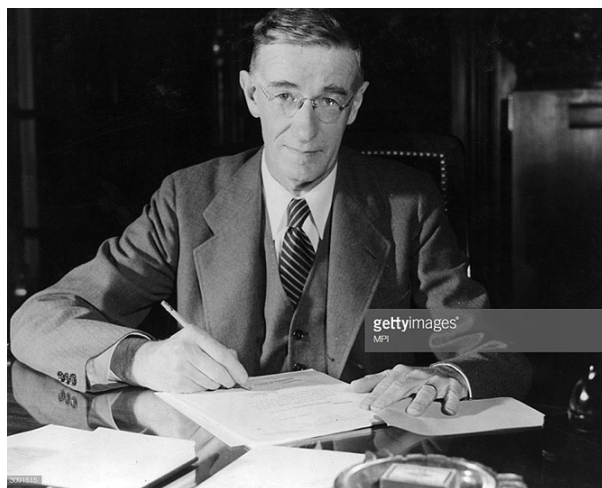
Adicionalmente, o interessado poderá criar conexões entre itens pertinentes, e de um ser remetido ao outro. Quase 45 anos depois, em 1989, Tim Berners-Lee, um físico inglês trabalhando no CERN, deu vida e forma à ideia de Bush, criando a linguagem de programação HTML (hyper text mark up language) e os hyperlinks que hoje todos usam correntemente na web. Antes de Tim, Theodore Nelson havia criado em 1965 o termo hipertexto, para designar “um

texto não sequencial, no qual o leitor não fica restrito a uma sequência particular, mas pode seguir conexões (links) e chegar ao documento original a partir de uma citação curta” (esta definição da criação de Nelson é a usada por Tim Berners-Lee em seu livro sobre a criação da web, “Weaving the Web”, de 1999).

O artigo aqui traduzido é o que apareceu na Atlantic Monthly em julho de 1945. Uma versão mais curta apareceu em setembro de 1945 na Life, incluindo ilustrações de como seria o “memex”. A ideia do “memex” influenciou Douglas Engelbart, um dos pioneiros da computação pessoal e da computação orientada a objetos (o sistema que hoje usamos, no qual, em vez de o usuário emitir comandos escritos em linguagem de programação, ele ativa comandos clicando com um mouse em ícones na tela). Engelbart criou a ideia do mouse e participou da criação da ARPANET, uma rede de computadores precursora da Internet, ambos relacionados a seu projeto apoiado pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançados (ARPA) do Departamento de Defesa dos EUA no início dos anos 1960. O projeto objetivava desenvolver as bases para uma “inteligência aumentada”, ou seja, o aumento da capacidade intelectual por meio da interação entre o ser humano e o computador.

Parece-me mais impressionante que Bush tenha imaginado ser possível fazer o tal Memex do que imaginá-lo e desejá-lo. A ideia de fazer conexões entre coisas aparentemente díspares me parece ser tão antiga quanto o pensamento humano. Afinal, quando Eratóstenes, dois séculos antes de Cristo, idealizou o experimento com o qual mediu o raio da Terra, ele fez exatamente isso: conectou informações que para outros pareciam desconectadas. Sendo o bibliotecário-chefe de Alexandria, ele estava em posição especialmente favorável para reunir o conhecimento de que havia um certo poço em Siena (hoje Assuã, no qual em um certo dia do ano se via o Sol perfeitamente refletido na água do fundo e, portanto, o Sol estaria exatamente iluminando verticalmente o poço) e idealizou medir a sombra de uma haste de madeira em uma outra cidade no mesmo horário de tal modo que, sabendo a distância entre as cidades, pôde demonstrar que a Terra era redonda e estimar seu raio. Muitos séculos depois, quando Adam Smith descreveu os filósofos da Natureza ou homens de especulação como “philosophers or men of speculation, whose trade it is not to do anything, but to observe everything; and who, upon that account, are often capable of combining together the powers of the most distant and dissimilar objects”, ele falava exatamente disso: de conectar o desconectado e com isso criar novas ideias. Os enciclopedistas pensavam em reunir todo o conhecimento e, em geral, terminaram derrotados pelo tamanho da tarefa e pela incapacidade de atualizar e de facilitar as conexões entre os inúmeros tópicos. Até porque, na maior parte das vezes, a conexão tem origem subjetiva, resultando da história de experiências de cada indivíduo. Por tudo isso, “As we may think”, de Vannevar Bush, é um texto atraente. Pelo momento em que foi escrito, pelo que desejava e esperava do progresso da ciência e da tecnologia e porque parte do que ali se esperava, materializada hoje nos hyperlinks na internet e na web, passou a afetar tão intensamente nossas vidas.

FIGURA 1 – O CIENTISTA AMERICANO VANNEVAR BUSH



FONTE: <goo.gl/9bPAoT> . Acesso em: 21 jul. 2018.

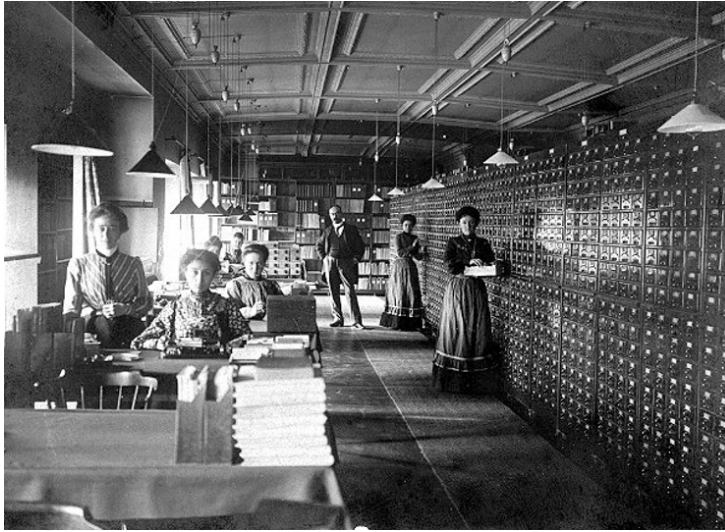
FONTE: CRUZ, C. H. B. Editorial: Vannevar Bush: uma apresentação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 11-13, março 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rllpf/v14n1/01.pdf>> Acesso em: 21 jul. 2018.

Oliveira (2005, p. 9) descreve que a

Ciência da Informação nasceu no bojo da revolução científica e técnica que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Para alguns autores, a história da Ciência da Informação sofreu influências marcantes de duas disciplinas que contribuíram não só para sua gênese, mas, também, para o seu desenvolvimento: a Documentação, que trouxe novas conceituações; e a Recuperação da Informação, que viabilizou o surgimento de sistemas automatizados de recuperação das informações.

De acordo com a autora, “com a Revolução Industrial deflagrada em toda a Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX, a quantidade de informações registradas cresceu de forma assustadora, e várias tentativas foram feitas para realizar um levantamento bibliográfico universal” (OLIVEIRA, 2005, p. 10). Podemos perceber, desse modo, que o advento da Revolução Industrial foi um dos grandes motivadores para o progressivo aumento da quantidade de informações registradas, o que fez com que as preocupações de cientistas e governantes se voltassem para a forma como seria feito o controle sobre os produtos do conhecimento gerados no mundo. Para Oliveira (2005), a ideia de Paul Otlet e Henri La Fontaine de planejar a criação de uma biblioteca universal funcionaria como referência dos produtos e não de reunião de acervos. Na Figura 2, a seguir, é possível visualizar o Instituto Internacional de Bibliografia onde Otlet criou um sistema de classificação do Conhecimento baseado na Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD) chamada de Classificação Decimal Universal (CDU).

FIGURA 2 – INSTITUTO INTERNACIONAL DE BIBLIOGRAFIA (IIB) NOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XX



FONTE: <<http://www.tipografos.net/internet/mundaneum.html>> Acesso: 18 ago. 2018

No entanto, com a nova visão com relação aos documentos, o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) teve sua atuação modificada e, em 1931, foi transformado em Instituto Internacional de Documentação (IID), “já com a preocupação de fornecer meios de controle para os novos tipos de suporte do conhecimento” (OLIVEIRA, 2005, p. 11). Sete anos mais tarde, em 1938, o instituto foi transformado em Federação Internacional de Documentação (FID). Em 1986, a federação passa a se chamar “Federação Internacional de Informação e Documentação, conservando a mesma sigla FID, e adota seu novo plano estratégico *‘Participating in Progress’*”. (ROBREDO, 2003, p. 240). A FID permanece sendo considerada o órgão de maior importância da área e cujos trabalhos permanecem até os dias atuais. Além disso, o Instituto pode ser percebido como um marco histórico na gênese da Ciência da Informação, “do qual brota a ideia de bibliografia como registro, memória do conhecimento científico, desvinculada dos organismos como arquivos e bibliotecas, e de acervos” (OLIVEIRA, 2005, p. 11).

Ainda que o plano de Paul Otlet e Henri La Fontaine de criar uma Biblioteca Universal não tenha sido colocado em prática, “a iniciativa deixou como legado, para os profissionais de informação, novos conceitos, como o de documento, de bibliografia e a Classificação Decimal Universal” (OLIVEIRA, 2005, p. 11). Também é importante destacarmos que para o surgimento da ciência da informação ocorrer, outro pilar foi essencial: a Recuperação da Informação. Como já mencionamos, após a Segunda Guerra Mundial, muitas atividades surgiram, envolvendo a ciência, a tecnologia e o progressivo aumento da informação, que contribuíram para que houvesse um interesse considerável em torno dos conhecimentos que estavam surgindo. O aumento da quantidade de informações gerou um fenômeno

“denominado como explosão de informação ou explosão de documentos” (OLIVEIRA, 2005, p. 11). Sua principal característica foi “o crescimento exponencial de registros de conhecimento, particularmente em ciência e tecnologia. Tal fenômeno trazia em seu bojo um problema básico, que era a tarefa de tornar mais acessível um acervo crescente, proveniente daqueles registros” (OLIVEIRA, 2005, p. 12). Por outro lado, Pinheiro (2002, p. 61) descreve que:

A partir do final da década de 40, quando começaram a surgir os primeiros sinais da emergência da Ciência da Informação entre os novos campos científicos, [...] os equívocos iniciais com a Biblioteconomia e a Informática e as diferentes nomenclaturas recebidas em países de cultura e tradição científica distintas, entre as quais Informação Científica, Ciência da Biblioteca e de Informação, Ciência e Tecnologia da Informação [...], foram muito discutidos e a denominação Ciência da Informação foi consolidada.

Logo, diante das discussões até a consolidação da Ciência da Informação (CI), Saracevic (1996, p. 43) descreve que:

Como Wersig e Nevellng (1975) apontaram, a CI desenvolveu-se historicamente porque os problemas informacionais modificaram completamente sua relevância para a sociedade ou, em suas palavras, “atualmente, transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da CI”. Problemas informacionais existem há longo tempo, sempre estiveram mais ou menos presentes, mas sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI, e não apenas dela. Apesar de os Estados Unidos desempenharem o papel mais proeminente no desenvolvimento da CI (como fizeram com a ciência da computação), nem os problemas informacionais nem a CI são americanos em sua natureza. Eles são internacionais ou globais. Não existe mais uma “CI americana”, assim como não existem ciência da computação ou ciência cognitiva americanas. A evolução da CI nos vários países ou regiões acompanhou diferentes acontecimentos ou prioridades distintas, mas a justificativa e os conceitos básicos são os mesmos globalmente. O despertar da CI foi o mesmo em todo o mundo.

Desse modo, o contexto apresentado integra a história da Ciência da Informação e de sua evolução como um campo do conhecimento, com influências oriundas da própria tecnologia que se desenvolveu ao longo do tempo e que também contribuiu para a consolidação da CI. Agora que já aprendemos um pouco sobre a gênese da CI, vamos ver a seguir os conceitos relativos a essa área e suas definições.

LEITURA COMPLEMENTAR II

QUEM FOI PAUL OTLET?

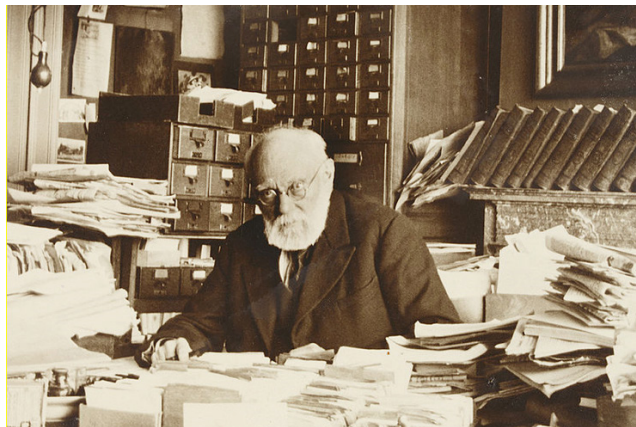
Marília Cossich

Nascido em Bruxelas, na Bélgica, em 1868, **Paul Otlet** foi advogado e um visionário na área de Ciência da Informação, que ele costumava chamar de “Documentação”. Também foi um idealista e ativista da paz, juntamente com seu parceiro e amigo Henri La Fontaine, engajado em ideias políticas de um novo mundo, promovendo a paz através da difusão global da informação.

Juntos, em 1895 eles fundaram o *Office International de Biographie*, com o objetivo de organizar uma biografia universal, intitulado como *Repertoire Bibliographique Universel* (RBU). Com este projeto, um tanto quanto arrojado para a época, Otlet e La Fontaine, por meio de cartões de índices, reuniram dados sobre tudo o que já havia sido publicado para posterior recuperação.

Em 1904, Otlet e La Fontaine criaram a CDU (*Universal Decimal Classification*) com base na CDD (*Dewey Decimal Classification*), um sistema de classificação que tinha sido inventado em 1876 por Melvil Dewey. Otlet escreveu diversos ensaios sobre a forma de organizar o mundo do conhecimento, resultando em dois livros, o *Traité de documentation* (1934) e *Monde: Essai d'universalisme* (1935).

FIGURA 3 - PAUL OTLET EM SEU ESCRITÓRIO EM BRUXELAS



FONTE: Commons Wikimedia. Disponível em: < goo.gl/qdSRTB > . Acesso em 21 jul. 2018.

FONTE: COSSICH, M. Quem foi Paul Otlet? Disponível em: < <http://biblio.info/quem-foi-paul-otlet/> > Acesso em: 21 jul. 2018

3 DEFINIÇÕES DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Agora que já sabemos sobre o contexto em que a ciência da informação surgiu como área de estudo, vamos aprender sobre as definições relativas a essa área. Borko (1968, p. 3) descreve que:

O termo ciência da informação tem estado conosco algum tempo. [...] na *Annual Review*, Robert S. Taylor disponibiliza três definições da ciência da informação. Elas têm muitos pontos em comum, assim como diferenças em ênfase. A definição que vamos seguir é derivada da síntese dessas ideias. A ciência da informação é uma disciplina que investiga propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação, e isso significa os meios de processar a informação para uma otimização quanto à acessibilidade e usabilidade. Ela está preocupada com o corpo de conhecimento relacionando-a com a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão e utilização da informação. Isso inclui a investigação das representações da informação em ambos os sistemas: natural e artificial e o uso de códigos para transmissão eficiente da mensagem, e o estudo dos dispositivos e técnicas de processamento da informação, como os computadores e seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar derivada de/e relacionada com campos como o da matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia computadorizada, operações de pesquisa, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, gestão, e outros campos de estudo similares. Possui ambos componentes da ciência pura e das ciências aplicadas, o que implica no objeto sem desconsiderar sua aplicação e o desenvolvimento de serviços e produtos. Essa definição parece complicada, e é, porque o problema do objeto é complexo e multidimensional...



Há uma série de artigos disponíveis na internet contendo definições da Ciência da Informação, porém, publicados no idioma inglês. O trecho a citação anterior foi traduzida por nós e extraído do artigo publicado por Borko (1968, p.3)

Essa definição de Borko (1968) nos mostra que a ciência da informação possui influências diversas e particularidades quanto ao seu objeto. Nesse sentido, Saracevic (1996, p. 46) aponta outros aspectos, tais como:

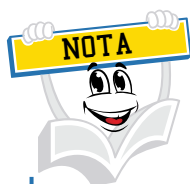
Na década de 70, o conceito e a abrangência da CI enquanto ciência foram afunilados pela definição mais específica dos fenômenos e processos que deveriam ser analisados. Goffman (1970) resumiu-o como se segue: "O objetivo da disciplina CI deve ser o de estabelecer um enfoque científico homogêneo para estudo dos vários fenômenos que cercam a noção de informação, sejam eles encontrados nos processos biológicos, na existência humana ou nas máquinas... Consequentemente, o assunto deve estar ligado ao estabelecimento de um conjunto de princípios fundamentais que direcionam o comportamento em todo processo de comunicação e seus sistemas de informação associados... (A tarefa da CI) é o estudo das propriedades dos processos de comunicação que devem ser traduzidos no desenho de um sistema de informação apropriado para uma dada situação física". Tendo se iniciado no começo dos anos 60, prolongando-se até hoje, as questões acerca da natureza, manifestações e efeitos dos fenômenos básicos (a informação, o conhecimento e suas estruturas) e processos (comunicação e uso da informação) tornaram-se os principais problemas propostos pela pesquisa básica em CI. Incluem-se aí, dentre outras, tentativas de se formalizarem as propriedades da informação pela aplicação da teoria da informação, da teoria das decisões e outros construtos da ciência cognitiva, da lógica e/ou da filosofia; várias formas de estudos de uso e de usuários; formulações matemáticas da dinâmica das comunicações (como a teoria epidêmica da comunicação); ricas análises em bibliometria e cienciométrica, pela quantificação das estruturas do conhecimento (como a literatura e a esfera científica) e de seus efeitos (como as redes de citações), etc. Portanto, paralelamente com a aplicação da pesquisa e desenvolvimento, principalmente centrados em torno da recuperação da informação, uma linha básica de pesquisa evoluiu para CI, sendo em alguns casos tão rigorosa, matemática, lógica ou estatisticamente, como qualquer outra pesquisa científica similar.

Podemos perceber que para cada autor há uma preocupação em incluir os elementos que melhor definem a CI. A cada década houve uma sensível mudança com relação às definições, e elas demonstram a complexidade existente na CI. Le Coadic (1994, p. 21) esclarece que:

A ciência da informação, com a preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade).

Em 1970, o seguinte conceito foi publicado por Mikhailov e Giljarevskij (1970, p. 14):

é uma disciplina científica que investiga a estrutura e as propriedades (e não conteúdos específicos) da informação científica, assim como as regularidades do trabalho da informação científica, sua teoria, sua história, sua metodologia e sua organização.



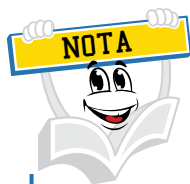
O texto de Mikhailov e Giljarevskij (1970) encontra-se disponível na internet, porém em inglês. Optamos por traduzir o conceito proposto pelos autores, em função da sua importância para a Ciência da Informação.

De acordo com Queiroz e Moura (2015, p. 33),

Este conceito de Mikhailov e Giljarevskij tem muito forte a ideia do caráter “científico” da ciência da informação, tanto que o termo aparece por três vezes dentro do conceito. Isso porque a Ciência da Informação, como toda ciência, está atrelada a teorias e padrões...

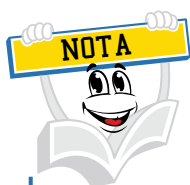
No contexto brasileiro, Araújo (2003, p.21) aponta que:

A ciência da informação é tradicionalmente definida, em termos institucionais (de acordo com classificações de agências como Capes e CNPq e divisões internas nas várias universidades), como uma “ciência social aplicada”. Em várias instâncias, existe um espaço específico para a discussão da natureza social dos fenômenos informacionais (por exemplo, nas linhas de pesquisa em “Informação e Sociedade”, “Informação e Cultura” ou “Ação Cultural” dos programas de pós-graduação em ciência da informação e nos grupos de trabalho com esse tema em associações e congressos como o *Enancib*), o que não significa, contudo, que a sua dimensão social seja negligenciada em linhas ou GTs que enfatizam outros aspectos (a questão do tratamento da informação, a questão gerencial, a interface tecnológica). Contudo, se em termos institucionais ou terminológicos parece indiscutível a natureza social da ciência da informação, em termos propriamente teórico-epistemológicos essa inserção não é exatamente óbvia (ARAÚJO, 2003, p. 21)



Você sabia? ENANCIB significa Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) – e é um evento realizado anualmente pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB).

Diante dos conceitos apresentados aqui, podemos perceber que as origens da CI e algumas de suas principais definições procuram contemplar os elementos que a envolvem em um contexto complexo. Trata-se de um campo interdisciplinar com influências diversas e que busca estudar os fenômenos conectados com a informação e o conhecimento. Portanto, agora que você já sabe o que é a ciência da informação, suas origens e algumas de suas principais definições, vamos seguir com nossas descobertas.



Há muitas definições apresentadas por outros autores, no entanto, o objetivo desse tópico é fornecer elementos que permitam ao leitor tomar conhecimento do que integra a Ciência da Informação.

LEITURA COMPLEMENTAR III

[...]

3.1 As Sistematizações da Evolução da Ciência da Informação

Muitos autores, de diferentes países e contextos, dedicaram-se à análise destes três grandes momentos da Ciência da Informação. Embora atribuindo designações diferentes e, algumas vezes, destacando aspectos mais gerais ou determinados detalhes, tais autores têm produzido um retrato bastante consensual da área. Tal consenso representa justamente a discriminação promovida, em 1949, por Shannon e Weaver: os aspectos físicos da informação, sua dimensão semântica (ou cognitiva) e seus aspectos pragmáticos (contextuais e intersubjetivos). O primeiro destes autores a ser destacado é Saracevic (1999), da Rutgers University (Estados Unidos), que identificou três grandes conceitos de informação na Ciência da Informação.

O primeiro é o sentido restrito: informação consiste em sinais ou mensagens envolvendo pequeno ou nenhum processamento cognitivo (ou, então, tal processamento pode ser expresso em termos de algoritmos ou probabilidades). Informação é então a propriedade de uma mensagem, que pode ser estimada por uma probabilidade.

O segundo é o sentido amplo: informação envolve diretamente processamento cognitivo e compreensão. Ela resulta da interação entre duas estruturas cognitivas, uma “mente” e um “texto” (num sentido amplo dessa palavra). Informação é o que afeta ou altera um estado de conhecimento, ou seja, para determinar algo como sendo informação é preciso ver o que o leitor entendeu de um texto ou documento. O terceiro é o sentido ainda mais amplo: informação existe em um contexto. Sua definição envolve não apenas as mensagens (sentido restrito) que são cognitivamente processadas (sentido amplo), mas também um contexto, uma situação específica, e uma ação, ou tarefa, no decurso da qual a informação é cognitivamente processada.

Assim, informação envolve motivação e intencionalidade do indivíduo, mas sempre conectadas a um horizonte social, do qual fazem parte a cultura e as ações desempenhadas. No ano seguinte, Ørom (2000), da *Royal School of Library and Information Science*, da Dinamarca, identificou a existência de um “pré-paradigma” da Ciência da Informação (a biblioteca como instituição social) e três paradigmas no campo. O primeiro é o físico, que se iniciou na década de 1950 com os testes de Cranfield, quando a Ciência da Informação estruturou-se em torno da noção de recuperação de informação. A informação era estudada a partir de uma visão tida como privilegiada, imune aos processos cognitivos e sociais – a informação “tal como existe no mundo”.

O objetivo dos estudos deste modelo centrou-se na performance na recuperação de informação. O segundo paradigma identificado por ele é o cognitivo. Seu desenvolvimento representa a ampliação do escopo (todo tipo de informação, e não apenas os sistemas de recuperação) e do espectro (o comportamento informacional humano em geral, e não apenas a interação com sistemas de recuperação da informação) dos estudos. Tal modelo se concentra em aspectos qualitativos da interação das pessoas com os sistemas de informação.

O ponto de vista se baseia num modelo relativista do conhecimento: o conhecimento é influenciado e alterado por fatores cognitivos – embora tal modelo tenha ignorado os fatores sociais. Por fim, Ørom (2000), apresenta as abordagens alternativas – resultantes de uma maior aproximação com as teorias da comunicação, especialmente a semiótica. Informação nesse sentido não é algo que é transmitido de uma pessoa para outra. A mensagem é vista como a construção de signos que, através da interação entre receptores, torna possível a produção de sentidos. Conforme sua argumentação, o modelo físico estaria ligado à dimensão processual (o transporte de mensagens) e o cognitivo enxergaria o significado das mensagens como algo produzido por um receptor a partir de suas estruturas cognitivas. Já esta terceira maneira de se estudar a informação une as duas dimensões, vendo a inserção de ambos os processos (transmissão e construção de sentido) nos contextos sociais, isto é, com os sistemas de linguagem e cultura.

Essa abordagem estuda, pois, a determinação social do significado com foco nos códigos. Numa linha bastante próxima, Fernández Molina e Moya-Anegón (2002), da Universidad de Granada, Espanha, apresentam um quadro com três grandes modelos de estudo das *Ciencias de la Documentación* (nome do campo na Espanha na época). O primeiro é o modelo positivista: uma abordagem fisicalista do estudo da informação, em que esta é tomada como algo mensurável, formalizado, universal e “neutro”, em pesquisas com foco nos sistemas de informação.

A partir de condições laboratoriais de estudo, tal modelo via as necessidades de informação como algo estável e invariável, e os processos de busca numa perspectiva determinista, estática e não interativa. O segundo é o modelo cognitivo, essencialmente mentalista, com foco nos indivíduos que produzem e usam informação, passando a incluir a totalidade do comportamento humano em relação à informação. Sua maior fragilidade é o excesso de subjetivismo, ao compreender a realidade como sendo gerada unicamente por processos mentais individuais. O terceiro é o sociológico, que tem como antecedente a Epistemologia Social proposta por Shera: uma ciência voltada para o estudo das relações que uma coletividade (um país, uma cidade, uma empresa) estabelece com os conhecimentos registrados que ela mesma produz e faz circular.

Nessa perspectiva, tal modelo representa a valorização do “contextualismo” na Ciência da Informação e tem duas manifestações concretas de pesquisa: os estudos com abordagem hermenêutica e a análise de domínio. Silva e Ribeiro (2002), da Universidade do Porto, Portugal, apresentam um quadro teórico em que a Ciência da Informação era apreendida a partir de dois paradigmas: um primeiro historicista, tecnicista e custodial (correspondente aos campos da Arquivologia e Biblioteconomia, tal como estruturados no final do século XIX e início do século XX) e um segundo, dinâmico, científico e informacional, caracterizador propriamente do surgimento da Ciência da Informação.

Neste quadro, postularam que a informação como objeto de estudo teria seis propriedades, aqui citadas em ordem inversa à apresentada por eles e organizadas conforme a sistematização de Ørom (2000): ela é mensurável, reprodutível e transmissível (aspectos físicos), ela tem pregnância simbólica (aspecto semântico) e é estruturada pela ação humana e integrada dinamicamente aos contextos em que emerge (aspectos pragmáticos).

Por fim Capurro (2003), na época professor da *Stuttgart University*, Alemanha, elaborou também um quadro tríade da evolução da Ciência da Informação. Como o autor teve a chance de apresentar seu trabalho como conferencista do Enancib (o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Ancib, principal associação brasileira da área) neste mesmo ano, foi a partir daí que tal discussão foi “inaugurada” no cenário brasileiro. De acordo com Capurro (2003), a Ciência da Informação teria nascido sob a vigência de um paradigma físico, construído a partir da Teoria Matemática de Shannon e Weaver e que tomou corpo a partir dos primeiros estudos empíricos promovidos no *Cranfield Project*. Conforme tal visão, a informação é algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor. Um segundo modelo, o cognitivo, emergiu nos anos 1970, inspirado na teoria dos “três mundos” de Karl Popper. Tal modelo relaciona informação a conhecimento: algo é informacional na medida em que altera as estruturas de conhecimento do sujeito que se relaciona com dados ou documentos. Em anos mais recentes, estaria emergindo um paradigma social, voltado para a constituição social dos processos informacionais.

A partir da crítica ao modelo anterior, que via o usuário como um ser isolado da realidade e apenas numa dimensão cognitiva, busca-se aqui reinseri-lo nos seus contextos concretos de vida e atuação, numa perspectiva claramente fenomenológica: ver os sujeitos como “ser no mundo”, tal como a fórmula do *dasein* tomada de Heidegger ou as “comunidades de discurso” estudadas por Hjørland e Albrechtsen a partir de uma inspiração em Wittgenstein. Daí a famosa fórmula de Capurro, para quem não é a informação que é a matéria-prima do conhecimento: antes, é apenas a existência de um conhecimento partilhado entre diferentes atores que faz com que algo seja reconhecido como “informação”.

Nos anos seguintes, no Brasil, os conferencistas convidados para o Enancib se inseriam, de uma ou outra forma, nessa linha aberta por Capurro (2003). Em 2006, Bernd Frohmann, da University of Western Ontario, apresentou sua proposta de estudo dos “regimes de informação”, conceito que parte da própria ideia da materialidade do documento para, ligando-o aos diversos condicionantes do seu existir (as dimensões jurídicas, tecnológicas, econômicas, culturais, sociais, etc.), perceber como algo emerge como informacional. Em 2007 foi a vez de Birger Hjørland, também da *Royal School of Library and Information Science* da Dinamarca, apresentar no Enancib sua proposta de uma visão pragmatista para a Ciência da Informação, em oposição à visão positivista hegemônica. Em tal visão, algo é definido como “informação” mediante o encontro de pressupostos e perspectivas partilhados por um determinado coletivo e no decurso de suas ações específicas num determinado contexto e linha de conduta.

Por fim, em 2008, Miguel Angel Rendón Rojas, da Universidad Autonoma de Mexico, apresentou sua visão realista dialética da informação. Nessa proposta, informação surge como uma propriedade particular de objetos empíricos materiais, sensíveis (os documentos), mas não se resume a eles – ela é, na verdade, produto de uma complexa rede de atividades (análises, sínteses, inferências, aplicações, avaliações, imaginação e criatividade) que desenham de uma maneira mais complexa o processo de “conhecimento”, numa clara crítica à abordagem cognitiva.

Nesse sentido, Rendón Rojas recorre a Piaget, para quem o processo de conhecer não é (como na fórmula de Brookes) um processo cumulativo de somatória de novos “dados” na estrutura mental: é, antes, um processo de equilíbrio entre ações de assimilação (da experiência à mente) e de acomodação (da mente à experiência), processo essencialmente dialético no qual o sujeito é “formado” pelo mundo na mesma dinâmica por meio da qual atua nele e também o constitui.

FONTE: ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é ciência da informação? **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, nº 1, p. 01 – 30, jan./abr. 2014.. Disponível em: <<https://bit.ly/2NrwncE>>. Acesso em: 20 set. 2018.

RESUMO DO TÓPICO 1

Nesse tópico, você aprendeu que:

- Os primeiros indícios do surgimento da Ciência da Informação ocorreram ainda em meados do século XVI.
- Os pilares da Ciência da Informação encontram-se na Recuperação da Informação e na Documentação.
- A Revolução Industrial foi um dos grandes motivadores para o progressivo aumento da quantidade de informações registradas.
- A ideia de Paul Otlet e Henri La Fontaine de planejar a criação de uma biblioteca universal funcionaria como referência dos produtos e não de reunião de acervos.
- Otlet criou um sistema de classificação do Conhecimento baseado na Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD) chamada de Classificação Decimal Universal (CDU).
- A Ciência da Informação é uma disciplina que investiga propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação, e isso significa os meios de processar a informação para uma otimização quanto à acessibilidade e usabilidade.
- A Ciência da Informação está preocupada com o corpo de conhecimento, relacionando-a com a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão e utilização da informação.
- A Ciência da Informação é uma ciência interdisciplinar derivada de/e relacionada com campos como o da matemática, da lógica, da linguística, da psicologia, da tecnologia computadorizada, das operações de pesquisa, das artes gráficas, das comunicações, da biblioteconomia, da gestão, e outros campos de estudo similares.
- Na década de 1970, o conceito e a abrangência da CI enquanto ciência foram afunilados pela definição mais específica dos fenômenos e processos que deveriam ser analisados.
- Para Le Coadic (1994, p. 21), “A Ciência da Informação, com a preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade)”.



Sobre a ciência da informação:

- 1 (Adaptado de FUNIVERSA, 2010) Sobre a Ciência da Informação - CI, dentre os inúmeros conceitos existentes, Wersig e Neverling descrevem que a CI é:

FONTE: <<https://www.questao certa.com.br/questoes/disciplina/biblioteconomia/41?imprimir=true>>. Acesso em 13 nov. 2018.

- a) () A ciência que estuda e abrange todos os aspectos do problema da transmissão, tratamento da informação e da direção dos sistemas mecânicos.
- b) () A ciência que se preocupa com o conhecimento e prática da organização de documentos em bibliotecas, visando a sua utilização.
- c) () A ciência que consiste na pesquisa de textos impressos ou multigrafados para indicá-los, descrevê-los e classificá-los, a fim de facilitar o trabalho intelectual.
- d) () A ciência que trata da criação, da gerência e da utilização dos registros do conhecimento.

- 2 (Adaptado de COPEVE – UFAL, 2012) Sobre as conexões e conceituações da Ciência da Informação, é correto afirmar que:

FONTE: <<https://www.estudegratis.com.br/questoes-de-concurso/materia/ciencia-da-computacao/assunto/banco-de-dados/banca/copeve/2>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

- a) () Pode ser um arquivo, uma biblioteca ou um museu.
- b) () Tem estreita ligação com a linguística pela intermediação da análise documentária, que se utiliza de métodos e processos para descrever o conteúdo dos documentos.
- c) () Ela é responsável pela informatização da população.
- d) () Tem estreita relação com a arquitetura e engenharias, no momento em que é responsável pela arquitetura da informação.

- 3 (Adaptado de CESPE/Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSE RH 2018 (2ª edição). A respeito de Documentação e Ciência da Informação, julgue os itens que se seguem. A proposta terminológico-epistemológica do conceito da Ciência da Informação, feita de forma clara e simples, contribuiu para a aceitação e disseminação da identidade dessa disciplina. Sobre a afirmativa anterior, assinale a alternativa que apresenta o julgamento adequado.

FONTE: <https://www.romulopassos.com.br/img/uploads/Revis%C3%A3o_%20Legisla%C3%A7%C3%A3o_EBSE RH2018.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

- a) () Certo.
- b) () Errado.

4 (Adaptado de Fundação Carlos Chagas – FCC/Tribunal Regional Eleitoral / Paraná (TRE PR) 2017). Considere a afirmativa a seguir:

Três são as características gerais que constituem a Ciência da Informação: interdisciplinaridade, ligação inexorável com a tecnologia de informação e uma participação ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação. (T. Saracevic)

De acordo com os atributos citados, a Ciência da Informação:

- I- Desenvolve relações com outros campos científicos.
- II- É uma disciplina qualificada e plenamente evoluída.
- III- Apresenta uma dimensão social.
- IV- Segue o imperativo tecnológico.
- V- Tem como campo de domínio a sociedade da informação.

Está correto o que se afirma APENAS em:

FONTE: <<https://bit.ly/2NrAVzK>>. Acesso em: 20 set. 2018.

- a) () I, III e IV.
- b) () I, II e V.
- c) () II, III e IV.
- d) () I, IV e V.
- e) () II, III e V.

5 (Adaptado de Instituto Quadrix - CRB - 10ª Região/RS 2018)

No contexto da proposta da documentação, na passagem do século XIX para o XX, o conceito de documento foi trabalhado como tal, em especial pelo belga Paul Otlet, por indicar maior capacidade de generalização. Junto com Henri La Fontaine, Otlet preocupava-se com a necessidade de um controle bibliográfico universal que, ao fornecer informação a todos, funcionaria como instrumento que conduziria ao respeito mútuo e à paz entre os povos. Otlet, em seu *Traité de Documentation*, publicado em 1934, ressaltou a bibliologia que, de modo relacionado, representava uma ciência e uma técnica gerais do documento. Entre 1905 e 1917, Otlet foi abandonando a palavra bibliografia em proveito das palavras documentação e informação.

A partir do texto apresentado, julgue a afirmação: Paul Otlet propôs uma mudança de paradigma quando afirmou que tudo pode ser um documento, a partir da diversidade de objetos e ambientes em que exista. Sobre a afirmativa anterior, assinale a alternativa que apresenta o julgamento adequado.

FONTE: ORTEGA, C. D. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.º3, p.52-66, set./dez. 2010 (com adaptações).

- a) () Certo.
- b) () Errado.

6 Para responder à questão, considere o texto a seguir.

Há um certo consenso entre os autores da área de que a ciência da informação, enquanto atividade disciplinar e profissional, surgiu como resultado da explosão da pesquisa científica verificada após a II Guerra Mundial e como produto do controle bibliográfico e do tratamento da documentação desenvolvidos para organizar a literatura e dar apoio à pesquisa. Desde então, os seus grandes desafios têm sido compreender o que é informação e aperfeiçoar as formas de produção, organização e uso do conhecimento registrado, tarefa essa que divide com outras disciplinas – incluindo a ciência da computação, a linguística, a comunicação etc. – das quais toma emprestados conceitos, ideais, teorias e métodos. Nesse sentido, a ciência da informação, por um lado, tem enfrentado dificuldades em lidar com as diferenças terminológicas e as várias concepções atribuídas à informação pelas inúmeras disciplinas que fazem uso do termo e, por outro, tem experimentado algumas mudanças no que diz respeito às suas tendências e enfoques, que demonstram a sua relação com outras ciências.

(Baseado em textos de Antônio Miranda e de Mônica Borges et al.)

Em essência, o texto discute:

FONTE: BORGES, M. E. N. et al. Estudos cognitivos em Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis., n.15, 1º Sem. 2003.

MIRANDA, A. A ciência da informação e a teoria do conhecimento objetivo: um relacionamento necessário. In: AQUINO, M.A. **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade**. João Pessoa: UFPB, 2002. p.9-24.

- a) () O conceito de informação desenvolvido pela Ciência da Informação e suas diferenças terminológicas.
- b) () A necessidade de a Ciência da Informação mudar o seu enfoque em relação a outras ciências.
- c) () Os métodos e as técnicas empregados pela Ciência da Informação no tratamento da informação.
- d) () O consenso de que a Ciência da Informação tem dificuldades em lidar com outras disciplinas.
- e) () A Ciência da Informação como campo de conhecimento, sua natureza e desenvolvimento.

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO: FORMAS E SUPORTE

1 INTRODUÇÃO

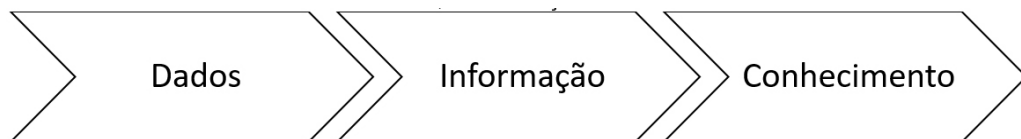
Vimos que a gênese da ciência da informação (CI) provocou indagações em muitos estudiosos que procuraram delimitar o campo de estudo e contemplar os elementos fundamentais da área: a informação e o conhecimento. Entretanto, para que seja possível observar, por exemplo, o fluxo da informação ou a produção do conhecimento é necessário esclarecer os fatores que integram os processos ou o que está inter-relacionado no contexto que será investigado ou analisado. Dados, informação e conhecimento podem ser confundidos e, então, outra preocupação surge para a área da CI.

Nesse sentido, nesse tópico vamos explorar as definições conceituais de dados, informação e conhecimento tão importantes para compreender o objeto a ser estudado. Há uma variedade de autores que abordam ou procuram esclarecer tais definições, porém, as definições podem ser provenientes de outras áreas que não de CI, cada qual buscando dar um significado focado no objeto a ser estudado. Entendemos que dados, informação e conhecimento integram a chamada tríade conceitual da CI e, por essa razão, requerem um olhar mais voltado para o campo específico da CI. Para Semidão (2012, p. 3),

O núcleo de significação em torno do qual as diferentes concepções de informação em processo orbitam se relaciona a um transcurso (abstrato ou não) entre dados, informação e conhecimento em que os três termos cumprem funções explicativas de contextos, podendo ser plasticamente compreendidos como “vasos comunicantes” que recebem a mesma água.

Podemos perceber, então, que em um determinado momento haverá uma convergência ou pontos em comum entre os três elementos da tríade. Dito de outro modo, podemos observar que há uma perspectiva de mudança a partir dos dados e sua transformação gradual para informação e, posteriormente, para conhecimento, conforme a Figura 4 a seguir:

FIGURA 4 – DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO



FONTE: A autora

Essa mudança ocorre com base em outros mecanismos, como o processamento e absorção de conteúdos. É importante ressaltar que, por exemplo, para Buckland (1991), em seu artigo “Informação como coisa” (tradução livre), a informação é apresentada com destaque para a sua ambiguidade. O autor coloca três pontos: “1) A informação como processo; 2) A informação como conhecimento e 3) A informação como coisa” (BUCKLAND, 1991, p. 1). Mas, antes de adentrarmos em uma discussão conceitual, vamos diferenciar cada um desses elementos tão importantes.

2 DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Vamos iniciar apresentando o conceito de dados, que segundo Zins (2007, p. 479),

são a matéria-prima para a informação e a informação é a matéria-prima para o conhecimento. No entanto, se esse for o caso, a Ciência da Informação deve explorar dados (blocos de construção da informação) e informações, mas não o conhecimento, que é uma entidade de ordem superior. No entanto, parece que a Ciência da Informação realmente explora o conhecimento porque inclui os dois subcampos, a organização do conhecimento e a gestão do conhecimento, o que pode ser confuso.

Como Zins apresenta, pode ser confusa a forma com a qual a CI explora o conhecimento. Mas Ackoff (1989, p. 3) descreve que

Dados são brutos. Simplesmente existem e não têm significado além de sua existência (em si). Pode existir em qualquer forma, utilizável ou não. Não tem significado de si mesmo. No jargão do computador, uma planilha geralmente começa com dados.

Dessa forma, poderíamos dizer que para dados se transformarem em informação eles precisam ser analisados sob uma perspectiva contextual que forneça condições de interpretá-los e de modo que possuam algum sentido ou que possam ter alguma aplicação para o usuário.

Com relação à informação, Ackoff (1989) citado por Bellinger, Castro, Mills (2004, p. 1) apresenta o seguinte: “informações são dados que receberam significado por meio de conexão relacional. Esse ‘significado’ pode ser útil, mas não precisa ser em linguagem computacional, um banco de dados relacional faz informações a partir dos dados armazenados dentro dele”.

Oliveira (2005, p. 18) argumenta que “grande parte dos autores [...] enxerga a informação como um conhecimento. Ela é algo que ajuda na resolução de um problema ou completa uma lacuna no conhecimento da pessoa, conforme cada necessidade”. A autora ainda acrescenta: “Muitos autores consideram a informação como um resultado da interpretação do indivíduo, isto é, o usuário é quem lhe confere importância e confiabilidade, sendo que a apreensão do dado e/ou fato se relaciona a um conhecimento preexistente do indivíduo” (OLIVEIRA, 2005, p. 18). Já na visão de Le Coadic (1996, p. 5), “A informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”.



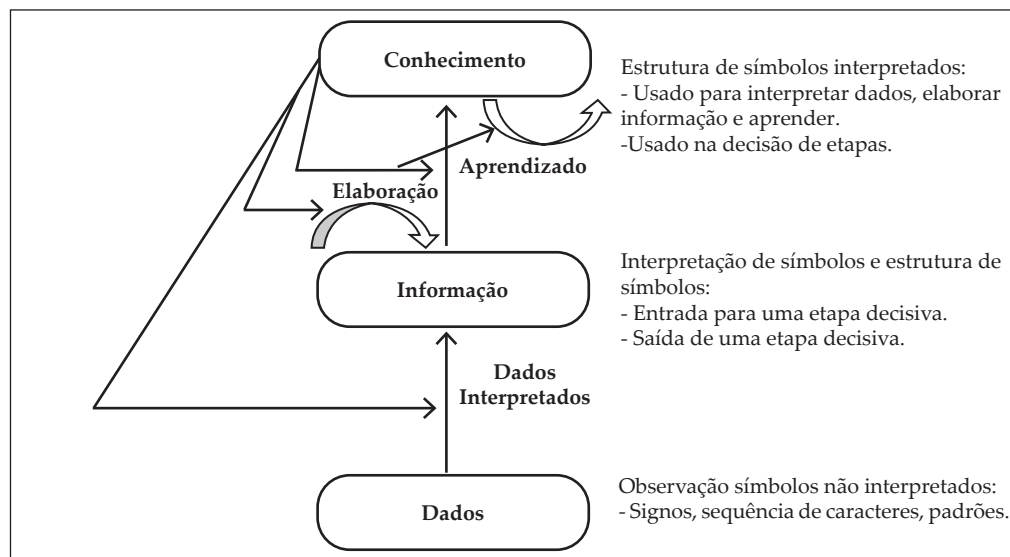
Para Le Coadic (1996, p.5) “o conhecimento (um saber) é o resultado do ato de conhecer, ato pelo qual o espírito apreende um objeto”.

Diante do que vimos até aqui, já percebemos que as diferenças entre dados e informação são sutis e que, de certa forma, dependem da forma de apreensão e interpretação por parte do indivíduo. E o conhecimento? Podemos imaginar que o conhecimento também se apresentará como um componente que possua significação e que essa deva ser adicionada ao repertório mental de descobertas do indivíduo, certo? Vejamos o que coloca Ackoff (1989, p. 8):

Conhecimento é a coleta apropriada de informações, de modo que sua intenção é ser útil. O conhecimento é um processo determinístico. Quando alguém “memoriza” as informações (como fazem os estudantes com testes de menor exigência), elas acumularam conhecimento. Esse conhecimento tem um significado útil para eles, mas não prevê, por si só, uma integração que possa inferir mais conhecimento.

Com base em Ackoff (1989) podemos pensar então que o dado e a informação são subsídios para compor o conhecimento, a partir de uma interpretação, ou como mencionado, uma significação ou utilidade. Aamodt e Nygård (1995) desenvolveram um modelo para melhor explicar as diferenças entre cada um dos elementos, conforme adaptação apresentada na Figura 5 a seguir:

FIGURA 5 – MODELO DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO



FONTE: Adaptado de Aamodt e Nygård (1995)

Além disso, buscamos outros autores que pudessem apontar similaridades nas abordagens das definições de dados, informação e conhecimento apresentadas por outros autores, e encontramos em Liew (2007) o Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 - DEFINIÇÃO DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Dados	Informação	Conhecimento	Fonte
Os dados são compostos de informação básica, não refinada, e geralmente não filtrada.	Informações ... são dados muito mais refinados ... que evoluíram a ponto de serem úteis para alguma forma de análise.	O conhecimento reside no usuário ... acontece somente quando a experiência humana e a percepção são aplicadas a dados e informações.	Conhecimento Nirvana - Alcançando a Vantagem Competitiva através do Gerenciamento de Conteúdo Corporativo e Otimizando a Colaboração em Equipe; por Juris Kelley, 2002, Xulon Press.
		Davenport e Prusak criaram essa definição de conhecimento: é uma mistura de experiências organizadas, valores, informações e insights que oferecem uma estrutura para avaliar novas experiências e informações.	Uma Organização Inteligente - Integrando Performance, Competência e Gestão do Conhecimento; por Pentti Sydanmaanlakka, 2002, Capstone Publishing.

	<p>Informação: Dados processados... formalizados, capturados e explicados; pode ser facilmente empacotado em forma reutilizável.</p>	<p>Conhecimento: Informação acionável... frequentemente surge nas mentes das pessoas através de suas experiências.</p>	<p>O Guia Essencial para Gerenciamento de Conhecimento - E-Business e Aplicativos CRM; por Amrit Tiwana, 2001, Prentice - Hall</p>
	<p>Informações são dados colocados em contexto; está relacionado a outras partes de dados.</p>	<p>Conhecimento ... abrange a crença de grupos ou indivíduos, e está intimamente ligado à ação.</p>	<p>Habilitando a Criação de Conhecimento - Como Desbloquear o Mistério do Conhecimento Tácito e Liberar o Poder da Inovação; por Georg von Krogh, Ichijo e Nonaka, 2000, Oxford University Press.</p>
	<p>Informações foram definidas como dados que estão "em formação" - ou seja, dados que foram armazenados, analisados e exibidos, e são comunicados por meio de linguagem falada, exibições gráficas ou tabelas numéricas.</p>	<p>Conhecimento ... é definido como os links significativos que as pessoas fazem em suas mentes entre a informação e sua aplicação em ação em um ambiente específico.</p>	<p>Conhecimento comum - Como as empresas prosperam ao compartilhar o que sabem; de Nancy M. Dixon, 2000, Harvard Business School Press.</p>
		<p>Conhecimento é um corpo de informação, técnica e experiência que se une em torno de um assunto particular.</p>	<p>Gestão de trabalhadores do conhecimento - novas habilidades e atitudes para desbloquear o capital intelectual em sua organização; por Frances Horibe, 1999, John Wiley & Sons.</p>
<p>Os dados são elementos de análise.</p>	<p>Informações são dados com contexto.</p>	<p>Conhecimento é informação com significado.</p>	<p>Estratégia de Inovação para a Economia do Conhecimento: O Despertar de Ken; por Debra M. Amidon, 1997, Butterworth-Heinemann</p>

<p>Os dados devem ser organizados para se tornarem informações.</p>	<p>A informação deve ser contextualizada para se tornar conhecimento.</p>		<p>A arte de estar bem informado - o que você precisa saber para ganhar a vantagem no negócio; por Andrew P. Garvin, 1996, Avery Publishing Group.</p>
	<p>Informação é um fluxo de mensagens.</p>	<p>O conhecimento é criado pelo próprio fluxo de informações, ancorado nas crenças e no compromisso de seu portador.</p>	<p>The Knowledge - Creating Company - Como as empresas japonesas criam a Dinâmica da Inovação, por Ikujiro Nonaka e Hirotaka Takeuchi, 1995, Oxford University Press.</p>
<p>Os dados são um conjunto de fatos discretos e objetivos sobre eventos ... como registros estruturados de transações.</p>	<p>Informação... como mensagem... na (variada) forma de comunicação... para ter um impacto no julgamento e comportamento.</p>	<p>O conhecimento é uma mistura fluida de experiências emolduradas, valores, informações contextuais e insights de especialistas que fornecem uma estrutura para avaliar e incorporar novas experiências e informações...</p>	<p>Conhecimento prático: como as organizações gerenciam o que sabem. Por Thomas H. Davenport e Laurence Prusak, 2000. Harvard Business School Press.</p>
<p>Dados: 1. informações factuais usadas como base para raciocínio, discussão ou cálculo; 2. saída de informação por um dispositivo ou órgão de detecção que inclua informações úteis e irrelevantes ou redundantes e deve ser processada para ser significativa; 3. informações em formato numérico que podem ser transmitidas ou processadas digitalmente.</p>	<p>Informação: 1. a comunicação ou recepção de conhecimento ou inteligência; 2. conhecimento obtido de investigação, estudo ou instrução; 3. Fatos, dados; 4. medida quantitativa do conteúdo da informação.</p>	<p>Conhecimento: 1. Cognição; 2. o fato ou condição de conhecer algo com familiaridade adquirida por experiência ou associação; 3. o alcance de sua informação ou compreensão; 4. a soma do que é conhecido: o corpo da verdade, informação e princípios adquiridos pela humanidade.</p>	<p>Dicionário Merriam Webster, 10. ed.</p>

FONTE: Adaptado de Liew (2007)

Poderíamos ainda tratar sobre os diferentes tipos de conhecimento, mas como nosso objetivo é fornecer elementos que auxiliem na compreensão do conteúdo a ser estudado, por ora não vamos abordar esse assunto. Prosseguiremos com nossas descobertas tratando sobre as formas e suportes da informação e do conhecimento, porém, antes disso, aproveite e aprofunde um pouco mais o seu conhecimento lendo as curiosidades a seguir.



Dado, Informação e Conhecimento

Por Vanessa Souza / 16 de maio de 2013



Na área de Ciência da Informação, têm-se três conceitos chave devido a sua importância. São eles: dados, informação e conhecimento. A literatura profissional e acadêmica apresenta significados diversificados para cada conceito. Evidentemente, os três principais conceitos estão interligados, mas a natureza das relações entre elas é discutível, bem como, os seus significados. A partir desse quadro, em 2007 foi publicado um artigo científico chamado *“Conceptual Approaches for defining Data, Information and Knowledge”* numa importante revista da área chamada *Journal of The American Society for Information Science and Technology (JASIST)*. Esse artigo trata de uma pesquisa desenvolvida pelo professor Chaim Zins que tem como objetivo explorar os significados dos três conceitos fundamentais (dados, informação e conhecimento), suas relações e como esses conceitos são percebidos pelos principais estudiosos da Ciência da Informação na comunidade acadêmica...

Para saber mais, acesse:

FONTE: SOUZA, V. Dado, Informação e Conhecimento. Disponível em: <<http://biblioo.info/dado-informacao-e-conhecimento/artigos>>. Acesso em: 02 set. 2018.

Você também poderá fazer a leitura do livro: **Desafios do Impresso Digital: questões contemporâneas da Informação e do conhecimento**
Organização: Gilda Maria Braga e Lena Vânia Ribeiro Pinheiro
ISBN: 978857013066-2 Editora: Ibict/Unesco Ano: 2009



3 FORMAS E SUPORTES DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Com o passar do tempo, a informação e o conhecimento ganharam cada vez mais importância no contexto científico e no cotidiano das pessoas. De acordo com Pinheiro (2002), a informação apresenta-se como um campo vasto e complexo de pesquisas. Essas pesquisas possuem relação com documentos impressos e com bibliotecas. No entanto, a informação, foco da CI, não se limita aos documentos impressos, vai além, podendo se manifestar por meio de diálogos entre cientistas e por outros meios de comunicação informal. Para Oliveira (2005, p. 19), a informação se “apresenta também em uma inovação para o setor produtivo, na forma de patente, fotografia ou objeto, no registro magnético de bases de dados, numa biblioteca virtual ou repositório na internet”.

Ramalho (1993 apud ALVES et al., 2013, p. 7) descreve que “Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da explosão bibliográfica, a tecnologia apoiou o aparecimento de novos suportes informacionais, não só quanto aos processos de armazenamento, mas da recuperação, que consiste em identificar diversos documentos sobre determinado assunto de interesse”. Para os mesmos autores:

No estágio atual de tecnologia, o suporte papel é apenas uma das formas de veiculação da informação. Hoje encontramos suportes impressos, áudio, digital, visual, hipertextual e muitos outros. Também surgem nesse contexto as chamadas tecnologias assistivas, que [...] é todo e qualquer recurso utilizado para proporcionar melhor acesso e, em consequência, aumentar a independência e inclusão do deficiente.

Além do surgimento das tecnologias e, em consequência, das tecnologias assistivas, outro aspecto importante é que a ciência da informação estuda as bibliotecas, que por sua vez armazenam muito do conhecimento produzido. Nesse sentido, Araújo e Oliveira (2005, p. 30) descrevem que os tipos de conhecimento, e “os produtos (registros) representativos desses conhecimentos, assim como a produção cultural, se constituem em acervos que são preservados em bibliotecas, em arquivos, unidades de informação, museus” e outros. As autoras ainda esclarecem que “na Ciência da Informação e na Biblioteconomia são denominados documentos, tais como livros, revistas, jornais, moedas, imagens, CDs, arquivos eletrônicos etc.(ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p.30).”

No decorrer da progressiva evolução tecnológica surgiram outras formas e suportes da informação e do conhecimento. Barreiros e Paletta (2002, p. 4) elencam uma série de suportes disponíveis. As autoras tratam as mídias como suportes tecnológicos disponíveis para preservação da informação e do conhecimento, especialmente no ambiente das bibliotecas, como veremos a seguir:

[...]

3.1 DISCOS MAGNÉTICOS - Também chamados de floppy disks ou simplesmente floppy, são os disquetes comuns, onde as informações são armazenadas magneticamente, ou seja, seu bit 0 é representado pela magnetização positiva, o bit 1 será a negativa. E vice-versa. O disquete é composto de um disco fino e flexível, que o usuário habitualmente não vê, protegido por uma capa, que pode ser dura (nos discos de 3 1/2) ou flexível (5 1/4). Referimo-nos aos disquetes pela sua medida em polegadas. Assim, dizemos um "disquete de 5 1/4" ou um "disquete de 3 1/2". No passado havia os "disquetes de 8 1/2". Entretanto, à medida que o tamanho do disco veio diminuindo, a capacidade de armazenamento foi aumentando, pois o máximo que um disco de 8 1/2 podia armazenar era 80 kb e os de 5 1/4 800 kb (Gennari, 1999).

3.2 FITAS MAGNÉTICAS - Fita de material plástico revestida de fina camada de material magnetizável, em que podem ser gravados os dados. A fita magnética é usada em sistemas informáticos como um dispositivo de armazenamento sequencial de informações: para acessar uma determinada informação, é necessário ler todas as informações gravadas antes. Existem vários tipos de fitas magnéticas. Normalmente elas são acondicionadas em cartuchos que também podem ser de vários tipos (Gennari, 1999).

3.3 ZIP DRIVE - Termo que se refere tanto à unidade quanto ao disco de 3,5 polegadas, cuja capacidade de armazenamento está em torno de 100 Mbytes (Gennari, 1999).

3.4 CD-ROM - Compact Disc - Read Only Memory - São discos ópticos gerados através de um processo de masterização a partir de um original. A capacidade de um CD-ROM é de aproximadamente 650 Mb de informações, sejam elas em forma de dados e/ou imagens em suas 4¾ polegadas de diâmetro. Após a geração de um disco destes,

não é possível ser acrescentada ou alterada qualquer informação. Estes discos são lidos normalmente em drives de CD ou em equipamentos que permitem o armazenamento de uma biblioteca destes, conhecidas também por jukebox. Normalmente essa mídia é empregada quando se tem grande quantidade de cópias de informações estáticas, como enciclopédias, catálogos etc. (Simões, 2002).

3.5 CD-R - Compact Disc - Recordable ou Writable - São discos ópticos com mesmo padrão de leitura do CD-ROM. Porém, a gravação desta mídia pode ser feita nas instalações de sua empresa ou casa, bastando para tanto ter-se uma unidade de gravação para esta mídia, ou seja, diferentemente do CD-ROM, estes discos podem ser gravados em casa. Normalmente a mídia CD-R é dourada, permitindo, facilmente, diferenciar entre esta e o CD-ROM. Estes discos podem ser lidos com os mesmos periféricos utilizados para a leitura do CD-ROM, já que o formato é o mesmo. Esta mídia é utilizada quando o número de cópias da mesma informação é baixo e/ou para o armazenamento de informações dinâmicas, onde o tempo necessário para a geração de um CD-ROM tornariam estas obsoletas (Simões, 2002).

3.6 CD-RW - Compact Disk - Rewritable - Estes discos ópticos têm o mesmo padrão de leitura do CD-ROM. Porém, a gravação desta mídia pode ser feita nas instalações da sua empresa ou casa, bastando para tanto ter-se uma unidade de gravação para esta mídia. A diferença entre o CD-R e o CD-RW é que o último é regravável, enquanto o primeiro não é (Simões, 2002). 6

3.7 DVD - Digital Video Disk ou Digital Versatil Disk - São os discos ópticos mais recentes que vêm sendo apontados como os substitutos do CD. Possuem exatamente a mesma dimensão do CD ($4\frac{3}{4}$). A família DVD possui os mesmos membros da família CD. Ou seja, DVD-ROM (gerado em linhas industriais), DVD-R ("recordable", gravável em casa) e DVD-RAM (DVD regravável). Ainda não existem padrões claros para os discos DVD, havendo discussões sobre a capacidade destes. A capacidade máxima hoje anunciada no mercado é de 4,7 GB para uma face, uma camada, 9 GB para uma face, dupla camada, 17 GB para duas faces, duas camadas (Simões, 2002).

3.8 WORM - Write Once, Read Multiple - Esta sigla é utilizada para designar discos ópticos nos quais o processo de gravação é físico, alterando a superfície destes. Esta gravação não pode ser alterada, tornando os discos passíveis de serem gravados somente uma vez, mas com ilimitadas leituras. Conceitualmente, esta expressão também se aplica aos discos CD citados anteriormente. Os discos ópticos WORM são encontrados normalmente em tamanhos de $5\frac{1}{4}$, 12 e 14 polegadas, com capacidades variando de 650 MB a 25 GB. Estes discos são encapsulados em invólucros plásticos semelhantes aos seus primos CD, podem ser lidos em unidades standalone ou em jukeboxes. Segundo algumas correntes, esta mídia deverá ter preferência no uso em aplicações onde se deseja valor legal para a informação (Simões, 2002).

3.9 DISCOS ÓPTICOS REGRAVÁVEIS - Estes discos, com tamanhos de $3\frac{1}{2}$, $5\frac{1}{4}$ e 12 polegadas, com capacidades entre 128 MB e 15 GB, podem ser apagados para novo processo de gravação, ou seja, após o expurgo da informação, a mídia pode ser reaproveitada. Existem diferentes formas de se fazer este processo, sendo o magneto óptico e o phase change os mais comuns (Simões, 2002).

Todos esses suportes, somados àqueles já tradicionais (como livros, periódicos, jornais, fotografias), vêm causando grande impacto e uma mudança muito rápida no contexto da armazenagem e recuperação da informação e do

conhecimento. Essa mudança se reflete nos sistemas de informação disponíveis, também em base de dados e nos acervos das bibliotecas físicas e também virtuais. De acordo com Barreiros e Paletta (2002, p. 8), “este cenário constitui a grande transição das bibliotecas”.

Sabemos que na medida em que a tecnologia vai avançando, novas formas e suportes da informação poderão surgir. Ao mesmo tempo em que a informação e o conhecimento se encontram disponível de forma registrada, estão suscetíveis à mensuração. A mensuração da informação será o próximo assunto que trataremos.

4 MÉTRICAS DA INFORMAÇÃO

A informação apresenta uma característica singular, que é a possibilidade de mensurá-la. No campo científico, Tricoli (2002 apud Witter 2006, p. 289) diz que “uma característica importante na ciência é a mensuração e ela é um desafio constante nas várias áreas que requerem um contínuo aprimoramento de seus instrumentos como meio para evolução de seus conhecimentos”. Como a produção da informação e do conhecimento se transformou em uma escala sem precedentes, surgiu uma preocupação com as formas de avaliar os produtos que circulam no meio científico, ou seja, a produção científica.

Dessa maneira, existem diversas formas de mensuração com vistas à avaliação da ciência e dos fluxos da informação. “Dentre estas, cabe citar a bibliometria, a cienciometria, a informetria e a mais novel delas, a webometria. Estas subdisciplinas, apesar de apresentarem algumas semelhanças ou pontos de convergência, possuem características, enfoques e funções dissímeis” (VANTI, 2002, p. 152). Vanti (2002, p. 155) descreve que de acordo com as palavras de Tague-Sutcliffe (1992 apud Macias-Chapula, 1998, p. 134), pode-se definir a bibliometria como: “[...] o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada. A bibliometria desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisões”.

Já a cienciometria ou a cientometria, seguindo com a tradução de Macias-Chapula (1998 apud Vanti, 2002, p. 154) significa: “o estudo dos aspectos quantitativos da ciência enquanto uma disciplina ou atividade econômica. A cienciometria é um segmento da sociologia da ciência, sendo aplicada no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas, incluindo a publicação e, portanto, sobrepondo-se à bibliometria”. Na cienciometria são utilizados indicadores quantitativos para medir uma disciplina específica da ciência. É importante percebermos que Gingras (2016) reforça que a cientometria trata da medida quantitativa do conjunto das atividades científicas, válida para todas as disciplinas indistintamente. Já a bibliometria é um subconjunto da cientometria e limita-se à análise das publicações e suas propriedades.

Outra das métricas que pode ser utilizada para medir e avaliar a informação é a informetria. De acordo com Mugnaini, Carvalho e Campanatti-Ostiz (2006, p. 319),

um novo conceito mais amplo de estudos quantitativos da informação é proposto por Tague-Sutcliffe (1992, p. 1) ao definir a Informetria como o estudo dos aspectos quantitativos da informação em qualquer formato, e não apenas registros catalográficos ou bibliografias, referente a qualquer grupo social e não apenas aos cientistas.

Para os autores, “o termo informetria é mais recente e desde a década de 1980 se constituiu uma disciplina que se presta à análise quantitativa e modelagem de diferentes fontes de informação” [...] a informetria é um subcampo emergente da Ciência da Informação (MUGNAINI; CARVALHO; CAMPANATTI-OSTIZ, 2006, p. 320). Com relação à webometria, Barros (2015, p. 21) esclarece:

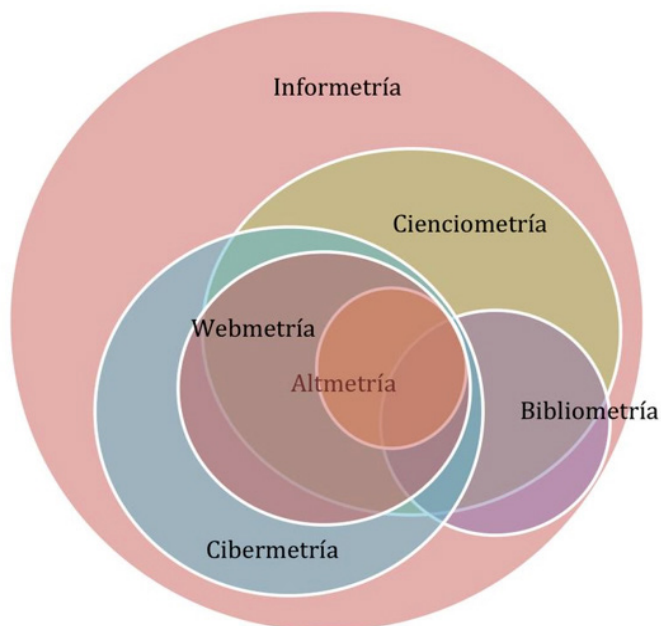
Pesquisas recentes no campo da webometria apresentam possibilidades interessantes para ir além das medidas tradicionais do impacto dos resultados das pesquisas, especialmente as citações na literatura acadêmica. Métricas alternativas e multidimensionais para a avaliação dos produtos científicos podem ser resumidas sob o conceito de “altmetrics” e refletem a visão de que é possível ampliar o escopo da revisão por pares fazendo uso de tecnologias colaborativas na web. As chamadas métricas alternativas ou altmetrics podem ser definidas como o estudo e uso de medidas de impacto acadêmico com base na atividade de ferramentas e ambientes on-line, e nesse sentido ser encaradas como um subconjunto da webometria e da cientometria. O termo também tem sido utilizado para descrever as métricas propriamente (PRIEM; GROTH; TARABORELLI, 2012).

Para Barros (2015, p. 22),

Altmetrics visa utilizar dados da web (ou seja, volume de tweets, curtidas, favoritos, comentários em blogs etc.) e ferramentas da web (redes sociais, sistemas de bookmarking social, gerenciadores de referências bibliográficas etc.) para compreender plenamente as características da comunicação científica na web. Além disso, altmetrics credita atividades acadêmicas (“linkar” ou discutir artigos de periódicos em blogs, por exemplo) realizadas na web que ainda não são reconhecidas por métricas tradicionais de impacto científico (como os indicadores de citação). As altmetrics se baseiam em informações de uso em mídia social e podem ser empregadas lado a lado com as citações - um acompanhando a influência formal, reconhecida, e o outro rastreando a certificação não intencional e informal. São capazes também de fornecer informações sobre o impacto em diversos públicos, especializado e leigo, bem como ajudar a controlar o uso de diversos produtos de pesquisa, tais como conjuntos de dados, softwares e blogs.

De modo geral, as métricas da informação e do conhecimento podem ser compreendidas a partir da Figura 7 a seguir, com a inclusão da Cibermetria:

FIGURA 7 – INFORMETRIA, CIENCIOMETRIA, BIBLIOMETRIA, WEBOMETRIA, CIBERMETRIA E ALTMETRIA



FONTE: Adaptado de Björneborn e Ingwersen (2004).
Disponível em: <<http://www.inaecu.com/altmetria-influmetria-informetria/>>
Acesso em: 20 set. 2018.

Agora que aprendemos um pouco sobre os recursos de mensuração da informação e do conhecimento, vamos continuar nossas descobertas realizando a leitura complementar, que trata da informação registrada ou a memória material e que integrava o acervo do Museu Nacional no Rio de Janeiro.

LEITURA COMPLEMENTAR

O MUSEU NACIONAL E A MEMÓRIA MATERIAL: POR QUE É TÃO IMPORTANTE PRESERVAR?

'Encontros populares decretam que a Quinta é pra você. Gira a coroa da majestade, samba de verdade, identidade cultural. Imperatriz é o relicário no bicentenário do Museu Nacional' (trecho do samba Uma Noite Real no Museu Nacional)

Eram 20 milhões de itens, entre eles Luzia, o mais antigo fóssil encontrado nas Américas. É a instituição científica mais antiga do país, ligada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi residência de D. João VI e de seus descendentes imperiais. Sediou a assembleia constituinte republicana no fim do século 19. Completou seu bicentenário em junho deste ano.

Os noticiários não cansam de repetir cada uma dessas palavras, talvez na tentativa de tornar clara a dimensão do tamanho do estrago que o fogo, seguido pela água utilizada para combatê-lo, causou a documentos, objetos, coleções, estudos e ao mobiliário do Museu Nacional, localizado na Quinta da Boa Vista, zona norte do Rio de Janeiro.

MAIS – Incêndio destruiu 90% do acervo do Museu Nacional

O acumulado destas informações relevantes, claro, nos faz prestar mais atenção à história da instituição. E acredito ser difícil alguém, hoje, negar a importância do edifício e de seu acervo. O que me questiono é se conseguimos compreender realmente o sentido da preservação da memória, o sentido de mantermos espaços – bastante custosos ao erário, é verdade – que se dediquem a guardar, estudar e compartilhar com o conjunto da sociedade conhecimento infinito.

Infinito porque, e este é o primeiro ponto, um museu e seu acervo sobrevivem (ou deveriam sobreviver) à nossa curta passagem de tempo na Terra. Cada nova geração que entra em contato com eles tem o poder de criar novas formas de saber partindo exatamente de um mesmo objeto, documento ou coleção. É egoísta pensar que os que virão depois de nós não poderão ter acesso ao conhecimento que nós tivemos. E é contraditório, portanto, esperar futuro (melhor) sem darmos a chance de esse futuro ir além do que nós fomos.

O significado de museu

A origem da palavra museu vem do grego mouseion, que significa “templo para as musas”. Na Grécia antiga, as musas eram as deusas da eloquência, da história, da música, da dança, das poesias, da tragédia, da comédia e da astronomia. Mouseion era um espaço de inspiração intelectual e divina. Soa

romantizado, mas duvido que o leitor que tenha visitado um museu não tenha se sentido curioso, inspirado, provocado de alguma forma. Duvido que não tenha absorvido algo novo, refletido de maneira diferente, criado novas opiniões e significados sobre o que contemplava.

Viajar é uma História – O museu nos sambas-enredos de 2018

Este, para mim, é o maior barato de um museu: apesar de seu papel ser o de abrigar o que é considerado passado, ele está sempre pronto a assumir significados produzidos no presente e aqueles de um futuro que nem nós conheceremos. Essa é sua essência e é por isso que ele sobrevive à nossa existência: porque seu conhecimento não está preso a um tempo determinado como nós estamos. Ele se reinventa quantas vezes forem necessárias, quantas vezes mais for visitado.



O incêndio tomou rapidamente as salas do Museu Nacional.
Foto: Fabio Motta/Estadão

Num momento em que tudo é tão virtual, contudo, a conservação da memória material parece ter perdido muito de seu sentido. Segundo Jussara Derenji, presidente do Comitê Nacional da Memória do Mundo da Unesco, “no tempo em que vivemos, parece que temos acesso a todo tipo de informação, que não temos mais a necessidade de termos um objeto, de termos a fonte física que já obtivemos por via midiática. Mas a conservação do documento é essencial. O objeto dá origem a outras formas de pesquisa, a outras leituras, a outras formas de interpretação. Isso é parte do processo de pesquisa. A base tem de ser mantida. É a nossa memória, é o equivalente ao lugar da memória. Essa base, essa visualização do objeto, vai desaparecer”.

O que pode nos dizer a cultura material e os documentos?

Há uma semana, eu e um grupo de futuros historiadores nos deparamos com uma questão para a qual não demos muito valor. Tínhamos de apresentar

um seminário sobre as ideias de um intelectual setecentista português que foi importantíssimo para a formulação de muitos projetos implementados em seu país de origem e naqueles onde Portugal tinha influência por volta dos 1770, como o Brasil. Entre os desafios lançados pela professora, estavam o de encontrar o documento original no acervo digital de alguma biblioteca portuguesa e – eis a questão intrigante – responder, entre outras coisas, qual tipo de papel utilizado por quem os escreveu.



Os fósseis da preguiça-gigante e do tigre-de-dente-de-sabre que viveram há mais de 11 mil anos são dois expoentes do período da megafauna brasileira e encantavam as crianças há décadas.

Foto: Fábio Motta/Estadão

Talvez o leitor, mais rápido no raciocínio do que fomos, entenda logo o porquê. Tipo de papel? Havia tantos outros assuntos e perguntas mais pertinentes. Que diferença faria sabermos qual tipo de papel? A resposta, que hoje me parece tão óbvia, veio da professora durante a apresentação: o papel, assim como a tinta utilizada, também têm história. Conhecê-los poderia nos dar indícios da época da confecção do documento; poderia responder se estávamos diante de uma cópia ou do original; poderia nos fazer compreender muitas questões em aberto e nos provocar novos questionamentos.

Por que espaços antigos são nossos patrimônios?

De repente, aquele aspecto tão particular passou a fazer sentido. Notem, era algo até fácil de percebermos sozinhos. Mas fato é que o sentido só veio ao compartilharmos ideias, ao dividirmos o espaço do debate, ao termos acesso ao ensino que nos desafia a sairmos do lugar comum. Essa é a importância do espaço coletivo e público de conhecimento, seja ele a sala de aula ou a sala de um museu. É ele que, além de abrigar muitas histórias, pode carregar em si mesmo importância suficiente para o considerarmos patrimônio histórico. É isso que faz com que, no mundo todo, se lute pela manutenção não só dos acervos, mas também dos espaços que abrigam estes acervos, ainda que isso custe muito

mais caro do que a construção de novos espaços, cujos riscos de incêndio, entre outras coisas, poderiam até ser menores. Imagine você, por exemplo, conhecer os espelhos que pertenceram ao reinado de Luís XIV fora do Palácio de Versailles. Teria o mesmo sentido? Ou algo de fundamental se perderia na compreensão do que foi a França no século 17 e de como sua cultura e história, que passaram pelas salas daquele palácio, se desenrolaram nos anos seguintes?



Manifestantes protestam em repúdio ao descaso que causou o incêndio.

Foto: Wilton Júnior/Estadão

Preservar os espaços antigos, como é o caso do Palácio da Quinta da Boa Vista, significa dar a eles manutenção adequada e modernizar suas estruturas. Como afirma Jussara: “É necessário que haja uma política de proteção a esses prédios (*do patrimônio histórico*) de maneira geral e, especificamente, dos museus. Porque são prédios vulneráveis pela própria constituição e que contêm material altamente suscetível a ser consumido em um incêndio”. Talvez isso custe caro. Mas cultura e ciência não foram feitas para gerar riqueza financeira à priori. Entretanto, a falta de investimento em ambas pode, isso sim, gerar não só pobreza intelectual, como também financeira. O custo, certamente, será muito maior lá na frente.

O sentido comum em crise

Pensar em preservar a fachada clássica de um palácio, um fóssil de 11 mil anos, a ossada gigante de uma baleia passa por resgatar os sentidos para o que estamos fazendo aqui e agora. Não se trata apenas de podermos visualizar um futuro em que, ao viajarmos para algum lugar, tenhamos ainda o privilégio de conhecer mais sobre pessoas, lugares e culturas passadas por meio da cultura material. Trata-se, antes de tudo, de encontrarmos o sentido que tudo isso tem em relação a nós mesmos.

É este sentido que, me parece, está em crise. Crise que se manifestou no fogaréu que acinzentou o amarelo claro do edifício histórico; que está na falta de repasse público para a manutenção adequada dos nossos acervos – em 2016, quando o *Viagem* produziu um especial do Rio para a Olimpíada, já havíamos nos deparado com os problemas estruturais do palácio e com as promessas de verbas futuras que nunca chegaram -; que está enraizado na omissão de nossos governos ao longo de anos.

MAIS – ‘Agora só pelos livros’, lamenta biógrafo da família imperial

Na noite de domingo, estávamos perdendo parte do nosso passado. Mas junto com ele nosso presente e também nosso futuro. Aquele futuro sobre o qual tanto falamos, com o qual tanto sonhamos. Porque ainda que se salvem algumas peças e documentos, está perdida a continuidade, como disse Jussara Derenji, de um trabalho de anos e de muitas gerações.

O que se perdeu não volta, é verdade. Mas, como disse o diretor-adjunto do Museu Nacional, Luiz Fernando Dias Duarte, passado o luto é preciso pensar no futuro. Otimista que sou, concordo com o que diz Hannah Arendt sobre as crises: nelas, há sempre a oportunidade de abandonarmos as velhas e já ineficazes respostas para encontrarmos novos caminhos e sentidos. Quem sabe assim os próximos 200 anos da humanidade não possam ter melhor sorte?

FONTE: TONI, Bruna. O Museu Nacional e a memória material: por que é tão importante preservar? 03 setembro 2018 | 20h31. Disponível em: <<https://viagem.estadao.com.br/blogs/viagem/o-sentido-que-nos-damos-ao-museu-nacional/>> Acesso em: 08 set. 2018.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu que:

- Os dados são a matéria-prima para a informação.
- A informação é a matéria-prima para o conhecimento.
- O conhecimento é a coleta apropriada de informações, de modo que sua intenção é ser útil. O conhecimento é um processo determinístico.
- Dentre as formas e suportes da informação e conhecimento existem os documentos impressos, outros meios de comunicação informal, a forma de patente, fotografia ou outro objeto, o registro magnético das bases de dados, arquivos disponíveis em biblioteca virtual ou repositório na internet, os livros, revistas, jornais, moedas, imagens, CDs, arquivos eletrônicos de toda ordem etc.
- O suporte papel é apenas uma das formas de veiculação da informação.
- Há também os suportes impresso, áudio, digital, visual, hipertextual e muitos outros.
- Essas formas podem estar disponíveis em acervos muito preservados nas bibliotecas, em arquivos, unidades de informação, museus e outros.
- A informação e o conhecimento podem ser mensurados por meio de diferentes instrumentos.
- A produção científica pode ser mensurada e avaliada por meio da bibliometria, da cienciometria, da informetria e da webometria.
- A bibliometria é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada.
- Já a cienciometria ou a cientometria trata da medida quantitativa do conjunto das atividades científicas, válida para todas as disciplinas indistintamente.
- A informetria é o estudo dos aspectos quantitativos da informação em qualquer formato, e não apenas registros catalográficos ou bibliografias, referente a qualquer grupo social e não apenas aos cientistas.

- A webometria apresenta possibilidades interessantes para ir além das medidas tradicionais do impacto dos resultados das pesquisas, especialmente as citações na literatura acadêmica.
- A altmetria ou 'altmetrics' é uma métrica alternativa e multidimensional para a avaliação dos produtos científicos e reflete a visão de que é possível ampliar o escopo da revisão por pares, fazendo uso de tecnologias colaborativas na web.
- A altmetrics é o estudo e uso de medidas de impacto acadêmico com base na atividade de ferramentas e ambientes on-line, e nesse sentido ser encarada como um subconjunto da webometria e da cientometria.



1 Com base na leitura do Tópico 2 desse material, como você classificaria dados, informação e conhecimento?

2 Informação, conhecimento e comunicação são palavras-chave e conceitos que contribuíram para o desenvolvimento da Ciência da Informação, seus métodos e suas ideias, com o objetivo de assegurar o surgimento de uma profissão com prestígio de:

- a) () Língua
- b) () Ciência.
- c) () Técnica.
- d) () Registro.

3 (Adaptado de Ministério Público Estadual - AL 2018/FGV) Leia o fragmento de texto a seguir:

“Os modelos de informação que estão mais próximos do que seja a representação do usuário humano e do que se passa na sua cabeça em relação ao sistema de informação são denominados modelos _____; os modelos que se identificam com o sistema e tentam descrever o que passa em seu interior são os modelos de _____. Os modelos que interpretam os usuários, o sistema e a interpretação entre eles são os modelos _____”.

Assinale a opção que apresenta, na sequência correta, os termos que completam corretamente as lacunas do fragmento apresentado.

FONTE: <<https://bit.ly/2DBad2d>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

- a) () Cognitivos, dados, conceituais.
- b) () Conceituais, dados, cognitivos.
- c) () Estáticos, usuários, dinâmicos.
- d) () Dinâmicos, usuários, estáticos.

4 (Adaptado de Tribunal Regional do Trabalho / 17ª Região (TRT 17ª) 2013/CESPE) Julgue os itens seguintes, acerca de Biblioteconomia e Ciência da Informação. A expressão explosão quantitativa da informação opõe-se à implosão da informação da comunicação. Sobre a afirmação anterior, assinale a alternativa que apresenta o julgamento adequado.

FONTE: <<https://bit.ly/1pGJlwa>>. Aceso em: 13 nov. 2018.

- a) () Certo.
- b) () Errado.

5 (Adaptado de Secretaria de Estado da Saúde - PR (SES/PR) 2016/IBFC):
_____ termo adotado para designar o conjunto de atividades métricas
relativas à informação. Preencha a lacuna com a alternativa CORRETA:

FONTE: <<https://bit.ly/2QFnB8a>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

- a) () Biometria.
- b) () Infometria.
- c) () Infomomia.
- d) () Bibliometria.

6 (Tribunal de Contas da União (TCU) 2005 (2ª edição)/CESPE):

Definir informação não é coisa fácil. A velha distinção entre dados, informação e conhecimento é nitidamente imprecisa. A informação e conhecimento que se pode, eventualmente, obter. Durante anos, as pessoas se referiram a dados como informação e agora veem-se obrigadas a lançar mão do conhecimento para falar sobre informação, surgindo daí a popularidade da administração do conhecimento.

Tendo esse texto apenas como referência inicial, julgue o item subsequente, relativo a conceitos e tipologias da informação: As novas abordagens dos estudos teóricos da informação modificaram drasticamente as formas de lidar com esse tema. Originaram-se novos serviços, que ressaltaram a importância da comunicação dos sistemas com os usuários e destes entre si e chamaram a atenção para os impactos sociais resultantes. Sobre o exposto, assinale a alternativa que apresenta o julgamento adequado.

FONTE: Thomas H. Davenport. Ecologia da informação. São Paulo: Futura, 1998, p. 18
(com adaptação)

- a) () Certo.
- b) () Errado.

CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Já vimos que a Ciência da Informação teve sua origem a partir de meados do século XVI e que há diferenças entre dados, informação e conhecimento. Vimos também que há diferentes formas e suportes informacionais e que há meios de mensurar a informação e a produção científica, algumas dessas formas de mensurar integram subcampos da ciência da informação, com a preocupação de medir o que está sendo produzido.

Neste último tópico da Unidade 3 você verá que há unidades especializadas na informação, seja ela registrada em arquivos, documentos, seja ela registrada em filmes, fotografias ou até mesmo mapas, podendo ser disponibilizada em diferentes unidades de informação. Você já pensou no que faria se não houvesse as bases de dados on-line ou as bibliotecas físicas e virtuais? Como seria possível desenvolver uma pesquisa? Onde buscaríamos informação?

Santa Anna, Campos e Calmon (2015, p. 95) descrevem que as unidades de informação “são detentoras de informação que quando contextualizada proporciona valor ao usuário, agregando-lhe novos conhecimentos em sua vida social”. De forma mais ampla, Santos (2009, p. 14) descreve que as unidades de informação

São organizações sem fins lucrativos, ligadas a algum tipo de instituição maior, sejam elas públicas ou privadas. Podendo apresentar-se em categorias distintas, como: um Núcleo de Informação Tecnológica; uma Biblioteca; ou Sala de Leitura, entre outros. Que possui como principal finalidade a disseminação da informação e do conhecimento.

Pelas diferentes maneiras pelas quais podem se apresentar, as unidades de informação demonstram similaridades, mas, ao mesmo tempo, possuem especificidades. As bibliotecas, por exemplo, podem se destacar por seus diferentes tipos. No entanto, apresentam características comuns a outras unidades de informação, pois tratam da informação. Nesse contexto do tratamento da informação, é necessário organizar e difundir a informação. Por essa razão, há algumas funções básicas que integram as atividades em unidades de informação, como a função gerencial, a função organizacional e a função de divulgação. A função gerencial se preocupa com a administração, o planejamento e a organização.

A função organizacional faz referência à seleção, aquisição, catalogação, classificação, indexação; e a função divulgação preocupa-se em tornar acessível e de fácil encontro toda a informação que o usuário procura e dar conhecimento dos conteúdos específicos que o usuário busca na unidade de informação. Então, vamos descobrir o que há por trás das unidades de informação?

2 DEFINIÇÕES E TIPOS DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO

O termo “Unidades de Informação” foi criado pela escola francesa para se referir a uma área de atuação dos profissionais de informação, abrangendo arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, remetendo ao ambiente físico de trabalho dos profissionais dessa área. Dessa forma, as unidades de informação podem ser consideradas organizações que coletam, tratam, organizam e disponibilizam informações. (BUCKLAND, 1991).

Se pensarmos no contexto das unidades de informação, podemos identificar a existência de clientes, também denominados de usuários, e que buscam recursos ou meios para as suas necessidades informacionais, ou seja, o produto oferecido e que poderá ser consumido na Unidade de Informação. Dessa forma, o resultado será a satisfação dos usuários e o atendimento a esses usuários. No entanto, antes de darmos sequência aos nossos estudos, vamos observar o que Santa Anna, Campos e Calmon (2015, p. 96) escrevem a respeito das unidades de informação:

As unidades de informação compreendem instituições, cujas atividades se atêm à prestação de serviços de informação a uma dada comunidade ou organização. Por meio de técnicas e metodologias específicas para organização informacional, essas unidades são providas de estrutura tecnológica e material informacional, além de profissionais especializados para tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação das informações concretizadas em variados suportes. A origem desses espaços data dos primórdios, em virtude da necessidade de armazenamento da memória social, cultural e histórica, enfim, eram condicionadas a preservar todo o conhecimento produzido por uma localidade, tendo em vista a perpetuação desse conhecimento gerado e registrado por gerações futuras.

Além disso, para os autores, “dentre as várias unidades que prestam serviços de informação, têm-se como principais: as bibliotecas, os arquivos, os museus e os centros de documentação” (VALENTIM, 2008 apud SANTA ANNA; CAMPOS; CALMON, 2015, p. 98).

Mas o que as bibliotecas, os arquivos, museus e centros de documentação, dentre outras unidades de informação, possuem em comum? A maior parte dessas unidades de informação detém arquivos.

Os arquivos compreendem o conjunto de documentos de qualquer instituição pública ou privada que tenham adquirido algum valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, em um arquivo de custódia permanente (SCHELLENBERG, 2005 apud SANTA ANNA; CAMPOS; CALMON, 2015, p. 98).

Nesse sentido, por exemplo, as unidades de informação como as bibliotecas apresentam similaridades com relação aos arquivos, porque compreendem organismos em crescimento, no entanto, disponibilizam uma “coleção de documentos bibliográficos (livros, periódicos etc.) e não bibliográficos (gravuras, mapas, filmes, discos etc.) organizada e administrada para formação, consulta e recreação de todo o público ou de determinadas categorias de usuários” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p.36).

Araújo e Oliveira (2005, p. 31) alertam que “a origem das bibliotecas, assim como a da linguagem e a da escrita é desconhecida [...] os pré-requisitos principais para o aparecimento de bibliotecas são: condições econômicas [...], condições sociais [...] e condições políticas [...]”. E para Santa Anna, Campos e Calmon (2015, p. 97), “tanto os arquivos quanto as bibliotecas são instituições que se colocam a serviço da comunidade”. Os autores ainda complementam que o lugar que a biblioteca “ocupa no mundo atual decorre da importância que a informação tem para cada sociedade” (SANTA ANNA; CAMPOS; CALMON, 2015, p. 97).

Araújo e Oliveira (2005, p. 34) esclarecem que, como os “conhecimentos produzidos no mundo passaram a crescer significativamente [...], a atividade de construção de conhecimentos expandiu-se para incluir empresas, indústrias, área jurídica e outras, que passaram de consumidoras a também produtoras de conhecimentos”. Assim, Ramos (1996, p. 2) descreve que:

O negócio das unidades de informação é, portanto, o de disseminar informações precisas e prestar correta assistência a empresas, para que iniciem (tomada de decisão), mantenham e concluam (execução da ação) as necessárias mudanças tecnológicas, comerciais, gerenciais, logísticas e mercadológicas que assegurarão sua evolução e sobrevivência. Quanto maior for o nível de competição e mais intensos forem os processos de mudança e evolução de um segmento empresarial, maior será a dependência dessas empresas em relação a produtos e serviços de informação e assistência tecnológica. Esse é o contexto geral em que está inserido o negócio das unidades de informação voltadas ao atendimento do público empresarial.

Santa Anna, Campos e Calmon (2015, p. 98) enfatizam também que é

Importante atentar para o tipo de informação e o tratamento a ela conferido por essas instituições. Em linhas gerais, a informação bibliográfica é aquela advinda do trabalho intelectual de uma pessoa, seja ela física ou jurídica, passível de ser representada por meio de registros que identifiquem suas principais características, seja de forma ou de conteúdo.

De todo modo, também precisamos destacar que há diferentes tipos de bibliotecas e estas se dividem em:

- a) Nacionais – Têm como principal finalidade a preservação da memória nacional, isto é, da produção bibliográfica e documental de uma nação;
- b) Públicas – surgiram com a missão de atender às necessidades de estudo, consulta e recreação de determinada comunidade, independentemente de classe social, cor, religião ou profissão. [...]
- c) Universitárias – a finalidade desse tipo de biblioteca é atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores e alunos universitários.
- d) Especializadas – são aquelas dedicadas à reunião e organização de conhecimentos sobre um só tema ou de grupos temáticos em um campo específico do conhecimento humano.
- e) Escolares – são destinadas a fornecer material bibliográfico necessário às atividades de professores e alunos de uma escola.
- f) Infantis – devem estar mais voltadas para a recreação e proporcionar outras atividades, como: escolinhas de arte, exposição, dramatizações etc. Necessitam de um acervo bem selecionado para seus usuários.
- g) Especiais – são aquelas que se destinam a atender um tipo especial de leitor e, por isso, detêm um acervo especial, por exemplo, as bibliotecas para deficientes visuais, presidiários e pacientes de hospitais.
- h) Biblioteca ambulante ou Carro-biblioteca ou Bibliobus – são bibliotecas volantes, que objetivam a extensão dos serviços bibliotecários às áreas suburbanas e rurais, quando estes são deficientes ou inexistentes. São serviços de extensão de bibliotecas já existentes, como bibliotecas públicas ou universitárias.
- i) Popular ou comunitária – é um tipo de biblioteca criada e mantida pela comunidade. Tem os mesmos objetivos da biblioteca pública, mas não se vincula ao poder público. É mantida por órgãos, como associações de moradores, sindicatos e grupos estudantis (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p. 37).

3 OBJETIVOS, FUNÇÕES E ATIVIDADES NAS UNIDADES DE INFORMAÇÃO

Já sabemos que dentre os diferentes tipos de unidades de informação ou informacionais podemos encontrar aquelas que prestam serviços de informação, como: as bibliotecas, os arquivos, os museus, os centros de documentação, dentre outros. É válido destacar que as funções que desempenham apresentam similaridades, porém, com características peculiares que as diferenciam umas das outras, por exemplo, uma unidade de informação “trata da informação, desde a organização até a sua difusão (base de dados, serviço de informação especializada, centro de informação, telecentro, videotecas, mapotecas etc.)...” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p. 38).

Com base nos estudos de Araújo e Oliveira (2005, p. 38), vamos elencar esclarecimentos (de modo genérico) que fazem referência às metodologias utilizadas desde bibliotecas tradicionais até unidades de informação eletrônica, como as bibliotecas virtuais. As bibliotecas possuem três grandes funções: 1) Função gerencial, por meio da administração e organização; 2) função organizadora – por meio da seleção, aquisição, catalogação, classificação, indexação; e, 3) função divulgação – referência, empréstimo, orientação, reprografia, serviços de disseminação, extensão. Na perspectiva de Ramos (1996, p. 3),

Organizar bem uma unidade de informação significa prepará-la para o cumprimento das funções básicas que justificam a sua existência. As funções básicas podem ser assim estabelecidas: a) satisfazer a sua clientela mediante oferta de produtos e serviços de informação de qualidade compatível com o mercado; b) gerar receitas pela venda de produtos e serviços e a execução de projetos suficientes para sua autossustentação e o desenvolvimento continuado; c) identificar e organizar fontes e informações potencialmente úteis à sua clientela; d) analisar e processar informações com qualidade e produtividade para a geração de produtos e serviços de interesse do mercado; e) desenvolver ferramentas e métodos de trabalho eficazes e eficientes.

A função gerencial prevê a gestão e políticas para a unidade de informação. No que diz respeito às políticas, essas se referem aos princípios gerais “que ajudam a traduzir os objetivos em ações, para preparar as regras de conduta que serão adotadas no momento de tomada de decisões e da execução das atividades” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p. 38). Já a função organizadora consiste em atuar na seleção de materiais para aquisição, na catalogação, classificação e indexação desses materiais. No processo de seleção e aquisição é necessário ter o auxílio de um responsável pelo tema tratado, e, também, contar com a participação dos usuários. As etapas de seleção e aquisição integrarão juntamente aos serviços prestados, orçamento, objetivos da unidade da informação a política de gestão dessa Unidade (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005).

A catalogação objetiva descrever a estrutura física dos objetos ou dos documentos que fazem parte do acervo ou coleção da unidade. Os catálogos podem ser disponibilizados de modo impresso ou on-line e com uma ordem específica, como autor, assunto, local ou título. A classificação integra um processo mental, em que se reúnem elementos ou objetos de classes ou grupos que apresentam, entre si, semelhança. É comum observar, nas unidades de informação, os documentos classificados e agrupados em função dos assuntos de que tratam. Há vários modelos de classificação, mas os mais estudados e utilizados são o da Classificação Decimal de Dewey – CDD e o sistema da Classificação Decimal Universal – CDU, além do sistema de Classificação Facetada de Ranganathan (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005), porém, não vamos nos aprofundar nesses sistemas.

A indexação é uma das atividades de maior importância no processo de organização da unidade de informação. A indexação “consiste na descrição dos conteúdos dos documentos e possui como principal objetivo a recuperação da informação desejada pelo usuário. [...] com o advento do computador [...] (há) softwares capazes de reconhecer os principais termos utilizados no corpo do documento e indexá-los” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p. 41). Com relação à função divulgação, essa é essencial nas unidades de informação, pois resulta na forma de comunicar o usuário sobre “as informações de que ele necessita e, dependendo do procedimento, antecipar-se à pesquisa do usuário, como também, propor-lhe as possibilidades de acesso a estas informações e documentos” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p. 41). Além disso, “os serviços de divulgação agrupam instrumentos como: referência, orientação ao usuário, empréstimos, fornecimento de fotocópias e os serviços de alerta, que incluem os sumários correntes e a disseminação seletiva da informação” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005, p. 42).

Na sequência, você poderá desenvolver a leitura complementar, rever os aspectos abordados nesse tópico por meio do resumo e testar seus conhecimentos por meio das autoatividades.

LEITURA COMPLEMENTAR

MUNDANEUM: O TRABALHO VISIONÁRIO DE PAUL OTLET
E HENRI LA FONTAINE

Valéria Rodrigues de Oliveira Pozzatti,
Adriana Aparecida Oliveira,
Janaína Fernandes Guimarães Polonini,
Rossanna dos Santos Santana Rubim

Resumo: O objetivo do presente trabalho é traçar breves considerações a respeito do Mundaneum, instituição criada de acordo com a visão de Paul Otlet e Henri La Fontaine, que pretendiam organizar a informação com vistas a dispor conhecimento ao alcance de todos. A partir de uma análise documental, intenciona-se abordar aspectos relativos à gênese, percurso histórico e papel desse museu na contemporaneidade. Foi possível evidenciar o difícil percurso dos idealizadores desse projeto e pontuar os desafios enfrentados na busca pela consolidação da importância da proposta de trabalho da referida instituição.

Palavras-chave: Mundaneum. Classificação do conhecimento. Paul Otlet. Henri La Fontaine.

1 INTRODUÇÃO

Em 1998, na Bélgica, foi criada uma associação sem fins lucrativos, com o objetivo de gerenciar e conservar o legado documental acumulado por Paul Otlet e Henri La Fontaine desde a fundação do então Escritório Internacional de Bibliografia Sociológica, em 1893. Essa associação recebeu o nome de **Mundaneum**, neologismo criado por Otlet (MUNDANEUM, 2010). A coleção, atualmente gerida por tal associação, foi removida várias vezes, no decorrer de sua história de constituição, sendo que era inacessível ao público em geral antes de ser disposta no museu, que hoje localiza-se na cidade belga de Mons, o que aconteceu a partir de 1998.

Uma importante figura foi determinante para a retomada do interesse pelo “resgate histórico do extenso e importante trabalho deste pesquisador belga do final do século XIX, baseado em pesquisa de campo realizada no acervo pessoal de Paul Otlet” (FONTOURA, 2012): o bibliotecário australiano e pesquisador da história da organização internacional do conhecimento, Warden Boyd Rayward, que no decorrer de suas pesquisas deparou-se com o trabalho de Paul Otlet e da Documentação. Tal fato culminou com a recuperação de grande parte da coleção esquecida no decorrer dos anos (estima-se terem sido perdidas mais de 90 toneladas de materiais) e na abertura do Mundaneum, pois, após ter lido alguns dos trabalhos sobre Otlet, Rayward foi em busca dos documentos ainda existentes do outrora Palácio Mundial, vindo a descobrir, em Bruxelas, uma sala lotada de livros e montes de papéis, dispostos sem qualquer critério, num flagrante testemunho do descaso para com o trabalho de uma vida dedicada inteiramente aos interesses comuns da humanidade.

Com base em análise documental, principalmente das fontes disponibilizadas pelo Mundaneum, este trabalho tem o intuito de traçar breves considerações a respeito da gênese, percurso histórico e papel desse museu na contemporaneidade.

2 PERCURSO HISTÓRICO

Paul Marie Ghislain Otlet, nascido em 23 de agosto de 1868, formou-se em Direito, seguindo uma tradição familiar de modo a dar continuidade à gestão do patrimônio do pai. Durante período de estágio no escritório de Direito de Edmond Picard, tornou-se parte da equipe multidisciplinar mobilizada para os trabalhos de publicação do *Pandects belges*, publicação de natureza bibliográfica da jurisprudência belga. Ali, teve consciência da importância de tal publicação como uma ciência. A partir de então, veio a dedicar sua vida a questões de tratamento e formação documental e informacional, com vistas a organizar o conhecimento e dispô-lo de forma a garantir acesso a este por parte de todos, sendo um instrumento de promoção da paz mundial. Foi nesse ambiente que firmou amizade com Henri La Fontaine, também advogado, envolvido com questões da promoção da paz mundial, assim como da garantia de direitos iguais para a humanidade. La Fontaine foi importante colaborador do movimento feminista. O encontro desses dois profissionais, que se perceberam com ideais em comum, veio a contribuir de forma profícua para com a história do tratamento documental, assim como da idealização de uma rede mundial de compartilhamento do conhecimento.

Ao observar os registros históricos que permitiram e, ao mesmo tempo, trabalharam contra a consolidação do imaginário de Otlet quanto à construção de uma Cidade Mundial, percebe-se um percurso marcado por grande empenho por parte tanto dele quanto de seu companheiro Henri La Fontaine, assim como várias situações que serviram de entrave e colaboraram para a interrupção dos trabalhos que objetivavam, ao fim e ao cabo, constituir fisicamente o tão sonhado centro de conhecimento mundial. O Quadro 1, elaborado de acordo com informações históricas disponibilizadas no site institucional do Mundaneum (2014), apresenta uma síntese desse percurso histórico.

QUADRO 1 – CRONOLOGIA

ANO	EVENTO
1890	Henri La Fontaine e Paul Otlet se conhecem
1891	Publicação dos primeiros trabalhos bibliográficos de Otlet (<i>Sommaire périodique des revues de droit</i>) e La Fontaine (<i>Essai de bibliographie de la paix</i>)
1893	Criação do Escritório Internacional da Bibliografia Sociológica
1895	Criação do Escritório Internacional da Bibliografia
1905	Publicação da primeira edição completa da CDU. Desenvolvimento do conceito de documentação (Paul Otlet)

1906	Invenção do microfilme, por Paul Otlet e Robert Goldsmith
1907	Criação do Escritório Central de Associações Internacionais
1910	Realização da Feira Mundial de Bruxelas e criação do Museu Internacional Projeto da Cidade Mundial. Criação da União de Associações Internacionais
1920	Abertura do Palácio Mundial, nas dependências do Museu Internacional do Palais Du Cinquantenaire, onde ocupava aproximadamente 100 salas.
1924	Desocupação de algumas salas no Palais Du Cinquantenaire. Criação da associação Les Amis Du Palais Mondial
1930	O IIB (International Institute of Bibliography) transforma-se no International Institute of Documentation (IID)
1934	Publicado o Tratado de Documentação, de Paul Otlet. Fechamento do Palácio Mundial
1941	Transferência das coleções do Palácio Mundial para o antigo prédio de um instituto de Anatomia, no Parc Léopold, em Bruxelas
1943	Morre Henri La Fontaine
1944	Morre Paul Otlet
1972	Nova transferência das coleções, que deixam o Parc Léopold, passando a serem acondicionadas em um prédio na Chaussée de Louvain, e posteriormente na Avenida Rogier e Place Rogier
1975	Lançada a primeira bibliografia de Paul Otlet, por Warden Boyd Rayward
1980	Dissolução do Escritório Internacional de Bibliografia
1993	Transferência da coleção para a cidade de Mons, Bruxelas. Criação da organização sem fins lucrativos Mundaneum, para gestão e conservação do acervo originário do Palácio Mundial
1998	Abertura do Museu Mundaneum em Mons
2012	Anúncio da colaboração entre a Google e o Mundaneum

*Adaptado de linha cronológica disponibilizada no site institucional do Mundaneum.

Fonte: MUNDANEUM, 2014; GOOGLE CULTURAL INSTITUTE, 2013.

Numa análise de ações à luz do apresentado pelo quadro aqui disposto, pensando cronologicamente nos eventos que permearam as origens dos trabalhos que culminaram no ajuntamento de extensa coleção documental, é possível dizer, inicialmente, do empreendimento de esforços despendidos por La Fontaine e Otlet na busca pela organização e sistematização do conhecimento, de forma que o mesmo pudesse ser facilmente acessado pelo público em geral. Esses dois visionários, nos primeiros anos decorridos do estabelecimento de um vínculo de amizade firmado em interesses em comum, realizaram trabalhos e favoreceram a criação de instituições que contribuíram para a valorização de questões relacionadas às produções bibliográficas e de sistematização da organização do conhecimento, como é o caso do Instituto Internacional de Bibliografia, assim nomeado a partir de 1895.

Um dos primeiros frutos do trabalho de tão incansável dupla foi a criação do chamado Repertório Bibliográfico Universal (RBU), que nasceu do desejo de elaborar um repertório que realmente englobasse todo o conhecimento. A metodologia utilizada para tal empreitada compreendia a utilização da Classificação Decimal de Dewey (CDD) como suporte de conferência, e a transcrição bibliográfica dos assuntos feita em fichas padrão de 7,5 x 12,5 cm (1).

Outra importante colaboração desses dois visionários foi a publicação integral, em 1905, da Classificação Decimal Universal (CDU), configurada de tabelas de classificação do conhecimento desenvolvidas com base na já existente Classificação Decimal de Dewey (CDD), criada pelo bibliotecário inglês Melvil Dewey em 1876 (DEWEY, 2003).

Embora La Fontaine e Otlet tenham trabalhado conjuntamente na maior parte do tempo, esse último vinha se destacando na idealização e criação de tecnologias e conceitos diretamente relacionados a propostas de tratamento documental, tais como: a invenção da microficha, que durante muitos anos ocupou papel determinante na preservação documental; o desenvolvimento de projetos com vistas à construção de uma Cidade Mundial, onde se localizariam instituições diversas de trabalho intelectual (bibliotecas, museus, universidades etc.), sendo centralizada pelo chamado Museu do Mundo; e a elaboração de conceitos documentais que vieram a ser publicados no seu Tratado de Documentação, em 1934.

Wright (2008), em artigo publicado no *The New York Times*, diz que em 1934 Otlet já tinha por base a ideia de uma rede mundial de computadores, de integração de dados por meio de links simbólicos com imagens e arquivos de som e vídeo interligados. Os formatos de acesso e compartilhamento de dados pensados naquela época já apontavam para as práticas ubíquas das redes sociais da atualidade:

Ele descreveu como as pessoas usariam os dispositivos para enviar mensagens uns aos outros, compartilhar arquivos e até mesmo reunir em redes sociais on-line. Ele chamou a coisa toda uma "réseau", que pode ser traduzido como "rede" - ou, quiçá, "web" (2) (WRIGHT, 2008, tradução nossa).

Sobre esse aspecto inovador de Otlet, também Latour (1987), citado por Pereira (1995), diz que:

Em sua obra, Otlet menciona avanços na teleleitura (leitura à distância) e na teleinscrição (escrita à distância), destacando a ausência de um complexo de máquinas – um cérebro mecânico e coletivo – associadas para realizar, entre outras, as seguintes operações: classificação e recuperação automática dos documentos; manipulação mecânica de todos os dados registrados para obter novas combinações de fatos, novas relações de ideias.

Em 1920, já sendo constituída de grande número de itens, a coleção do Instituto Bibliográfico Internacional passa a ser localizada no Palácio do Cinquentenário, em Bruxelas, sob o nome de Palácio Mundial, estando aberta à visitação, em decorrência de parceria com o Estado. Entretanto, no decorrer dos anos, tal parceria também seria, paradoxalmente, a garantia de limitações da existência do museu outrora constituído, o que primeiro se manifestou no ano de 1924, quando da necessidade de desocupar algumas das salas destinadas ao acondicionamento do acervo. Dez anos após essa primeira desocupação, o Palácio Mundial fecha suas portas para visitação, ficando o acervo ali armazenado até ser transferido para um antigo prédio de um instituto de anatomia, no Parc Léopold, em 1941.

Sem uma parceria efetiva com o governo belga da época, as atividades do Instituto de Bibliografia continuaram a ser realizadas até mesmo na residência de Paul Otlet, de maneira provisória. Quadro este que não apresentou mudanças até 1944, quando o mesmo veio a falecer.

A localização das coleções do antigo Palácio Mundial mudou sucessivas vezes, sem haver qualquer preocupação em relação à integridade física do mesmo. Independente do espaço ocupado pelo acervo, não havia evidência de valorização do potencial de representação histórica e informacional daquele.

Em 1998, apesar dos percalços e longo período de esquecimento, já sob a guarda de associação não governamental criada para gestão do acervo, o que restou das coleções ajuntadas sob a liderança de Paul Otlet e Henri La Fontaine foi novamente disposto para visitação do público, constituindo o Museu Mundaneum.

Vencidas as questões relativas à organização formal, o início do século XXI marca um tempo de reconhecimento do empenho para valorizar o trabalho exponencial que repercute o ideário pertinente à valorização da memória do homem, expressa documentalmente, e frutos são colhidos: o Instituto Google reconhece suas origens no Mundaneum, intitulado-o “Google de Papel”, e, em 2012, firma parceria com o museu (MUNDANEUM, 2014). A parceria estabelece o patrocínio do Google de uma exposição itinerante sobre o Mundaneum, bem como uma série de palestras sobre questões da internet e do museu, passando também o Mundaneum a utilizar o serviço de rede social do Google Plus como uma ferramenta promocional. Google e Mundaneum acenam também para a possibilidade de digitalização do conteúdo do arquivo. Tal parceria inaugura um novo tempo e uma identidade ao mesmo tempo perpetuadora dos objetivos originais da instituição, quando dos primórdios de sua concepção, e acolhedora das tecnologias contemporâneas.

3 MUNDANEUM DE HOJE E PROJEÇÕES DE FUTURO

É possível dizer que o Mundaneum, em atividade desde 1998, tem buscado dar continuidade ao pensado pelos visionários idealizadores de uma proposta de centro de documentação acessível a todos, talvez com o intuito de melhor compreender como se dá o pensamento humano de ontem e hoje:

Operante como uma organização sem fins lucrativos, o Mundaneum continua sua missão de classificar os arquivos e coleções legadas por Paul Otlet e Henri La Fontaine: cerca de seis quilômetros de documentos e 12 milhões de cartões de índice bibliográfico (DUBRAY, p. 15, tradução nossa) (3).

Funcionando onde antes se localizava uma antiga loja de departamentos, obra que foi projetada pelo arquiteto G. Vleugels, o “[...] edifício principal foi uma das primeiras lojas de departamentos do país e é composto por um piso térreo, uma grande sala retangular cercada por dois níveis de galerias [...]” (MUNDANEUM, 2014); o museu procura ofertar serviços que vão ao encontro do ideário contemporâneo: atuação junto a conferências internacionais, por meio de exposições de objetos diversos de vários países e diferentes áreas do conhecimento para divulgação do que ali era apresentado, contribuindo assim para a disseminação do conhecimento humano; auxílio em pesquisas; empréstimos de peças; digitalizações; visitas guiadas; catálogo on-line; disponibilização dos espaços para exposições, além das correntes do museu, para palestras, colóquios, ofertas de programas voltados para as escolas; e visitas de grupos. Fazem ainda parte do complexo outros dois edifícios que abrigam o acervo (MUNDANEUM, 2010).

Por ocasião do levantamento de informações para realização dessa pesquisa, foi estabelecido contato, via e-mail, com assistente de arquivo do Mundaneum, Jacques Gillen, que gentilmente forneceu algumas informações sobre infraestrutura, equipe de trabalho e outras questões relativas àquela instituição, e também o envio de três brochuras de divulgação do Mundaneum, que muito contribuiu para essa pesquisa. De acordo com Gillen (2014), o museu possui 3.500 m², sendo financiado, principalmente, pela Comunidade Francesa da Bélgica e que para a realização de alguns projetos também solicita verba a outras instituições. Trabalham no museu 14 pessoas, sendo: seis arquivistas, duas no serviço pedagógico; duas na área de comunicação; duas na parte administrativa (sendo uma para a recepção e apresentação do local) e um diretor. Reiterou que a realização de exposições não é constante e que o museu recebe muitos estudantes do ensino secundário.

A respeito do museu, que possui coleção diversificada (maquetes, fotografias, desenhos, mapas, ferramentas, livros, jornais, documentos pequenos, cartazes, placas de vidro, postais, registros bibliográficos etc.), é possível dizer que reflita o pensamento de Otlet, que dizia: “os museus por suas maravilhas, nos assombram, nos encantam, nos deslumbram. Sua vista nos proporciona emoções saudáveis ou bem constituem para nós um profundo ensinamento (4)” (1934, p. 265, tradução nossa).

Os gestores do museu, entretanto, compreendem que muito há para se fazer. Charlott Dubray, diretora do museu, afirma que está em fase de planejamento o trabalho de digitalização do acervo e aponta também outra necessidade:

Primeiro de tudo, o nosso espaço de armazenamento precisa ser melhorado e ampliado, de modo a ser capaz de manter os nossos seis quilômetros corridos de documentos em boas condições. Os atuais mecanismos de conservação em vigor aumentam a fragilidade do patrimônio que a história não tem poupado de danos (5) (DUBRAY, 2010, p. x).

Atualmente, o Mundaneum encontra-se fechado para reformas, preparando-se para uma grande ação cultural que pretende mudar a cidade aos olhos da Europa, quicá do mundo, com duração prevista para um ano inteiro e intitulada **Mons 2015, uma capital europeia de cultura** (6). Contudo, graças às diversas parcerias conquistadas desde sua abertura, incluindo a firmada com o Google, várias atividades do museu continuam sendo realizadas em outros pontos da cidade, tal como a exposição de partes do arquivo, dispostas em local temporário (MUNDANEUM, 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine foram dois visionários que trouxeram grandes contribuições para a organização e disseminação da informação, tais como a criação do Repertório Bibliográfico Universal, a Classificação Decimal Universal, a publicação do Tratado da Documentação e a criação do Mundaneum, sobre o qual aqui se discorreu.

O olhar, embora breve, voltado ao encadeamento dos acontecimentos históricos que permeiam a existência desse museu, dá conta da descrição de percurso sinuoso, assaltado por obstáculos difíceis de serem contornados (tais como a perda de espaço físico para alocação de acervo, coleções e serviços administrativos, e inexistência de apoio governamental) e que nem mesmo o empenho e garra dos seus idealizadores foram suficientes para transpor em tempo de evitar perdas importantes das coleções ajuntadas no decorrer de anos de trabalho em prol da idealização do que, ousadamente, pretendia-se constituir Repertório Bibliográfico Universal.

O ano de 1934 apresenta-se como marco otletiano, por ocasião da consolidação de uma das mais importantes obras sobre o tratamento documental de que se tem notícia até o presente. Todavia, o mesmo ano registra o evento que inauguraria 64 anos de silenciamento dos trabalhos de produção documental e de desenvolvimento de coleção histórica dos inovadores belgas. No decorrer de tal período, mudando de depósito em depósito, a voz daqueles incansáveis trabalhadores foi calada por grossas camadas de poeira, destruídas pelo descaso e indiferença.

Nesse mérito, deve-se reconhecer o interesse legítimo e esforços empreendidos pelo bibliotecário e pesquisador Warden Boyd Rayward, que por meio dos achados propiciados por suas pesquisas e por conta da consciência do valor memorial e de compreensão do pensamento humano inerentes aos acervos localizados no outrora Palácio Mundial, veio a despertar o interesse de diversos segmentos da comunidade belga da cidade de Mons, dando início a um importante trabalho de recuperação documental, de forma a fazer com que as vozes caladas de outrora novamente se pudessem ouvir.

Apesar dos momentos de renovação e reconhecimento, agora mundial, haja vista a parceria firmada com o Google, é preciso dizer que esforços constantes precisam ser empreendidos no sentido de promover manutenção, recuperação, divulgação e disseminação do acervo comportado pelo Mundaneum contemporâneo. Pode-se inferir que: uma vez entendida a importância dessa instituição, também as reais necessidades para solidificação de sua existência emergem.

Um longo caminho ainda precisa ser trilhado em direção à concretização do sonho maior de Otlet e La Fontaine, que era fazer com que todas as pessoas, sem acepção, tivessem acesso ao conhecimento e pudessem dele fazer uso para promover a paz, e dessa caminhada, não se pode eximir os campos da Ciência da Informação, sob o risco de renegar uma das principais diretrizes de sua existência: a democratização do conhecimento por meio da disseminação da informação.

Notas:

- (1) No padrão americano essas medidas correspondem a 3 x 5 polegadas. (2)
- (2) “He described how people would use the devices to send messages to one another, share files and even congregate in online social networks. He called the whole thing a „réseau,” which might be translated as „network” — or arguably, „web”.”
- (3) “Operating as a non-profitmaking organization, the Mundaneum continues its missions of classifying the archives and collections bequeathed by Paul Otlet and Henri La Fontane: nearly 6 kilometers of documents and 12 million bibliographic index cards”.
- (4) “Los museos por sus maravillas, nos asombran, nos encantan, nos deslumbran. Su vista nos proporciona emociones saludables o bien constituye para nosotros una profunda enseñanza”.
- (5) “First of all, our storage space needs to be improved and expanded so as to be able to keep our six running kilometers of documents in good conditions. The present conservation arrangements in effect increase the fragility of the heritage that history has not spared from ha.”
- (6) <<http://www.mons2015.eu/en/mons-2015/>>

FONTE: POZZATTI, V. R. de O. et al. **MUNDANEUM**: o trabalho visionário de Paul Otlet e Henri La Fontaine. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/963>> Acesso em: 30 ago. 2018.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu que:

- As unidades de informação podem ser desde uma biblioteca até um museu.
- O termo “Unidades de Informação” foi criado pela escola francesa para se referir a uma área de atuação dos profissionais de informação.
- Os clientes das unidades de informação também são denominados usuários.
- As unidades de informação compreendem instituições cujas atividades se atêm à prestação de serviços de informação a uma dada comunidade ou organização.
- Os arquivos compreendem o conjunto de documentos de qualquer instituição pública ou privada que tenham adquirido algum valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa.
- Os pré-requisitos principais para o aparecimento de bibliotecas são: condições econômicas, condições sociais e condições políticas.
- Há diferentes tipos de bibliotecas e estas se dividem em: Nacionais; Públicas, Universitárias, Especializadas, Escolares, Infantis, Especiais, Biblioteca ambulante ou Carro-biblioteca ou Bibliobus, Popular ou comunitária.
- Uma unidade de informação trata da informação, desde a organização até a sua difusão (base de dados, serviço de informação especializada, centro de informação, telecentro, videotecas, mapotecas etc.).
- As bibliotecas possuem três grandes funções: 1) Função gerencial, por meio da administração e organização; 2) função organizadora, por meio da seleção, aquisição, catalogação, classificação, indexação; e, 3) função divulgação, referência, empréstimo, orientação, reprografia, serviços de disseminação, extensão.
- A função gerencial prevê a gestão e políticas para a unidade de informação.
- A função organizadora consiste em atuar na seleção de materiais para aquisição, na catalogação, classificação e indexação desses materiais.
- As atividades como a seleção e a aquisição juntamente com a natureza dos serviços prestados, com o orçamento e com os objetivos da unidade de informação, integrarão a política organizacional da unidade de informação.

- A catalogação objetiva descrever a estrutura física dos objetos ou dos documentos que fazem parte do acervo ou coleção da Unidade.
- A classificação integra um processo mental, em que se reúnem elementos ou objetos de classes ou grupos que apresentam, entre si, semelhança.
- Há vários modelos de classificação, mas os mais estudados e utilizados são o da Classificação Decimal de Dewey – CDD e o sistema da Classificação Decimal Universal – CDU, além do sistema de Classificação Facetada de Ranganathan.
- A indexação consiste na descrição dos conteúdos dos documentos e possui como principal objetivo a recuperação da informação desejada pelo usuário.
- A função divulgação é essencial nas unidades de informação, pois resulta na forma de comunicar o usuário.
- Os serviços de divulgação agrupam instrumentos como: referência, orientação ao usuário, empréstimos, fornecimento de fotocópias e os serviços de alerta, que incluem os sumários correntes e a disseminação seletiva da informação.



1 “[...] é uma das principais atividades desenvolvidas numa Biblioteca ou Unidade de Informação. Consiste na descrição dos conteúdos dos documentos e possui como principal objetivo a recuperação da informação desejada pelo usuário”. (BORBA, 2012, p. 19).

A definição apresentada se refere a:

FONTE: <https://sisacad.educacao.pe.gov.br/bibliotecavirtual/bibliotecavirtual/texto/Introdu_C_eo_aBiblioteconomia.pdf>. Acesso em: 2 out 2018.

- a) () Indexação.
- b) () Catalogação
- c) () Leitura.
- d) () Aquisição.

2 O surgimento da documentação é considerado como um continuísmo da Ciência da Informação e sua grande contribuição à época foi reforçar o papel tradicional da biblioteca enquanto preservadora dos registros de conhecimento, dando destaque a seu tratamento e armazenamento.

- a) () Certo.
- b) () Errado.

3 (Adaptado de Quadrix - 2018 - CRB 8ª Região - Fiscal Bibliotecário)
 Conhecer a origem das bibliotecas implica abordar a produção de conhecimentos, pois, desde a sua origem na Antiguidade Clássica, a biblioteca é um espaço de preservação dos conhecimentos gerados pela humanidade a partir das diferentes sociedades. Segundo Burke, conhecimento é algo que denota o que foi processado e sistematizado pelo pensamento. Conforme o autor, com a reabilitação do saber cotidiano, do saber local, deve ficar óbvio que há "conhecimentos" no plural em toda cultura: conhecimentos filosóficos; religiosos; populares; científicos; senso comum etc. Entretanto, vale salientar que os registros representativos desses conhecimentos, assim como a produção cultural, se constituem em acervos preservados em bibliotecas, arquivos, unidades de informação, museus etc. Para efeito, são considerados como conhecimento na sua forma concreta, tangível, produtos gráficos e objetos materiais. Na Ciência da Informação e na Biblioteconomia, são denominados de documentos livros, revistas, jornais, moedas, imagens, CDs, arquivos eletrônicos etc. Diferentemente da linguagem e da escrita, as bibliotecas apareceram na era histórica, quando tem início a preservação de registros escritos de conhecimentos. No contexto das bibliotecas, a linguagem escrita tornou-se a forma mais comum para registrar conhecimentos. A dedução de que a produção de

conhecimentos conduz à criação de bibliotecas aponta para o pressuposto de que onde houve grande produção de conhecimentos também ali estarão grandes bibliotecas, arquivos, museus etc. Com base no exposto, assinale a alternativa que apresenta os requisitos para o aparecimento de bibliotecas.

FONTE: <<https://bit.ly/2K7zrG1>>. Acesso em: 13 nov 2018.

- Condições histórico-políticas e socioeconômicas.
- Condições econômicas, sociais e políticas.
- Condições sociometodológicas.
- Condições econômicas, sociais e tecnológicas.

4 (Adaptado de Defensoria Pública da União (DPU) 2016/CESPE) A respeito de Biblioteconomia, de Ciência da Informação e de gestão da informação, julgue a afirmação a seguir: A Ciência da Informação tem seu conteúdo apoiado na interdisciplinaridade: é uma área de conhecimento influenciada pelas ciências matemáticas, físicas, ciências sociais e humanas. Sobre o exposto, assinale a alternativa que apresenta o julgamento adequado.

FONTE: <<https://bit.ly/2OJMeyW>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

- Certo.
- Errado.

5 (Adaptado de Universidade Federal de Goiás - GO (UFG/GO) 2018/UFGO) A Ciência da Informação tem como objeto de estudo a informação registrada, enquanto o seu objetivo final consiste na:

FONTE: <<https://www.estudegratis.com.br/questoes-de-concurso/orgao/dpe-rr/1>>.

Acesso em: 13 nov. 2018.

- Geração do conhecimento.
- Disseminação da informação.
- Seleção da informação.
- Avaliação do conhecimento.

6 (Adaptado de Defensoria Pública do Estado de Roraima - RR (DPE/RR) 2015/FCC) No que se refere ao usuário de unidades de informação, o estado psicológico ou situação de incerteza ante uma carência de informação, percebida pelo usuário e pelo bibliotecário, ainda que não necessariamente manifestado, é chamado de:

FONTE: <<https://www.estudegratis.com.br/questoes-de-concurso/orgao/dpe-rr/1>>.

Acesso em: 13 nov. 2018.

- Desejo.
- Hábito.
- Necessidade.
- Demanda.

REFERÊNCIAS

AAMODTA, A., NYGÅRDB, M. **Different roles and mutual dependencies of data, information, and knowledge** - an AI perspective on their integration. *Data and Knowledge Engineering*, v. 16, nº 3, 1995, p. 191-222.

A IMAGEM comunica. **Suporte e registro visual: a escrita**. Disponível em: <<http://aimagemcomunica.blogspot.com/2010/11/os-primeiros-suportes-fisicos.html>>. Acesso em: 29 maio 2018.

ABRAINFO – Associação Brasileira de Profissionais da Informação. **Missão e objetivos**. 2012. Disponível em: <http://www.abrainfo.org.br/missao_e_objetivos>. Acesso em: 18 jun. 2018.

ACKOFF, R. L. From Data to Wisdom. *Journal of Applied Systems Analysis*, v.16, p 3-9. [s.l.] 1989.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo: Polis: APB, 1997.

ALMEIDA, N. B. F. de; BAPTISTA, S G. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO –, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Cbbd, 2013. p. 2 - 13. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508/1509>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ALMEIDA, N. B. F. de. **Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino**. 160 f. Brasília, DF, 2012. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade de Brasília; Faculdade de Ciência da Informação (FCI), 2012.

ALVARES, L.' ; ARAÚJO JR. R. H. **Marcos históricos da ciência da informação: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais**. Campinas: TransInformação. V. 22, nº 3, p.195-205, set./dez. 2010.

ALVES, I. C. R.; NASCIMENTO, L. A. de L. do; KEYS, E. M. B. K.; SILVA, C. C. A evolução dos suportes de informação e sua acessibilidade pelos deficientes visuais. 2013. v. 25. In: XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação. **Anais...** Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013. Disponível em:< <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1366/1367>> Acesso em: 19 set. 2018.

ANDRADE, M. de. **É triste viver de humor**. Disponível em: <<http://etristeviverdehumor.blogspot.com/2012/07/sociedade-da-informacao.html>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

ANNA, J. S. O contexto organizacional e seus reflexos no desenvolvimento de coleções: um estudo à luz das diferentes modalidades de bibliotecas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 22, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/23025>>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

ARAÚJO, C. A. A. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação e Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, jul./jun. 2010.

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, nº 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, E. A.; OLIVEIRA, M. de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, M. de (Coord.). **Ciência da Informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. p. 29-44. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ARQUIVO NACIONAL. **Arquivo Nacional disponibiliza Revista Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/808-arquivo-nacional-disponibiliza-revista-arquivo-administracao.html>>. Acesso em: 18 Ago. 2018.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Arquivos & conceitos: órgãos de documentação**. Porto Alegre, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9578: Arquivos**. Rio de Janeiro, set. 1986.

BARBOSA, L; SILVA, S. C. A. Código de ética. **O que é ética**. [S.d.]. Disponível em: <<http://codigo-de-etica.info/o-que-e-etica.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BARREIROS, A. A.; PALETTA, F. A. C. A durabilidade dos suportes eletrônicos e a preservação da informação. In: Seminário nacional de bibliotecas universitárias, 12., 2002, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2002.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, v 8, n 4, 1994. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20A%20Questao%20da%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018.

BARROS, P. Informação e cultura para a cidadania: um desafio para as bibliotecas públicas. In: **A biblioteca pública e sua contribuição social para a educação do cidadão**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. p. 151-164.

BARROS, M. Altmetrics: métricas alternativas de impacto científico com base em redes sociais. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 20, nº 2, p.19-37, abr./jun. [S.l.] 2015.

BELLINGER, G., CASTRO, MILLS, D. **Data, Information, Knowledge, and Wisdom**. 2004. Disponível em: <<http://www.systems-thinking.org/dikw/dikw.htm>> Acesso em: 19 set. 2018.

BEGININ and end. Disponível em: <<http://beginningandend.com/what-did-ancient-church-fathers-believe-about-the-rapture/bible-scroll/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

BESSA, J. **História da escrita: memória dos homens**. Disponível em: <<http://www.josemarbessa.com/2006/06/histria-da-escrita-memria-dos-homens.html>>. Acesso em: 29 maio 2018.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, nº 1, p. 3-5, [S.l.]Jan. 1968.

BOTTENTUIT, A; CASTRO, C. **Movimento Fundador da Biblioteconomia no Maranhão**. São Luís: Imprensa Universitária, 2000.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 8.835, de 11 de Julho de 1911**. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. 1911. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 20.673, de 17 de Novembro de 1931**. Restabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências. 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20673-17-novembro-1931-517368-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 48.936, de 14 de Setembro de 1960. Cria um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar os problemas de arquivo no Brasil e sua Transferência para Brasília. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 de setembro de 1960. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48936-14-setembro-1960-388357-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 50.614, de 18 de Maio de 1961. Altera o Decreto nº 48.936, de 14 de setembro de 1960, que criou um Grupo de Trabalho incumbido do estudo dos problemas do arquivo no Brasil, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de maio de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50614-18-maio-1961-390435-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 4.084, de 30 de Junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de julho de 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.827, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. **Diário Oficial da União**, 19 dez. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7287.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985. Regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. **Diário Oficial da União**, 15 out. 1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91775-15-outubro-1985-441776-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 09 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. 2001a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 31 Maio 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. **Parecer CNE/CES nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001**. Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. 2001b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf>. Acesso em: 31 Maio 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, Temporalidade e Destinação de documentos de arquivo relativo às atividades-meio da Administração Pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001c. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações. 2002. Disponível em: <<http://www.mtebo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.073, de janeiro de 2002a. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Educação. Resolução CNE/CES 19, de 13 de março de 2002b. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia. 2002b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES192002.pdf>>. Acesso em: 26 Fev. 2016.

BRASIL. Lei Nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Classificação de documentos de arquivo**: curso básico. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/classif_doc_curso_basico.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Executiva. **Cartilha Procedimentos para Classificação Arquivística de Documentos**. 2. Ed. Brasília: Ministério da Fazenda; Secretaria Executiva; Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração; Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, 2014. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/pmimf/frentes-de-atuacao/infraestrutura/download-de-arquivos/cartilha-de-procedimentos-para-classificacao-arquivistica-de-documentos.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRISSAUD, J. **O Egito dos faraós**. Rio de Janeiro: Otto Pierr e Editores, 1978. (Coleção Grandes Civilizações desaparecidas).

BUCKLAND, M. Information as a thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v.42, nº 5, p. 351-360, [S.l.] 1991.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a10.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CAMPELLO, B. S. ; ABREU, V. L. F. G. Competência informacional e formação do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 178-193, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2/150>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ci. Inf., Brasília**, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/986/1028>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CARVALHO, J. **Órgãos de classe**: constituições no campo da CI, biblioteconomia, arquivologia e museologia. 2016. Disponível em: <<http://biblioo.info/orgaos-de-classe/>> Acesso em: 17 jun. 2018.

CASTRO, C. A. **História da biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus, 2000. 287 p.

CAVAGLIERI, M. ; MATOS, J. C. A ética profissional frente ao comércio de trabalhos acadêmicos. **REBECIN**, v. 3, n. 1, p. 47-62, jan./jun. 2016. Disponível em: 20 jun. 2018.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Código de Ética profissional do bibliotecário – Resolução CFB 042 – DOU 14.01.02**. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-42-Codigo-de-Etica-Profissional.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA - CFB. **Resolução CFB nº042, de 11 de janeiro de 2002**. Dispõe sobre Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.eticaempresarial.com.br/imagens_arquivos/artigos/File/Eticaenegocios/cod_biblioteconomia.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução nº 179, de 26 de maio de 2017. **Aprova o Regimento Interno do Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Biblioteconomia**. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Resolu%C3%A7ao-179-Regimento-Interno-Sistema-CFB-CRB.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM. **Código de Ética Profissional do Museólogo**. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1992.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM. Regimento Interno. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 188-191, 27 abr. 2018b. Disponível em: <<http://cofem.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2009/05/Resolu%C3%A7%C3%A3o-20.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MUSEOLOGIA – COFEM. **Institucional**. Rio de Janeiro, 2018c. Disponível em: <<http://cofem.org.br/aceso-a-informacao/institucional/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G)**: Norma geral internacional de descrição arquivística. Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999; Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR (CPF)**: Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **e-ARQ Brasil**: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. 1.1. versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **O CONARQ**. Brasília: Ministério da Justiça, 10 de out. 2014. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/o-conselho.html>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. **O SINAR**. Brasília: Ministério da Justiça, 2018. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/o-sinar.html>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

COUTINHO, C. ; LISBÔA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista da Educação**, v. 16, n. 1, p. 5-22, 2011. Disponível em: <http://revista.educ.ie.ulisboa.pt/arquivo/vol_XVIII_1/artigo1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CUNHA, M. V. da. **O papel social do bibliotecário**. Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 15, p. 42-46, 2003.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CRIPPA, G. Narrativa como gesto bibliográfico: Gabriel Naudé entre erudição e política. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.22, número especial, p. 21-35, jul. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v22nspe/1413-9936-pci-22-spe-00021.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). **Fuentes**, La Paz, v. 6, n. 21, ago. 2012. Disponível em: <http://www.revistasbolivianas.org.bo/pdf/fdc/v6n21/v6_n21_a05.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, v. 21, p. 129-149, 1998.

CORRÊA, E. C. D.; SANTOS, L. C. M. De formação e desenvolvimento de coleções para Gestão de estoques de informação: um panorama da mudança terminológica no Brasil. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 344-355, maio/ago. 2015.

CORRÊA, E. C. D. Usuário, não! Interagente. Proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli**, v. 19, p. 23-40, 2014.

CORRÊA, E. C. D. Política de gestão de estoques de informação: uma proposta para atualização de conteúdo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônico...** Florianópolis, 2013.

CORRÊA, E. D.; SPUDEIT, D.; VIAPIANA, N. Diretrizes para a Gestão de Estoques de Informação: Um Estudo de Caso na Rede de Bibliotecas do Senac Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 19-33 jan./abr., 2015. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/972/pdf_107>. Acesso em: 10 ago. 2018.

CORTÊ, A. R. e. Primeira gestão (1966/1969): Laura Garcia Moreno Russo - O pioneirismo. In: CORTÊ, A. R. e et al. **Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil - 1965-2015**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. 352 p

CRUZ, C. H. B. Vannevar Bush: uma apresentação. **Revista latino-americana de psicopatologia fundamental**, v. 14, nº 1, p. 11-13, São Paulo, março 2011. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v14n1/01.pdf> > Acesso em: 19 set. 2018.

DAVANSO, A. M.; ZANAGA, M. P. Organização curricular dos cursos de Biblioteconomia brasileiros. In: Encontro de iniciação científica, 16., encontro de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação da puc-campinas, 1., Campinas, 27-28 Set., 2011. **Anais...** Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2011.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento Empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
DEWEY, Melvil. Dewey decimal classification and relative index. 22. ed. Dublin, Ohio: OCLC, 2003.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

DUARTE, A. B. S. Ciclo informacional: a informação e o processo de comunicação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 57-62, jan./jun. 2009.

DUBRAY, C. F. In.: MUNDANEUM: archives of knowledge. Translated and adapted by W. Boyd Rayward. Illinois: University of Illinois at Urbana-Champaign, 2010. (Occasional papers, 215). p. 9-10.

FABER, M. E. E. **Arte e inscrições rupestres**. 2017. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/antiga/rupestre.htm>>. Acesso em: 29 maio 2018.

FAVIER, J. Arquivos, memória da humanidade. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-7, jan./abr., 1979.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES - FEBAB. **Sobre a FEBAB**. 2016. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/missao/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FERREIRA, M. L. A. G.; CALDEIRA, P. da T.; BAHIA, M. A.; ARAÚJO, M. E. B. Currículo Mínimo de Biblioteconomia. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 92-99, mar. 1977.

FERREIRA, A. B. **Nas “trincheiras” da memória**: um diálogo sobre o papel do arquivista para a preservação da memória no Núcleo de Arte Contemporânea (NAC). 2011. 56 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2011.

FIGUEIREDO, N. M. Seleção de livros. In: MACHADO, U. S. (Ed.). **Estudos avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Brasília: ABDF, 1982.

FIGUEIREDO, N. M. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993. 184 p.

FONSECA, E. N. da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2007.

FONSECA, E. N. da. Ciência da Informação e prática bibliotecária. **Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n. 2, p. 125-127, jul./dez. 1987.

FONSECA, E. N. da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, INL, 1979. 112 p.

FONTOURA, M. C. da. A documentação de Paul Otlet: uma proposta para a organização racional da produção intelectual do homem. 2012. 219. f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 202-209, jul./dez., 2014. 208. Acesso em: 25 maio 2014.

GILLEN, J. Information on Mundaneum. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por em 30 abr. 2014. GOOGLE CULTURAL INSTITUTE. 1895-2013: the origins of internet in Europe: collecting, indexing & sharing knowledge. 2013. Disponível em: Acesso em: 21 mar. 2014.

GINGRAS, Y. **Os desvios da avaliação da pesquisa**: o bom uso da bibliometria. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2016.

GONÇALVES, D. S. N. **A importância da leitura nos anos iniciais escolares**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

GUINCHAT, C. ; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

HICKS, S. **Benedictine monks versus Gutenberg**. Disponível em: <<http://www.stephenhicks.org/wp-content/uploads/2013/12/gutenberg-press.jpg>>. Acesso em: 30 maio 2018.

HORTA, N. M.; ROCHA, F. S. F. Bibliotecas comunitárias: organização sociocultural e instrumento para democratização do acesso à informação e para a valorização cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. esp. CBBB 2017.

ICA CODE OF ETHICS (Português). Tradução do texto francês: Lia Temporal Malcher; Revisão: Clotilde Marques. S.l., 1996. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code%20of%20ethics_PT.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2018.

IFLA – Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias. **Sobre a IFLA**. Disponível em: <<https://www.ifla.org/about>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

IFLA – **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

IFLA – Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. 2016. 2. ed. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2018.

IFLA - Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias. **Diretrizes para bibliotecas itinerantes**. Relatório profissional n. 123. Portugal: Secretaria de Estado da Cultura, 2010.

JESUS, R. S. de; SILVA, Y. F. O. Ensino e Pesquisa no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás: um olhar a partir do projeto político-pedagógico e da matriz curricular. In: SEMINÁRIO SOBRE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA -UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UNU INHUMAS, 1., 2011, Goiás. **Anais...**, Goiás: Universidade Estadual de Goiás, 2011. p. 1-16. Disponível em: <www.anais.ueg.br/index.php/isemdocuniv_inhumas/article/viewFile/48/36>. Acesso em: 12 mar. 2011.

JOB, I.; OLIVEIRA, D. A. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da profissão de bibliotecário no Brasil. **Revista ACB**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 259-272, dez. 2006. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/449/565>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

JUVÊNCIO, C. H. O Mundaneum no Brasil: o serviço de bibliographia e documentação da Biblioteca Nacional e seu papel na implementação de uma rede de informações científicas. 2013. 190. f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

JUVÊNCIO, C. H; RODRIGUES, G. M. Homo documentator: Suzanne Briet e a Construção Documentalista. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. esp. Naudé & Briet, jul., 2018. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1175/1064>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

KRUG, F. S. A importância da leitura na formação do leitor. **REI: Revista de Educação do IDEAU**, v. 10, n. 22, jul./dez., 2015.

LATOURETTE, B. Science in action: how to follow scientists and engineers through society. In: PEREIRA, M. N. F. Bibliotecas virtuais: realidade, possibilidade ou alvo de sonho. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2014.

LE COADIC, Y. F. *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LEITE, S. M. et al. Lei 12.244/10: uma esperança para as bibliotecas brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: Febab, 2013. p. 1-13. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1253/1254>>. Acesso em: 21 maio 2018.

LIEW, A. Understanding data, information, knowledge and their inter-relationships. **Journal of Knowledge Management Practice**, v. 8, nº 2, [S.l.] June 2007.

LINARDI, F. **Como funcionava a prensa de Gutenberg?** 2011. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-funcionava-a-prensa-de-gutenberg/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

LINS, G. S. O bibliotecário e a competência informacional: prática profissional e aspectos curriculares. **Riberio-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 46-58, jan./jul. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2782/2385>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

MALCHER, L. T. Apresentação. In: ICA CODE OF ETHICS (Português). Tradução do texto francês: Lia Temporal Malcher; Revisão: Clotilde Marques. S.l., 1996. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code%20of%20ethics_PT.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2018.

MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M. Os Cursos de Arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico-institucional e delineamento de um campo científico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 15., Goiânia,

30 de junho a 04 de julho de 2008. **Anais...** Goiânia: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Associação de Arquivologia do Estado de Goiás, 2008. Disponível em: <<http://www.aag.org.br/anaisxvcb/>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MARTINS, M. H. **O que é leitura**. 9. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MARTINS, N. R. **Manual Técnico Organização de Arquivos Correntes e Intermediários**. Campinas: UFSCAR, 2005. Disponível em: <https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/pesquisa/textos_tecnicos/organizacao_arquivos_correntes_intermediarios.pdf>. Acesso: 15 jul. 2018.

MATTELART, A. Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. In: Encontro latino de economia política da informação, comunicação e cultura - ENLEPICC, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: Enlepicc, p. 1-22. 2005. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf>> Acesso em: 19 set. 2018.

MATTOS, A. M.; DIAS, E. J. W. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias: uma abordagem quantitativa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 3, p. 38-60, set./dez.2009.

MELO, P. ; VIEIRA, R. **O bibliotecário como agente cultural**. São Paulo: AGEBOOK, 2012.

MIKHAILOV, A. I.; GILJAREVSKIJ, R. S. An introductory course on informatics/documentation. **International federation for information and documentation**, 1970. 202 p. Moscou, 1070. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000006/000676eb.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MIRANDA, A. C. C. de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 01-19, jan./jun., 2007.

MISCHIATI, A. C.; VALENTIM, M. L. P. Reflexões sobre a ética e a atuação profissional do bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 209-220, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862005000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MORIGI, V. J. ; SOUTO, L. R. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 189-206, jan. 2006. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/432/551>>. Acesso em: 31 maio 2018.

MOURA, A. P. **Documentação e internacionalismo em Paul Otlet**. 2015. 15 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MUGNAINI, R.; CARVALHO, R. de.; CAMPANATTI-OSTIZ, H. Indicadores de produção científica: uma discussão conceitual. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, F. M. da. (orgs). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores, avaliação. p. 313-340. São Paulo: Angellara, 2006.

MUNDANEUM: archives of knowledge. Translated and adapted by W. Boyd Rayward. Illinois: University of Illinois at Urbana-Champaign, 2010. (Occasional papers, 215). _____ [site institucional]. History. Bruxelas, 2014. Disponível em: Acesso em: 22 abr. 2014.

NASCIMENTO, M. V. do; MARTINS, Gracy Kelli. A trajetória das escolas de Biblioteconomia no Brasil. **Revista Brasileira da Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. espe., p. 37-54, 2017. Disponível em: <<http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/90>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

OLIVEIRA, F. H. de. **A formação em Arquivologia nas Universidades Brasileiras**: Objetivos comuns e realidades particulares. 2014. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

OLIVEIRA, M. de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: OLIVEIRA, M. de (Coord.). **Ciência da Informação e biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. p. 9-28. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OLIVEIRA, M.; CARVALHO, G. F.; SOUZA, G. T. Trajetória Histórica do Ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.19, n. 3, p. 13-24, set./dez. 2009.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**. Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out., 2004.

OTLET, P. **Tratado de documentación**: el libro sobre el libro-teoría y práctica. España: Universidad Murcia, 1934.

OTLET, P. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PEREIRA, M. N. F. ; PINHEIRO, L. V. R. (Org.). O sonho de Otlet: aventura em tecnologia da informação e comunicação. Rio de Janeiro: Ibict, 2000. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2014.

PINHEIRO, L. V.; SILVA, E. L. da; RODRIGUES, R. S. Periódicos utilizados para publicação pelos pesquisadores de ciência da informação do Brasil e visibilidade nas bases de dados WoS e Scopus. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentación**, n. 32 (juny), 2014. Disponível em: <<http://bid.ub.edu/es/32/vieira2.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação: os sinais enunciadores da nova área. In: AQUINO, M. A. **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. p. 61-86. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.

PINTO, E. M. **História do ensino de Biblioteconomia no Brasil: da Fundação na Biblioteca Nacional à criação na Universidade de Brasília**. 2015. 67 f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação. Brasília, DF, 2015.

POZZATTI, V. R. de O. et al. MUNDANEUM: o trabalho visionário de Paul Otlet e Henri la Fontaine. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 19, nº 2, p. 202-209, jul./dez., Florianópolis, 2014.

QUEIROZ, D. G. de C.; MOURA, A. M. M. de. Ciência da Informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, v. 21, nº 3, p. 25-42, set/dez. Porto Alegre: UFRGS. 2015.

RAMOS, P. B. A gestão na organização de unidades de informação. **Ciência da Informação**. v. 25, n. 1, p. 1-12. Brasília, 1996.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RANGANATHAN, S. R. **The Five Laws Of Library Science**. Madras: University Librarian, 8 v., 1931. Disponível em: <[https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.\\$b99721;view=1up;seq=43](https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.$b99721;view=1up;seq=43)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

RAYWARD, W. Boyd. The case of Paul Otlet, pioneer of information science, internationalist, visionary: reflections on biography. *Journal of Librarianship and Information Science* [S.l.], 23 Sep. 1991. p. 35-145. WRIGHT, Alex. The Web Time Forgot. *The New York Times*. New York, 17 jun. 2008. Disponível em: Acesso em: 01 maio 2014.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus, SSRR Informações, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2Nm7EGu>> Acesso em: 19 set. 2018.

RODRIGUES, C. ; SOUZA, H. de. **Ética e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1994. (Coleção Polêmica)

RODRIGUES, M. E. F. A pesquisa como princípio educativo da formação do profissional da informação. In: VALENTIM, Marta Lúcia (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002.

ROUSSEAU, J-Y; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994.

RUSSO, M. **Fundamentos de biblioteconomia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. (Coleção de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação – Série Didáticos II.1).

SALCEDO, D. ; CRUZ, M. B. Biblioteconomia, ciência e filosofia: um debate necessário sobre teoria e prática no campo acadêmico-científico. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 47-58, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/31603/17411>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SALCEDO, D. ; STANFORD, J. F. S. O incentivo da leitura na biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 27-44, jan./jun. 2016.

SANTA ANNA, J. ; PEREIRA, G. ; CAMPOS, S. de O. Sociedade da informação x biblioteconomia: em busca do moderno profissional da informação (MIP). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 68-85, jan./jun. 2014.

SANTA ANNA, J.; CAMPOS, S. de O.; CALMON, M. A. de M. Diferenças e semelhanças entre arquivos e bibliotecas: o profissional da informação em evidência: **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 29, nº 1, p. 95 -113. Rio Grande: EDGRAF, 2015.

SANTOS, J. P. Reflexões sobre Currículo e Legislação na área da Biblioteconomia. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 3, n. 6, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/17/5035>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SANTOS, M. J. V. C.; SANTOS, D. R. Estudo Comparativo da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e o Formato de Entrada MARC 21: Contribuição para a descrição e automação de arquivos com padrões biblioteconômicos. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9.; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., Rio de Janeiro, 27 a 29 de novembro de 2013. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.abinia.org/catalogadores/48-208-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SANTOS, J. M. O processo evolutivo das bibliotecas: da antiguidade ao Renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237>>. Acesso em: 29 maio 2018.

SANTOS, J. M. dos. **Gestão de pessoas em unidades de informação: o bibliotecário como um líder**. p. 45. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2009. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/1/194/1/JoelmaMS_Monografia.pdf> Acesso em: 19 set. 2018

SANTOS, R. do R.; DUARTE, E. N. ; LIMA, I. F. de. O papel do bibliotecário como mediador da informação no processo de inclusão social e digital. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 36-53, jul. 2014. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/279>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte. v. 1, nº 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/2eVHvdh>>. Acesso em: 19 set. 2018.

SEMIDÃO, R. A. M. Dados, informação e conhecimento: elementos de compreensão teórica da ciência da informação. In: XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012, GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. **Anais...** Rio de Janeiro – Fiocruz, p.1-7. 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3642/2766>> Acesso em: 19 set. 2018.

SHAPIRO, F. R. Coinage of the term Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 5, p. 384-385, 1995.

SHERA, J. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **UNESCO Bulletin for Libraries**, v. 22, n. 2, p. 58-63, mar./abr., 1968.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. Formação, perfil e competências do profissional da Informação. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 8, 2004, Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo4161.PDF>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SILVA, J. A. **Análise do Código de Ética profissional do Bibliotecário sob o ponto de vista filosófico**. 2006. 55 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2006.

SILVA, J. L. C; FREIRE, G. H. A. Um Olhar sobre a Origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012

SILVA, D. A. da; ARAÚJO, I. A. **Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para formação profissional**. 7. ed. Brasília: Thesaurus, 2014.

SILVA, E. C da; FREITAS, G. F. de. A *Ética no dia a dia*. **Enfermagem Revista**, n. 9, p.12-14, out./dez. 2014.

SILVA; C. H. J.; RODRIGUES, G. M. A documentação no Brasil: primórdios de sua inserção no país (1895-1920). **RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, ISSN 1983-5213, Brasília, v. 9, n. 1, p. 271-284, jan./jun.2016.

SOUZA, S. O. Fundamentos filosóficos da biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 14, n. 2, p. 189-196, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/8281>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

SOUZA, F. das C. de. **Biblioteconomia no Brasil: profissão e educação**. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários; Biblioteca Universitária da UFSC, 1997.

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.52-66, set./dez 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/04.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

SPUDEIT, D. F. A.; FÜHR, F. Sindicatos de bibliotecários: história e atuação. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 235-249, set./dez., 2011.

SPUDEIT, D.; CORRÊA, E. C. D. Políticas de Gestão de Estoques Informacionais: reflexões conceituais e práticas. In: MELLO, J.; ALMEIRA, J. F. V. de. (Org.). **Gestão de coleções em unidades informacionais**. Natal: IFRN, 2017.

TABOSA, H. R.; CARDOSO, C. C. C. G.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Linguagens documentárias e os sistemas de classificação bibliográfica: estudo de propostas de expansão e ampliação da CDD e da CDU. **Biblionline**, v. 11, n. 1, p. 112-130, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/19467>>. Acesso em: 31 Ago. 2018.

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. A. ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p. 83-102, mai./ago., 2013.

TANUS, G. F. S. C. Da prática à produção do conhecimento: Bibliotecas na Modernidade e Biblioteconomia Protocientífica. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, v. 13, n. 13, p. 548-560, set./dez., 2015.

UNICAMP-SBU – **Biblioteca digital da UNICAMP**. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

UMA PÁGINA MARCADA. Disponível em: <<http://aoleitor.blogspot.com/2011/07/calvin-haroldo-tirinha-403.html>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

VALENTIM, M. L. P. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: _____ (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo, Polis, 2002. p.117-132.

VALENTIM, M. L. P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. **Biblioteca do Século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2016.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, nº 2, p. 152-162, maio/ago. Brasília: Brapci, 2002.

VERGUEIRO, W. Desenvolvimento, gerenciamento ou gestão de coleções: uma tarefa cada dia mais necessária. In: MELLO, J.; ALMEIRA, J. F. V. de. (Org.). **Gestão de coleções em unidades informacionais**. Natal: IFRN, 2017.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

VERGUEIRO, W. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n.1, p. 13-21, jan./abr. 1993.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, W. **Estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de coleções**. R. Bibliotecon., Brasília, n. 15, v. 2, p. 193-202, jul./dez., 1987.

WEITZEL, S. da R. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **TransInformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p.179-190, set./dez., 2012.

WEITZEL, S. da R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61 - 67, jan./jun. 2002.

WITTER, G. P. Produção científica: escalas de avaliação. In: **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores, avaliação**. p. 287-312. São Paulo: Angellara, 2006.

XAVIER, R. C. M.; COSTA, R. O. Relações mútuas entre informação e conhecimento: o mesmo conceito? **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 39 n. 2, p.75-83, maio/ago., 2010.

ZINS, C. Knowledge map of Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, nº 4, p. 526-535, [S.l], 2007. Disponível em: <<http://dl.acm.org/citation.cfm?id=1229021>>. Acesso em: 29 ago. 2018.